



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SERVIÇO SOCIAL

PRISCILA SEMZEZEM SAES

**ANÁLISE CRÍTICA DA CATEGORIA TRABALHO NAS PRODUÇÕES DO
SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO SOBRE CONDIÇÕES DE TRABALHO (2010-
2020)**

Florianópolis
2023

PRISCILA SEMZEZEM SAES

**ANÁLISE CRÍTICA DA CATEGORIA TRABALHO NAS PRODUÇÕES DO
SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO SOBRE CONDIÇÕES DE TRABALHO (2010-
2020)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social da Universidade Federal de
Santa Catarina para a obtenção do título de Doutor
em Serviço Social
Orientadora: Profa. Dra. Vania Maria Manfroi
Coorientadora: Profa. Dra. Neide de Almeida Lança
Galvão Favaro

Florianópolis
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Saes , Priscila Semzezem
ANÁLISE CRÍTICA DA CATEGORIA TRABALHO NAS PRODUÇÕES DO
SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO SOBRE CONDIÇÕES DE TRABALHO (2010
2020) / Priscila Semzezem Saes ; orientadora, Vânia Maria
Manfroi , coorientadora, Neide de Almeida Lança Galvão
Favaro , 2023 .
254 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, Florianópolis, 2023 .

Inclui referências.

1. Serviço Social. I. Manfroi , Vânia Maria . II. Favaro
, Neide de Almeida Lança Galvão . III. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social. IV. Título.

Priscila Semzezem Saes

Análise crítica da categoria trabalho nas produções do Serviço Social brasileiro sobre condições de trabalho (2010-2020)

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 16 de fevereiro de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof., Dr. Paulo Sergio Tumolo
UFSC

Prof.(a). Dr.(a) Rosa Trindade Predes
UFAL

Prof, Dr. Ricardo Lara
Instituição UFSC

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.(a), Dr.(a) Vânia Maria Manfroi
Orientador(a)

Florianópolis, 2023.

Este trabalho é dedicado aos/as assistentes sociais brasileiros(as).

AGRADECIMENTOS

Para chegar até aqui tenho uma história de lutas e enfrentamentos políticos, teóricos, pessoais e profissionais. Meu muito obrigado a todas as pessoas que contribuíram direta e indiretamente nessa jornada.

Agradeço uma pessoa em especial, um presente que a vida me deu, a professora Dra. Neide de Almeida Lança Galvão Favaro, além de ser a co-orientadora desse trabalho, há tempos tem contribuído no meu processo pessoal, profissional e de formação, compartilhando os seus conhecimentos. É uma caminhada de trabalho, pesquisa e estudos. Tornou-se uma grande amiga! Me acompanhou, estendeu as mãos, o carinho e preocupação em todos os momentos. A você, minha admiração, sempre!

Professora Dra. Vânia Maria Manfroi gratidão por acreditar em mim, mesmo com os olhos vendados, afinal nunca havíamos tido experiência conjunta. Foi fundamental todo o cuidado e respeito com o meu processo, bem como os conhecimentos partilhados.

Minha gratidão a caminhada trilhada junto ao GEPTESC, aos estudos, diálogos e trocas, esse processo foi fundamental na construção da minha trajetória, sobretudo esse trabalho, foi nesse espaço que me encontrei teoricamente, possibilitando tirar as “vendas” dos olhos.

Ao GECATE, em especial ao Professor Dr. Paulo Sérgio Tumolo, agradeço por me acolher e contribuir para qualificar esse trabalho através dos conhecimentos partilhados.

Aos professores e professoras que participaram da banca de qualificação, as contribuições foram importantes para a reta final do trabalho!

Em especial, o meu agradecimento ao meu pai e o seu apoio incondicional. Você é minha inspiração, ensina a lutar e nunca desistir dos sonhos. Você é ser humano inspirador!

Ao meu filho Augusto, tão pequenino, a parte boa da vida, o amor! Me faz ser forte, quebrar barreiras, promovendo a reinvenção todos os dias. A você, peço desculpas pelas minhas ausências! Muito obrigado por me fazer lembrar da humanidade.

A minha irmã Cintia e meu sobrinho Pedro pelo amor! Obrigado por estarem comigo!

Agradeço ao pai do Augusto, Gustavo e sua família, embora a nossa história tenha tomado rumos não esperados, o cuidado com o Augusto durante esse processo sempre foi o principal!

Agradeço as amigas e amigos que a UFSC me deu, em especial a Ester, Débora e Flávia, quantos cafés, conversas e apoio! Vocês são especiais!

A minha amiga Dalva e sua família! Vocês estão sempre me apoiando, segurando na

mão quando preciso, principalmente com o Augusto! Minha gratidão!

As minhas amigas da Diretoria Cleide, Elza, Cirlene e Ana Patrícia! Vocês trazem leveza a minha vida!

Agradeço todos e todas que me ajudaram com a logística dos cuidados de casa e com o Augusto, sobretudo, nas minhas ausências, sem vocês esse processo não seria possível.

A gratidão pela UNESPAR, as/os docentes e discentes do colegiado do curso de Serviço Social UNESPAR/ Paranavaí pelo apoio a esse processo. Meu obrigado aos encaminhamentos realizados durante os quatro anos pela Coordenação do Curso de Serviço Social e Direção de Centro Ciências Sociais e Aplicadas.

A Fundação de Apoio à UNESPAR por valorizar a qualificação profissional em suas ações.

Por fim ao PPGSS/UFSC, docentes e técnicos, sem vocês nada disso seria possível! Minha gratidão!

Eis uma desvantagem contra a qual nada posso fazer, a não ser prevenir a premunir os leitores ávidos pela verdade. Não existe uma estrada real para a ciência, e somente aqueles que não temem a fadiga de galgar suas trilhas escarpadas têm chance de atingir seus cumes luminosos.

(MARX, 2017, p. 93)

RESUMO

Esta tese, a partir de uma pesquisa bibliográfica com abordagem no materialismo histórico, objetiva analisar a apropriação da categoria trabalho realizada pelos/as autores/as do Serviço Social que pesquisam as relações e condições laborais dos/das assistentes sociais no Brasil, na última década (2010-2020), à luz da perspectiva conceitual marxiana. O percurso foi construído a partir do levantamento das produções mais recentes sobre as condições de trabalho dos/das assistentes sociais brasileiros(as), de 2010 a 2020, para desvendar as apropriações de categorias fundamentais do pensamento marxiano feitas pelos/as autores/as que discutem o trabalho vinculado às condições laborais dos/das profissionais do Serviço Social e assim analisar criticamente o tratamento dado à categoria trabalho nas produções selecionadas. Para realizar esse movimento, foi fundamentada a concepção de trabalho em Marx, na relação dialética entre trabalho concreto, abstrato e produtivo de capital, com base na teoria do valor presente no Livro 1 *d'O Capital*. A pesquisa está organizada em cinco seções: na primeira, a introdução; na segunda, a discussão da trajetória de configuração da categoria trabalho na produção científica do Serviço Social brasileiro; na terceira, a apresentação da abordagem dos/as autores/as do Serviço Social brasileiro em relação à categoria trabalho, especificamente nas produções da última década (2010-2020) sobre condições de trabalho; na quarta, a construção dos fundamentos teóricos da categoria trabalho, a partir de estudo do Livro I *d'O Capital* de Marx; e, por fim, na quinta seção, a exposição da análise crítica do uso da categoria trabalho pelo Serviço Social brasileiro sobre condições de trabalho da última década (2010-2020). Nos estudos selecionados identificou-se as influências dos/das autores/as marxistas que discutem trabalho no Serviço Social brasileiro e os resultados demonstraram que as produções da última década (2010-2020), que trataram sobre condições de trabalho, apresentaram um esforço de desvelar o processo de precarização de trabalho, se apropriando dos aportes teóricos marxistas para compreender a categoria trabalho. Nas produções, entretanto, há limites se consideradas as categorias marxianas *d'O Capital* e, conseqüentemente, equívocos, tendo em vista o movimento exposto por Marx, em que desvelou a determinação capitalista da categoria trabalho a partir da compreensão e articulação das categorias trabalho concreto, trabalho abstrato, até chegar ao entendimento da categoria trabalho produtivo de capital. As análises da produção do Serviço Social na última década (2010-2020) sobre suas condições de trabalho revelam que a maioria das pesquisas estão restritas à compreensão da categoria trabalho concreto e, mesmo nas que procuraram avançar, as demais categorias foram apropriadas de modo precário, sem a devida articulação no interior do arcabouço teórico marxiano, indispensável para desvelar o trabalho produtivo de capital. A conclusão aponta a necessidade de avançar para a abordagem da categoria trabalho em suas distintas manifestações na relação social do capital, considerando o universo categorial marxiano, articulando-a às realidades concretas nas pesquisas que tratam das condições de trabalho no Serviço Social brasileiro, o que implica no aprofundamento de estudos e realização de novas pesquisas sobre os fundamentos do capital, já que este é um requisito imprescindível para a realização de análises que subsidiem as estratégias de enfrentamento ao capital.

Palavras-Chave: Capital; Trabalho concreto; Trabalho Abstrato; Trabalho produtivo de capital; Assistentes Sociais.

ABSTRACT

Based on a bibliographic research with a historical materialism approach, this thesis aims to analyze the work category, carried out by actors of Social Work by authors who research on the labor relationship and work conditions of social workers in Brazil, in the last decade (2010-2020), in light of the conceptual perspective by Karl Marx. The path was built from a survey of the most recent productions on the working conditions of Brazilian social Workers, from 2010 to 2020, to unveil appropriations of fundamental categories of Marx's thought by authors who discuss the work linked to the labor conditions of social workers, and thus critically analyze the treatment given to the work category in selected productions. To perform this movement, the conception of work was based on Marx, on the dialectic relationship between concrete, abstract, and productive work of capital, based on the value theory found in *The Capital*, book 1. The research is organized in five sections: the first is its introduction; the second brings the discussion on configuration trajectory of the work category in the scientific production of Brazilian Social Work; the third section is addressed to present the approach of Brazilian Social Work authors regarding the work category, especially the productions of the last decade (2010-2020) about work conditions; the fourth section shows the construction of theoretical bases of the work category based on a study of *The Capital*, book 1, by Marx; and finally, the fifth section exposes a critical analysis of the work category by Brazilian Social Work on working conditions in the last decade (2010-2020). In the selected studies, were identified influences of Marxist authors who discuss work in Brazilian Social Work and the findings demonstrated that the production of the last decade (2010-2020) which deal with working conditions presented an effort to reveal that work is undergoing a precariousness process, by appropriation of Marxist theoretical contributions to the understanding of the work category. However, there are limits in Productions, when considering Marxian categories of *The Capital*, and consequently mistakes, since the movement exposed by Marx unveiled the capitalist determination of the work category by understanding and articulating the categories of concrete work, abstract work, until reaching the understanding of the productive work of capital. The analysis of the Social Work production in the last decade (2010-2020) on working conditions reveals that most research is restricted to understanding the concrete work category, and even those that searched for advance, other categories were precariously appropriated, without proper articulation within the Marxian theoretical framework, essential to unveil the productive work of capital. The conclusion points to the need to advance towards the work category approach in its different manifestations in the social relationship of capital, considering the Marxian categorical universe, articulating it to concrete realities in research that deal with working conditions in Brazilian Social Work, which implies deepening studies and conducting research on the bases of capital, as it is an essential requirement to perform analyzes that subsidize strategies to face capital.

Keywords: Capital; Concrete work; Abstract work; Productive work of capital; Social workers

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Autores utilizados nas disciplinas que versam sobre trabalho no Serviço Social brasileiro	57
Quadro 2 - Trabalhos selecionados previamente para análise.....	68
Quadro 3 - Trabalhos analisados que trataram da categoria trabalho sob a perspectiva marxista	70
Quadro 4 - O uso da categoria trabalho nas produções selecionadas.....	173

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Artigos publicados entre 2010-2020 sobre Condições de Trabalho dos Assistentes Sociais	62
Tabela 2 - Teses e Dissertações defendidas (2010-2020) sobre Condições de Trabalho dos Assistentes Sociais	63
Tabela 3 - Abordagem das Teses e Dissertações defendidas (2010-2020) sobre Condições de Trabalho dos Assistentes Sociais	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESS Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social

ABEPSS Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

BDBTD Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBAS Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CFESS Conselho Federal de Serviço Social

CNPQ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DCN's Diretrizes Curriculares Nacionais

GEPTESC Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Educação na Sociabilidade do Capital

MEC Ministério de Educação e Cidadania

MCTIC Ministério de Ciência, Tecnologias, Inovações e Comunicações

PPGSS Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

RMSP Região Metropolitana de São Paulo

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1. METODOLOGIA	23
1.1.1. Exposição da tese	29
2. A CATEGORIA TRABALHO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.....	32
2.1. A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A INTERLOCUÇÃO COM O MARXISMO	32
2.1.1. A inserção da teoria marxista no Brasil: breves apontamentos	34
2.1.2. Serviço Social brasileiro e as origens de sua interlocução com a teoria marxista	38
2.1.3. Os desafios atuais da apropriação do marxismo no Serviço Social brasileiro	44
2.2. SERVIÇO SOCIAL E A CATEGORIA TRABALHO	50
2.2.1. Os debates no Serviço Social brasileiro sobre a categoria trabalho.....	50
2.2.2. A categoria trabalho após a implantação das Diretrizes Curriculares do Serviço Social de 1996	55
3. A ABORDAGEM DOS/AS AUTORES/AS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO EM RELAÇÃO À CATEGORIA TRABALHO NAS PRODUÇÕES SOBRE CONDIÇÕES DE TRABALHO (2010-2020).....	61
3.1. IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS BRASILEIROS/AS (2010-2020) E SEUS PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	61
3.2. CATEGORIA TRABALHO: A ABORDAGEM DE PESQUISADORES/AS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO QUE TRATARAM SOBRE CONDIÇÕES DE TRABALHO NA ÚLTIMA DÉCADA (2010-2020).....	70
4. A CATEGORIA TRABALHO NA CONCEPÇÃO MARXIANA: UM ESTUDO A PARTIR DO LIVRO I, O CAPITAL	121
4.2. A HISTORICIDADE DA CATEGORIA TRABALHO ALIENADO NO INTERIOR DA OBRA MARXIANA	128
4.3. A CATEGORIA TRABALHO EM O CAPITAL	136
4.3.1. Trabalho em geral.....	138
4.3.2. O duplo caráter do trabalho: concreto e abstrato.....	141
4.3.3. Trabalho produtivo de capital	148
4.3.4. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo	161
5. ANÁLISE CRÍTICA DO USO DA CATEGORIA MARXIANA TRABALHO NAS PRODUÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO (2010-2020).....	166
5.1. DIALOGANDO COM OS/AS PESQUISADORES/AS SOBRE O USO DA CATEGORIA TRABALHO	167
5.1.1. O uso da categoria trabalho pelo Serviço Social brasileiro nas produções da última década (2010-2020) sobre suas condições de trabalho.....	169
5.2. ANÁLISE CRÍTICA DO USO DA CATEGORIA TRABALHO SOB A PERSPECTIVA MARXIANA	179
5.2.1. Análise da produção de Gois (2020)	180
5.2.2. Análise da produção de Camargo (2019).....	198

5.2.3. Análise da produção de Azevedo (2017).....	210
5.3. TENDÊNCIAS EM CURSO NA APROPRIAÇÃO DA CATEGORIA TRABALHO NAS PRODUÇÕES SOBRE CONDIÇÕES DE TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	237
CONSIDERAÇÕES FINAIS	243
6. REFERÊNCIAS	251
APÊNDICE A.....	263
APÊNDICE B.....	268

1. INTRODUÇÃO

Este estudo trata da análise da apropriação da categoria trabalho, tendo em vista as produções do Serviço Social brasileiro sobre condições de trabalho (2010-2020), e resulta na etapa final no processo de doutoramento, iniciado no ano de 2019.

Consideramos necessário explicitar de antemão qual foi a trajetória que levou ao desenvolvimento desta pesquisa, que é decorrente da nossa vivência profissional e acadêmica, pelos estudos e pesquisas que foram por nós desenvolvidos como atividade docente. A questão das condições de trabalho dos/das assistentes sociais se inseriu na nossa atuação acadêmica a partir de 2015, quando começamos o levantamento de dados sobre este tema no município e na região de Paranavaí, Estado do Paraná. Nossa atividade profissional na coordenação e supervisão de estágio, no âmbito das atividades no Ensino Superior, por dez anos, gerou tal problemática de estudos, mediante desafios constatados nos campos de estágio que acompanhamos.

Em 2017 iniciamos também a participação no Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Educação na Sociabilidade do Capital (GEPTESC), cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), grupo que também lideramos, no intuito de fundamentar as reflexões sobre a temática com base na teoria de Karl Marx (1818-1883).

Algumas particularidades do exercício da profissão do/da assistente social foram identificadas neste processo: ausência de condições físicas, técnicas e humanas; intensificação do trabalho, adoecimento dos trabalhadores, entre outras. É perceptível que nossos primeiros passos foram dados a partir de uma constatação das condições de trabalho aparentes dos/das assistentes sociais, por isso, com o amadurecimento de nosso percurso teórico, chegamos à necessidade de buscar a compreensão dos fundamentos que possibilitassem ir além das aparências do fenômeno, tal como preconiza o método crítico dialético. Assim, foi se tornando visível que somente a identificação de elementos empíricos, em sua expressão aparente, não eram suficientes para compreender a determinação das condições de trabalho dos/das assistentes sociais nessa sociedade.

O que se colocou como central na análise dessas condições é a complexidade com que as relações sociais se estabelecem nesta sociedade, que não são

apreendidas de forma imediata, requerendo estudos e investigações em nível profundo de abstração para sua efetiva compreensão. A pesquisa até então desenvolvida necessitava, assim, de outras respostas, tornando-se necessário buscar elementos capazes de subsidiar reflexões acerca das questões estruturantes desta sociedade. Esse processo coaduna com a nossa inserção no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2019.

Na delimitação do objeto de pesquisa desta tese estabelecemos o objetivo de analisar a apropriação da categoria trabalho realizada pelos/as autores/as do Serviço Social que pesquisam as relações e condições laborais dos/das assistentes sociais no Brasil, na última década, à luz da perspectiva conceitual marxiana.

No percurso analítico deste estudo apresentamos um levantamento das produções mais recentes realizadas sobre as condições de trabalho dos/das assistentes sociais brasileiros/as, de 2010 a 2020; desvendamos as apropriações conceituais do pensamento marxiano feitas pelos autores que discutem o trabalho vinculado às condições laborais dos/das profissionais do Serviço Social; identificamos nos estudos selecionados as influências dos/das autores/as marxistas que discutem trabalho no Serviço Social; para assim, analisarmos criticamente o tratamento dado à categoria trabalho nas produções sobre condições de trabalho dos/das assistentes sociais brasileiros/as. Para realizar esse movimento, foi necessário fundamentar a concepção de trabalho em Marx, na relação dialética entre trabalho concreto, abstrato e produtivo de capital, com base na teoria do valor presente no Livro 1 d'*O Capital*.

Na definição do objeto de pesquisa, consideramos sua importância no contexto atual, o que denota a relevância do seu desenvolvimento. Nesse momento de mundialização do capital, coloca-se como um palco central de discussões as condições de vida e de trabalho da população. São marcas desse período a intensificação da exploração da força de trabalho, decorrente da Lei Geral de Acumulação Capitalista, que se desdobra em índices alarmantes de desemprego e de pobreza, elementos que afetam o conjunto da classe trabalhadora, incluindo os/as assistentes sociais, como trabalhadores/as assalariados/as. Nesse âmbito, a temática relacionada ao trabalho é evidenciada por diversas pesquisas e justifica-se pela necessidade da própria realidade que está em constante movimento.

Nesse sentido, partimos do pressuposto que, para compreender as características de precarização no trabalho, vivenciada pelo conjunto de

trabalhadores/as, bem como os/as assistentes sociais, requer-se necessariamente desvelar o funcionamento da sociedade capitalista. Saliemos que o capital, em sua necessidade de assegurar sua reprodução e de retomar suas taxas de lucro nos momentos de crise, tanto determina as demandas postas à profissão de Serviço Social, como também a configuração de seu trabalho profissional, exigindo análises dessa realidade concreta. Esse tem sido um desafio assumido por vários intelectuais que nos legaram diversos elementos teóricos, constituindo um significativo acúmulo de conhecimentos produzidos no campo do Serviço Social brasileiro.

Na atualidade é possível identificar diversas pesquisas que vêm sendo realizadas no Brasil, tanto no âmbito do trabalho, como em relação às condições de trabalho dos/das assistentes sociais. Elas podem ser acessadas das mais diversas formas, tanto em produções publicadas em livros, eventos e artigos científicos, como em dissertações e teses.

No âmbito desta investigação, a questão que se coloca presente não é a quantidade de pesquisas realizadas, ou ainda, a construção de um retrato descritivo de como estão as condições de trabalho dos/das assistentes sociais brasileiros/as. Considerando a caminhada já trilhada e construída sobre a temática, buscamos elementos que possam ser elucidados no que se refere ao entendimento que os/as pesquisadores/as do Serviço Social brasileiro, que pesquisam sobre condições de trabalho dos/das assistentes sociais, vêm adotando na última década sobre a categoria trabalho, a partir da perspectiva marxiana.

Partimos da constatação de que a abordagem da categoria trabalho tem centralidade e relevância no âmbito dos estudos do Serviço Social brasileiro sobre condições de trabalho, mas, um aspecto imprescindível a ser considerado é que, a depender dos fundamentos utilizados, eles determinam um tipo de análise de realidade. Conhecer como vem sendo utilizada e referenciada essa categoria, portanto, é de fundamental importância.

No recorte deste estudo em específico, priorizamos a análise de como ocorre a referenciação desta categoria nas produções que versam sobre as condições de trabalho dos/das assistentes sociais realizadas pelo Serviço Social brasileiro na última década (2010-2020). Essa delimitação justifica-se pela trajetória de estudos sobre o tema e porque entendemos que essas pesquisas são o lócus privilegiado de análise do trabalho dos/das assistentes sociais. Sendo assim, abordar a categoria trabalho em todo o universo das produções do Serviço Social brasileiro extrapolaria os limites

temporais de elaboração desta investigação.

Nesse sentido, consideramos como elemento de seleção a nossa trajetória já trilhada de estudos sobre as condições de trabalho. Procuramos assegurar a continuidade de nossas pesquisas, mas agora atendendo à necessidade de uma nova etapa, tendo como foco o aprofundamento dos seus fundamentos. Também é importante salientar que a delimitação é apenas um limite presente neste estudo, mas ela não supre a necessária investigação sobre a temática a partir de outros focos nas produções do Serviço Social, ficando o desafio coletivo para sua futura continuidade.

Em relação a este estudo, nosso intuito é adensar e ampliar as pesquisas já realizadas em relação aos fundamentos do trabalho profissional dos/das assistentes sociais, tendo como referencial basilar o construto teórico marxiano, em sua obra mais madura, *O Capital*. Compreendemos que essa análise possui relevância política, pois, para que se possam realizar enfrentamentos em meio à realidade social posta, torna-se necessário conhecê-la de modo radical, para além de sua forma aparente, levando em consideração suas conexões mais íntimas com a totalidade social.

A discussão sobre os fundamentos do trabalho não é algo inédito. O Serviço Social brasileiro, desde a década de 1980, vem produzindo e construindo a sua trajetória histórico-metodológica ancorada em uma perspectiva crítica¹. Iamamoto (2008) assevera que a produção sobre os fundamentos do trabalho do/da assistente social situa-se no campo desta perspectiva e que esse processo foi permeado por avanços no marco da renovação crítica do Serviço Social, mas que ainda há silêncios e omissões a serem respondidos em relação ao trabalho profissional.

Um elemento que procuramos identificar nos estudos acerca desse processo, a fim de estabelecer nossa contribuição teórica, foi a caracterização mais ampla desse movimento da área. Iamamoto (2008) se dedicou a analisar os fundamentos do trabalho profissional do Serviço Social brasileiro nas últimas décadas e, destacou três elementos. O primeiro, foi a hegemonia das interpretações histórico-críticas no âmbito do debate acadêmico-profissional; o segundo, foi que a literatura produzida se centrou nas particularidades do trabalho profissional, restringindo-se ao trabalho concreto. Por isso, ela advertiu que:

[...] a análise do processamento do trabalho do assistente social não adquiriu centralidade e nem foi totalizado nas suas múltiplas determinações,

¹ A referência em relação à posição crítica é a de se contrapor à ordem burguesa.

estabelecendo-se uma frágil associação entre os fundamentos do Serviço Social e o trabalho profissional (IAMAMOTO, 2008, p. 213-214).

Além disso, o terceiro elemento apontado, foi que as pesquisas que versam sobre os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social ao longo dos anos, foram deslocadas da agenda do Serviço Social:

[...] hoje essas temáticas dispõem de pouca representatividade no universo da pesquisa, embora os temas estejam longe de ser esgotados (IAMAMOTO, 2008, p. 464).

Estudos demonstram que a centralidade das pesquisas no Serviço Social está relacionada às políticas sociais, conforme apontou Ribeiro (2017), em levantamento realizado em bancos de dados do CNPQ. Mendes e Almeida (2014, p. 648) também corroboram essa assertiva, explicando que:

[...] a predominância das análises em torno das políticas sociais — nas quais corporificam os espaços sócio-ocupacionais do assistente social — conforma-se como uma tendência da pesquisa e, obviamente, da produção do conhecimento (livros, artigos, teses, dissertações) e dos programas de pós-graduação (áreas de concentração e linhas de pesquisa) no Serviço Social. Essa constatação tem sido analisada por autores, como Simionatto (2005), Yazbek (2006), Iamamoto (2007), Baptista (2009), Guerra (2013).

Corroborando a presença dessa tendência, Iamamoto (2008), na obra *Serviço Social em tempo de capital fetiche*, identificou que o eixo temático com maior representatividade no âmbito das pesquisas desenvolvidas pelos programas de Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil foi o de Políticas Sociais: Estado e Sociedade Civil, com 19 (dezenove) linhas de pesquisas e 238 (duzentos e trinta e oito) projetos em andamento ou concluídos. Já o da formação profissional em Serviço Social: fundamentos e exercício da profissão, possuía 07 (sete) linhas de pesquisa e 47 (quarenta e sete) projetos.

Esse mesmo trabalho também apresenta resultados de uma pesquisa da Avaliação Trienal dos Programas de Pós-Graduação da CAPES/MEC (2001-2003). Ela aponta o desafio de:

[...] processar os avanços obtidos nas análises da dinâmica societária e suas incidências na elaboração teórica, histórica e metodológica dos fundamentos e processamento do trabalho do assistente social, retomando com novas luzes, o Serviço Social como objeto de sua própria pesquisa (IAMAMOTO, 2008, p. 464).

A importância de centrar nossa investigação no trabalho e nos fundamentos do Serviço Social foi se comprovando, levando-nos a procurar a identificação de algumas características que vêm demarcando os estudos nessa área. Uma investigação realizada por Silva e Souza (2019, p. 7), em uma revista de referência para o Serviço Social Brasileiro, *Revista Serviço Social e Sociedade*, tratou dos artigos publicados sobre o trabalho do/da assistente social de 1996 a 2018. A pesquisa contou com a análise de 183 (cento e oitenta e três) artigos e apontou os seguintes resultados:

[...] em relação ao descritor processos de trabalho, resultaram em oito artigos selecionados; ao mundo do trabalho, dezoito; às configurações do trabalho da/o assistente social, vinte e dois; e oito para condições laborais/de trabalho da/o assistente social.

Observou-se ainda que, nos 22 anos de publicação do periódico, somente 4,37% dos artigos dedicaram-se a tratar das condições de trabalho dos/das assistentes sociais.

Diante disso, Iamamoto (2008) chama a atenção para a necessidade de realização de pesquisas na área que possam contribuir e adensar as análises no campo dos fundamentos do trabalho profissional.

São poucas as produções recentes que têm o Serviço Social como objeto central de suas pesquisas, podendo sugerir uma armadilha: a incorporação, pelos próprios pesquisadores, de uma imagem social subalternizada da profissão, redundando numa relação envergonhada com o Serviço Social, não assumida enquanto tal, e encoberta na busca de temas considerados de maior relevo acadêmico e social como objeto das investigações. Essa tendência se radicaliza na análise do trabalho ou da 'prática profissional', que vem ocupando um lugar secundário na agenda recente da produção acadêmica especializada (IAMAMOTO, 2008, p. 244).

O estudo da categoria trabalho, a partir do referencial marxiano, mostrou-se relevante para nossa pesquisa. A partir disso, nossa inquietação neste estudo, no primeiro momento, apresentou-se com a seguinte questão: se considerarmos a apropriação da perspectiva marxista no âmbito da profissão e a discussão sobre a centralidade do trabalho no Serviço Social brasileiro a partir dessa compreensão, qual a apreensão dos assistentes sociais em relação à categoria trabalho nas produções da última década (2010-2020) sobre condições de trabalho? Tal preocupação advém do fato de entendermos que a concepção de trabalho influencia diretamente na

construção de estratégias e táticas políticas construídas pela profissão, enquanto uma categoria profissional que se contrapõe à ordem vigente.

Uma autora que tem envidado esforços e apontado questões dentro dessa temática é Iamamoto (2008). Ao tratar sobre os fundamentos do Serviço Social nas últimas duas décadas, ela constatou a ausência de centralidade para a categoria trabalho abstrato nos estudos realizados.

Ainda que a totalidade dos autores reconheça que o exercício profissional realiza-se pela mediação do trabalho assalariado, mediante um contrato de trabalho no circuito do Estado ou de empregadores privados, nenhum deles atribui centralidade à outra dimensão desse mesmo trabalho: sua condição de trabalho abstrato envolvida na compra e venda dessa força de trabalho especializada (IAMAMOTO, 2008, p. 332).

Raichelis (2018) também reconhece a necessidade de aprofundamento da categoria trabalho sob a perspectiva marxista, pois observa nos estudos que vêm sendo realizados que os fundamentos do trabalho profissional, na maioria de suas análises, se restringiram ao campo do trabalho concreto.

A ausência de problematização sobre a dupla dimensão do trabalho – como trabalho concreto e abstrato – levou a que a reflexão sobre o trabalho do assistente social, no processo de produção e reprodução social, não tenha sido objeto dos desdobramentos teóricos relacionados às específicas condições em que se dá a mercantilização desta força de trabalho, pelo seu assalariamento e pelas formas através das quais ingressa (ou não) no reino do valor e da valorização do capital (RAICHELIS, 2018, p. 157).

Feito esse breve balanço prévio, a partir dos/das autores/as citados/as, compreendemos que as análises do Serviço Social brasileiro em relação à categoria trabalho, em sua maioria, estão referenciadas no campo da perspectiva marxista, embora isso não assegure que tenha ocorrido a apropriação do universo categorial expresso n' *O Capital*, de Karl Marx (1818-1883). Na concepção aqui adotada, isso pode se constituir em um problema, tendo em vista a existência de limites estreitos de compreensão ao não se apreender a fundo a relação capitalista de produção.

Assim, alguns questionamentos norteiam a construção desse trabalho, que ficou delimitado nas produções do Serviço Social que pesquisam as relações e condições laborais dos/das assistentes sociais no Brasil, na última década: os/as pesquisadores/as, ao analisarem o trabalho do/da assistente social na sociedade capitalista, levam em consideração a inserção desse trabalho no modo de produção

do capital? Qual a contribuição da teoria marxiana para a análise das condições de trabalho do/da assistente social? Quais são as principais influências teóricas nas pesquisas? Há recurso às fontes originais marxianas?

A expectativa é de que este estudo possa contribuir para o adensamento teórico, principalmente para o campo dos fundamentos do trabalho profissional do/da assistente social, pautado na perspectiva marxiana.

1.1. METODOLOGIA

Consideramos que a abordagem teórica desta pesquisa exige o aprofundamento e estudo dos fundamentos da relação social do capital. Para que possamos avançar nas análises, para além das aparências e fenômenos, compreendemos que Marx é o teórico que, em seu tempo histórico, apreendeu a essência da relação social do capital. Isso porque a teoria marxista está articulada com a perspectiva de totalidade, como descreve Netto (1991, p. 93), pois a compreensão da sociedade é “[...] apreendida como uma totalidade concreta, dinâmica e contraditória”.

Simionatto (2009) afirma que o conhecimento, para Marx, implica o desvelamento das determinações políticas, econômicas e culturais. O método proposto por Marx, portanto, tem a realidade como ponto de partida e seu desvelamento possibilita uma crítica radical à sociedade capitalista. Tonet (2013, p. 9) corrobora com essa análise e indica seus desdobramentos:

Compreender até o fim, isto é, compreender cada fenômeno como parte de uma totalidade, como momento de uma processualidade histórica e social; apreender, em cada fenômeno, a articulação entre essência e aparência, as mediações e contradições que permeiam toda a realidade social. Transformar até o fim, isto é, intervir, a partir dessa compreensão, de um modo que possa modificar até os seus fundamentos essa ordem social e construir uma outra forma de sociabilidade plenamente humana.

Outra característica em relação a essa teoria, que consideramos pertinente salientar, é que ela possui a capacidade de realizar a crítica, não a partir de pressupostos morais, mas de forma racional e pautada na realidade concreta:

[...] a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus

condicionamentos e os seus limites – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais (NETTO, 2009, p. 6).

O afastamento de princípios idealistas e subjetivistas é, portanto, uma exigência da teoria marxiana. Ao escrever as Teses sobre Feuerbach (1845), Marx (1845, p. 1) fez a crítica aos seus limites, pois “[...] o materialismo que não concebe a sensibilidade como uma atividade prática, é a percepção dos diferentes indivíduos isolados da sociedade civil”.

Dessa forma, denunciou como o idealismo e o materialismo vulgar levam à compreensão dos indivíduos de forma isolada e não apreendem o mundo sensível como prática real. Para Marx (1845), a vida social é prática e produto social.

Realizadas essas ponderações, ao realizarmos a opção pela fundamentação nessa teoria, torna-se necessário considerarmos as nuances que a envolvem, inclusive suas distintas interpretações. É de conhecimento que Marx inaugura a sua teoria, e com ela uma tradição que, desde então, tem uma gama de seguidores, considerados “marxistas”. Conforme descreve Hobsbawm (1983, p. 14):

[...] acreditamos que – hoje menos ainda, mas também já no passado – não existe um único marxismo, mas sim muitos marxismos, frequentemente empenhados (como se sabe) em ásperas polêmicas internas, a ponto de negarem uns aos outros o direito de se declararem marxistas.

Nesse sentido, é preciso chamarmos a atenção para o fato de que esse processo teórico não se constitui em uma unidade, tanto no que se refere às análises da realidade, quanto às respostas de enfrentamentos a ela. Isso significa dizer que, dentro do marxismo, não existe apenas uma vertente, mas várias. Conforme descreve Netto (1991, p. 84):

[...] a obra de Marx (marxiana) forneceu a base para inúmeros desenvolvimentos (as correntes marxistas) que no seio de um bloco teórico-ideológico diferenciado (a tradição marxista) oferecem tratamentos complementares, alternativos e/ou colidentes para os problemas que se foram e vão se colocando no mundo burguês.

No contexto atual, temos as reivindicações do marxismo nos mais diversos escritos. Nesse sentido, é necessário definirmos neste estudo o campo com o qual nos identificamos, uma vez que se elenca a teoria marxista como a norteadora das análises que serão empreendidas.

Netto (1991) chama a atenção sobre a existência dos “marxismos², não como um fato isolado, mas como fruto de um processo histórico e social que surgiu posterior à Terceira Internacional, com a “crise dogmática doutrinária”. Com esse processo, em sua opinião, é impossível tratar de marxismo no singular.

Tendo em vista esses aspectos, para o desenvolvimento deste estudo buscamos o referencial “marxiano”, a partir da utilização de sua fonte primária, como também autores marxistas considerados pertinentes à tradição marxista. Adotamos, assim, os critérios descritos por Netto (1991), que afirma a necessidade de três elementos que devem ser levados em consideração para a pertinência da teoria marxista desenvolvida pelos diferentes teóricos:

A meu juízo, a pertinência à tradição marxista pode ser precisada segundo um triplo critério: o método crítico-dialético, a teoria do valor-trabalho e a perspectiva da revolução. A arquitetura teórica marxiana está fundada neste tripé – sem a presença simultânea destes três componentes, a sua construção teórica desaba (NETTO, 1991, p. 95).

Em relação ao método, destaca-se que não foi “objeto” de estudo do pensador alemão o seu desenvolvimento, mas que, após construída a sua obra, é possível apreendê-lo. Em *O Capital*, no Posfácio da Segunda Edição, Marx (2017, p. 90) afirma que:

A investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento do real.

Nosso estudo, com base nesse referencial, sustenta-se na compreensão de Tumolo (2020) sobre o método. O autor, de reconhecida pertinência marxista, explica que o método de Marx está sintetizado na obra *O Capital*:

Marx só pôde se apropriar de seu método, ter plena consciência de suas

² “A obra de Marx, padeceu sorte irônica: já em princípios dos anos 80 do século XIX, por força de condicionalismos que não cabe analisar aqui, ela começa a ser convertida em um sistema que, especialmente em razão das características da Segunda Internacional, acaba por se consolidar como *Weltanschauung*. Nascia o marxismo que a Terceira Internacional, malgrado a ruptura política com sua antecessora, entronizaria e codificaria, sob a autocracia stalinista no catecismo do marxismo-leninismo. Em pouco mais de meio século, o espólio do maior dos críticos, que inclusive recursar-se-ia a ver-se como ‘marxista’, estava transformado em doutrina. Com os processos que se sucedem a partir do XX Congresso do PCUS (1956), esta doutrina, o marxismo institucional entra em colapso e se abre a via à compreensão de que a tradição marxista, englobando a obra marxiana, configura um leque de expressões muito diferenciadas” (NETTO, 1991, p. 95).

especificidades e de suas diferenciações em relação ao método da Economia Política, em 1859, após realizá-lo. O estudo, mesmo que cuidadoso, do texto *O método da Economia Política* se mostra, portanto, insuficiente para a apreensão do método. Tal apreensão só pode ser conseguida depois de um longo, exaustivo e profundo exercício de estudo de *O Capital*, porque ele é a realização do método da crítica da Economia Política de Marx, quer dizer, ela só pode ser alcançada a posteriori. Assim, estaríamos seguindo seu conselho e sua diretriz: apreender o método perfazendo com ele o caminho que vai do particular, a mercadoria, para o universal que é o capital (TUMOLO, 2020, p. 9).

O desafio recorrente é dar continuidade a esse movimento, tornando-se necessária a apropriação do universo categorial expresso nessa produção. Tumolo (2020) afirma ainda que esse método é imprescindível para apreender qualquer tema que tenha um caráter histórico e de formação particular capitalista. Dessa forma, elencar essa concepção de método significa dizer que, para responder ao objeto em evidência, é fundamental a apropriação das categorias d'*O Capital*.

O Capital de Marx é parte inseparável e ineliminável de seu método. O método de Marx pressupõe, necessariamente, *O Capital*; mais que isso, ele está fundido no método. Não é possível a realização do exercício do método sem a devida apropriação de *O Capital*. Por isso, se o método tem um caráter universal, *O Capital* também o tem, ou seja, ambos são imprescindíveis para a apreensão de temas que tenham um caráter histórico referentes a qualquer formação particular capitalista de qualquer época (TUMOLO, 2020, p. 16).

Com base nesses elementos, portanto, como o objeto tratado nesta pesquisa está situado na sociabilidade do capital, analisá-lo requer, de fato, compreendermos o sistema capitalista, e para isso, conforme afirma Tumolo (2020), é necessária a apropriação das categorias de *O Capital*.

Nesse sentido, o desenvolvimento deste estudo está pautado nos postulados da obra marxiana e amparado em pesquisa bibliográfica. Para Marconi e Lakatos (1990, p. 68), essa pesquisa “[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo”, por isso, as fontes de pesquisa serão as publicações que amparem o estudo do objeto proposto. Destaca-se que ela “[...] implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38).

Nesse sentido, são etapas do procedimento metodológico desta tese:

- Recorte do material de pesquisa, mapeamento e levantamento da produção acadêmica:

Nesta etapa priorizamos as produções acadêmicas da última década (2010-2020) que tratam da temática “condições de trabalho dos/das assistentes sociais brasileiros”. Essa produção está expressa através de artigos científicos, teses e dissertações³.

O desenvolvimento do estudo seguiu pela seleção dos trabalhos – teses e artigos científicos – a partir de três critérios: 1) trabalhos realizados na área de Serviço Social; 2) trabalhos que remetem às condições de trabalho dos/das assistentes sociais brasileiros(as); e 3) trabalhos que reivindicam a teoria marxista em seu campo de análise.

Os levantamentos foram realizados em agosto de 2020, nos periódicos junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD). Utilizamos como descritor o termo “condições de trabalho dos assistentes sociais”, e filtramos a busca entre os anos de 2010 a 2020. No primeiro momento, obtivemos um resultado de 40 (quarenta) artigos e um total de 236 (duzentos e trinta e seis) dissertações e teses.

Após esse levantamento, realizamos a leitura seletiva dos materiais localizados, pois, conforme explicam Lima e Mioto (2007, p. 41), ela:

[...] procura determinar o material que de fato interessa, relacionando-o diretamente aos objetivos da pesquisa. Momento de seleção das informações e/ou dados pertinentes e relevantes, quando são identificadas e descartadas as informações e/ou dados secundários.

Esse processo teve como foco os resumos, e a partir de sua leitura, identificamos, no primeiro momento, trabalhos que realmente tratavam da temática condições de trabalho dos/das assistentes sociais e, em seguida, selecionamos os que reivindicam a teoria marxista e/ou o método crítico dialético.

Em relação aos artigos científicos, identificamos e selecionamos 09 (nove) que tratam sobre a temática abordada. Desses, 06 (seis) reivindicam a teoria marxista. Além disso, sobre as dissertações e teses, verificamos as que realmente tratam sobre

³ Destaca-se que para chegarmos a esse universo de pesquisa, realizamos um levantamento que analisou as características das pesquisas realizadas pelo Serviço Social brasileiro, no que refere às condições de seus(uas) trabalhadores(as), nos Anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), 15ª (2016) e 16ª (2019) edições. O levantamento revelou escassez de trabalhos voltados à essa temática e, nos existentes, a predominância de concepções limitadas ao trabalho concreto.

as condições de trabalho dos/das assistentes sociais, sendo 08 (oito) teses e 22 (vinte e duas) dissertações. Dessas, 06 (seis) teses e 15 (quinze) dissertações reivindicam a teoria marxista.

Dessa forma, a fim de assegurar uma análise criteriosa dentro dos limites desta pesquisa, nesta etapa selecionamos os seguintes materiais: 1) artigos científicos, por compreendermos que estes passam por avaliação de outros pares; e 2) teses de doutorado, pois elas se constituem a partir de um processo de pesquisa aprofundado, por conta, inclusive, do tempo estabelecido para a sua realização.

- Leitura e análise sistematizada do levantamento bibliográfico:

Esta etapa consiste na leitura reflexiva ou crítica do material selecionado, conforme o que foi obtido pelos critérios da etapa anterior. Conforme descrevem Lima e Mioto (2007, p. 41), a leitura reflexiva e crítica consiste em:

[...] estudo crítico do material orientado por critérios determinados a partir do ponto de vista do autor da obra, tendo como finalidade ordenar e sumarizar as informações ali contidas. É realizada nos textos escolhidos como definitivos e busca responder aos objetivos da pesquisa. Momento de compreensão das afirmações do autor e do porquê dessas afirmações.

Em conjunto com a leitura reflexiva e crítica, realizamos o fichamento do material definido, identificando e selecionando as concepções dos/das pesquisadores/as em relação à categoria trabalho.

Para que se possa apreender a abordagem dos/das pesquisadores/as sobre a categoria trabalho, no primeiro momento, levamos em consideração dois critérios: 1) os trabalhos que citam Marx; e 2) os trabalhos que não citam Marx. Identificamos que os trabalhos que não referenciam Marx, apenas citam as categorias sem explorá-las, inviabilizando estabelecermos o diálogo necessário para este estudo. Dessa forma, o foco tratou especificamente das produções que, de forma simples ou mais abrangente, abordam conceitos em relação às categorias.

Finalizada essa sistematização, realizou-se um estudo cuidadoso das pesquisas selecionadas, a fim de verificar de que forma essas abordagens oferecem elementos para a análise do trabalho do/da assistente social na sociedade capitalista. Conforme explicam Mioto e Lima (2007, p. 41), trata-se de uma leitura interpretativa:

[...] é o momento mais complexo e tem por objetivo relacionar as ideias expressas na obra com o problema para o qual se busca resposta. Implica na interpretação das ideias do autor, acompanhada de uma interrelação destas com o propósito do pesquisador. Requer um exercício de associação de ideias, transferência de situações, comparação de propósitos, liberdade de pensar e capacidade de criar. O critério norteador nesse momento é o propósito do pesquisador.

De posse do panorama dos posicionamentos e concepções dos/das assistentes sociais construídos na última década (2010-2020) sobre a categoria trabalho, nas produções sobre condições de trabalho, selecionamos os trabalhos que realizam um diálogo profícuo com a produção sobre o trabalho no âmbito marxista, apresentando as posições identificadas, respeitando o movimento realizado pelos/as próprios/as pesquisadores/as.

Os dados obtidos tratam da apreensão dos/das assistentes sociais brasileiros/as sobre a categoria trabalho na perspectiva marxista, no âmbito das produções estudadas que versam sobre as suas condições de trabalho da última década (2010-2020).

Para estabelecer a interlocução com esses/as autores/as e sua análise a partir da teoria marxiana, outra etapa foi o estudo da categoria trabalho elaborada por Marx (2017), a partir da obra *O Capital*. Privilegiamos esta obra por compreender que ela tem maior envergadura teórica, além de ser a mais acabada da teoria do autor. Também foram utilizados autores que possuem pertinência na tradição marxista, conforme os critérios descritos por Netto (1989). Após a construção da base teórica, sobre a categoria trabalho, a partir da obra *O Capital* de Marx, foram dadas as condições para análises críticas da produção selecionada do Serviço Social, especificada nesta tese.

1.1.1. Exposição da tese

No método materialista histórico o real se impõe, dessa forma, somente depois de percorrer todos os processos investigativos é que podemos, de fato, apresentar a síntese do conhecimento apreendido. A organização da nossa exposição expressa o resultado final deste processo investigativo, que embora não esgote a temática proposta, pretende trazer reflexões para avanços nos debates.

A análise abarcou distintos momentos, que foram organizados em cinco seções. Na primeira, apresentamos uma introdução. Na segunda, caracterizamos a

produção do conhecimento do Serviço Social brasileiro e situamos a interlocução dessa profissão com a teoria marxista. Além disso, apresentamos os debates do Serviço Social brasileiro em relação à categoria trabalho, verificando também como se configura essa categoria posterior à implantação das Diretrizes Curriculares do Serviço Social brasileiro de 1996.

Na terceira seção, foi construído o levantamento e seleção das publicações da última década, a partir dos dados obtidos através de uma seleção minuciosa, em periódicos da CAPES e no banco digital de Teses e Dissertações. Esse estudo atendeu à delimitação de nosso objeto de pesquisa, centrando-se apenas nos trabalhos que tratam da temática condições de trabalho dos assistentes sociais na última década (2010-2020).

Posteriormente, apreciamos e apresentamos o tratamento dado à categoria trabalho nas pesquisas selecionadas, sobre as condições de trabalho no Serviço Social brasileiro. É um momento crucial do trabalho, pois identifica as definições correntes nesse âmbito profissional, bem como os esforços de aprofundamentos na teoria marxiana, necessários para dialogarmos criticamente mais adiante e, assim, contribuirmos para possíveis avanços em relação às produções.

Com base no que foi obtido ao final dessa discussão, na quarta seção construímos nossa base teórica a partir da obra *O Capital*, bem como de teóricos que se subsidiam em suas produções, considerando o tratamento que é dado à categoria trabalho. O intuito foi fundamentarmos o estudo, especialmente amparados nos primeiros capítulos da obra supracitada, para assim propiciar nosso diálogo crítico com as produções estudadas e identificadas no momento anterior.

Essa é a proposta da quinta seção, em que a nossa análise foi centrada no debate com as produções relativas ao estudo sobre as condições de trabalho de assistentes sociais, com base nas categorias expressas na obra *O Capital*, e em estudiosos/as de pertinência marxista que contribuíram para a elucidação dessa temática.

A seleção de trabalhos, nesse momento de interlocução crítica, levou em consideração especialmente os estudos que conseguem avançar em análises para além da simples citação das categorias marxianas que tratam sobre o trabalho. Dessa forma, o esforço foi identificar e elucidar os avanços e as insuficiências nas análises realizadas pelo Serviço Social brasileiro e, possivelmente, contribuir para o aprofundamento teórico e político da profissão.

Nesta tese inferimos que, embora as produções da última década (2010-2020) do Serviço Social brasileiro que trataram sobre condições de trabalho apresentassem um esforço para se apropriar dos aportes teóricos marxistas e compreender a categoria trabalho, desvelando o processo de sua precarização, elas demonstraram limites e, conseqüentemente, equívocos no processo de construção de estratégias de enfrentamento.

Levando em consideração a construção realizada por Marx em *O Capital* sobre a categoria trabalho e o desvelamento da determinação capitalista, o processo de sua apreensão pressupõe um movimento de compreensão e abstração das categorias trabalho em geral, trabalho concreto e trabalho abstrato, até chegar ao entendimento do trabalho produtivo de capital. Abdicar desse processo não permite desvelar a determinação capitalista sobre a categoria trabalho.

A análise empreendida na produção do Serviço Social da última década (2010-2020) sobre suas condições de trabalho demonstrou que a maioria das pesquisas não avançam para além da categoria trabalho concreto. As que avançam, se apropriam de modo precário, abrindo lacunas para diversas interpretações e equívocos. Diante desse cenário, consideramos a necessidade de as pesquisas que tratam sobre as condições de trabalho avançarem na compreensão e desvelamento da categoria trabalho produtivo de capital.

Apontamos, assim, a necessidade de aprofundamento de estudos e realização de novas pesquisas sobre os fundamentos do capital, pois, em nossa compreensão, elas são essenciais para a realização das análises concretas da realidade, o que consideramos condição para a elaboração de estratégias de enfrentamento e superação da relação social do capital.

2. A CATEGORIA TRABALHO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Nesta seção, no primeiro momento, caracterizamos a produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro e situamos a interlocução dessa profissão com a teoria marxista. Advogamos nesta pesquisa que o momento atual requer a busca pelos fundamentos da teoria marxiana para a análise da realidade.

O segundo momento consiste em apresentar um resgate do caminho teórico construído pelo Serviço Social brasileiro sobre a categoria trabalho, evidenciando a sua relação com a teoria marxista.

2.1. A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A INTERLOCUÇÃO COM O MARXISMO

O pressuposto que norteia nossa pesquisa é o de que a trajetória da produção de conhecimento científico não vem se constituindo em um processo linear, pois é carregada de tensões, limites e desafios impostos pela própria realidade social. Tratar esse movimento requer reconhecermos que esses aspectos não são exclusivos para o Serviço Social e que eles permeiam o âmbito das teorias sociais.

Tonet (2013) destaca que as teorias sociais surgem em meio ao contexto da Revolução Francesa e Industrial, momento em que ocorre a ascensão da burguesia. Para o autor, é nesse conjunto de acontecimentos que a realidade social também atingiu a sua maturidade, permitindo ser compreendida em sua natureza própria.

Para Marx (2017), no momento em que a burguesia chegou ao poder suas possibilidades revolucionárias se esgotaram e a teoria produzida por ela passou também a se inserir no âmbito da luta de classes.

Não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, se contrariava ou não as ordens policiais. O lugar da investigação desinteressada foi ocupado pelos espadachins a soldo, e a má consciência e as más intenções da apologética substituíram a investigação científica parcial (MARX, 2017, p. 86).

Diante disso, conforme explica Lara (2013, p. 93), Marx e Engels, em seu tempo histórico, já denunciaram a “[...] tentativa de os ideólogos burgueses produzirem

conhecimentos que têm como premissa a evasão da realidade social, com explícitas intencionalidades de conservação da ordem do capital”.

Esse processo pode ser situado no campo da decadência ideológica, descrita pelo teórico marxista Lukács (1968, p. 52):

Essa liquidação de todas as tentativas anteriormente realizadas pelos mais notáveis ideólogos burgueses no sentido de compreender as verdadeiras forças motrizes da sociedade, sem temor das contradições que pudessem ser esclarecidas; essa fuga numa pseudo-história construída a bel-prazer, interpretada superficialmente, deformada em sentido subjetivista e místico, é a tendência geral da decadência ideológica. Do mesmo modo como, em face da revolta de junho do proletariado parisiense, os partidos liberais e democráticos fugiram e se esconderam sob as asas dos vários Hohenzollern, Bonaparte e consortes, agora fogem também os ideólogos da burguesia, preferindo inventar os mais vulgares e insípidos misticismos a encarar de frente a luta de classes entre burguesia e proletariado, a compreender cientificamente as causas e a essência desta luta.

Tonet (2007), corroborando com tal análise, explica que, da segunda metade do século XIX para cá, a ciência burguesa tem procurado compreender o mundo ocultando o essencial e revelando as aparências. Ele chama a atenção para o fato de que as aparências são fenômenos, coisas sem importância, trivialidades. Esse processo, destaca o autor, leva à redução da atividade científica.

Ainda segundo Tonet (2013), o caminho para uma análise crítica desta realidade deve se dar levando em consideração o seguinte pressuposto: a sua construção é exclusivamente humana. Marx, destaca o autor, sem dúvidas é o teórico que vem contribuindo nessa perspectiva, pois em seu estudo prevê a articulação de todas as categorias, sendo possível

[...] demonstrar que a realidade social não é uma soma aleatória de partes, mas uma totalidade real. Além disso, também permite demonstrar que a realidade social se compõe de essência e aparência, que é, ao mesmo tempo, una e múltipla, que implica a permanência a mudança, a continuidade e a ruptura (TONET, 2013, p. 8).

Nesse sentido, à medida que a burguesia assume o poder, suas teorias já não dão conta de desvelar a realidade social, tendo em vista que o objetivo passa a ser perpetuá-la. O surgimento da teoria marxista se constitui nesse período histórico como necessário, demonstrando ser capaz de desvelar a realidade, não só a partir da aparência dos fenômenos, mas, priorizando a sua essência.

Mesmo com o surgimento dessa teoria, que revela a essência da relação social

capitalista, não há o fim do conservadorismo defendido pelos teóricos burgueses. O que se identifica é que o capitalismo avança e, em conjunto, mais complexas se tornam as formas de apreensão da realidade, tendo como consequência o aprofundamento do pensamento reacionário. Na atualidade:

O abandono, pelas ciências sociais atuais, de categorias fundamentais, como classes, luta de classes, exploração, socialismo, imperialismo, etc. bem como a negação da possibilidade de compreender a realidade social como totalidade e, portanto, de intervir para transformá-la integralmente, é uma clara demonstração desse caráter cada vez mais conservador assumido pela teoria social burguesa (TONET, 2013, p. 4).

No processo de produção de pesquisas, portanto, devemos levar em consideração as intencionalidades que adquirem no âmbito da sociedade capitalista. Conforme explica Lara (2013, p. 92): “[...] Na produção de ideias e, por conseguinte, no conhecimento científico também estão situadas as alterações ideológicas”. Também destaca Lara (2013, p. 228), que a pesquisa faz parte de um posicionamento político e o pesquisador que se posiciona em favor da lógica do trabalho deve “[...] perquirir as conexões destrutivas do modo de produção capitalista e investigar suas contradições sociais”. Este tem sido um esforço visível em alguns teóricos brasileiros desde o final do século passado.

Nos limites deste estudo, e para que possamos compreender como o Serviço Social se apropria da categoria trabalho, tendo como fundamento a teoria marxista, buscamos resgatar na sequência o processo pelo qual ela se inseriu nas produções desta área no âmbito brasileiro. Procuramos destacar o movimento ocorrido, os debates que surgiram, bem como as possibilidades teóricas e limites vivenciados.

2.1.1. A inserção da teoria marxista no Brasil: breves apontamentos

De antemão, salientamos que a inserção do marxismo no Brasil não ocorre somente no Serviço Social, trata-se de um movimento amplo presente em diversas áreas. A necessidade de resgate desses elementos justifica-se para compreender os limites históricos e sociais que envolveram esse processo, bem como os desafios que ainda se fazem presentes na atualidade.

A evidência da teoria marxista no contexto brasileiro é um dos aspectos do momento histórico despontado em meados da década de 1950. Segundo Netto

(2014), nessa década, a cultura brasileira experimentava um movimento de renovação, surgindo pautas progressistas e democráticas, podendo ser identificadas suas expressões na televisão, teatro, música e literatura.

Também na metade da década de 1950, a presença de um movimento de “renovação” se fez presente, influenciando as ciências sociais e a literatura. Além disso, ele foi identificado fora do âmbito acadêmico, por meio de revistas que promoviam debates sobre a realidade brasileira (NETTO, 2014).

Para Netto (2014), esse acúmulo cultural vivenciado durante a década de 1950 terá dimensionamentos em relação ao contexto brasileiro da década de 1960. Inicia-se então um novo capítulo na história, em consequência do golpe de 1964, dando início à ditadura no Brasil, que só teria sinais de esgotamentos no ano de 1985. Esse período foi permeado de marcas de opressão e violência, conforme descreve Netto (2014, p. 17):

Foram vinte longos anos que impuseram à massa dos brasileiros a despolitização, o medo e a mordaza: a ditadura oprimiu (através dos meios mais variados, da censura à onipresença policial-militar), reprimiu (chegando a recorrer a um criminoso terrorismo de Estado) e deprimiu (interrompendo projeto de vida de gerações, destruindo sonhos e aspirações de milhões e milhões de homens e mulheres). Para durar por duas décadas, o regime do 1 de abril teve que perseguir, exilar, torturar, prender e assassinar (e/ou fazendo ‘desaparecer’) operários e trabalhadores rurais, sindicalistas, estudantes, artistas, escritores, cientistas, padres e até mesmo burgueses e militares que tinham compromissos com a democracia – o que significa que aqueles vinte anos foram também anos de resistência.

Diante disso, o movimento de renovação ganha novos contornos. Embora a conjuntura se colocasse de forma desfavorável, no primeiro momento da ditadura de 1964, contraditoriamente, o movimento de renovação ganhou mais força e significado:

O acúmulo crítico que as tendências democráticas e progressistas realizavam desde finais dos anos cinquenta viu-se potenciado com a situação criada nos imediatos desdobramentos do golpe (NETTO, 2011, p. 76).

Para o autor, o panorama cultural entre 1964 e 1968 ganhou peso das correntes críticas, democráticas, progressistas e, inclusive, das matrizes intelectuais extraídas da tradição marxista. Trata-se de uma das mais ricas conjunturas culturais vivenciadas por esse país. Em específico, a tradição marxista nesse contexto ganha espaço.

Com a tradição marxista colocada no index oficial, traduzem-se e editam-se

autores dela expressivos (as primeiras versões de Lukács e Gramsci são deste período, assim como de pensadores como Lefebvre, Schaff, Goldmann, Althusser) ou a ela muito conectados (Marcurse, por exemplo) – igualmente, são os anos em que se inicia a publicação da primeira tradução portuguesa integral de *O Capital* (NETTO, 2011, p. 78).

Dessa forma, mesmo com o início da ditadura, a resistência se fez presente. Entretanto, no ano de 1968 ela foi cerceada diretamente, através da instauração do “terrorismo cultural sistêmico”. Sem dúvidas, ele foi responsável por destruir o bloco cultural contestador até então presente, já que editoras foram fechadas, houve o exílio de artistas e intelectuais, entre outros procedimentos instaurados à força.

Destaca-se que com a ditadura civil-militar os segmentos culturais que até se faziam presentes, distanciaram-se do movimento político e social da classe trabalhadora. Favaro (2017, p. 113) destaca que esse processo deixou consequências

[...] especialmente no campo da teoria, que debilitada em sua referência à sociedade, perdeu sua concretude, esgotou-se em si mesma e assumiu gradativamente uma matriz irracionalista.

Esse movimento deu origem a uma nova corrente racionalista, marcada pelo estruturalismo, que adentrou os vários setores sem resistências, pois o debate estava proibido. Segundo Netto (2011), o resultado foi o surgimento, inclusive, de uma função desideologizante, que contribuiu para neutralizar os vetores críticos.

Já a apropriação da teoria marxista até se fez presente, com tensionamentos expressivos, já que se contrapunha à ordem vigente. Diante disso, ela foi se reconfigurando, como explica Netto (2011, p. 88):

[...] nutriu amplamente o ‘marxismo academico’ (e, aqui, a influência da obra de Althusser ainda requer uma análise cuidadosa), ele respondeu por uma cultura de esquerda inteiramente asséptica – descontada, naturalmente, uma ‘leitura científica’ de Marx que o tornava palatável a uma infinita gama de gostos.

Nesse contexto também, conforme explica Favaro (2017), vários setores foram afetados, dentre eles o sistema educacional e a produção acadêmica. A universidade se transformou em uma “[...] instituição formal-burocrática, esvaziada de problematizações e críticas societárias” (FAVARO, 2017, p. 114).

Em meio a esse movimento histórico, a necessidade de enfrentamento era urgente, portanto, ocorreu a deflagração de um movimento contestador e de

resistência, com características distintas. Ele não se deu em um sentido único, envolveu matizes diferenciadas: social democrática, utópica-românticas, entre outras (FAVARO, 2017). A autora destaca então a presença do pensamento de matiz democrática radical, questionador das sequelas da ditadura e de recusa à ordem burguesa. Para a autora dois pontos são importantes para compreender o legado da ditadura:

O primeiro foi o surgimento de um novo irracionalismo, em cuja intencionalidade revolucionária se recuperava uma postura antielitista, antiautoritária e anticolonista. A razão era considerada um instrumento de domínio, um componente do poder burguês e, assim, uma teorização contra a razão teórica correspondia às debilidades de formação dessas gerações. O segundo era uma postura crítica que se estendia para um posicionamento radical revolucionário, autêntico, cujo alvo prioritário era a tradição marxista do pré-64 (FAVARO, 2017, p. 115).

Ao realizarmos essa digressão dos caminhos que a cultura brasileira assume desde a década de 1950, perpassando a década de 1960 e o contexto de ditadura vivenciado no Brasil, foi possível identificarmos que em meio a essas condições ocorreu a inserção da teoria marxista, necessitando aprofundar de que forma ela se deu e a configuração que assumiu.

Favaro (2017) destaca que a inserção dessa teoria até meados de 1950 foi precária e esteve vinculada à elaboração teórica, política e ideológica de intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Somente na segunda metade dos anos 1950 uma tradição marxista começa a ultrapassar as fronteiras do PCB, que se expandiu entre pensadores e investigadores sem vinculação partidária, servindo, inclusive como aporte para diversas matrizes teóricas, com destaque para Álvaro Vieira Pinto e Florestan Fernandes.

Esse processo permitiu os indícios para a “[...] constituição de uma tradição marxista no Brasil” (NETTO, 2011, p. 109). Entretanto, como já visto, a ditadura interrompeu a continuidade desse processo. Destaca-se que ela não foi liquidada em sua totalidade, mas que limites foram criados. Netto (2011) destaca, por exemplo a utilização das citações de Marx em fórmulas rituais. O resultado foi que, nos

[...] segmentos da esquerda generalizou-se uma cultura marxista de pacotilha, no seio da qual a petição voluntarista e praticista gestou um simplismo intelectual que se mostra inteiramente vulnerável a qualquer antagonista medianamente informado (NETTO, 2011, p. 110).

Os desdobramentos impostos pela ditadura sobre a teoria marxista levaram assim à presença do marxismo acadêmico, o que inclusive propiciou:

[...] a substituição das matrizes originais por textos de vulgarizadores e comentadores; a tendência ao oportunismo teórico, já que as fontes variam ao sabor da conjuntura e não segundo exigências da reflexão; e a análise do passado sem que fossem considerados seus condicionantes histórico-sociais e políticos. Geraram-se, assim, juízos de valor moralistas e até filisteus (FAVARO, 2017, p. 122).

Dessa forma, a inserção da teoria marxista no contexto brasileiro ocorria em meio ao contexto da ditadura, portanto, devido às características da própria conjuntura histórica e social, ela não ficou isenta de consequências e problemas futuros em seu processo de apropriação.

Nesse sentido, entendermos esses elementos nos permitem avançar em nossos estudos, situando, inclusive, que possivelmente os equívocos vivenciados na atualidade em relação a essa teoria não se devem necessariamente a uma opção dos pesquisadores, mas sim ao próprio processo de sua construção no Brasil, que foi carregado e tensionado pelos limites conjunturais. Tendo em vista essas considerações, torna-se importante e necessário abordarmos as características que esse processo assume na especificidade do Serviço Social brasileiro.

2.1.2. Serviço Social brasileiro e as origens de sua interlocução com a teoria marxista

Tratar da interlocução do Serviço Social, com a teoria marxista, requer resgatarmos alguns elementos de sua construção histórica, teórica e metodológica. Lara (2013) destaca que o percurso teórico do Serviço Social brasileiro esteve relacionado com as determinações históricas do país, bem como com a necessidade de dar respostas que se aproximassem da realidade social brasileira. Nesse sentido, a profissão recebeu influências teórico-ideológicas que vão desde a doutrina social da igreja católica, as perspectivas funcionalistas e fenomenológicas, passando também pelo vulgarismo teórico, até as fontes clássicas do pensamento marxiano.

Netto (2011) afirma que até a primeira década de 1960 havia uma homogeneidade ideopolítica em relação às projeções interventivas do Serviço Social e uma unidade nas suas propostas profissionais. Segundo Cardoso (2013), desde o

surgimento da profissão de Serviço Social no Brasil até 1960, o único projeto em vigência foi o conservador.

Sua teleologia aponta para a construção de uma sociedade capitalista mais pretensamente humanizada, atendendo aos interesses do projeto das classes dominantes, portanto, contribuindo para a manutenção da ordem social vigente. Sua dimensão ética pauta-se em valores humanista-cristãos com base no neotomismo, tendo como referência a busca da perfectibilidade humana. Tem como base teórica o 'arranjo' entre sua referência doutrinária e o positivismo, que lhe traz a visão do Serviço Social como profissão que contribui no equilíbrio social [...]. Politicamente, expressa sua vinculação ao projeto societário capitalista e ao pensamento conservador (CARDOSO, 2013, p. 121-122).

É preciso considerarmos que o Serviço Social não ficou imune às mudanças vivenciadas durante as décadas de 1950 e 1960 no Brasil. Netto (2011) chama a atenção para o fato de que a profissão passou por um processo de renovação.

No âmbito das suas natureza e funcionalidade constitutivas, alteraram-se muitas demandas práticas a ele colocadas e sua inserção nas estruturas organizacional-institucionais (donde, pois, a alteração das condições de seu exercício profissional); a reprodução da categoria profissional – a formação dos seus quadros técnicos – viu-se profundamente redimensionada (bem como os padrões de sua organização como categoria); e seus referenciais teórico-culturais e ideológicos sofreram giros sensíveis (assim como as suas auto-representações). Este rearranjo global indica que os movimentos ocorridos neste marco configuram bem mais que a resultante do acúmulo que a profissão vinha operando desde antes. Articulam, especialmente, uma diferenciação e uma redefinição profissionais sem precedentes, desenhando mais particularmente a renovação (NETTO, 2011, p. 115).

A profissão passou por diversas mudanças nesse marco temporal, inclusive, a inserção da teoria marxista em seus fundamentos. O marco das alterações é apontado a partir da década de 1960, não só no Brasil, mas na América Latina, através do denominado “Movimento de Reconceituação”:

É no marco da reconceptualização que, pela primeira vez de forma aberta, a elaboração do Serviço Social vai socorrer-se da tradição marxista – e o fato é que, depois da reconceptualização, o pensamento de raiz marxiana deixou de ser estranho ao universo profissional dos assistentes sociais. O recurso dos reconceptualizadores à tradição marxista não se realizou sem problemas de fundo: excepcionalmente com o apelo às suas fontes originais, no geral valeu-se de manuais de divulgação de qualidade muito discutível ou de versões deformadas pela contaminação neopositivista e até pela utilização de materiais notáveis pelo seu caráter tosco. Mais ainda: a diluição da especificidade do pensamento de inspiração marxiana no cadinho do ecletismo redundou em equívocos grosseiros que se chegou a supor a sua congruência teórico-metodológica com o substrato das propostas de Paulo Freire. Não se trata como se vê, de um ingresso muito feliz da tradição

marxista em nosso terreno profissional; entretanto – e não há que se perder de vista este aspecto – o principal é que, a partir de então, criaram-se as bases, antes inexistentes, para pensar-se a profissão sob a lente de correntes marxistas (NETTO, 2011, p. 148-149).

É possível constatarmos que o Movimento de Reconceituação teve marcas em sua trajetória, que afetaram sua apropriação, em virtude das ditaduras que ocorreram nesse momento histórico na América Latina e no Brasil. Diante desse cenário, foi limitado o avanço do Movimento de Reconceituação, como destaca Netto (2005, p. 14): “A Reconceituação permaneceu como um capítulo inconcluso: asfixiada pela maré montante das ditaduras latino-americanas, não pôde avançar”.

Nessa conjuntura, por conseguinte, o Serviço Social latino-americano obteve conquistas e foi permeado de problemas. Entre os avanços, Netto (2005) destaca a interlocução crítica com as ciências sociais, inclusive com a tradição marxista, o que abriu novos caminhos. Nessa esteira também se abriu para equívocos, entre eles:

[...] o confucionismo ideológico, que procurava 'sintetizar' as inquietudes da esquerda cristã e das novas gerações revolucionárias 'não-ortodoxas' e 'não-tradicionais' (uma vez que, na generalidade dos casos, a esquerda 'tradicional' ou 'ortodoxa', quase sempre conotada pela pertinência aos Partidos Comunistas latino-americanos, pouco participou do processo), acabou por engendrar a eclética mistura de Camilo Torres, Guevara e Paulo Freire com Louis Althusser e Mao Tse-Tung. Curiosa e paradoxalmente, a Reconceituação, que abriu o diálogo do Serviço Social com a tradição marxista, recolheu desta, quase sempre, o que nela havia de menos vivo e criativo (NETTO, 2005, p.13).

Sendo assim, em virtude das ditaduras que ocorreram na América Latina, um segundo momento de apropriação da teoria marxista pelo Serviço Social brasileiro ocorreu e se efetivou somente a partir da década de 1980. Conforme explica Netto (2005, p. 17):

[...] nos anos 1980 o Serviço Social brasileiro assistiu ao desenvolvimento de uma perspectiva crítica, tanto teórica quanto prática, que se constituiu a partir do espírito próprio da Reconceituação.

Para o autor, esse processo no âmbito do processo de renovação do Serviço Social demarca a intenção de ruptura.

O movimento aludido pode ser agarrado de forma expressiva no eixo teórico-metodológico que, a par de singularizar esta perspectiva no campo da renovação do Serviço Social no Brasil, acompanha todo o seu desenvolvimento. Trata-se da referência a tradição marxista – que, com a

produção dos representantes desta perspectiva, pela primeira vez inscreve-se no universo simbólico dos assistentes sociais brasileiros de maneira significativa. Explícita ou discretamente, o projeto de ruptura remete à tradição marxista (NETTO, 2011, p. 268).

A intenção de ruptura se constituiu então a partir de três momentos: a emersão, a consolidação acadêmica e o seu espraiamento sobre a categoria profissional. A emersão se deu em Belo Horizonte (BH), descreve Netto (2011), e iniciou-se no curso do Método de BH, notadamente entre os anos de 1972 e 1975, em um contexto de esgotamento da ditadura civil-militar. Ela ocorreu por meio de um grupo de jovens liderados pela direção intelectual de Leila Lima dos Santos e Ana Maria Quiroga. Segundo Netto (2011, p. 262-263):

[...] eles elaboram uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional. Nesse momento, o projeto se aproxima da tradição marxista via militância política: Neste primeiro momento, pois, não é de estranhar que a perspectiva da intenção de ruptura recolha da tradição marxista o visceral empirismo que se escora em extratos do maóismo e lhe dê uma iluminação teórica via redução do arsenal marxiano ao epistemologismo de raiz estruturalista (NETTO, 2011, p. 268).

Naquele momento, destaca Netto (2011), a aproximação da tradição marxista ocorre pela via política, por meio das relações político-partidárias estabelecidas por aqueles sujeitos profissionais. O autor identificou aí certos vícios, tais como, a instrumentalização para legitimar estratégias e táticas e a ausência de reflexão teórica sistemática.

Esse processo foi interrompido em 1975, mas, no final dos anos 1970 e início da década de 1980, houve a recuperação da intenção de ruptura que se configurara em BH. Uma recuperação, segundo Netto (2011, p. 266), sob novas bases, estritamente acadêmicas, que demarcou a segunda fase.

Este momento – em que o projeto da ruptura se consolida academicamente –, com o acúmulo particular que propiciou e configurador, em face do passado, de uma massa crítica nova, permitiu à perspectiva da intenção de ruptura uma reserva de forças com as quais ela ingressou no seu terceiro momento, que ainda vivemos: o momento em que ela se espraia para o conjunto da categoria profissional.

No que se refere ao segundo momento, portanto, salientamos que ele ocorreu pelo prolongamento do “marxismo acadêmico”⁴, que é atravessado por algumas

⁴ Como já demonstrado no item anterior, o “marxismo acadêmico” está entre os limites conjunturais

mudanças, conforme descreve Netto (2011, p. 269):

[...] o quadro de transição democrática repõe a política e história como objetos práticos inelimináveis e possíveis da reflexão – e a elaboração passa a socorrer-se da análise das fontes originais, como recurso a ‘clássicos’ que à diferença do marxismo estruturalizado, contemplam a historicidade.

Já no terceiro momento, como desdobramento dos processos anteriores, a tradição marxista foi utilizada para analisar a atualidade profissional. Esse processo também não ficou imune aos problemas, dentre eles, o ecletismo.

Este processamento, não é difícil imaginá-lo, foi atravessado por contrafações que não podem passar sem alusão – em boa medida decorrentes da própria natureza da aproximação incipiente à tradição marxista. A mais evidente delas é o *lastro eclético* que percorre as formulações significativas desta vertente renovadora (NETTO, 2011, p. 269-270, grifos do autor).

Netto (2011) ressalta a importância da perspectiva de intenção de ruptura na trajetória teórico-metodológica e política da profissão, pois inaugurou uma alternativa ao tradicionalismo. Ela contém uma magnitude, embora, isso não a isente de fragilidades.

Sua magnitude reside basicamente na congruência e na preocupação de rigor com que perseguiu a arquitetura daquele projeto; suas fragilidades intrínsecas creditam-se aos limites e problemas inerentes ao viés elementar com que se apropriou do substrato teórico-metodológico com que fundou essa arquitetura – a vertente da tradição marxista em que se inspirou (NETTO, 2011, p. 270).

O autor também destaca que a ultrapassagem da crítica belo-horizontina no Serviço Social brasileiro implicava no plano teórico-metodológico em uma inflexão na apropriação do legado marxiano (NETTO, 2011).

Em meio ao conjunto desse processo, um outro aspecto se destaca. É nesse contexto que o Serviço Social ganha novos espaços, inserindo-se nos quadros universitários, ampliando e desenvolvendo a sua trajetória na pesquisa. Conforme explica Iamamoto (1993), o período da ditadura no país também foi palco para a inserção do Serviço Social brasileiro nos quadros universitários.

A formação passou a ter exigências nesse momento, para o desenvolvimento

apontados por Netto (2011) da inserção da teoria marxista no Brasil.

da pesquisa e da extensão. O resultado desse processo culminou na rápida criação da Pós-Graduação e sua interlocução com as ciências sociais aplicadas:

[...] sua efetiva inserção no circuito universitário, embora tardia, logo propiciou a emergência da formação pós-graduada (1972) que, por seu turno e em relativamente pouco tempo, permitiu o surgimento de um acervo documental/bibliográfico responsável por inscrever o campo acadêmico-profissional como área de produção de conhecimento entre as ciências sociais aplicadas (1984) (NETTO, 2016, p. 51).

Para Maranhão (2016), a inserção do Serviço Social brasileiro no espaço acadêmico permitiu sua interlocução com as ciências humanas, momento em que o Serviço Social estabeleceu contato com a teoria marxista, embora, sua aproximação tenha se dado de forma inviesada. Yazbek (2009, p. 10), ao tratar dessa relação, também reitera que não ocorreu sem problemas:

[...] se caracterizam, quer pelas abordagens reducionistas dos marxismos de manual, quer pela influência do cientificismo e do formalismo metodológico (estruturalista) presente no 'marxismo' althusseriano (referência a Louis Althusser), filósofo francês cuja leitura da obra de Marx vai influenciar a proposta marxista do Serviço Social nos anos 60/70 e particularmente o Método de B.H.

Yazbek (2009) também destaca que a teoria marxista se torna hegemônica nos quadros da profissão a partir da década de 1980 e no adentrar da década de 1990. Em relação à produção de conhecimento, Gramsci aparece como uma das referências básicas.

Nesta tradição o Serviço Social vai apropriar-se a partir dos anos 80 de Antonio Gramsci e particularmente de suas abordagens a cerca do Estado, da sociedade civil, do mundo dos valores, da ideologia, da hegemonia, da subjetividade e da cultura de classes subalternas. Vai chegar a Agnes Heller e à sua problematização do cotidiano, à Georg Lukács e à sua ontologia do ser social fundada no trabalho, à E. P. Thompson e à sua concepção acerca das 'experiências humanas', à Eric Hobsbawm, um dos mais importantes historiadores marxistas da contemporaneidade e a tantos outros cujos pensamentos começam a permear nossas produções teóricas, nossas reflexões e posicionamentos ideopolíticos (YAZBEK, 2009, p. 10).

Destaca a autora que esse movimento se torna plural, abarcando as diversas tendências presentes. Embora, variada e diversa, aponta Yazbek (2009), que ele resguarda a hegemonia marxista, e que na atualidade vem sendo tensionada.

Após descrevermos a interlocução do Serviço Social brasileiro com a teoria

marxista, que teve origem em meio ao contexto de ditadura no Brasil, é preciso destacar que o movimento, com todos os elementos que o tensionaram, tornando-o contraditório, foi propício e profícuo para a profissão. Isso significa que importantes contribuições foram logradas, o que não as isenta dos problemas e fragilidades que contém e dos seus resquícios e influências que se fazem presentes na atualidade.

Além desses elementos que demarcam a apropriação dessa teoria, outros desafios permeiam a interlocução do Serviço Social brasileiro com o marxismo, dentre eles as disputas teóricas e ideológicas atuais que determinam as análises da realidade. Alguns elementos se sobressaem na disputa teórica atual, como demonstramos no próximo item.

2.1.3. Os desafios atuais da apropriação do marxismo no Serviço Social brasileiro

Consideramos dois elementos que devem ser levados em consideração para apreender os percalços que permeiam as pesquisas ancoradas no referencial marxista: a dificuldade da realização desse tipo de pesquisa e as próprias disputas teóricas presentes na atualidade.

No primeiro, a dificuldade da realização de pesquisas dessa natureza no contexto brasileiro, levamos em consideração que a produção teórica que intenta desvelar o real na atualidade é condicionada. Sendo assim, a produção de conhecimento nesta sociabilidade se relaciona com a ordem do capital, ou seja, é afetada em seu conjunto por aquilo que é rentável ou não. Lazarini (2010, p. 180) complementa essa assertiva indicando que "[...] a apropriação social dos resultados desse conhecimento é mediada direta ou indiretamente pela acumulação de capital".

Nesse sentido, a produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro, e não só nele, enfrenta na atualidade situações de ordem objetiva e concreta, pois a natureza das pesquisas desenvolvidas vai na contramão das iniciativas dos órgãos de fomento à pesquisa no país. Mendes e Almeida (2017) afirmam ser esse um desafio, já que a prevalência dos incentivos às pesquisas está nas áreas tecnológicas, bem como alicerçada em uma lógica produtivista.

O Serviço Social, segundo as pesquisadoras, não se insere na lógica inerente a esse processo e, atualmente, se coloca em relação à produção científica no país de forma subalterna, dominado pela inovação tecnológica. Uma denúncia concreta de tal

situação foi o anúncio de cortes de bolsas de iniciação científica para as áreas de Humanidades, Artes e Ciências Sociais, em maio de 2020 pelo Ministério da Educação e Comunicação (MEC, 2020).

Foram privilegiadas as “Áreas de Tecnologias Prioritárias do Ministério de Ciência, Tecnologias, Inovações e Comunicações (MCTIC)” (MEC, 2020). Na esteira desse processo, em abril de 2020 o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) também ameaçou extinguir as bolsas de iniciação científica para ciências humanas, demonstrando mais um retrocesso:

Se trata de um ataque brutal à ciência brasileira. A medida carrega uma concepção tecnicista e exclui qualquer possibilidade de reflexão (não só crítica acerca da sociedade nas universidades brasileiras (CHEUICHE, 2020, p.1).

Destaca-se que o cenário no ano de 2022 piorou, se tornando catastrófico para a produção de pesquisa e conhecimento no país. Segundo o Observatório do Conhecimento, as perdas acumuladas de 2014 a 2022, são de aproximadamente 100 bilhões de reais no Orçamento do Conhecimento, restringindo e até inviabilizando a produção de pesquisas e conhecimento no país (SILVA; ZELESCO, 2022, p. 2).

Apresentados esses elementos, que implicam de forma objetiva na produção de pesquisas no Serviço Social brasileiro, outros desafios se fazem presentes na atualidade, como a própria apropriação da teoria marxista pela profissão.

Conforme destaca Lara (2013, p. 217), é possível identificar na atualidade que o Serviço Social recorre ao marxismo para o desenvolvimento de análises para as mais diversas temáticas, bem como, também está presente nas dimensões que envolvem a formação profissional:

O Serviço Social, na busca de fortalecimento dessa postura contra-hegemônica, procura afirmar-se no debate teórico com uma visão crítica diante da crise do capital dos últimos 40 anos.

Ao mesmo tempo, ele não ocupa um patamar de unanimidade no interior da profissão. Conforme destaca Maranhão (2016, p. 166), o marxismo convive com o fortalecimento da lógica do “saber-prático” em detrimento das operações teóricas:

[...] o pensamento instrumental e empirista vem ganhando status de ‘conhecimento que realmente produz resultados para a prática profissional cotidiana’, em detrimento das operações teóricas que se propõem ir além da

mera manipulação imediata de aspectos do cotidiano, buscando captar as complexas determinações que compõem a totalidade das relações sociais e não se revelam na superficialidade cotidiana do fenômeno.

Para elucidar esse processo, podemos apresentar alguns aspectos, entre eles, os tensionamentos vivenciados no campo das ciências sociais e que se refletem no Serviço Social brasileiro, já que também vem fornecendo aportes teórico-metodológicos para a profissão.

Em específico, na década de 1990, as influências teóricas da profissão se confrontam com a suposta “crise” dos modelos analíticos e explicativos das Ciências Sociais – positivismo e marxismo –, intitulada a “crise dos paradigmas”. Segundo Netto (1992, p. 14), aponta:

Não se trataria, apenas do questionamento dos padrões positivistas. Tratar-se-ia do questionamento destes e daqueles pertinentes à tradição oriunda de Marx – vale dizer, dos referenciais teóricos que se ligam, diversamente à modernidade.

Uma das perspectivas que se sobressai no debate, em relação à “crise de paradigmas”, é a que critica o fracasso do projeto da modernidade (NETTO, 2011). Os pós-modernos afirmam, justamente, o esgotamento da modernidade, postulando:

[...] que houve um fim, que vivemos em um mundo que é, em certo sentido, pós-histórico, um eterno depois. Mas em vez de expor a grande narrativa do triunfo final do capitalismo, eles, de modo geral, argumentam que devemos nos livrar de todas as grandes narrativas, incluindo as de progresso e emancipação (FOSTER, 1999, p. 196).

Destacamos, assim, a negação da totalidade e de todas as narrativas, dentre elas

[...] a crítica marxista ao capitalismo ou mesmo a proposição mais neutra da importância histórica do capitalismo, optando em vez disso, por uma abordagem descentralizada, caótica mesmo, da sociedade, que é vista como inerentemente fragmentada (FOSTER, 1999, p. 197).

Ao negar a concepção marxista e de emancipação humana, os pós-modernos enfatizam a “diferença” por meio das:

[...] identidades particulares, tais como sexo, raça, etnia, sexualidade, suas opressões e lutas distintas, particulares e variadas; e ‘conhecimentos’ particulares incluindo mesmo ciências específicas de alguns grupos étnicos

(WOOD, 1999, p. 12).

Esse debate, segundo Yazbek (2009), influencia diretamente a pesquisa, a produção de conhecimento, as explicações sobre a realidade e a definição de caminhos para a ação e a produção do conhecimento. Moraes (2004, p. 343) explica seus desdobramentos, alertando que a agenda pós-moderna “[...] tornou descartáveis o conhecimento objetivo, a apreensão do real, a verdade, a racionalidade”.

Moraes (2004) também tece considerações sobre a pós-modernidade a partir da análise sobre o neopragmatismo rortyano, no qual a compreensão da ciência em uma perspectiva objetiva e real é descartada. As teorias são tidas, assim, como produtos da linguagem ou de uma prática científica socializada, sendo que, o que entra em questão, por esse viés, é a própria racionalidade da ciência. Além disso, a agenda pós-moderna propõe a orientação de substituir todas as questões teóricas por questões práticas, pois:

[...] considera suficiente o 'saber fazer' e o esforço teórico é associado à perda de tempo ou à especulação metafísica ou, quando não, restringe-se a um recurso de oratória, expediente persuasivo e fragmentário preso à sua própria estrutura discursiva. Dito de outro modo, trata-se de uma disposição que nivela o mundo reduzindo o cognoscível à experiência sensível (MORAES, 2004, p. 352).

Em relação ao Serviço Social, com o avanço da pós-modernidade o conservadorismo⁵ se renova, seja de maneira mais organizada ou não, de forma isolada ou não, no campo da produção do conhecimento, na gestão social e no trabalho profissional.

O conservadorismo, então, moderniza-se também no âmbito do Serviço Social, realimenta as velhas teses, travestindo-as de novas, de atuais, de mais realistas, mais próximas e 'concretas' para 'prática profissional' dos assistentes sociais. Faz isto, claro, renovando-se, reatualizando-se, sem alterar sua estrutura interna. São reeditadas, então, na era da pós-modernidade (SILVA, 2015, p. 113).

Esse processo, inspirado nas tendências pós-modernas configura também a ação profissional:

⁵ “Primeira projeção de dever ser na profissão situado como projeto hegemônico (ou único) entre as décadas de 1930 a 1960, sendo também a primeira elaboração do conservadorismo no Serviço Social do país. Sua teleologia aponta para a construção de uma sociedade capitalista mais pretensamente humanizada, atendendo aos interesses do projeto da classe dominante, portanto, contribuindo para a manutenção da ordem social” (CARDOSO, 2013, p. 121).

[...] compreendida como um campo de fragmentos, restrita às demandas do mercado de trabalho, cuja apreensão requer a mobilização de um corpo de conhecimentos e técnicas que não permite extrapolar a aparência dos fenômenos sociais (SIMIONNATTO, 2009, p. 19).

Silva (2017, p. 69) também descreve as suas manifestações concretas, que se explicitam no Serviço Social:

Esta tendência que vem se objetivando no Serviço Social brasileiro na atualidade, não põe seu foco na integração empreendedora como base central, mas em uma forma para afirmar direitos com base nas lutas empreendidas nos micros espaços por segmento, na inclusão participativa dos indivíduos excluídos, seu empoderamento, na participação política em si e no seu modelo emancipatório focal e estrito. O lado mal do capitalismo deve e pode ser humanizado, corrigido e ajustado com base nas instâncias participativas centradas em espaços territoriais definidos, nas demandas locais não classistas, conselhos, comissões, grupos formados por afinidades, entre outros. A ênfase dita participativa e comunitária, em si, se descola de sua relação orgânica com o Estado, como seguridade social, como políticas sociais tecidas no processo de luta de classes, fragmentando-se em lutas sociais isoladas e por segmento, contra o Estado opressor e a burocracia institucional.

Na aparência, o pós-modernismo supostamente possuiria uma radicalidade crítica sobre o capitalismo, por isso é preciso estar atento, pois, conforme explica Foster (1999, p. 205):

A ironia do pós-modernismo é que enquanto alega ter transcendido a modernidade, abandona desde o início toda esperança de transcender o capitalismo em si e de ingressar em uma era pós-capitalista.

Apesar de todo o esforço teórico-metodológico e político, construídos em um legado com início desde a década de 1960 no Serviço Social brasileiro, tendo como seus aportes a teoria marxista, Catalani (2016, p. 256) adverte que:

[...] é factível que as inflexões pós-modernas identificadas no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social (se capilarizadas) inaugurem, mesmo que ainda de forma tímida, mas não menos preocupante, o questionamento da atual direção socioestratégica da profissão, tanto em termos do projeto profissional de modo geral quanto no que se diz respeito às perspectivas de orientação de sua instrumentalidade.

Para nos contrapormos à posição pós-moderna resgatamos os argumentos de Braz (2017), que destaca elementos importantes sobre a posição do Serviço Social com relação ao marxismo. Para o autor, o uso dessa teoria deveria se aprofundar e

se acentuar, já que oferece elementos para compreender o significado social da profissão, subsidiando a intervenção socioprofissional e dinamizando a elaboração teórica dos/das assistentes sociais. Além disso, é uma via de mão dupla, pois a tradição marxista também pode receber dos assistentes sociais:

- a) indicações de áreas teóricas a serem melhor apuradas ou revisadas;
- b) sugestões de realidades e processos a serem objeto de investigação;
- c) elaborações e construções teóricas a partir de referências da própria tradição marxista (BRAZ, 2017, p. 306).

Constata-se, enfim, que a interlocução do Serviço Social, com a tradição marxista, revela questões importantes a serem levadas em consideração. Primeiro, que sem a permanência da tradição marxista o Serviço Social tende a se empobrecer; segundo, que sem a prática dos assistentes sociais a tradição marxista pode deixar escapar elementos importantes da vida social, ou seja, o Serviço Social também oferece insumos para o seu fortalecimento; por fim, o autor indica que é preciso levar em consideração que essa interlocução não constitui um “Serviço Social marxista”. Quanto a essa última consideração em especial, explica Braz (2017, p. 308) que:

Enquanto profissão, o Serviço Social sempre contemplará uma tal inclusividade que no seu campo se moverão legitimamente profissionais que, incorporando diferentes expressões do pensamento social contemporâneo, encontrarão espaços de prática e intervenção diversos e plurais.

Tendo em vista o movimento de avanço de teorias conservadoras e pós-modernas, reafirmamos aqui o pressuposto de que, para decifrar os elementos da atualidade, exige-se “[...] recuperar a concepção de conhecimento científico que privilegia a história” (IAMAMOTO, 2008, p. 470).

Para isso, concebemos a necessidade de retomar os fundamentos da teoria marxiana, tendo em vista que Marx, em seu tempo histórico, apreendeu a essência da relação do capital, possibilitando que a utilização adequada de suas elaborações teóricas forneça elementos para desvelar o contexto atual.

Entende-se que a teoria marxiana, na atualidade, permite compreender de forma aprofundada a realidade, o que traz impactos políticos. Sobre isso, Favaro (2017, p. 33) afirma que

[...] o estabelecimento de projetos de ação política da classe trabalhadora é uma necessidade histórica que depende da análise da materialidade das

relações sociais estabelecidas em cada conjuntura.

O que acaba ocorrendo, muitas vezes, é a ausência da leitura da realidade por insuficiências teóricas ou pela adoção de outros referenciais teórico-metodológicos, que desconsideram a vida material real em suas determinações, o que leva a projetos políticos limitados, atravessados por voluntarismos e idealismos.

Dessa forma, ao tratar sobre temas referentes ao Serviço Social brasileiro e à apreensão da categoria trabalho por seus/suas pesquisadores/as, entendemos que isso requer, necessariamente, o esforço de entendimento do universo categorial elaborado por Marx. Como ressalta Tumolo (2020), ele propicia reflexões críticas em relação às propostas políticas que não levam à revolução. Abdicar de fazer isso significa, por conseguinte, limitar as possibilidades revolucionárias.

Assim, à medida que optamos pela tarefa de desvendar a apreensão dos/das assistentes sociais sobre a categoria trabalho, é imprescindível considerarmos e discutirmos a trajetória de construção do conhecimento em relação a essa categoria, o que será demonstrado no próximo item.

2.2. SERVIÇO SOCIAL E A CATEGORIA TRABALHO

2.2.1. Os debates no Serviço Social brasileiro sobre a categoria trabalho

O Serviço Social brasileiro vem construindo, desde os anos 1980, uma trajetória de pesquisas que tratam sobre a categoria trabalho. Iamamoto é, sem dúvida, considerada a principal autora da área, pois na década de 1980, foi ela, junto com Raul de Carvalho, que começou o debate acerca da relação entre trabalho e Serviço Social. Esse foi o momento em que ocorreu a interlocução entre a categoria trabalho em Marx e o Serviço Social, por meio da publicação da obra *Relações Sociais e Serviço Social: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, dos autores supracitados.

Em entrevista concedida a César e Cardoso (2015, p. 234-235), Iamamoto aponta que essa obra inaugura

[...] uma abordagem crítico-analítica do Serviço Social, a partir da sua inserção na divisão social do trabalho à base de determinações teórico-metodológicas marxianas.

Para Netto (2011, p. 293), lamamoto “[...] consegue superar os vieses mais generalizados na tradição marxista e comprometer-se com a perspectiva ontológica de Marx”. Nesta obra ela estabeleceu uma relação com os textos marxianos, com destaque para *O Capital*, como também recorreu aos *Grundrisse*. Entretanto, o autor tece críticas em relação às lacunas na sua apropriação, destacando duas delas:

A primeira diz respeito ao tratamento extremamente parcimonioso que lamamoto confere às projeções e lutas sociopolíticas enquanto tais dinâmica na capitalista; ainda que as refira com correção, a ausência de uma explícita ênfase na sua relevância pode abrir a via a interpretações do seu pensamento que apontem para o risco de impostações economicistas – que, em nosso juízo são infirmadas pela articulação interna da reflexão da autora. A segunda é relativa ao deslocamento dos referenciais teórico-metodológicos quando lamamoto centra a sua atenção sobre configurações ideoculturais significativas na ordem burguesa (cf, nota 400); aí, as mais profícuas sugestões da tradição marxista são substituídas pelo sociologismo (NETTO, 2011, p. 301).

Mesmo apontando esses aspectos, ele reitera que a obra se constituiu em um marco para o Serviço Social brasileiro, pois

[...] consiste no primeiro trabalho rigoroso do Serviço Social, no interior da reflexão brasileira, que apreende a instituição profissional na perspectiva teórico-metodológica crítico-dialética haurida a partir de um trabalho sistemático sobre a fonte marxiana; e mais: as resultantes desta apreensão, pela sua natureza mesma, inpletam os rumos do debate profissional, qualificando-o teórico-politicamente (NETTO, 2011, p. 301).

Após essa obra, lamamoto deu continuidade aos estudos e na década de 1990, em meio ao complexo contexto econômico e social, publicou o livro *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*, que, segundo Gois (2014), pauta o debate em torno da categoria trabalho com o Serviço Social.

Salienta-se que, para além do campo do Serviço Social, o debate acerca do trabalho também ocorre, e ganha fôlego, nesse período em várias vias, tendo em vista as alterações que ocorrem nas sociedades avançadas, trazendo as teses do fim do trabalho, representadas por André Gorz, Claus Offe, Robert Kurz, Habermas, dentre outros. Segundo Tumolo (2016, p. 22-23):

[...] esses autores questionam a centralidade do trabalho, como fato social e como categoria sociológica de análise e também, por decorrência, a classe trabalhadora como classe fundamental, cujos interesses são antagônicos aos da burguesia. Para eles, principalmente por causa do advento da chamada

terceira revolução industrial na atual fase de acumulação de capital, a classe trabalhadora perde, gradativamente, seu poder e seu papel, tanto na produção material, como no que diz respeito a seu projeto estratégico. Para eles, a classe trabalhadora se esvai. Por fim, o marxismo, fundamento das análises daqueles primeiros autores é, em última instância, alvo de um profundo questionamento.

Essas teses incitam debates internos no campo do marxismo, para se contrapor às teses do fim do trabalho, sendo que, no Brasil, Ricardo Antunes é um desses autores. Mesmo sendo da área da Sociologia, ele influenciou, e influencia, uma grande parcela das análises realizadas pelas pesquisas no Serviço Social brasileiro, conforme apontado em estudos realizados por Silva (2014).

Foi no contexto da década de 1990 que o livro *Adeus ao trabalho?*, de sua autoria, foi publicado pela Editora Cortez. Seu lançamento ocorreu no *XX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, realizado em Salvador, Bahia, no ano de 1995. Naquele momento esgotaram-se todos os exemplares, revelando, portanto, que houve uma adesão significativa de sua análise pelo Serviço Social brasileiro. Para o autor, conforme uma entrevista realizada por Nogueira e Silva (2015, p. 777-778)

[...] é inegável que quem deu o sinal que o livro teria essa explosão que teve foi o Serviço Social. Naquele momento estávamos imersos na tese equivocada do fim do trabalho, de Claus Offe, Habermas, que diziam: 'A centralidade do trabalho acabou, o trabalho não é mais central!'. O livro de Habermas, Teoria da ação comunicativa, já sinalizava isso com muita força; o ensaio de Claus Offe, 'Trabalho: categoria sociológica chave?', e tantos outros, como o Gorz, com seu Adeus ao proletariado (que foi vital na provocação desse meu livro), e isso tudo fez com que eu, através do Adeus ao trabalho?, desse a primeira resposta mais abrangente: 'Essa leitura é eurocêntrica, nosso problema é compreender o novo desenho da classe trabalhadora, a nova morfologia do trabalho, e nós temos que entender a classe-que-vive-do-trabalho hoje'.

Dessa forma, por meio dessa publicação e da ascensão de sua obra no âmbito da categoria de assistentes sociais, Antunes influenciou também as discussões sobre trabalho e condições de trabalho desses profissionais. Pode-se inferir que o debate sobre a "centralidade do trabalho", em oposição às teses sobre o "fim do trabalho", fez também com que o Serviço Social aprofundasse as discussões sobre a relação entre trabalho e Serviço Social.

Salientamos que a ascensão da discussão pautada na centralidade do trabalho no âmbito da categoria profissional dos/das assistentes sociais pode ser identificada através da revisão do currículo mínimo e da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) do Curso de Serviço Social, em 1996.

Na acepção da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): “A presente proposta parte da reafirmação do trabalho como atividade central na constituição do ser social” (ABEPSS, 1996, p. 8).

Outro aspecto em destaque, no âmbito da DCN's (1996), que foi discutido por meio do artigo publicado no Caderno ABESS (1997), *Proposta básica para o projeto de formação profissional, novos subsídios para o debate* (CARDOSO et al., 1997), é que o seu conteúdo leva à afirmação do Serviço Social como especialização do trabalho. Além disso, o seu objeto se constitui nas expressões múltiplas da questão social, pautado com base na teoria marxista.

A trajetória de construção do Serviço Social em relação à categoria trabalho logrou posicionamentos distintos, não se constituindo em uma unidade. Houve inclusive estudos que divergiram em relação ao que se estabeleceu nas DCN's de 1996. Entre os mais evidentes, destacamos dois: o primeiro é a dissertação de Mestrado de Gilmaisa Macedo da Costa (1999), intitulada *Trabalho e Serviço Social: debate sobre a concepção de serviço social como processo de trabalho com base na Ontologia de George Lucács*. Nela a autora destacou justamente os argumentos presentes no texto de Cardoso et al. (1997) para a realização de sua pesquisa, analisando-os a partir de pressupostos construídos pelo teórico húngaro. Em síntese, a autora colocou em evidência a seguinte polêmica:

[...] a concepção de Serviço Social como processo de trabalho expressa no Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, apresenta em termos ontológicos, uma imprecisão teórica que a torna problemática. O Serviço Social não pode ser trabalho porque é uma atividade que tem como base de sua fundação e como objeto de sua atuação a questão social, portanto, um objeto puramente social e que tem sua existência no interior de uma sociabilidade já muito avançada. Não apresenta qualquer traço de uma atividade que expresse uma posição teleológica primária, com fins de transformar um objeto natural em objeto social (COSTA, 1999, p. 115).

Além de Costa (1999), o seu orientador Sergio Lessa também se destaca no âmbito desse debate. No Prefácio de seu livro *Serviço Social e trabalho: porque o serviço social não é trabalho* (2012), ele cita os artigos publicados que afirmam tal proposição e que ele unificou no livro citado. Inicia-se em 1999, com a publicação do artigo *O processo de produção/reprodução social, trabalho e sociabilidade*; prossegue nos anos 2000 com a obra *Serviço Social, Trabalho e Reprodução* e *Serviço Social e trabalho, de que trata?*; em 2001 com a obra *Contrarrevolução, trabalho e classes sociais*; e, em 2005, com o livro *Centralidade ontológica do trabalho e centralidade*

política proletária.

No ano de 2007 o autor publica o livro *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*, em que destaca as seguintes questões: Qual o lugar do trabalho no mundo contemporâneo? Qual a validade das categorias marxianas de trabalho produtivo e improdutivo, trabalho manual e intelectual, trabalhador coletivo e proletariado para a crítica do capitalismo dos nossos dias? Seria a classe operária o sujeito revolucionário no século XXI? Profissões como o Serviço Social, a Educação, etc. teriam se convertido em trabalho graças à reestruturação produtiva?

Ao tratar sobre a relação entre trabalho e Serviço Social, Lessa (2012) ainda problematiza as argumentações tecidas por Yamamoto e que foram absorvidas pela categoria profissional, expressas nas DNC's (1996). Em sua acepção

[...] se o Serviço Social é trabalho, transforma uma matéria-prima e o seu produto é 'não material', a que classe social pertenceria o Assistente Social? A resposta do texto é ambígua. O assistente social seria membro de um trabalhador coletivo que congregaria tanto os trabalhadores produtivos quanto os improdutivos e que estaria presente nas empresas privadas e no Estado. A resposta, portanto, apenas poderia ser a mais genérica e imprecisa: tal como assalariado, o assistente social seria um 'trabalhador', isto não vai muito além das teses de que o assalariamento seria o critério fundamental na distinção dos agentes sociais, tanto em uma vertente mais à esquerda, como vimos em Antunes, como em uma vertente mais à direita, como encontramos em Castel, com um amplo leque intermediário composto por Lojkine, Braverman e Belleville entre outros. Em todos eles, consideradas as significativas diferenças de suas posições, há algo em comum: o cancelamento da função social que faz do operariado uma classe distinta do restante dos assalariados. Como argumentamos, é esta distinção ontológica, oriunda da estrutura produtiva do modo de produção capitalista, que particulariza o proletariado como classe revolucionária nos nossos dias. E é justamente isto – o sujeito revolucionário – que a tese da identidade entre trabalho e Serviço Social termina perdendo ao cancelar o intercâmbio orgânico com a natureza (o trabalho) como o complexo fundante do ser social (LESSA, 2007, p. 105).

Nossa pesquisa, em específico, não tem como objeto de estudo analisar as polêmicas em debate, o que demandaria um processo aprofundado de desvelamento do universo de compreensão categorial de cada uma delas. Mas é possível observarmos que a compreensão da categoria trabalho no âmbito do Serviço Social brasileiro se construiu sob várias nuances. Destacamos que a compreensão desse movimento é importante, pois revela que o centro desse debate está no campo teórico, no processo de apropriação da categoria marxiana "trabalho".

Na esteira desse processo, houve diversos desdobramentos na produção científica. No próximo item apresentamos o processo de elaboração em torno da

categoria trabalho pelo Serviço Social brasileiro, a partir da aprovação das DNC's de 1996, pois ela se constituiu em um marco para a profissão.

2.2.2. A categoria trabalho após a implantação das Diretrizes Curriculares do Serviço Social de 1996

Este item do nosso estudo torna-se um elemento de relevância para a construção desta pesquisa, pois, possivelmente, a implantação das DCN's do Serviço Social brasileiro retrata o processo em que a “categoria trabalho” ganhou contornos que se fazem presentes nas pesquisas da atualidade. A intenção não é descrever a trajetória de aprovação dessas Diretrizes, outros estudos se dedicaram exclusivamente a esse processo e já lograram importantes contribuições. O que se pretende é apresentar como foi sendo construída pelos diversos atores, ou ainda, como foi “aparecendo” a categoria trabalho nesse movimento.

Conforme descreve Cardoso (2007, p. 37), o processo de implementação das DCN's de 1996, representa

[...] um amplo movimento de resistência e confronto por meio da luta em torno de uma formação ético-política com base na teoria social de Marx e na tradição marxista comprometida com as lutas emancipatórias da sociedade.

Para retratar tal panorama é preciso ressaltar o papel ABEPSS, que vem demonstrando esforços para analisar, monitorar e avaliar a implementação das Diretrizes Curriculares de 1996, tanto na organização de debates, como também na produção e publicação teórica.

Levando em consideração que esse não é nosso objeto de estudo, destacamos algumas produções que contribuem para elucidar esse movimento. A ABEPSS, no ano de 2006, realizou uma pesquisa avaliativa sobre a Implementação das DCN's do Serviço Social no Brasil e seus resultados foram publicados em 2007, na *Revista Temporalis*.

Entre as questões apontadas em diversos estudos, no processo de avaliação de 10 (dez) anos de implementação das Diretrizes, Cardoso (2007, p. 52) identificou como um dos desafios a “[...] apreensão de categorias pertencentes ao quadro referencial de Marx e da tradição marxista”.

Mota (2007) também apresentou resultados da mesma pesquisa, em que tratou

do processo de avaliação de 10 (dez) anos de implementação das Diretrizes, tratando especificamente dos conteúdos dos componentes curriculares no que se refere à relação entre trabalho e Serviço Social. A autora aborda

[...] o tratamento dispensado pelas unidades de ensino de Serviço Social às matérias Trabalho e Sociabilidade e Serviço Social e Processos de trabalho em conformidade com as Diretrizes Curriculares formuladas pela ABEPSS, em 1999 e encaminhadas ao MEC (MOTA, 2007, p. 55).

Ela reconhece as dificuldades de apropriação da categoria trabalho na formação da área, apontando as lacunas a serem preenchidas no âmbito da pesquisa científica.

Reconhecido o mérito dessa aproximação do Serviço Social à temática do trabalho, é inegável que o movimento de apropriação dessa categoria é complexo, árduo e ainda insuficientemente incorporado pela comunidade acadêmica. A rigor, não foram esgotados os debates sobre questões relativas aos vetores teórico-metodológicos e históricos que permitem articular as macro-questões afetas ao trabalho humano – em geral e sob o capital – com o caráter e os requerimentos de uma atividade profissional como a de Serviço Social, nem suficientemente trabalhadas as mediações que articulam este complexo teórico com as especificidades de uma profissão vocacionada para a intervenção social (MOTA, 2007, p. 58).

As pesquisas supracitadas situam, assim, dificuldades relevantes e pertinentes em relação à apreensão dos profissionais em relação às categorias marxianas. Especificamente sobre a categoria trabalho, Mota (2007) ainda aponta em outro momento as tendências predominantes no tratamento dela e a sua relação com o Serviço Social:

- . Mudanças no mundo do trabalho e demandas ao Serviço Social;
- . Espaços Ocupacionais e ação profissional;
- . Instrumentos, técnicas e estratégias de intervenção;
- . Consideração do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo sem abordar os fundamentos da assertiva;
- . Ênfase na prática como processo de trabalho ou inserção em processos de trabalho sem que as diferenças de formulação tenham qualquer impacto no conteúdo (MOTA, 2007, p. 80-81).

Nos cursos de Serviço Social, entre os autores adotados nas disciplinas *Trabalho e Sociabilidade* e *Serviço Social e Processos de Trabalho* que foram analisadas, a autora supracitada destaca o empenho das unidades de ensino em adotar fundamentos da *Crítica da Economia Política* e da *Ontologia do ser social*.

Também aponta os títulos e autores adotados nas disciplinas:

Marx, Lukács, Mandel, Gramsci, Hobsbawn, Kotic, Sweezy, Mészáros e, dentre os autores nacionais, Netto, Lessa, Ianni e Antunes são os mais referidos. Merece destaque o empenho das Unidades em abraçarem os fundamentos da Crítica da Economia Política e da ontologia do ser social. Chama atenção, todavia, o restrito universo de Unidades de Ensino que vêm trabalhando nessa direção (MOTA, 2007, p. 83).

No quadro a seguir, apresentamos a sistematização realizada por Mota (2007), dos autores mais utilizados nas disciplinas vinculadas aos temas trabalho e trabalho e Serviço Social:

Quadro 1 - Autores utilizados nas disciplinas que versam sobre trabalho no Serviço Social brasileiro

AUTOR	TOTAL
IAMAMOTO, Marilda	138
FALEIROS, V.P	72
MARX, Karl	69
GUERRA, Yolanda	62
ANTUNES, Ricardo	56
MOTA, Ana Elizabete	34
GENTILLI, Raquel	34
MARTINELLI, Maria Lúcia	29
VASCONCELOS, Ana Maria	24
NETTO, José Paulo	22

Fonte: Mota (2007, p. 84).

Dessa forma, de acordo com a pesquisa realizada por Mota (2007), é possível observar que a maioria das disciplinas voltadas para os temas “trabalho e trabalho e Serviço Social”, tem como referência as concepções desenvolvidas por Iamamoto, representando uma possível tendência para as pesquisas desenvolvidas sobre trabalho no Serviço Social.

Mota (2007) também identificou que, mesmo apontadas as dificuldades, a temática trabalho vem sendo privilegiada no universo de discussão acadêmica, embora se apresente de forma insuficiente. Para finalizar, a autora aponta as tendências do tratamento dispensado à categoria trabalho e trabalho e Serviço Social nas Unidades de Ensino pesquisadas. Salientam-se as seguintes:

Prevalece no conteúdo dos componentes curriculares o uso da categoria trabalho sem os aportes teóricos e as mediações necessárias para articular a dimensão universal dessa categoria com as singulares e particulares do Serviço Social.

. São escassas e quase inexistentes as discussões sobre a teoria do processo de trabalho assim como sobre o conjunto de mediações que permitiriam tratar a inserção do Assistente Social em processos coletivos de trabalho. Nesse sentido, as referências às condições e relações onde se insere a ação do profissional é que permitiria identificar os vínculos com os processos de produção e reprodução social, considerando a natureza contraditória da prática profissional e a condição de trabalhador do Assistente Social.

. Uma das principais referências das diretrizes – a condição de trabalhador do Assistente Social com todas as implicações históricas e teóricas dela decorrente – vem sendo abordada como um suposto, sem aprofundar o significado dessa questão e muitas vezes sem haver sequer referência ao tema (MOTA, 2007, p. 86).

Mais recentemente, em 2015, foi publicado pela Revista *Temporalis* um estudo de Lara et al. (2015) intitulado *Notas do GTP trabalho, questão social e Serviço Social*, em que apresentam a concepção de trabalho, de questão social e de Serviço Social elaborada pelo Grupo de Trabalho e Pesquisa - GTP/ABEPSS. De início, evidenciam os estudos e pesquisas realizados sobre a temática trabalho e questão social, bem como destacam que o Serviço Social vem enfrentando as teses do fim da história e do trabalho:

No Serviço Social brasileiro, principalmente nas últimas décadas, são notáveis os avanços dos estudos e pesquisas sobre a temática 'trabalho' e 'questão social'. A produção teórica da área não sucumbiu às teses do 'fim da história', 'fim do trabalho' que abalaram as ciências sociais (LARA et al., 2015, p. 54).

Outro aspecto identificado pelos pesquisadores é que as temáticas “trabalho” e “questão social” estão presentes nos diversos espaços constituintes de realização de pesquisas, tais como: dissertações de mestrado, teses de doutorado e núcleos de pesquisas dos cursos de Serviço Social espalhados pelas Universidades brasileiras. Elas também são temáticas centrais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Social (CBASs) e dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPSS), conforme Lara et al. (2015).

No que se refere à construção da fundamentação teórica de análise da realidade concreta, específica do século XXI, explicitam a necessidade de buscar elementos para além do que está expresso na elaboração proferida por Marx:

A análise crítica operada por Marx em 'O capital' da produção e reprodução do capital, afirma que o processo de produção e distribuição da riqueza social é fonte imprescindível para compreender os fundamentos da 'questão social'; e as categorias da crítica da economia política, como: exploração, mais-valia, superpopulação e pauperismo permanecem atuais e possibilitam compreender as expressões da 'questão social' como parte constitutiva da dinâmica capitalista. Todavia, *os textos marxianos não são suficientes para a análise concreta das situações concretas em pleno século 21, exigindo dos pesquisadores o diálogo com as contribuições da tradição marxista*, na qual tem hoje inúmeros intelectuais que contribuem para aprofundar a crítica da sociedade burguesa, explicitando as formas e mecanismos contemporâneos de exploração da força de trabalho e a atualidade da lei geral da acumulação capitalista (LARA et al., 2015, p. 57, grifos nossos).

Um estudo publicado por Trindade (2020), na *Revista Temporalis*, intitulado *Serviço Social e trabalho: percursos trilhados e desafios à investigação*, aponta que o Serviço Social brasileiro vem galgando uma trajetória de pesquisas relacionadas à temática trabalho e ressalta que:

[...] nas últimas décadas, o Serviço Social edificou um acúmulo intelectual importante no que tange à compreensão da 'categoria' trabalho – e o vem fazendo, como reforça Lara (2016), à luz das contribuições hauridas com a crítica da economia política. Assim, é preciso reconhecer que, no trato com a categoria 'trabalho' (mas não apenas), o Serviço Social desenvolve pesquisas que rompem as suas 'divisas internas', buscando investigar as determinações macroscópicas da realidade social para, então, oferecer subsídios consistentes à análise das situações concretas, e, igualmente, para reconstruir as particularidades da profissão a partir do que é observado (TRINDADE, 2020, p. 251).

O autor chama a atenção para as pesquisas realizadas com a temática do trabalho, pois transcendem o interior do Serviço Social, destacando a utilização dos aportes teóricos construídos pela Sociologia do Trabalho.

Também não consideramos exagero defender que esses estudos e pesquisas se inscrevem em um campo de preocupações que extrapolam a profissão, e que, portanto, alimentam-se das contribuições e avanços registrados em outras áreas do conhecimento, notadamente no âmbito da Sociologia do Trabalho, sobretudo aqueles setores que direcionam suas análises a partir do reconhecimento da centralidade do trabalho na constituição da sociedade, e que, igualmente, reafirmam a importância da teoria do valor trabalho (desenvolvida, especialmente, no âmbito da tradição marxista) como aporte imprescindível para desvelar corretamente a situação da classe trabalhadora no Brasil (TRINDADE, 2020, p. 253).

Trindade (2020, p. 257-258) ressalta em seu artigo a importância do caminho trilhado pelo Serviço Social brasileiro sobre a categoria trabalho:

[...] ao longo das últimas décadas o Serviço Social construiu um notável acúmulo teórico e ofereceu importantes pistas para desvendar o mundo do trabalho no Brasil. Por certo, no trato com a categoria 'trabalho', os percursos já trilhados pela profissão expressam um esforço histórico em manter firme uma agenda de estudos e pesquisas sintonizadas com as requisições e demandas da realidade social, em geral, e da profissão, em específico.

Através dos estudos referenciados é possível identificar os seguintes contornos, sobre a “categoria trabalho”, após a implementação das DNC's: primeiro, que é relevante a produção que considera a “categoria trabalho” no Serviço Social brasileiro (MOTA, 2007; LARA et al., 2015; TRINDADE, 2020). Apesar disso, Mota (2007) indica ser insuficiente esse processo, apontando a necessidade de aprofundar os aportes teóricos, e também destaca que a referência mais utilizada nas disciplinas que tratam a categoria trabalho é Lamamato, portanto, não utilizam a referência direta a Marx.

O segundo aspecto é que, embora as teses do fim da história e do trabalho tenham estado presentes nos debates, o Serviço Social brasileiro, no geral, se manteve firme em oposição a essas análises. Outro ponto em destaque é que há o reconhecimento da produção teórica de Marx, mas a indicação é extrapolá-lo, pois existem inúmeros teóricos marxistas na atualidade que podem contribuir para a análise de realidade (LARA et al., 2015).

Trindade (2020) destaca a presença e contribuição da sociologia do trabalho nas pesquisas que versam sobre a temática trabalho no Serviço Social brasileiro. Uma tendência expressa nos estudos de Lara et al. (2015) e Trindade (2020) é a preocupação em realizar análises sobre a 'conjuntura' do trabalho, diferentemente de Mota (2007), que advoga a necessidade de buscar os aportes teóricos sobre o tratamento e apreensão da categoria trabalho.

A partir dessa breve trajetória de construção do debate sobre o trabalho no Serviço Social, procedemos ao levantamento das pesquisas relacionadas às condições de trabalho dos/das assistentes sociais, a fim de apreender a forma efetiva com que está sendo tratada a categoria trabalho. Selecionamos minuciosamente os trabalhos publicados na última década (2010-2020), que tratam sobre as condições de trabalho dos/das assistentes sociais, cujos resultados são apresentados a seguir.

3. A ABORDAGEM DOS/AS AUTORES/AS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO EM RELAÇÃO À CATEGORIA TRABALHO NAS PRODUÇÕES SOBRE CONDIÇÕES DE TRABALHO (2010-2020)

Nesta seção apresentamos uma síntese do tratamento dado à categoria trabalho nas pesquisas sobre as condições de trabalho no Serviço Social brasileiro. Consideramos de antemão, que essa categoria assume vários sentidos, a depender do aporte teórico-metodológico, por isso, busca-se elucidar a sua apreensão pelos autores do Serviço Social selecionados, que possuem como objeto de pesquisa as condições de trabalho.

No primeiro momento apresentamos os procedimentos para seleção dos estudos da última década (2010-2020) sobre as condições de trabalho dos/das assistentes sociais, destacando o nosso percurso metodológico. Identificamos a produção que trata da referenciação da categoria trabalho, separando os trabalhos que citaram Marx em sua construção, pois compreendemos que eles demonstraram maior aprofundamento em relação aos conceitos empreendidos, e destacamos a produção selecionada para estudo e posterior diálogo crítico, que é realizado especificamente na seção 5 desta tese. Por fim, no momento seguinte apresentamos o tratamento dispensado à categoria trabalho pelos/as pesquisadores/as assistentes sociais.

3.1. IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS BRASILEIROS/AS (2010-2020) E SEUS PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Para traçar um panorama das produções sobre as condições de trabalho dos/as assistentes sociais brasileiros/as que tratam da categoria trabalho, realizamos o recorte do material de pesquisa, priorizando a publicação acadêmica da última década (2010-2020), que está expressa através de artigos científicos, teses e dissertações.

A partir disso, procedemos ao mapeamento e sondagem dessa produção por meio de dois movimentos. O primeiro, foi a realização de um levantamento nos periódicos da CAPES, por sua relevância, e, na sequência, uma verificação das dissertações e teses defendidas na década delimitada, junto ao banco de dados da BDBTD. Ambos foram realizados em agosto de 2020.

Sobre o levantamento realizado nos periódicos junto à CAPES, utilizamos como descritor 'condições de trabalho dos assistentes sociais', e filtrou-se a busca entre os anos de 2010 a 2020. No primeiro momento obtivemos um resultado de 40 trabalhos publicados. Após uma minuciosa busca, por meio da leitura seletiva (LIMA; MIOTO, 2007), tendo como foco os resumos dos trabalhos, identificamos e selecionamos 09 (nove) artigos que tratam sobre a temática abordada.

Desses, 01 (um) está em periódico com avaliação da CAPES A1, 05 (cinco) em A2, 01 (um) em B2 e 02 (dois) em B3, conforme Tabela 1. Já sobre a abordagem teórica da pesquisa, também identificada a partir da leitura seletiva (LIMA; MIOTO, 2007) dos resumos, não foi possível identificarmos a concepção adotada em 03 (três) trabalhos. Entre os que apresentaram a abordagem empregada, a reivindicação do uso da teoria e do método marxista aparece nas mais diversas expressões, de acordo com o que apresentamos na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 - Artigos publicados entre 2010-2020 sobre Condições de Trabalho dos Assistentes Sociais

Título	Ano	Revista	Avaliação	Abordagem
Condições de trabalho e a luta dos/as assistentes sociais pela jornada semanal de trinta horas	2011	Serviço Social e Sociedade	A1	Não consta
As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais	2016	Textos e Contextos	A2	Perspectiva lógica dialética
Condições de trabalho dos/as	2015	Em Pauta	A2	Tradição marxista
Assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional				
Expansão e precarização: o mercado de trabalho dos assistentes sociais em Santa Catarina	2013	Em Pauta	A2	Perspectiva dialética
Desafios da classe trabalhadora: Serviço Social na luta por condições de trabalho	2015	Em Pauta	A2	Não consta
O Serviço Social e as condições de trabalho no SUAS: tensões e desafios a materialização do Projeto Profissional	2015	Em pauta	A2	Concepção histórica do pensamento crítico-dialético
O assistente social e as relações de trabalho – saúde: um estudo exploratório em unidade municipal de emergência no Rio de Janeiro/ RJ	2013	Vértices	B2	Não consta

Os assistentes sociais e a luta por melhores condições de trabalho: apontamentos sobre a jornada semanal de 30 horas	2016	Serviço Social em Revista	B3	Ancoragem no método dialético
A profissão de Serviço Social e as condições de trabalho dos assistentes sociais na região de Guarapuava	2012	Serviço Social em Revista	B3	Perspectiva de Karl Marx

Fonte: Elaborada pela autora a partir de levantamento junto à CAPES (2020).

Em relação às teses e dissertações, o levantamento foi realizado em agosto de 2020, no banco de dados da BDBTD. Entre as dissertações e teses defendidas que versam sobre a temática “condições de trabalho dos assistentes sociais”, no período de 2010 a 2020, em um primeiro momento apresentou-se um total de 226 (duzentos e vinte e seis) trabalhos. Após a realização da leitura seletiva (LIMA; MIOTO, 2007), tendo como foco os resumos, identificamos as que realmente tratam sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais levando em conta a categoria trabalho, sendo 08 (oito) teses e 22 (vinte e duas) dissertações.

Tabela 2 - Teses e Dissertações defendidas (2010-2020) sobre Condições de Trabalho dos Assistentes Sociais

TESES		
TÍTULO	ANO	INSTITUIÇÃO
Trabalho precarizado, política social e Serviço Social: elementos para a análise das condições de trabalho dos assistentes sociais na Assistência Estudantil da IFAL	2020	UFRN
Processamento e proletarização do trabalho do assistente social no acirramento da crise capitalista: estudos das condições e relações de trabalho na cidade de Teófilo Otoni, Minas Gerais	2019	PUC SP
As condições de trabalho dos assistentes sociais na política de assistência social na administração pública municipal da sub-região oeste da Região Metropolitana de São Paulo	2018	PUC SP
As condições de trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na realidade brasileira	2018	UNESP Franca
O trabalho das Assistentes Sociais no Fórum das Varas Especiais da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça no Estado de São Paulo: tempo de trabalho, intensificação e precarização	2017	PUC SP
Caminhos da Precarização: Crise do Capital, Transformações no mundo do trabalho e tendências para as condições e relações de trabalho do Assistente Social na região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro	2016	PUC RJ

Educação permanente nas políticas de saúde e assistência social no contexto da precarização do trabalho de assistentes sociais 2016	2016	PUC SP
Serviço Social e trabalho docente: precarização e intensificação do trabalho nas Instituições Privadas de Ensino Superior em São Paulo	2015	PUC SP
DISSERTAÇÕES		
As condições de trabalho dos assistentes sociais na proteção social básica em Paranaguá, Paraná	2019	UNIOESTE
Precarização e Serviço Social: As condições de trabalho dos assistentes sociais nas Unidades de Acolhimento Institucional	2018	UFC
As condições objetivas de trabalho dos/as assistentes sociais inseridos na política de educação na região litorânea do Paraná	2017	UEL
O enfrentamento do trabalho precarizado na agenda sindical de assistentes sociais	2017	UFS
As mediações do debate da precarização do trabalho na pesquisa bibliográfica do Serviço Social de 2010 a 2015	2017	UFPE
O/A assistente social enquanto trabalhador assalariado/a: uma análise sobre as condições objetivas de trabalho das agentes fiscais dos CRESS da Região Nordeste	2017	UFRN
Trabalho assalariado: As condições de trabalho dos assistentes sociais do SUAS no município de Teófilo Otoni- MG	2017	UFES
Serviço Social e condições de trabalho: perspectivas e desafios para a política de assistência social no município de Natal/ RN	2017	UFRN
A precarização do trabalho do assistente social no SUAS: condições de trabalho e saúde profissional	2016	UFPE
O assistente social e a condição de trabalhador assalariado no setor público estatal: traços do perfil do mercado de trabalho em Minas Gerais	2016	UFJF
Serviço Social na área de educação: condições e relações de trabalho dos assistentes sociais no município de Juiz de Fora / MG	2016	UFJF
As condições de trabalho do assistente social na política de assistência social a partir dos anos 2000	2015	UFJF
Condições de trabalho do assistente social nos CRAS dos municípios de Castanhal e Vigia: uma aproximação crítica	2015	UFPA
Condições de trabalho dos/das assistentes sociais no SUAS: um estudo nos CRAS de Mossoró/ RN	2015	UFRN
O trabalho do assistente social na saúde: a particularidade das atribuições e competências profissionais frente ao processo de precarização do trabalho	2015	UFPB
As condições de trabalho na área da saúde e o processo de adoecimento do/a assistente social	2013	UFRN

Condições de trabalho e terceiro setor: implicações contemporâneas para o Serviço Social	2013	UFRN
A precarização da força de trabalho no serviço público de saúde: As condições e relações de trabalho dos assistentes sociais no NASF	2012	UFPB
A expansão do mercado de trabalho do assistente social X precarização no exercício profissional no SUAS em Natal/ RN: uma análise das condições e relações de trabalho	2012	UFRN
Os desafios da atuação do profissional de Serviço Social: precarização do trabalho nos CRAS Campina Grande PB	2011	UFPB
Processo de trabalho em saúde: uma análise das condições de trabalho dos assistentes sociais no âmbito hospitalar	2010	UFRN
Precarização do trabalho dos assistentes sociais dos CRAS de Campina Grande	2010	UFPB

Fonte: Organizada pela autora, a partir do BDTD (2020).

Na leitura seletiva (LIMA; MIOTO, 2007), verificamos que, das pesquisas localizadas entre as teses e dissertações, de um total de 30 (trinta) trabalhos, apenas em 21 (vinte e um) constam as abordagens em relação às pesquisas. Esses últimos se referem das mais diversas formas quanto ao método e à teoria empregada: marxistas, materialismo histórico dialético, dialética marxista, análise crítica reflexiva, mas todos coadunam na reivindicação da teoria marxista.

Tabela 3 - Abordagem das Teses e Dissertações defendidas (2010-2020) sobre Condições de Trabalho dos Assistentes Sociais

TESES	
TÍTULO	ABORDAGEM
Trabalho precarizado, política social e Serviço Social: elementos para a análise das condições de trabalho dos assistentes sociais na Assistência Estudantil da IFAL	Marxista
Processamento e proletarização do trabalho do assistente social no acirramento da crise capitalista: estudo das condições e relações de trabalho na cidade de Teófilo Otoni, Minas Gerais	Marxista
As condições de trabalho dos assistentes sociais na política de assistência social na administração pública municipal da sub-região oeste da Região Metropolitana de São Paulo	Materialismo histórico – dialético
O trabalho das Assistentes Sociais no Fórum das Varas Especiais da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça no Estado de São Paulo: tempo de trabalho, intensificação e precarização	Dialética marxista

Caminhos da Precarização: Crise do Capital, Transformações no mundo do trabalho e tendências para as condições e relações de trabalho do Assistente Social na região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro	Análise crítica e reflexiva
Educação permanente nas políticas de saúde e assistência social no contexto da precarização do trabalho de assistentes sociais 2016	Materialismo histórico Dialético
DISSERTAÇÕES	
As condições de trabalho dos assistentes sociais na proteção social básica em Paranaguá, Paraná	Método dialético
Precarização e Serviço Social: As condições de trabalho dos assistentes sociais nas Unidades de Acolhimento Institucional	Método materialista Dialético
O enfrentamento do trabalho precarizado na agenda sindical de assistentes sociais	Método histórico dialético
O/A assistente social enquanto trabalhador assalariado/a: uma análise sobre as condições objetivas de trabalho das agentes fiscais dos CRESS da Região Nordeste	Marxismo
Serviço Social e condições de trabalho: perspectivas e desafios para a política de assistência social no município de Natal/ RN	Materialismo histórico-dialético
O assistente social e a condição de trabalhador assalariado no setor público estatal: traços do perfil do mercado de trabalho em Minas Gerais	Método crítico-Dialético
Serviço Social na área de educação: condições e relações de trabalho dos assistentes sociais no município de Juiz de Fora / MG	Perspectiva materialista dialética
As condições de trabalho do assistente social na política de assistência social a partir dos anos 2000	Perspectiva do método materialista histórico dialético
Condições de trabalho do assistente social nos CRAS dos municípios de Castanhal e Vigia: uma aproximação crítica	Método dialético
Condições de trabalho dos/das assistentes sociais no SUAS: um estudo nos CRAS de Mossoró/ RN	Referencial marxista histórico-dialético
O trabalho do assistente social na saúde: a particularidade das atribuições e competências profissionais frente ao processo de precarização do trabalho	Método crítico dialético
Condições de trabalho e terceiro setor: implicações contemporâneas para o Serviço Social	Materialismo histórico Dialético
A expansão do mercado de trabalho do assistente social X precarização no exercício profissional no SUAS em Natal/ RN: uma análise das condições e relações de trabalho	Marxista
Os desafios da atuação do profissional de Serviço Social: precarização do trabalho nos CRAS Campina Grande PB	Perspectiva crítico-dialética

Precarização do trabalho dos assistentes sociais dos CRAS de Campina Grande	Concepção histórica do pensamento crítico dialético
---	---

Fonte: Elaborada pela autora com base na BDTD (2020).

Em relação aos trabalhos apontados, em sua maioria são pesquisas de campo e a obtenção dos dados ocorreu por meio da aplicação de questionários ou realização de entrevistas. Além disso, o recorte das pesquisas de campo se deu em espaços sócio-ocupacionais, seja em determinado campo da política social ou ainda em um município, região ou estado.

Tendo em vista nossa análise anterior, uma questão que nos exigiu atenção foi o fato de que, possivelmente, as pesquisas selecionadas que tratam da categoria trabalho sob a perspectiva marxista, no âmbito da produção, sobre condições de trabalho realizada pelo Serviço Social brasileiro na última década (2010-2020), carregam limites e desafios, oriundos do próprio processo de inserção da teoria marxista no Brasil e no Serviço Social brasileiro, bem como das disputas teóricas e ideológicas identificadas na atualidade. Há, assim, a necessidade de serem desveladas essas questões.

Para Cantalice et al. (2021, p.112), embora o Serviço Social brasileiro já tenha um caminho trilhado na relação com a teoria marxista, esses estudos “[...] não significaram a superação das dificuldades de aprofundamento teórico e de mediações que possibilitem a apreensão da profissão e suas determinações à luz da crítica marxista”.

Na consideração desses elementos, salientamos a relevância das pesquisas realizadas, inclusive os enfrentamentos realizados pelo Serviço Social brasileiro no que concerne à categoria trabalho, firmando o seu posicionamento a partir de aportes teórico-metodológicos no campo do marxismo. Entretanto, reafirmamos a necessidade de conhecer o movimento de apreensão que ocorre em relação à categoria trabalho sob a perspectiva marxista na atualidade, um desafio a que nos propusemos a partir das pesquisas selecionadas.

Esse esforço teórico poderá contribuir para adensar os debates em relação aos fundamentos da profissão, indo de encontro ao que já foi advertido em pesquisas realizadas da produção do Serviço Social brasileiro e por Cantalice et al. (2021, p. 109): “Há a necessidade de que as pesquisas e a produção de conhecimento

busquem apresentar o significado e o status dos fundamentos para a profissão”.

Para que pudéssemos conhecer e identificar a abordagem dos/das autores/as do Serviço Social brasileiro em relação à categoria trabalho, especificamente nas produções sobre condições de trabalho da última década (2010-2020), foi realizada a leitura e análise sistematizada do levantamento bibliográfico. É preciso destacar que essa sondagem demonstrou um número considerável de produções a serem estudadas.

Nesse sentido, para assegurar a viabilidade de análise no prazo estabelecido para conclusão desta pesquisa, selecionaram-se os seguintes materiais: 1) artigos científicos, por se compreender que estes passaram por avaliação de outros pares; e 2) teses de doutorado, por serem produzidas a partir de um processo de pesquisa aprofundado, por conta, inclusive, do tempo destinado para a sua realização. As dissertações de Mestrado foram, portanto, desconsideradas nesta análise.

Dessa forma, elencamos 12 (doze) trabalhos a serem analisados, sendo 06 (seis) artigos e 06 (seis) teses. Dentre eles, os seguintes artigos foram desconsiderados, já que, entre as autoras, está a orientadora desta tese: a) Condições de trabalho dos/as assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional; e b) Expansão e precarização: o mercado de trabalho dos assistentes sociais em Santa Catarina. Com este indicativo, portanto, chegamos a 04 (quatro) artigos e 06 (seis) teses de doutorado, totalizando 10 (dez) trabalhos, conforme descrito no Quadro 2. Importante destacar que a seleção dos trabalhos prosseguiu, a fim de assegurar uma análise profícua, como será demonstrado adiante.

Quadro 2 - Trabalhos selecionados previamente para análise

	TÍTULO	ANO
ARTIGOS	As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais	2016
	O Serviço Social e as condições de trabalho no SUAS: tensões e desafios a materialização do Projeto Profissional	2015
	Os assistentes sociais e a luta por melhores condições de trabalho: apontamentos sobre a jornada semanal de 30 horas	2016
	A profissão de Serviço Social e as condições de trabalho dos assistentes sociais na região de Guarapuava	2012
TESES	Trabalho precarizado, política social e Serviço Social: elementos para a análise das condições de trabalho dos assistentes sociais na Assistência Estudantil da IFAL	2020

Processamento e proletarização do trabalho do assistente social no acirramento da crise capitalista: estudo das condições e relações de trabalho na cidade de Teófilo Otoni, Minas Gerais	2019
As condições de trabalho dos assistentes sociais na política de assistência social na administração pública da sub-região oeste da Região Metropolitana de São Paulo	2018
O trabalho das assistentes sociais do Fórum das Varas Especiais da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: tempo de trabalho, intensificação e precarização	2017
Caminhos da Precarização: Crise do Capital, transformações no mundo do trabalho e tendências para as condições e relações de trabalho do assistente social na Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro	2016
Educação permanente nas políticas de saúde e assistência social no contexto da precarização do trabalho de assistentes sociais	2016

Fonte: Elaborada pela autora

Para o desenvolvimento desta etapa, da investigação procedemos à leitura reflexiva ou crítica (LIMA; MIOTO, 2007) do material selecionado: artigos científicos e teses de doutorado, que tratam sobre as condições de trabalhos dos assistentes sociais na última década (2010-2020). Na análise consideramos as referências utilizadas e o trato dado pelos/as autores/as à categoria trabalho, verificando também o aporte teórico utilizado pelos/as autores/as.

A referenciação da categoria trabalho nos estudos que tratam sobre as condições de trabalho dos/das assistentes sociais é o momento em que apresentamos como os/as pesquisadores/as a tratam no interior de seus estudos, respeitando o movimento por eles empreendido.

No primeiro momento realizamos o exercício de separar o conteúdo em dois critérios de análises: os trabalhos que citam Marx e os que não citam Marx. Realizada a leitura reflexiva ou crítica (LIMA; MIOTO, 2007) do material selecionado, constatamos que 01 (um) dos trabalhos selecionados não se posiciona teoricamente em relação à categoria trabalho. Dos outros trabalhos, 08 (oito) citam Marx, em sua fonte original, e 03 (três) não o citam na fonte original.

Foi possível observar assim, nesse momento, que das 10 (dez) obras selecionadas, a maioria se utiliza do acervo de Marx e que, mesmo as obras que não citam Marx em sua fonte original, utilizam-se de autores marxistas. Entretanto, nos trabalhos que não citam Marx, no caso, apenas 02 (dois), constatamos que até apresentam categorias presentes nas obras de Marx, mas elas não são desenvolvidas, dificultando, dessa forma, a identificação do posicionamento teórico dos/as autores/as em relação à categoria trabalho.

Nesse sentido, restringimos a análise do próximo item no conteúdo dos

trabalhos que citam Marx em seu desenvolvimento, que totalizam apenas 08 (oito), pois em alguma medida demonstram esforços em referenciar as categorias, permitindo o estabelecimento de diálogos críticos.

Para cumprir os objetivos propostos nesta tese, traçamos um percurso no próximo item, em que se apresenta a forma como os autores das pesquisas selecionadas tratam a categoria trabalho em suas produções, a fim de respeitar inclusive o movimento que eles realizam em relação às categorias.

Cabe um alerta aos leitores e leitoras, pois nesse momento não realizamos ainda as nossas análises. Somente após tratarmos dos fundamentos da categoria trabalho a partir da teoria marxista, o que é apresentado na seção 4, é que empreendemos as análises e o diálogo crítico com as produções selecionados, na seção 5. Entendemos que, ao abdicar de acompanhar a formulação realizadas pelos autores, correríamos o risco de cair em equívocos de compreensão.

3.2. CATEGORIA TRABALHO: A ABORDAGEM DE PESQUISADORES/AS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO QUE TRATARAM SOBRE CONDIÇÕES DE TRABALHO NA ÚLTIMA DÉCADA (2010-2020)

Para identificar a forma em que está se dando a apreensão dos(as) assistentes sociais brasileiros(as) em relação à categoria “trabalho” nas produções da última década (2010-2020), que tratam sobre condições de trabalho, referenciamos 08 (oito) estudos. Eles citam e desenvolvem explicações de categorias presentes nas obras de Marx.

Quadro 3 - Trabalhos analisados que trataram da categoria trabalho sob a perspectiva marxista

	TÍTULO	ANO
ARTIGOS	A profissão de Serviço Social e as condições de trabalho dos assistentes sociais na região de Guarapuava	2012
	As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais	2016
TESES	Trabalho precarizado, política social e Serviço Social: elementos para a análise das condições de trabalho dos assistentes sociais na Assistência Estudantil da IFAL	2020
	Processamento e proletarização do trabalho do assistente social no acirramento da crise capitalista: estudo das condições e relações de trabalho na cidade de Teófilo Otoni, Minas Gerais	2019

As condições de trabalho dos assistentes sociais na política de assistência social na administração pública municipal da sub-região oeste da Região Metropolitana de São Paulo	2018
O trabalho das Assistentes Sociais do Fórum das Varas Especiais da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: tempo de trabalho, intensificação e precarização	2017
Caminhos da Precarização: Crise do Capital, transformações e tendências para as condições e relações de trabalho do assistente social na Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro	2016
Educação permanente nas práticas de saúde e assistência social no contexto da precarização do trabalho de assistentes sociais	2016

Fonte: Elaborada pela autora

A análise das produções indicadas no Quadro 3, permitiu que verificássemos o tratamento dispensado à categoria trabalho, a partir de uma determinada leitura da obra marxiana, o que é exposto a seguir, considerando-se as categorias analíticas que permeiam a argumentação de cada um dos autores selecionados.

a) Artigo 1: A profissão de Serviço Social e as condições de trabalho dos assistentes sociais na região de Guarapuava

Este artigo tem como objetivo discutir as condições de trabalho dos/das assistentes sociais na região de Guarapuava/PR, que abrange 21 (vinte e um) municípios. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Os dados da pesquisa de campo foram coletados a partir da aplicação de questionário. A análise, segundo a autora, está ancorada no método crítico dialético. Um aspecto em destaque é que desde o início do estudo é anunciado que a categoria trabalho será discutida a partir de Marx.

A abordagem que este estudo realiza, em relação à categoria trabalho, ocorre por meio da referenciação da obra *O Capital*, mas outros autores também são citados para a compreensão, tais como Colman e Pola (2009), Lessa (1999) e Antunes (2000).

Outro elemento identificado é o desenvolvimento do estudo sobre a categoria trabalho, que ocorre em dois momentos. No primeiro, por meio da busca da categoria trabalho na perspectiva marxiana, a partir da abordagem ontológica, sem necessariamente realizar a articulação com a sociedade capitalista e nem com o Serviço Social. Nessa etapa, o trabalho é conceituado com base nessa perspectiva.

Segundo Marx (1971), *o trabalho é a mediação entre homem e natureza e sua relação fundamental*. O trabalho é essencial ao real dialético porque é a

força dialética, a verdadeira ação dialética. Por meio dele, o homem se apropria da natureza para satisfazer suas necessidades, pelo trabalho a natureza se humaniza, torna-se algo do homem, entra em sua circulação e fica impregnada do humano. Uma natureza trabalhada é ao mesmo tempo uma natureza tornada humana, inserida no homem, mas também o homem inserido nela, traduzido na matéria, introduzido no ser natural (PRATES, 2012, p. 190, grifos nossos).

Mais adiante, ao tratar da categoria trabalho, percebe-se um esforço da autora em relacioná-la ao âmbito do modo de produção capitalista, momento em que procura estabelecer sua relação com a mercadoria.

Contudo, Marx (1971) verificou que a partir do desenvolvimento do sistema capitalista de produção, *o trabalho assumiu características diferentes das anteriores, em que os homens que produzem os bens materiais, alguns indispensáveis à sua própria existência, não se realizam como seres humanos em suas atividades. Na realidade, o trabalho exteriorizou-se sob a forma de mercadoria*, que, conforme Marx é '[...] a riqueza das sociedades onde se rege a produção capitalista [...]' (Marx, 1971, p. 41) (PRATES, 2012, p. 192, grifos nossos).

Em outro momento do texto, a partir das afirmações de Cólman e Pola (2009), a autora explica as características que o trabalho assume no modo de produção capitalista, primeiro que

[...] a característica predominante sob a qual ocorre o trabalho é a venda da mercadoria força de trabalho ao capitalista. "A força de trabalho comprada será incorporada ao capital no processo da produção, valorizando o capital inicial, ou seja, produzindo mais-valia (COLMÁN; POLA, 2009, p. 3).

Em seguida, Prates aponta que "[...] só é produtivo o trabalho assalariado que produz mais-valia" (PRATES, 2012, p. 192-193). Todavia, ao realizar essa afirmação, a autora não aborda as categorias trabalho concreto, trabalho abstrato e nem a categoria trabalho produtivo de capital. Nessa discussão ela ressalta também o caráter histórico do trabalho.

No decorrer dos séculos, a concepção de trabalho sofre modificações, pois a sociedade passou por vários modos de produção, sendo que, em todos os modos caracterizados pela divisão da sociedade em classes sociais, verificava-se a exploração do homem pelo homem (PRATES, 2012, p. 194).

Ao tratar sobre o trabalho do/da assistente social, a autora recorre à categoria alienação, descrevendo-a na relação com o trabalho:

No sistema capitalista, o trabalhador vive a dimensão da alienação do trabalho, onde ele não participa de todo o processo de sua criação, e muitas vezes não conhece o produto final. Essa relação acontece também com a venda da força de trabalho do assistente social, seja no espaço público ou privado (PRATES, 2012, p. 194).

Ao realizar o debate sobre a categoria trabalho, foi possível identificarmos que a autora aborda o seu sentido ontológico, indica o trabalho como mercadoria no modo de produção capitalista, bem como compreende que nessa sociabilidade o trabalho é assalariado e pode ser produtor de mais-valia.

Ancorado nessas indicações, seu artigo aponta para o enfrentamento das precárias condições de trabalho no âmbito da política. As lutas vão no sentido de melhorá-las, garantindo-se melhores condições de trabalho aos/às assistentes sociais por meio de luta por direitos e alteração nas leis.

Por meio desta pesquisa, foi possível perceber alguns desafios que a categoria precisa vencer, tais como: a efetivação da NOB/SUAS-RH, a instituição de um piso salarial, a luta por concurso público dentro das normas legais e o cumprimento das Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que requerem das instituições espaços adequados para a profissão desenvolver suas intervenções (PRATES, 2012, p. 211).

A apreensão da autora, em relação à categoria trabalho, indica que houve alterações ao longo dos séculos, devido às mudanças no modo de produção. Em relação à concepção de trabalho, transita entre o sentido ontológico, e para isso cita Marx, e seu sentido histórico. Também identifica que no modo de produção capitalista duas compreensões: a primeira, de que o trabalho se exterioriza como mercadoria, e, posterior, referenciando Colman e Pola (2009), destaca que o trabalho ocorre pela força de trabalho se constituindo em mercadoria. Apresenta, ainda, categorias como alienação, trabalho assalariado e produtivo, embora não as aprofunde.

b) Artigo 2: As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa de campo qualitativa, realizada com assistentes sociais que trabalham no município de Taubaté/SP, em vários espaços sócio-ocupacionais. Teve como objetivo identificar os fatores presentes no exercício profissional que desencadeiam processos de sofrimento e de adoecimento. A discussão permeia a relação entre trabalho e adoecimento no Serviço

Social, tendo como eixo norteador o contexto da crise contemporânea do capital e as novas formas de precarização e intensificação do trabalho.

Nesse sentido, esse estudo não tem por finalidade apresentar a apreensão da categoria trabalho, entretanto, esse debate permeia a sua construção, portanto, apresenta a concepção utilizada pelos autores. Assim, ao tratar da categoria trabalho, a abordagem das categorias marxianas trabalho concreto e abstrato é apresentada, caracterizando o trabalho do/da assistente social a partir delas.

Assim, para além da análise do Serviço Social como *trabalho concreto* (Marx, 1968), munido de qualidades específicas para responder às demandas que lhe são postas, tendo como suportes de ação os recursos materiais e seu acervo técnico-intelectual, *o trabalho do assistente social adquire um caráter abstrato* na medida em que passa a ser mediado pelo mercado, isto é, pela produção, troca e consumo das mercadorias (bens e serviços) dentro da divisão social do trabalho (FAERMANN; MELLO, 2016, p. 98, grifos nossos).

A categoria trabalho concreto é discutida, referenciando Marx, e ao se referir ao trabalho do(a) assistente social, qualifica-o como tendo um caráter abstrato, devido à mediação do mercado. Percebe-se, assim, nos autores o esforço em qualificar a categoria trabalho na perspectiva marxiana.

Na argumentação do texto é apresentada, inicialmente, a concepção ontológica de trabalho. Já no segundo momento, os autores avançam quando relacionam o trabalho com as determinações da sociedade capitalista, apontando diferenças e articulando o trabalho à alienação e à desumanização.

O trabalho é uma atividade humano-social pela qual o homem domina as forças naturais e, mediante os meios e instrumentos de produção, transforma a natureza em bens úteis que os produzem e as condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais os reproduzem. Entretanto, na sociedade capitalista, o trabalho não constitui uma atividade livre, amorosa e emancipada, mas uma atividade obrigatória e alienada, nas condições de desumanidade real do capital (FAERMANN; MELLO, 2016, p. 106-107).

Na continuidade do texto, novamente vislumbra-se o esforço em apreender a categoria trabalho em sua relação com o capital, a fim de identificar seus efeitos sobre a humanidade:

Subsumido ao capital, o trabalho se converteu em um meio de produzir riquezas e, na perspectiva capitalista, a propriedade privada, a lei do mercado, a divisão e a alienação do trabalho formam um elo que aprisiona e embrutece quem o realiza. Nesse sentido, o trabalhador é submetido a um

processo progressivo de empobrecimento humano (FAERMANN; MELLO, 2016, p. 108).

Outro aspecto do texto, se refere à caracterização do trabalho do/da assistente social. Ao se fazer a abordagem, ele é caracterizado como trabalho assalariado, sem se distinguir a natureza do trabalho, se pública ou privada:

[...] problematizar o trabalho do assistente social na atualidade supõe pensá-lo como alíquota do trabalho da classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho em troca de um salário, sujeito às violações e aos constrangimentos comuns a todos os *trabalhadores assalariados*. É nesse contexto que a discussão do sofrimento e do adoecimento vem ocupando centralidade no Serviço Social, em decorrência do processo brutal de *mercantilização da força de trabalho* do assistente social na sociedade contemporânea (mas a explicação da possível articulação entre esses elementos não é realizada, deixando em aberto como se daria essa relação (FAERMANN; MELLO, 2016, p. 99, grifos nossos).

Embora não expresse de forma explícita no texto a relação entre mercadoria e força de trabalho, o trecho em destaque na citação acima, pressupõe que os autores aliam o processo de adoecimento no trabalho ao *status* que a força de trabalho ganha no modo de produção capitalista, ou seja, de ser mercantilizado.

No que se refere à categoria trabalho, os autores tentam uma aproximação em relação ao constructo teórico marxiano, desembocando na associação entre a análise quantitativa do trabalho, remetendo o leitor a Marx, e a financeirização econômica. O esforço dos autores vai no sentido de relacionar os fundamentos do trabalho com a análise conjuntural, mas a explicação da possível articulação entre esses elementos não é realizada, deixando em aberto como se daria essa relação

Diz Marx (1968) que o modo de existência quantitativo do trabalho é o tempo de trabalho uniforme e indiferenciado, simples, por assim dizer, despido de toda qualidade. Portanto, o modo de produção capitalista, em seu estágio atual de financeirização da economia e dos avanços do ideário neoliberal, acentua a precarização do trabalho atingindo diretamente os assistentes sociais (FAERMANN; MELLO, 2016, p. 99).

Para realizarem a abordagem sobre a categoria trabalho nesse estudo, os autores utilizam Marx (1968), mas, embora ele seja reivindicado no teor do texto, não consta no trabalho a obra do teórico utilizada. Eles também se ancoram em outros referenciais. Ao tratarem do trabalho no atual momento histórico do capital, fazem menção à Antunes (1996, p. 81), discutindo que:

[...] foi um retrocesso dos direitos trabalhistas, assim não é preciso dizer que esse sistema de flexibilização do trabalho supõe a flexibilização (ou a desmontagem) dos direitos do trabalho (FAERMANN; MELLO, 2016, p. 100).

Também citam Silva (2011), ao se referirem à precarização do trabalho, que

[...] tornou frágeis e instáveis as relações de trabalho, sendo possível constatar tal fenômeno mundialmente. Para a autora, o processo de precarização repercute tanto nas condições materiais quanto na subjetividade dos trabalhadores (FAERMANN; MELLO, 2016, p. 100).

Nesse sentido, ao tratar da precarização do trabalho, os autores atribuem suas causas ao processo de reestruturação produtiva, ao ideário neoliberal e à financeirização da economia. Além disso, também relacionam esse processo com o trabalho do/da assistente social.

Todo esse processo determinado por movimentos e por ações objetivas do capitalismo contemporâneo incide no Serviço Social. O saldo deixado pela reestruturação produtiva confirma-se no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais: exploração, inserção precária no mundo do trabalho, sofrimento e adoecimento profissional, entre tantos outros aspectos (FAERMANN; MELLO, 2016, p. 100).

Outro elemento presente na caracterização do trabalho sob a sociedade capitalista é seu caráter de “trabalho alienado”, embora as pesquisadoras citam esta categoria, não apresentam em seu trabalho uma fundamentação. Destacam que a “alienação” é determinante para que os/as assistentes sociais sejam induzidos ao imobilismo, seja de modo subjetivo ou coletivo, sem condições de se organizarem para uma resistência política:

Essa realidade aprofunda processos de *alienação do trabalho*, esmorecendo as possibilidades de construção de identidades coletivas, com repercussões na organização política do conjunto de trabalhadores. A atitude solitária do profissional frente a essa realidade, somada aos riscos da rotina, da burocracia e da pressão institucional, pode levar à naturalização ou à mera aceitação de um contexto de trabalho perverso que se contrapõe radicalmente ao Projeto Ético-Político do Serviço Social (FAERMANN; MELLO, 2016, p. 111, grifos nossos).

Detectamos, assim, uma análise das relações sociais do modo de produção capitalista que trata a categoria trabalho a partir da referência à perspectiva marxiana e a outros teóricos, trabalhando com categorias como trabalho em geral, concreto, abstrato, assalariado e processo de alienação do trabalho.

- c) Tese 1: Processamento e proletarização do trabalho do assistente social no acirramento da crise capitalista: estudo das condições e relações de trabalho na cidade de Teófilo Otoni, Minas Gerais

Essa tese tem como objetivo analisar o processamento e as expressões da proletarização no trabalho do Assistente Social no município de Teófilo Otoni, em Minas Gerais (MG). A pesquisa de campo ocorreu com assistentes sociais, por meio da aplicação de questionários e realização de entrevistas.

O estudo se propõe a realizar a caracterização da categoria trabalho, a partir da abordagem marxiana, e para isso, em alguns momentos utiliza-se de Marx como fonte primária, mas, também, em outros, de autores como Yamamoto e Antunes.

Ao tratar sobre a categoria trabalho, a primeira abordagem localizada é sobre o trabalho concreto. Ele é relacionando com o trabalho desenvolvido pelo/a assistente social, ou seja, o trabalho do/da assistente social é qualificado como trabalho concreto. Assim a pesquisadora define, a partir de Yamamoto (2008 a 2021), o trabalho do assistente social:

[...] como sendo a forma com que se efetiva e se expressa o trabalho concreto, útil, realizado pelo assistente social, determinado pelo reino social do valor de troca por meio do assalariamento (CAMARGO, 2019, p. 21).

Sobre a compreensão de trabalho concreto e abstrato, a autora busca os fundamentos em Marx, *O Capital*. Nesse processo, explica os conceitos, bem como o movimento de abstração, conteúdo abordado em uma nota de rodapé:

Assim, para que duas mercadorias diferentes possam ser trocadas é necessário, além da crescente divisão social do trabalho sobre o domínio da propriedade privada dos meios de produção, e que o trabalho concreto (objetos úteis e necessárias a vida humana) seja reduzido à condição de trabalho em geral, trabalho abstrato. De acordo com Marx, trata-se de uma “abstração que põe de lado a desigualdade existente entre eles e os reduz ao seu caráter comum de dispêndio de força humana de trabalho, de trabalho humano abstrato” (MARX, 2012, p. 327). Para o nosso autor, a mercadoria que serve de equivalente é sempre a encarnação do trabalho humano abstrato, é sempre fruto do trabalho concreto, útil, que na sociedade capitalista torna-se expressão de trabalho humano abstrato (MARX, 2004, p. 80). Os objetos úteis transformam-se em mercadorias quando são produtos de trabalho privados, enquanto expressão da totalidade do trabalho social. “Em outras palavras, os trabalhos privados atuam como partes componentes do conjunto do trabalho social, apenas através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, entre os

produtores. Por isso, para os últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos” (MARX, 2004, p. 95). Esse duplo caráter social do trabalho, como lembra Marx (2004), – concreto (valor de uso) e abstrato (valor de troca) –, é para o nosso autor a cisão entre o produto do trabalho e o valor das coisas, o segredo do ocultamento. Ocorre nesse processo o desaparecimento do caráter útil do trabalho, suas particularidades e qualidades para a forma de trabalho em geral que passa a ser concebido de forma abstrata, mediante a sua homogeneidade de ‘tempo de trabalho socialmente necessário’, despida das determinações concretas que tecem a vida em sociedade (CAMARGO, 2019, p. 55).

Em outro momento, apresenta a sua concepção em relação às categorias trabalho concreto e trabalho abstrato:

[...] para Marx, o trabalho abstrato é uma condição específica do modo de produção capitalista e o trabalho concreto, a forma comum a todos os modos de produção social. Por isso se faz necessário ir além das características úteis que compõem o trabalho como condição de existência humana, observando a partir delas o modo como o processo de trabalho simples se fragmenta pela divisão social do trabalho e pela propriedade privada, com vistas à subsunção formal e real ao capital (CAMARGO, 2019, p.139).

Ao analisar o trabalho do assistente social, a autora indica que há uma lacuna nas análises, pois, segundo ela é preciso avançar, devendo abordar “novas mediações”:

A hipótese é que *nos prendemos*, na grande parte das vezes, *na dimensão do trabalho concreto* exercida pelo/a assistente social e *perdemos de vista* as novas mediações introduzidas pelo *estatuto assalariado* e que incidem nos resultados desse trabalho especializado, como a precarização, a intensificação, a jornada, o salário, o controle do trabalho, embora a dimensão concreta seja o ponto de partida importante (CAMARGO, 2019, p. 248, grifos nossos).

A caracterização de trabalho improdutivo também é feita. Na concepção da autora

[...] o *trabalho improdutivo* é aquele que *cria os valores de uso*, cuja finalidade não é o *valor de troca*. Ou seja, são consumidos como valor de uso e não como valor de troca (CAMARGO, 2019, p. 142, grifos nossos).

Na sequência, a autora utiliza-se de Marx, sua obra *O Capital* (1985) para definir trabalho produtivo: “[...] é produtivo de capital aquele trabalho (e só trabalhador produtivo) aquele *possuidor da capacidade de trabalho que diretamente produza mais-valia*” (CAMARGO, 2019, p. 142).

A autora aponta que existe uma polêmica sobre o caráter do trabalho produtivo ou improdutivo, e destaca a sua posição subsidiada na teoria marxiana, fazendo referência em específico à obra *O Capital*:

[...] para que um trabalho seja produtivo não basta ser assalariado, é necessário produzir diretamente mais-valia, ser pago com capital-dinheiro e não por renda. Desse modo, não é todo assalariado que é trabalhador produtivo. Por outro lado, não importa para Marx se o produto (que é social) é material ou imaterial. É a forma social o elemento determinante para aferir se o trabalhador é produtivo ou improdutivo ante ao capital (CAMARGO, 2019, p. 142, grifos nossos).

Em outro momento, a autora qualifica o trabalho do/da assistente social como sendo uma atividade no campo dos serviços, independentemente do fato de ser produtivo ou improdutivo:

[...] é importante destacar que não existe um setor de serviços que funcione apartado do sistema capitalista de produção. Portanto, o trabalho em serviços, seja produtivo ou improdutivo, deve ser considerado nessa totalidade, no caso do Serviço Social (CAMARGO, 2019, p. 143).

Na continuação do texto vai indicar que, para analisar o trabalho do/da assistente social, é preciso articulá-lo com as determinações e mediações em curso da produção social capitalista, mas não aponta elementos concretos para tal análise. Afirma que:

[...] é necessário ir além da prestação de serviços que realiza o Assistente Social articulando-o às determinações e às mediações em curso da produção social capitalista em suas tendências atuais no mundo do trabalho (CAMARGO, 2019, p. 156).

A autora também destaca a categoria trabalho em outro momento do estudo, adjetivando-o de trabalho “social médio” e associando-o com “trabalho combinado ou cooperativo”, utilizando-se de lamamoto:

O trabalho social médio se constitui por meio do caráter cooperativo do trabalho em que o produto, ou seu resultado, como mercadoria, se processa como resultado não de um único trabalhador, mas de um trabalho combinado ou cooperativo, ampliando a própria noção de trabalho produtivo. Uma vez que ‘a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, mas essencialmente de mais-valia, na qual o trabalhador não produz para si, mas para o capital’ (lamamoto, 2008a, p, 73) (CAMARGO, 2019, p. 155, grifos nossos).

Como se constata, a compreensão de trabalho social médio articula-se com trabalho produtivo, como se o primeiro provocasse o segundo. Destaca-se que a autora também define, em outro momento, a sua compreensão de trabalho concreto e abstrato e, ainda, os relaciona com o Serviço Social.

O Serviço Social como expressão do trabalho social é a expressão de que o *trabalho concreto tem sempre uma dimensão abstrata*. Não se trata, assim, de dois tipos diferentes de trabalho, um concreto e outro abstrato. Trata-se da expressão de um mesmo processo, partícula da alíquota do trabalho total socialmente produzido. Manifestação, ainda, da forma como o/a assistente social, na qualidade de trabalhador, supre as suas necessidades e, simultaneamente, atende às necessidades sociais das classes sociais (CAMARGO, 2019, p. 162, grifos nossos).

É apresentada ainda a compreensão da força de trabalho como mercadoria:

Faz-se necessário considerar que a troca se efetiva no circuito do valor, em que a mercadoria força de trabalho é a unidade contraditória de valor de uso e valor por meio da constituição de uma fração do trabalho social médio, determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção (CAMARGO, 2019, p. 167).

Nas considerações finais, a autora retoma os elementos centrais da pesquisa, afirmando o pressuposto que norteou o seu estudo no que se refere à concepção de trabalho: “[...] para construir o objeto, foi fundamental atribuir centralidade ao trabalho enquanto atividade criadora e transformadora do homem” (CAMARGO, 2019, p. 319).

Outro elemento que se destaca, no âmbito dos estudos da autora, é a definição do trabalho do/da assistente social como mercadoria, pois ele:

[...] não dispõe dos meios necessários à sua reprodução, a não ser da sua força de trabalho enquanto mercadoria, que pode ou não ser consumida no mercado sob as regras do capital como relação social (CAMARGO, 2019, p. 320).

Na sequência, ela caracteriza o Serviço Social como trabalho, amparada na perspectiva desenvolvida por Yamamoto, e destaca a importância de ter buscado os fundamentos do trabalho em Marx.

Destacou-se como relevante considerar esses aspectos na análise, encarando a concepção de Serviço Social enquanto *trabalho*, desenvolvida por Yamamoto (1998; 2008a), em dupla *dimensão, concreta e abstrata*. O que não é e não foi tarefa fácil, considerando que existe a tendência de analisarmos apenas o que faz o/a profissional, ocasionando em grande parte das vezes ‘um desvio’ na análise, ‘anestesiando’ a determinação do estatuto

assalariado e suas implicações no processamento da ação profissional. Esse caminho *exigiu* não apenas o estudo dos *fundamentos do trabalho* em Marx, em seus *sentidos ontológico e histórico*, bem como considerar as polêmicas existentes no debate sobre o *assalariamento dos trabalhadores improdutivos dos serviços*, além de considerar se o Serviço Social pode ou não ser considerado trabalho (CAMARGO, 2019, p. 320, grifos nossos).

Levando em consideração todos os elementos apresentados na pesquisa, reitera a autora que o foco mais importante da pesquisa é relacionar o trabalho do/da assistente social como mercadoria, mas também com o trabalho humano em geral e o trabalho abstrato. Feito isso, ela aponta também a importância em analisar a ação profissional como “atividade assalariada”:

[...] olhar para o trabalho em seu caráter social e sua expressão no valor mercantil, como trabalho humano em geral ou trabalho abstrato socialmente igualado. Foi nesse horizonte que problematizamos o processamento da ação profissional como atividade assalariada e os espaços ocupacionais em sua expansão e metamorfoses (CAMARGO, 2019, p. 319).

A pesquisa tem centralidade na categoria trabalho, por isso, percebe-se um esforço da autora em qualificar essa categoria no decorrer de todo o estudo, utilizando-se de referências marxistas. Ao desenvolver a sua pesquisa, Camargo (2019) referencia as seguintes categorias marxianas: trabalho em geral, trabalho concreto, trabalho abstrato, trabalho assalariado, trabalho produtivo, trabalho improdutivo, força de trabalho e mercadoria.

- d) Tese 2: Trabalho precarizado, política social e Serviço Social: elementos para a análise das condições de trabalho dos assistentes sociais na Assistência Estudantil da IFAL

Essa tese fundamenta-se na perspectiva marxista, tendo como pressuposto o materialismo histórico-dialético. Trata-se de uma pesquisa documental, bibliográfica e de campo, com natureza qualitativa, que objetivou investigar as condições de trabalho dos(as) assistentes sociais, articuladas à precarização do trabalho e das políticas sociais no Brasil. Ela identifica as expressões da precarização no exercício profissional na assistência estudantil do Instituto Federal de Alagoas (IFAL).

Em relação à construção dos fundamentos sobre a categoria trabalho, para analisar as condições de trabalho dos/das assistentes sociais, salientamos que Gois (2020) dá centralidade especificamente à categoria trabalho assalariado:

A abordagem e análise do nosso objeto de pesquisa requer uma discussão dos *fundamentos ontológicos do trabalho assalariado*, uma vez que o assalariamento é a forma hegemônica das relações sociais de trabalho no capitalismo. A temática que norteia esse momento inicial da exposição é relevante para entendermos o debate contemporâneo sobre o Serviço Social e as condições de trabalho de seus agentes profissionais, pois o assistente social encontra-se condicionado eminentemente a uma relação de assalariamento, o que significa vender sua força de trabalho em troca de um salário. Desta forma, compreendemos esses fundamentos iniciais como imprescindíveis, ao trazerem os elementos teóricos que possibilitam o exame da condição de trabalhador assalariado do assistente social e permitem elucidar o debate dos fundamentos ontológicos da precarização do trabalho no capitalismo na contemporaneidade (GOIS, 2020, p. 56-57, grifos nossos).

Realizada essa ponderação, identificamos que nessa investigação a categoria trabalho foi apresentada de diversas formas, avançando-se do trabalho genérico para o trabalho abstrato. No início identifica-se a concepção do trabalho em sua forma genérica:

Inicialmente, partimos do pressuposto marxiano de que em qualquer forma de organização social haverá no seu interior o trabalho como uma forma específica, organizada e historicamente determinada. Em geral, o trabalho sempre se concretizará como condição eterna do gênero humano de satisfação de suas necessidades básicas através da transformação da natureza. Portanto, sendo o trabalho um ato específico da atividade humana, o indivíduo realiza o confronto com a natureza de modo que ele próprio, através dessa ação, possa mediar, regular e controlar esse ato, dominando o processo de trabalho em sua totalidade (MARX, 1985a) (GOIS, 2020, p. 19).

No desenvolvimento do trabalho, o tratamento dado à categoria trabalho vai apresentar a categoria trabalho concreto: “[...] trabalho útil (concreto que se manifesta no valor de uso)” (GOIS, 2020, p. 58).

Dando sequência aos estudos, a categoria trabalho abstrato também foi abordada, sendo que o seu entendimento se apresenta a partir de várias perspectivas. Em determinado momento ela foi retratada como sendo o centro de uma crise, a partir de extratos retirados de Antunes:

[...] tem-se uma crise; mas trata-se da *crise do trabalho abstrato*, que é *marcado ontologicamente pela precarização e pela alienação*. Isso em vista, o trabalho abstrato converte a vida dos homens em algo penoso e degradante que destroça a humanidade e precariza a vida humana. Essa é a *contradição do trabalho no capitalismo*: ‘o sentido que estrutura o capital (*o trabalho abstrato*) é *desestruturante para a humanidade*’, enquanto do lado contrário, ‘o trabalho que tem sentido estruturante para humanidade (o trabalho concreto que cria bens socialmente úteis), torna-se potencialmente desestruturante para o capital’ (Antunes, 2018, p. 27) (GOIS, 2020, p. 23, grifos nossos).

Já em outro momento, ao discutir o trabalho no modo de produção capitalista, a categoria trabalho abstrato é abordada como produtora de valor:

[...], o trabalho no modo de produção capitalista adquire um caráter diferenciado por não produzir somente valor de uso, mas constituindo-se em um *trabalho abstrato*, ou seja, *trabalho que produz valor* (GOIS, 2020, p. 57, grifos nossos).

Na sequência, a autora define o trabalho abstrato como portador de valor de uso e valor, sendo que este seria resultado do sobretrabalho:

[...] o *trabalho abstrato* é aquele trabalho *portador de valor de uso e de valor*, produzindo e generalizando as mercadorias, sendo trabalho que *produz essencialmente o valor através do sobre trabalho*. Consequentemente, as mercadorias são produtos do trabalho humano abstrato, dispêndio da força de trabalho, e a grandeza do valor contida nelas é medida pelo quantum de trabalho, neste caso, pela substância constituidora de valor (GOIS, 2020, p. 57, grifos nossos).

Mais adiante, a pesquisadora detalha a explicação, remetendo-se à Marx, Livro I d'O *Capital*. Destacamos que em meio a essa discussão a autora cita o processo de valorização, sem aprofundá-lo, ficando restrita à sua abordagem as categorias trabalho concreto e abstrato:

Marx explica que ao se deixar de lado o valor de uso das mercadorias e todas as suas características materiais, abstrai-se o caráter útil do trabalho. Por esse motivo, podemos caracterizar o trabalho abstrato como aquele em que no produto do processo de trabalho se abstraem as qualidades sociais distintas dos diversos trabalhos. *O trabalho abstrato é aquele que apresenta o conteúdo comum entre as mais variadas mercadorias: o valor*. O que há em comum entre essas mercadorias é que na sua produção houve dispêndio de força de trabalho humana e na relação de troca dessas mercadorias o valor de troca apareceu 'como algo totalmente independente de seu valor de uso'. Quando abstraímos o valor de uso dos produtos do trabalho 'o que há de comum, que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, é, portanto, seu valor' (Marx, 1985a, p. 47). *O processo de trabalho capitalista é, em essência, processo de valorização*. Sendo a mercadoria portadora de valor de uso e valor de troca, o trabalho na sociedade capitalista também adquire dupla dimensão: trabalho útil (concreto que se manifesta no valor de uso) e trabalho abstrato (que se manifesta no valor de troca) (GOIS, 2020, p. 58, grifos nossos).

Também é discutida a precarização do trabalho, a partir dos fundamentos ontológicos sob o capital, utilizando-se de Marx, Livro I, *O Capital*. A produção de mais-valia também aparece nessa discussão, sem especificação de como ela se dá.

Na compreensão dos *fundamentos ontológicos da precarização do trabalho no capitalismo* é imprescindível elucidarmos o *caráter abstrato que o trabalho assume* na lógica do capital. Assim, ao analisar a dupla dimensão do trabalho na sociedade capitalista, Marx (1985a) constata que o trabalho se apresenta como trabalho concreto (útil que produz valor de uso) e *trabalho abstrato* (que tem valor de troca), que produz mercadorias e *tem a capacidade de produção da mais-valia*. Logo, o trabalho concreto e o trabalho abstrato existem no capitalismo de forma simultânea, produzindo valores de uso e valor. Segundo Marx (1985a, p. 47), as mercadorias como valores de uso são de diferentes quantidades e, como valores de troca, são de qualidades diferentes, não contendo ‘nenhum átomo de valor de uso’. Para o autor, ‘se abstrairmos o valor de uso’ do corpo da mercadoria só resta a esta a propriedade de ser produto do trabalho, que já foi transformado em nossas mãos’ (GOIS, 2020, p. 58, **grifos nossos**).

Novamente, é relacionado o trabalho abstrato com a produção do valor, sendo que este é tratado de modo vinculado ao sobretrabalho:

De modo geral, o *trabalho abstrato* é aquele trabalho portador de valor de uso e de valor, produzindo e generalizando as mercadorias, sendo trabalho que *produz essencialmente o valor através do sobretrabalho*. Conseqüentemente, as mercadorias são produtos do trabalho humano abstrato, dispêndio da força de trabalho, e a grandeza do valor contida nelas é medida pelo quantum de trabalho, neste caso, pela substância constituidora de valor (GOIS, 2020, p. 59, **grifos nossos**).

Nas análises finais desse momento do estudo, a autora estabelece o vínculo entre trabalho abstrato e seus efeitos: trabalho intelectual e precário, o desemprego, entre outros.

A centralidade do *trabalho abstrato produz a redução do proletariado estável, a ampliação do trabalho intelectual* nos processos produtivos, a exacerbação das formas de trabalho precário, a *desverticalização produtiva* e a *expansão do desemprego estrutural* (GOIS, 2020, p. 69, **grifos nossos**).

Por fim, a análise sobre a categoria trabalho abstrato se encerra com a afirmação de que ele mascara o fetiche da mercadoria: “[...] O *trabalho abstrato* oculta os princípios sociais do trabalho e *mascara o caráter fetichizado da mercadoria produzida*” (GOIS, 2020, p. 145, **grifos nossos**).

Outra abordagem de destaque neste trabalho é em relação à força de trabalho como mercadoria e seu pertencimento ao capitalista:

Na lógica que preside o desenvolvimento capitalista, *a mercadoria força de trabalho pertence ao capitalista* e é consumida numa determinada jornada de trabalho, em que o seu valor de uso não pertence ao trabalhador, mas sim a

quem a comprou. É através do consumo da mercadoria força de trabalho que seu valor de uso se efetiva e desemboca na produção de outras mercadorias (GOIS, 2020, p. 59, grifos nossos).

É estabelecida assim a relação e diferenciação entre trabalho concreto e trabalho abstrato, sendo este diretamente relacionado à valorização do capital:

Todo esse processo está imbricado na *duplicidade do trabalho* no capitalismo, como *trabalho concreto e trabalho abstrato*. Enquanto *trabalho concreto*, a força de trabalho é consumida por meio de sua utilização como *trabalho vivo, transformando meios de produção em valores de uso*. Já enquanto *trabalho abstrato*, o seu consumo *corresponde ao processo de valorização do capital*. Neste, a força de trabalho será utilizada como mercadoria para ser fonte de um valor a mais do que ela tem (GOIS, 2020, p. 59, grifos nossos).

Destaca-se que Gois (2020), em seu estudo, sustenta a centralidade da categoria trabalho assalariado, destacando ser o principal fundamento da precarização do trabalho:

O fenômeno da *precarização do trabalho* possui raízes fincadas *no trabalho assalariado* e se expressa por distintas formas que se articulam à particularidade de cada governo e de cada país, bem como às ações do Estado, pois ele cria condições jurídicas para possibilitar a intensificação da exploração do trabalho. Do mesmo modo, é necessário reconhecer que há uma impossibilidade ontológica de superação da precarização do trabalho no capitalismo, pois a raiz dela encontra-se no trabalho assalariado. Nenhum trabalhador escapa de algum aspecto de precarização do trabalho (GOIS, 2020, p. 70, grifos nossos).

Em seu estudo, ela também aborda a categoria trabalho produtivo. Nesse momento ela vai referenciar Marx, Capítulo VI, Inédito, *d'O Capital*:

[...] trabalho produtivo, por conseguinte, é aquele que para o operário reproduz somente o valor previamente determinado da sua capacidade de trabalho, ao passo que em sua condição de atividade geradora de valor valoriza o capital e enquanto capital opõe ao operário os valores criados por ela mesma criados (Marx, 2010, p.114) (GOIS, 2020, p. 72).

Logo em seguida, Gois (2020, p. 72, grifos nossos) apresenta o seu próprio entendimento sobre a categoria trabalho produtivo:

[...] o *trabalho produtivo* é aquele que produz um excedente para o capitalista, sob a forma de lucros, e ainda é *fonte de remuneração do trabalhador*. Não é a materialidade do produto que vai ser definidora da produtividade do trabalho, mas sim o fato de esse trabalho gerar a mais-valia, agregar valor, independente do conteúdo material produzido.

Em outro momento dessa pesquisa, ela trata da categoria trabalho improdutivo, mas referenciando Antunes:

[...] o *trabalho improdutivo* é ‘quando *cria bens úteis, valores de uso, e não está voltado* diretamente para a *produção de valores de troca*, ainda que seja necessário para que esta se realize. São aqueles *trabalhos consumidos como valor de uso, e não como valor de troca*’. É por essa razão ‘que o *capital suprime todo trabalho improdutivo desnecessário*, operando inclusive a *fusão entre atividades produtivas e improdutivas*, que passam a ser *frequentemente realizadas pelos mesmos trabalhadores e trabalhadoras*’ (Antunes, 2018, p. 46). O trabalho produtivo e o trabalho improdutivo, como expressões do trabalho assalariado, atendem a funções sociais distintas, embora sejam *indispensáveis para o sistema do capital*, ocupando um lugar específico dentro da divisão do trabalho capitalista (GOIS, 2020, p. 73, grifos nossos).

Sobre o trabalho do(a) assistente social, a categoria marxiana “trabalho abstrato” é considerada imprescindível nas análises e compreensões tecidas na pesquisa em estudo:

O trabalho nos serviços está subsumido ao trabalho abstrato e seu exame permitirá desvendar um dos nexos da teia que compõe os elementos do assalariamento dos assistentes sociais e da precarização do seu exercício profissional (GOIS, 2020, p. 172, grifos nossos).

O trabalho do assistente social é situado no âmbito dos serviços, o que, reitera a autora, faz com que ele se localize na esfera do trabalho assalariado improdutivo, pois não produz mais-valia.

Os assistentes sociais atuam na execução de políticas e serviços sociais por meio de procedimentos diferenciados, onde a profissão ‘não desempenha funções produtivas, mas se insere nas atividades que se tornaram acólitas dos processos especificamente monopólicos, da acumulação e da valorização do capital’ (Netto, 2011a, p. 76). Decorre daí a justificativa de *que o assistente social no âmbito do desempenho de tais funções é um assalariado improdutivo*, uma vez que *não produz diretamente mais-valia*, mas auxilia no processo de reprodução das relações sociais capitalistas (GOIS, 2020, p. 173, grifos nossos).

Mesmo não produzindo mais-valia, a autora ressalta que isso não anula a sua condição de assalariado, portanto, de explorado, que vende a sua força de trabalho:

[...] *ser um trabalhador improdutivo não anula a condição de assalariado do profissional, inserido no trabalho precário, que depende da venda da sua força de trabalho para se reproduzir e é explorado pela classe dominante*. Ou seja, é por meio da mercantilização da força de trabalho do assistente social que ela se torna mercadoria disponível no circuito das relações mercantis constituintes do capitalismo (GOIS, 2020, p. 173, grifos da autora).

O estudo apresenta as seguintes aproximações conclusivas: primeiro, em se tratando do Serviço Social, é uma força de trabalho mercantilizada; segundo, que o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua reprodução:

Além da condição de trabalhador assalariado do assistente social impor um limite para a atuação profissional, considere que há a mercantilização da força de trabalho do assistente social, que adentra no circuito das relações mercantis capitalistas e subordina-se às alienações características do trabalho assalariado. O valor da força de trabalho do assistente social é determinado, assim como o dos demais trabalhadores, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua reprodução (GOIS, 2020, p. 296, grifos nossos).

A autora também destaca o percurso utilizado para a realização da pesquisa e reitera que partiu das “bases ontológicas do trabalho assalariado”:

[...] teve como ponto de partida o deciframento das bases ontológicas do trabalho assalariado e dos determinantes sócio-históricos da sua precarização no capitalismo, sendo este o fio condutor que nos ajudou a revelar a singularidade das formas de precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais do IFAL (GOIS, 2020, p. 296).

Na sequência, a autora afirma que os resultados a que chegou na pesquisa estiveram ancorados em pressupostos marxistas. Relaciona a precarização com a mercantilização da força de trabalho e sua determinação pelo assalariamento.

Nossas aproximações teóricas, apoiadas na tradição marxista, nos deram o subsídio para demonstrarmos que todo trabalho assalariado no capitalismo é precário em decorrência da relação de compra e venda da força de trabalho, ou seja, da generalização da mercadoria força de trabalho. A determinação ontológica da precarização do trabalho não se explica apenas por seus desdobramentos e expressões, mas sim pela sua gênese: a exploração da força de trabalho através do assalariamento (GOIS, 2020, p. 296, grifos nossos).

Ressalta, assim, o papel da força de trabalho como mercadoria e, principalmente o trabalho assalariado como sendo o propulsor para a precarização do trabalho e a exploração da força de trabalho. Gois (2020), no desenvolvimento de sua pesquisa, em alguns momentos apenas cita categorias marxianas, em outros conceitua-as. Foram referenciadas algumas categorias em seu estudo: trabalho em geral, trabalho concreto, trabalho abstrato, trabalho produtivo, trabalho improdutivo,

valor, mais-valia, trabalho assalariado.

- e) Tese 3: As condições de trabalho dos assistentes sociais na política de assistência social na administração pública municipal da sub-região oeste da Região Metropolitana de São Paulo

Essa pesquisa tem como objetivo analisar as condições de trabalho de assistentes sociais na administração pública municipal da sub-região oeste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), em particular na política pública de assistência social. Trata-se de uma pesquisa empírica, tendo como base o método histórico-dialético. A investigação foi realizada por meio de entrevistas com assistentes sociais de 05 (cinco) municípios, apresentando como critério de elegibilidade aqueles que apresentavam o maior Produto Interno Bruto (PIB), sendo: Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Osasco e Santana do Parnaíba. A pesquisadora descreve os sujeitos que participaram do estudo como trabalhadores assalariados do Estado:

[...] trata-se de trabalhadores(as) inseridos(as) nas relações de trabalho capitalista, no espaço estatal, e, portanto, estão sujeitos à venda de sua força de trabalho assalariado, o que confere ao seu empregador o poder de estabelecer o grau de intensificação de seu trabalho (ALVES, 2018, p. 22).

A categoria trabalho tem centralidade na pesquisa, já que a própria temática exige isso. Para sua compreensão foram referenciadas obras situadas no campo marxista, principalmente as dos autores Antunes e Giovanni Alves.

A pesquisadora inicia abordando a categoria trabalho como atividade humana, a partir de um pressuposto ancorado nos escritos de Antunes (2009), e ressalta que ele se baseia em Marx:

Cabe salientar que, ao discutirmos a categoria trabalho, é importante compreendê-la como atividade humana, que segundo o autor com base em Karl Marx, é uma realização essencialmente humana, pois é através do trabalho que homens e mulheres se diferenciam dos animais, tanto que entre o 'pior arquiteto e a melhor abelha', exemplo clássico de Marx, sabe-se que o primeiro concebe antecipadamente o trabalho que pretende realizar, enquanto o segundo o realiza de forma instintiva (ALVES, 2018, p. 27).

Logo em seguida, tendo como referência essa compreensão, a autora descreve que Antunes (2009) aponta a concepção de trabalho para George Lucáks, Antônio Gramsci e Marx:

Segundo Antunes (2009), essa compreensão fez com que George Lucáks afirmasse que o trabalho é um ato consciente, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que não seja perfeito, de determinadas finalidades e meios. Acrescenta que, para Antônio Gramsci, qualquer forma de trabalho, mesmo que os manuais, tem uma dimensão intelectual. E, para Marx, o trabalho é fundamental na vida humana, pois é a condição para existência social, independentemente das formas de sociedade, é considerado uma necessidade natural de mediação entre homens e mulheres e a natureza. Nesse processo de mediação, cabe assinalar que, ao transformar a natureza, o indivíduo transforma a sua própria natureza humana, isto é, a si mesmo, num processo de transformação recíproca, tornando o trabalho social um elemento central para o desenvolvimento da sociedade (ALVES, 2018, p. 28).

Ao abordar a compreensão da categoria trabalho, a autora destaca que o aspecto “gênero” deve compor a análise, estabelecendo assim a relação entre trabalho e gênero, contando com os escritos de Nogueira:

Nesta análise sobre a categoria trabalho, acrescentamos a discussão de Nogueira (2004), que traz a relação entre trabalho e gênero do capitalismo, contribuindo assim para a identificação, no universo do trabalho, de algumas diferenças e particularidade de gênero, e de como se dá a exploração sobre a mulher na relação de classes. Para isso, é importante resgatar algumas breves considerações sobre trabalho e gênero contidas na história (ALVES, 2018, p. 28).

Para Alves (2018), com base em Antunes, o trabalho na sociedade capitalista ganha características diferenciadas, relacionadas com as categorias trabalho assalariado, alienado e fetichizado:

[...] Antunes (2009) aponta que o trabalho apresenta seu lado contraditório, por ser fundante para a vida humana, num processo de humanização do ser social, mas, por outro lado, na sociedade capitalista, torna-se um *trabalho assalariado, alienado, fetichizado* (ALVES, 2018, p. 35, grifos nossos).

Em outro momento, a pesquisadora também busca na compreensão de Antunes a relação entre trabalho, mercadoria e alienação, sendo que ele, por sua vez, irá apresentá-la através de sua leitura do texto de Marx, *Manuscritos Econômicos Filosóficos*:

[...] o trabalhador decai a uma mercadoria torna-se um ser estranho, um meio de sua existência individual. O que deveria ser fonte de humanidade se converte em desrealização do ser social, alienação e estranhamento dos homens e mulheres que trabalham. E esse processo de alienação do trabalho não se efetiva apenas no resultado de perda de objeto, do produto do trabalho, mas também da atividade produtiva já alienada. O que significa dizer

que, sob o capitalismo, o trabalhador não se satisfaz no labor, mas se degrada; não se reconhece, mas se desumaniza no trabalho (Antunes, 2009, p. 223) (ALVES, 2018, p. 35).

Após abordar essa compreensão do trabalho, a autora apresenta suas sínteses, tendo como elemento central o trabalho na sociedade capitalista utilizado para valorizar o capital, contribuindo de forma negativa ao gerar a desumanização do ser social:

Tendo em vista as considerações de Antunes (2009) e Nogueira (2004) podemos afirmar que apesar do trabalho ser fundante na vida humana, por ser uma condição de existência social, *a partir das transformações da sociedade, em particular a sociedade capitalista, ele deixa de satisfazer as necessidades humanas para valorizar o capital, ao mesmo tempo em que acarretou e acarreta uma insatisfação do labor entre homens e mulheres, como também contribui negativamente para desumanização do ser social* (ALVES, 2018, p. 35, grifos nossos).

Além disso, também situa a força de trabalho como mercadoria que valoriza o capital:

[...] podemos compreender que a humanidade experimentou diversos graus de evolução social, até a *força de trabalho se tornar mercadoria*, que produz novas mercadorias e *valoriza o capital* (ALVES, 2018, p. 36, grifos nossos).

Ela também afirma, amparada nas contribuições de Antunes, que o ser social na sociedade capitalista assume a forma alienada e estranhada:

[...] frente ao produto do seu trabalho e ao próprio ato de produção da vida material, *o ser social torna-se um ser estranho frente a ele mesmo: o homem estranha-se em relação ao próprio homem, tornando-se estranho em relação ao gênero humano* (Antunes, 2009, p. 233) (ALVES, 2018, p. 37, grifos nossos).

Destaca-se que nesse estudo não foi possível identificar a relação entre a categoria trabalho e o Serviço Social. Após discorrer no primeiro capítulo da tese sobre a categoria trabalho na perspectiva marxiana, a pesquisadora retomará essa abordagem analítica apenas nas considerações finais.

Para apreender o objeto de estudo, partimos da categoria trabalho como atividade humana vital, em sua luta incessante pela sobrevivência e conquista da felicidade social, nos termos de Antunes (2009). No desenvolvimento do estudo, aprofundamos a reflexão sobre o trabalho nas relações capitalistas e suas transformações atuais, que alteraram e

complexificaram o labor humano (ALVES, 2018, p. 188).

Para finalizar a tese, a autora aponta os possíveis enfrentamentos sobre as precárias condições de trabalho, atrelando-os a uma questão de luta coletiva e resistência, pois se trata de despertar a luta. Para ela,

[...] a esperança encontra-se expressa na fala de cada um(a) ao afirmar a importância da organização coletiva, e isso acende a chama de uma perspectiva de retomada das lutas e da resistência contra a barbárie do capital que tem precarizado e intensificado as condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora (ALVES, 2018, p. 191)

A partir desses elementos, foi possível identificar a sua construção teórica em relação a essa categoria, tendo como base a teoria marxiana, que transita no âmbito das categorias trabalho genérico e concreto. Além disso, aparecem as expressões trabalho assalariado, alienado, estranhado e precarizado.

- f) Tese 4: O trabalho das assistentes sociais do Fórum das Varas Especiais da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: tempo de trabalho, intensificação e precarização

Essa tese, embasada na dialética marxista, por meio de uma pesquisa empírica desenvolvida através da aplicação de questionários e entrevistas, analisa as condições de trabalho das assistentes sociais no Fórum das Varas Especiais da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de modo a apreender elementos da precarização do trabalho nesse espaço sócio-ocupacional, centrando-se nas categorias inter-relacionadas de tempo e intensificação.

Já no momento da introdução, a autora justifica a escolha pela categoria tempo e apesar da categoria trabalho não estar na centralidade do objeto, ela é importante no âmbito das análises. Em diversos momentos ela é apresentada, descrita e problematizada:

A escolha pela categoria 'tempo' justifica-se por ser considerada elemento *fundamental da Teoria do Valor-Trabalho* e porque o controle sobre o tempo do trabalho por parte do capitalista implica diretamente no processo de *extração de mais-valia* e de reprodução ampliada do capital (AZEVEDO, 2017, p. 18, grifos nossos).

No desenvolvimento da tese identificamos um esforço da autora em dialogar

com várias categorias marxianas e, inclusive, conceituá-las a partir de fonte primária, dos escritos do Livro I, d'*O Capital*. Ao mesmo tempo, outros autores também foram citados, como Antunes, Harvey, Dal Rosso e lamamoto.

Sobre a relação entre trabalho e Serviço Social, citando as polêmicas nesse campo, ela reafirma que Serviço Social é trabalho, pois

[...] parte-se da apreensão da atividade exercida por assistentes sociais como trabalho, a partir de lamamoto (2005, 2007), não desconsiderando as polêmicas existentes a partir da crítica de alguns teóricos como Lessa (1999)⁶ e Netto e Braz (2007)⁷ (AZEVEDO, 2017, p. 18-19).

Ao realizar a opção pela compreensão de lamamoto, a autora destaca que o trabalho do/da assistente social transcende a materialidade, atingindo a dimensão intelectual, e que o Serviço Social é parte do trabalho coletivo:

lamamoto (2005), na direção de analisar *a atividade do sujeito Assistente Social como trabalho*, considera o conceito *para além de sua materialidade, incorporando a dimensão intelectual*. Compreende a profissão respondendo às necessidades construídas socialmente, a partir das quais o (a) Assistente Social se insere em processos de trabalho, sendo considerado, portanto, como *parte do trabalhador coletivo* (AZEVEDO, 2017, p. 19, grifos nossos).

Em seguida, a autora descreve a concepção de trabalhador coletivo, incluindo os trabalhadores produtivos e improdutivos, conforme lamamoto.

Para análise das formas que o trabalho assume na contemporaneidade, lamamoto (2005), com base em Marx, reafirma sua concepção de *trabalhador coletivo, comportando os trabalhadores produtivos e improdutivos, considerando o processo cooperado, combinado e coletivo, independente da materialidade do produto* (AZEVEDO, 2017, p. 19, grifos nossos).

Em específico no capítulo 2, Azevedo (2017) se propõe a discutir o trabalho no modo de produção capitalista e inicia partindo da compreensão expressa na obra *O Capital*, Livro I, conceituando a categoria a partir de sua configuração ontológica:

⁶ Essa polêmica foi tratada por Azevedo (2017) nas páginas 107, 108 e 109 de sua tese. Destacamos a sua explicação em relação a Lessa e Costa: “Esses autores consideram que a ampliação do conceito de trabalho para abarcar os espaços produtivos e improdutivos, não estaria sendo fiel ao sentido primário desta categoria (apontado por Marx) diluindo a diferença entre o trabalho e as demais práticas sociais. Assim, defendem que o Serviço Social, por não atuar diretamente sobre a natureza e, portanto, não produzindo um valor de uso material não seria trabalho” (AZEVEDO, 2017, p. 107-108).

⁷ Nesta mesma direção [a autora está fazendo referência a Lessa] Netto e Braz (AZEVEDO, 2017, p. 108).

[...] processo de que participam o homem e a natureza, processo que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio com a natureza [...] põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos – a fim de apropriar-se dos recursos da natureza imprimindo-lhes forma útil à vida humana (MARX, 2001 apud AZEVEDO, 2017, p. 65-66).

Segundo a autora, referenciando a obra *O Capital*, Livro I, o trabalho busca responder às necessidades sociais, do estômago à fantasia. Ela ainda cita categorias que são importantes na compreensão do estudo, tais como: força de trabalho, meios de produção, dimensão concreta do trabalho, valor de uso, trabalho concreto. Destaca-se que nesse momento do texto, ainda não são definidos elementos caracterizadores do modo de produção capitalista:

Primeiro, no próprio processo de trabalho já surgem dois elementos constitutivos das forças produtivas: a força de trabalho e os objetos/meios de produção (Marx, 2001). O uso da força de trabalho põe em ação a capacidade de dispêndio das forças naturais do corpo do homem que, ao dispor dos meios de produção (instrumentos e recursos) concretiza o próprio trabalho. Segundo, a forma útil à vida humana corresponde à dimensão concreta do trabalho, a produção de valores de uso que respondem às necessidades humanas, configurando-se a dimensão qualitativa do trabalho, ou seja, o trabalho concreto. Terceiro, a própria interação do homem com a natureza para a transformação das matérias naturais em produtos que respondam às suas necessidades, e adequada a um fim corresponde o próprio trabalho (Marx, 2001) (AZEVEDO, 2017, p. 66).

A autora constrói em seu texto uma abordagem da divisão do trabalho e das forças produtivas, até chegar a uma síntese para situar a produção de mercadorias e o modo de produção capitalista, descrevendo que antes não havia produção de mercadorias:

Na divisão social do trabalho a partir da apropriação privada dos meios de produção, chega-se à produção de mercadorias. *Antes em qualquer que seja a forma social das sociedades, produziam-se bens, valores de uso. No modo de produção capitalista, produz-se mercadoria, que é unidade que condensa valor de uso e valor de troca* (AZEVEDO, 2017, p. 69, grifos nossos).

Em seguida, ela define a categoria valor de uso, tendo como fundamento *O Capital*, Livro I (MARX, 2001 apud AZEVEDO, 2017, p. 69):

[...] a utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso. [o valor natural de qualquer coisa consiste em sua capacidade de prover as necessidades ou de

servir às comodidades da vida humana]. Mas essa utilidade não é algo aéreo. Determinado pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria, só existe através delas. A própria mercadoria como ferro, trigo, diamante etc, não é por isso um valor de uso, um bem. Esse caráter da mercadoria não depende da quantidade de trabalho empregado para obter suas qualidades úteis. Ao se considerarem valores-de-uso, sempre se pressupõem quantidades definidas, como uma dúzia de relógios, um metro de linho, uma tonelada de ferro, etc. Os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela. Na forma da sociedade que vamos estudar [capitalista], os valores-de-uso são ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor-de-troca.

Azevedo (2017) afirma que a especificidade do modo de produção capitalista é a exploração na relação assalariada, ou seja, de compra e venda da força de trabalho, em uma sociedade dividida em classes sociais.

Aqui, localiza-se a especificidade deste modo de produção: a relação assalariada de compra e venda da força de trabalho, configurando a exploração do ser social (capitalista) sobre o ser social (trabalhador [a]). E essa relação entre detentores e não detentores dos meios de produção conforma as classes sociais nesse modo de produção, apresentando-se como burguesia/capitalista e classe trabalhadora (AZEVEDO, 2017, p. 70, grifos nossos).

Elaborada essa trajetória para compreensão do modo de produção capitalista, Azevedo (2017) faz um percurso de compreensão da relação entre as categorias marxianas trabalho concreto e trabalho abstrato. No primeiro momento busca a explicação de Padilha, como também de Marx, em sua obra *O Capital*, Livro I:

Cada trabalho concreto que produz valor de uso por essa característica pode se distinguir de outros trabalhos concretos, mas os trabalhos abstratos se igualam criando valores de troca e reafirmando a importância, agora, da sua quantidade (Padilha, 2000). Assim afirma Marx (2001, p. 46) que, na sociedade capitalista, os valores de uso constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do valor de troca (AZEVEDO, 2017, p. 71, grifos nossos).

Logo em seguida, aponta as duas dimensões da mercadoria na sociedade capitalista, bem como “a medida do trabalho abstrato”, relacionando-o com valor de troca e a lei do valor:

[...] a mercadoria no modo de produção capitalista assume as duas dimensões: valor de uso e valor de troca. O trabalho abstrato (valor de troca) é medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de dada mercadoria, que é o que configura a lei do valor (AZEVEDO, 2017, p. 71, grifos nossos).

Na esteira dessa explicação, a autora também apresenta a concepção de valor, segundo a leitura que realizou da obra de Marx, *O Capital*, Livro I, bem como sua distinção em relação à sua concepção de determinação do valor de uso:

Sabemos que o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado e seu valor-de-uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Isto se aplica também ao produto que vai para as mãos do capitalista, como resultado do processo de trabalho. De início, temos, portanto, de quantificar o trabalho materializado nesse produto (Marx, 2001, p. 220) (AZEVEDO, 2017, p. 71, grifos nossos).

Seguindo a sua construção teórica, aborda “o dinheiro” e sua relação com valor e preço, com base em Netto e Braz:

[...] o dinheiro é o equivalente universal para concretizar esse aspecto, servindo de mercadoria especial na qual todas as outras expressam seu valor. O valor de uma mercadoria, expresso em dinheiro, é o seu preço (Netto e Braz, 2007, p. 89) (AZEVEDO, 2017, p. 71, grifos nossos).

Em outro momento, destaca o fetichismo da mercadoria, citando Marx, *O Capital*, Livro I:

O caráter misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores [...]. Aqui, os produtos do cérebro humano aparecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (MARX, 2013 apud AZEVEDO, 2017, p. 72).

A autora também apresenta a relação entre a mercadoria força de trabalho e a produção de mais-valia:

A força de trabalho se diferencia das outras mercadorias por criar valor e mais valor do que o necessário para sua reprodução, ou seja, gera um valor superior ao que custa. Esse valor excedente apropriado pelo capitalista é a mais-valia, razão de ser do modo de produção capitalista, adquirida pela compra da mercadoria força de trabalho pelo seu valor de troca e se apropriando de todo o seu valor (AZEVEDO, 2017, p. 73 e 74, grifos nossos).

Na sequência, são apresentados alguns elementos para explicar a mais-valia

absoluta e sua relação com a jornada de trabalho:

A mais-valia absoluta que estende a jornada de trabalho até os limites de natureza fisiológica e social, das conquistas civilizatórias de cada sociedade e da resistência política do trabalhador na luta coletiva pela regulamentação da exploração por parte do Estado (AZEVEDO, 2017, p. 74, grifos nossos).

Para a compreensão da mais-valia relativa, a autora busca os pressupostos em Harvey, considerando a intensificação do ritmo do trabalho:

Já a mais-valia relativa intensifica o ritmo de trabalho por meio de incremento tecnológico e de reorganização e controle sobre o processo produtivo. Assim, a intensificação é intrínseca ao processo produtivo capitalista, segundo características históricas, e surge como um aspecto crucial de controle do trabalho, pois os pequenos momentos são os elementos que formam o lucro (AZEVEDO, 2017, p. 75, grifos nossos).

Em outro momento, ela descreve que a mais-valia é gerada no processo de produção de mercadoria, mas se efetiva no momento da circulação:

Na produção da mercadoria extrai-se a mais-valia, mas é na circulação, a qual engloba troca e comercialização, que se realiza a mais-valia. À esfera da reprodução cabe a própria produção e reprodução da força de trabalho, que é a mercadoria a garantir a continuidade do processo produtivo e, por conseguinte, de exploração de mais-valia que valoriza o capital (AZEVEDO, 2017, p. 75, grifos nossos).

Sobre a categoria trabalho, a autora também descreve a concepção de trabalho produtivo, como o que gera mais-valia e que resulta em valor de uso e em um produto. Para essa compreensão, referenciou fragmentos de Marx, *O Capital*, Capítulo VI, Inédito, indicando que é produtivo tanto o trabalhador que gera mais-valia quanto o que gera valor de uso:

[...] é produtivo o trabalhador que executa um trabalho produtivo e é produtivo o trabalho que gera diretamente mais-valia, isto é, que valoriza o capital (Marx, 2004b, p. 109). E acrescenta '[...] é produtivo todo o trabalho que produz, em geral, ou que desemboca num produto, ou num valor de uso, em resumo, num resultado' (Marx, 2004b, p. 109) (AZEVEDO, 2017, p. 77, grifos nossos).

Em seguida, desenvolve a sua argumentação, também se utilizando da compreensão de Marx, em sua obra *O Capital*, capítulo VI, Inédito, afirmando que o trabalho produtivo deve ser analisado a partir de dois pontos de vista: o primeiro, a

partir do processo de trabalho e, o segundo, considerando o processo capitalista de produção:

E para além disso Marx (2004) sugere compreender o trabalho produtivo a partir de dois pontos de vista. O primeiro é o processo de trabalho e o segundo, o processo capitalista de produção. Em relação ao primeiro, é *produtivo aquele trabalho que se realiza num produto*, mais concretamente *numa mercadoria*, que pode ser material ou imaterial. Em relação ao segundo, é *produtivo* aquele trabalho que *valoriza diretamente o capital*, que *produz mais-valia* (AZEVEDO, 2017, p. 77, grifos nossos).

Em seguida, a autora aponta que Marx, na obra *Capítulo VI: Inédito de O Capital*, chega a duas conclusões no que se refere ao trabalho produtivo e improdutivo, abordando mais um elemento, o trabalho coletivo:

A primeira é que a *ideia de trabalho produtivo e improdutivo aponta para a noção de trabalhador coletivo*, que não é o trabalhador singular, mas, cada vez mais, uma capacidade de trabalho socialmente combinada que se converte no agente real do processo de trabalho em seu conjunto (Marx, 2004b) e que também valoriza conjuntamente o capital.

A segunda é que o trabalhador possuidor de sua mercadoria força de trabalho defronta-se com o capital sob a forma de assalariamento, ou seja, 'a sua capacidade de trabalho e o seu trabalho incorporam-se diretamente como fatores vivos no processo de produção do capital' (Marx, 2004, p. 111), representando o capital de forma a aumentá-lo (AZEVEDO, 2017, p. 77, grifos nossos).

Segundo a autora, para compreender se o trabalho é produtivo ou improdutivo, deve-se observar a forma social das relações em que o trabalhador se insere, tendo como base a fundamentação d' *O Capital*, Capítulo VI, Inédito:

Nessa lógica, *é preciso observar a forma social das relações de trabalho em que o trabalhador se insere para compreender sua produtividade ou improdutividade*. Marx (2004b, p. 111) aponta que 'todo o trabalhador produtivo é um assalariado, mas nem todo assalariado é um trabalhador produtivo', servindo ambas as relações sociais ao modo de produção capitalista (AZEVEDO, 2017, p. 77, grifos nossos).

Em outro momento do texto, no que se refere à categoria trabalho e à relação com o trabalho dos/das assistentes sociais, a autora qualifica-o como sendo "trabalho que não é material". Para essa abordagem, utiliza como referência Dal Rosso:

[...] trabalho que não é material, que envolve desgaste físico, relacional, psíquico e emocional, principalmente no caso de assistentes sociais que atuam diretamente com as expressões da 'questão social' na vida concreta dos indivíduos sociais.

No trabalho imaterial:

O trabalhador faz uso de outras faculdades além da energia física. Faz uso de sua inteligência, de sua capacidade de concepção, de criação, de análise, de lógica. Emprega os componentes de afetividade ao relacionar-se com as pessoas [...]. Utiliza as experiências adquiridas anteriormente no trabalho, sejam em termos relacionais e grupais, sejam em termos de habilidades individuais [...]. Toda definição de trabalho passa por um certo componente de reflexão intelectual ou envolvimento do trabalhador que não seja apenas exercício de força física [...]. O trabalho ocupa a pessoa como um todo.

Nos serviços imateriais, assim como já ocorre de forma mais comum no trabalho material, o trabalhador é cada vez mais cobrado por resultados e por maior envolvimento, aparecendo a intensificação.

Assim, Dal Rosso (2008) coloca os serviços sociais no setor que faz mais apelo à inteligência, à afetividade, à capacidade de representação cultural e à capacidade de relacionar-se (AZEVEDO, 2017, p. 101).

Tendo como base os pressupostos de Dal Rosso, em outro momento da tese, a autora apresenta uma polêmica que envolve a teoria do valor e a dimensão de trabalho por meio do tempo socialmente necessário, na qual se indica que o trabalho imaterial não pode ser analisado nessa perspectiva. Por esse motivo, haveria a necessidade de superar a teoria do valor ou “alargar” sua noção, para contemplar dimensões qualitativas.

A teoria do valor trabalho considera a dimensão tempo de trabalho por meio do tempo médio socialmente necessário.

Dal Rosso (2008) problematiza essa questão acreditando que *o trabalho imaterial escapa desse esquema*, e identifica dois caminhos que podem ser tomados a partir desse impasse:

O primeiro consiste em supor que *a teoria do valor está sendo superada pela divisão social do trabalho* tendo que se desenvolver outras categorias para analisar a luta de classes e a própria sociedade do trabalho. Outro consiste em *alargar as tradicionais noções da teoria do valor* no sentido de *incorporar a produção de valor também em diversas atividades imateriais* (Dal Rosso, 2008, p. 34-35).

O segundo caminho se coloca como um desafio, pois trata de *incorporar as dimensões qualitativas* como inteligência, afetividade e sociabilidade no trabalho à *concepção de tempo médio socialmente necessário* (Dal Rosso, 2008) (AZEVEDO, 2017, p. 102, grifos nossos).

Após apresentar essa polêmica, a autora busca a compreensão de Antunes sobre a mais-valia, tempo de produção e trabalho produtivo e/ou improdutivo no âmbito de trabalhos desenvolvidos no Estado. Logo em seguida, articula tal posição com os escritos de Dal Rosso.

Ricardo Antunes exemplifica com a produção descentralizada, que a mais-valia hoje só pode ser um tempo médio [...] *uma coisa é o tempo médio para criação da mais-valia e outra é o tempo médio da produtividade do Estado* [que é improdutivo] na era neoliberal. É uma similitude, não um decalque. Continua apontando que, em alguns espaços você não tem o trabalho

produtivo, mas você tem o *modus operandi* do privado adentrando o público. Há uma lógica do trabalho produtivo invadindo o improdutivo. O assalariamento em atividades governamentais ou serviços públicos não visa o lucro, mas não fica imune ao processo de intensificação. Para esse conjunto de atividades sustenta-se a *hipótese de que o processo de intensificação do trabalho é concebido, desenvolvido e testado em algum nicho do mundo capitalista empresarial moderno, espalhando-se por força do agulhão da competição entre empresas pelo interior das atividades governamentais* e pelos setores capitalistas tradicionais com graus diversos de rapidez (Dal Rosso, 2008, p. 195-196) (AZEVEDO, 2017, p. 102, grifos nossos).

Diante de tais ponderações, a autora concorda com Ana Claudia Moreira Cardoso (2013), afirmando que: “[...] torna-se necessário partir do trabalhador, pois é ele quem realiza o trabalho e a quem portanto, recaem as exigências” (AZEVEDO, 2017. p. 102).

Após essa conclusão, a autora retoma o objeto de sua tese no que se refere à “intensidade do trabalho”, articulando-o com o trabalho no modo de produção capitalista e apresenta a síntese:

Por fim, o que podemos considerar a partir da construção histórica e a variação que a intensificação do trabalho assume é que este é importante elemento do trabalho no modo de produção capitalista. Em suma, o que podemos observar com a transversalidade da intensidade do trabalho no decorrer da história, é que os fatores que reafirmam a intensificação vão se complementando, mesmo que historicamente a jornada de trabalho tenha sido reduzida. O que permite ao capital, por meio da intensificação das condições de trabalho, se apropriar cada vez mais do excedente produzido pela classe trabalhadora, gerando por fim e, exclusivamente, a sua incessante valorização (AZEVEDO, 2017, p. 104).

A partir desse momento, a autora relaciona a categoria trabalho com o Serviço Social, e destaca um pressuposto para entender essa questão:

Para compreender a atividade realizada por assistentes sociais como trabalho, torna-se necessário considerar as relações que moldam a sociabilidade capitalista em diversas épocas históricas (AZEVEDO, 2017, p. 105).

De início, faz a relação entre processos de trabalho e o Serviço Social, utilizando-se da explicação de Yamamoto, vendo-os como integrados:

Compreender o trabalho do(a) Assistente Social como integrado a processos de trabalho permite relacioná-lo com a prática da sociedade, tendo em vista que pelo trabalho o homem se afirma como criador e vive as autotransformações advindas daquele. Esse ato de criar, que é o trabalho em si, possui ‘uma dimensão ética, como atividade direcionada a fins, que tem a

ver com valores, como o dever ser, envolvendo uma dimensão de conhecimento e ético-moral' (Iamamoto, 2005, p. 61) (AZEVEDO, 2017, p. 105, grifos nossos).

A autora também apresenta a crítica realizada por Lessa e Costa em relação à compreensão de Serviço Social como trabalho, tendo como base os escritos de Almeida e Alencar, mas não se posiciona a favor dessa compreensão:

Esses autores consideram que a ampliação do conceito de trabalho para abarcar os espaços produtivos e improdutivos, não estaria sendo fiel ao sentido primário desta categoria (apontado por Marx), diluindo a diferença entre o trabalho e as demais práticas sociais. Assim, defendem que o Serviço Social, por não atuar diretamente sobre a natureza e, portanto, não produzindo um valor-de-uso material, não seria trabalho, mas pertenceria ao 'complexo da ideologia' dada a natureza de sua função na divisão social e técnica do trabalho (Almeida; Alencar, 2011, p. 135) (AZEVEDO, 2017, p. 108).

Azevedo (2017) apresenta essas críticas em sua tese, mas define que a sua compreensão está pautada na perspectiva de Iamamoto, de Serviço Social como trabalho, situado na esfera de serviços:

[...] não como atividade que se esgota na relação entre homem e natureza, mas de forma ampliada, que responde ao contexto histórico, assumindo novas formas balizadas pelas particularidades do modo de produção capitalista. E, a partir disso, *reconheço a esfera dos serviços, na qual se encontra o Serviço Social, como constitutiva desse processo* (AZEVEDO, 2017, p. 110, grifos nossos).

Ao situar o Serviço Social na esfera dos serviços, desdobra-se a sua construção no campo de ser ou não trabalho produtivo, afirmando a autora, de acordo com as explicações de Dal Rosso, que:

[...] a partir desse *alto índice de trabalhadores no setor de serviços*, se estes forem *improdutivos*, se colocaria uma *dificuldade* para interpretação da *teoria do valor*. Dal Rosso (2014) não traz a dúvida de que serviços são trabalhos e não são atividades que produzem bens materiais, necessariamente [...]. Dal Rosso (2014) chama a atenção para o fato de por vez o trabalho imaterial ser entendido como um labor de natureza diversa em relação ao trabalho material. 'Como se trabalho imaterial somente consumisse energias espirituais do trabalhador. Mas o trabalhador é um ser uno. Em todos os tipos de labor, ele despense energias físicas, intelectuais e afetivas' (Dal Rosso, 2014, p. 80) (AZEVEDO, 2017, p. 111, grifos nossos).

Logo em seguida, a autora expressa um posicionamento sobre os escritos de Marx para a interpretação da categoria trabalho, levando em consideração o momento

histórico atual, sugerindo haver necessidade de novas análises, devido ao imbricamento presente na atualidade entre trabalho produtivo e improdutivo para a valorização do capital.

Partindo da discussão do item 2.1 deste capítulo, *sinaliza-se que o contexto atual difere daquele inferido por Marx, na Inglaterra, que tentou, por meio o estudo de diversas atividades profissionais, resolver a questão teórica da produtividade e improdatividade* (Dal Rosso, 2014). O que *vai exigir* na atualidade o estudo e a compreensão dos processos e relações de trabalho que estão inseridas as atividades profissionais, devido ao imbricamento entre produtivo e improdutivo para a valorização do capital por meio da geração de mais-valia (AZEVEDO, 2017, p. 111, grifos nossos).

A autora supracitada indica, conforme Dal Rosso, que as análises tecidas por Marx estão “defasadas” para realizar a análise da realidade atual. Em seguida, ela discute a geração de mais-valia e retoma a concepção de que ela não está relacionada com a materialidade ou imaterialidade do conteúdo. Também aborda a compreensão de “serviço”, amparada na sua leitura de Marx, expressando que ele é uma expressão do valor de uso particular do trabalho:

[...] é a *geração de mais-valia* que se coloca como *critério definidor do valor do trabalho e não na materialidade ou imaterialidade do conteúdo*, conforme já abordamos. Marx (2004, p. 118) aponta que ‘serviço não é em geral mais do que uma expressão para o valor de uso particular do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa, mas como atividade’ (AZEVEDO, 2017, p. 112, grifos nossos).

Na esteira desse processo de explicação, a autora aponta mais uma categoria, “a mercadoria”, para discutir a questão relativa à materialidade ou imaterialidade:

[...] Marx (1975 apud Dal Rosso, 2014) afirma que desde a enunciação originária da teoria, a mercadoria jamais foi compreendida como bem material, físico, apenas, mas também produzidas para saciar necessidades materiais ou para atender a desejos da fantasia, do espírito encontrados em todos os momentos da história humana (AZEVEDO, 2017, p. 112).

Apresentada essa questão, a autora a articula com a configuração da relação Serviço Social e trabalho, defendendo sua utilidade:

Assim, reafirmamos que ao abordar a materialização do trabalho sob a forma de mercadoria, refere-se apenas a um modo de existência figurada, puramente social, que nada tem a ver com sua forma corpórea (Iamamoto, 2011). O que corresponde à realidade do *Serviço Social*, sendo *serviço útil como atividade e não como coisa material* (AZEVEDO, 2017, p. 112, grifos

nossos).

Também justifica sua defesa do/da assistente social como trabalho assalariado, que valoriza o capital e que pode aproximar-se da esfera produtiva ou improdutiva, apontando a compreensão de Marx, em sua obra *O Capital*, Capítulo VI Inédito:

Marx (2004) reconhece a possibilidade de que atividades humanas distintas daquelas de transformação da natureza se submetem a lógica do capital. Sua conversão em trabalho assalariado, valorizando o capital, depende variavelmente, da forma que esta atividade se insere no processo de relações sociais de compra e venda da força de trabalho, aproximando-se da esfera produtiva ou improdutiva (AZEVEDO, 2017, p. 112).

Em outro momento do texto, a autora trata sobre a categoria trabalho na perspectiva marxiana, apresentando a definição de “trabalho concreto” a partir de lamamoto:

lamamoto (2005, p. 66), a partir dos estudos da tradição marxista, aborda o trabalho sob dois ângulos indissociáveis. O trabalho concreto: [as] características materiais particulares que o tornam um trabalho útil e moldam as formas particulares assumidas pelos componentes presentes em qualquer processo de trabalho: os meios ou instrumentos, a matéria-prima e a própria atividade.

Acentua assim os aspectos qualitativos desse trabalho, o seu valor de uso (AZEVEDO, 2017, p. 114).

Em seguida, em continuação a essa descrição, possivelmente há a intenção de apresentar a categoria trabalho abstrato, mas não a identifica, referenciando Marx, *O Capital*, Livro I:

Ao mesmo tempo, esses elementos podem ser abordados a partir da quantidade de trabalho socialmente necessário que se materializa independente da forma útil que assumem, destacando os valores que se expressam na troca de mercadorias equivalentes, medidos pelo tempo (Marx, 2001) (AZEVEDO, 2017, p. 114).

Mais à frente do texto, a autora aponta a relação entre o Serviço Social e a categoria trabalho abstrato, conforme lamamoto (2011, p. 62):

[...] o segundo ângulo do trabalho está na natureza que serve à satisfação das necessidades humanas e se torna social sob a forma de trabalho abstrato, uma partícula da massa homogênea e impessoal (AZEVEDO, 2017, p. 115).

Destaca, a partir de lamamoto (2010 apud AZEVEDO, 2017, p. 114-115, grifos nossos), como o Serviço Social participa do processo de reprodução do capital, não de forma direta, mas por ser parte do trabalhador coletivo e combinado:

[...] o (a) *Assistente Social não produz diretamente riqueza com o seu trabalho, mas como parte do trabalhador coletivo e combinado, conforme já abordado, participa da divisão social e técnica do trabalho, que, no conjunto do trabalho cooperativo, cria as condições necessárias para a reprodução ampliada do capital*

A autora descreve como ocorre a atuação do/da assistente social sobre a força de trabalho, que é uma mercadoria:

O trabalho do Assistente Social tem um efeito no processo de reprodução da força de trabalho. Essa é a única mercadoria que cria valor superior ao que ela custou para ser consumida. Assim, o Assistente Social atua sobre a força de trabalho por meio das políticas públicas e/ou serviços sociais alcançando os aspectos da sobrevivência social e material da classe trabalhadora (AZEVEDO, 2017, p. 115, grifos nossos).

Um outro aspecto apresentado pela autora é o trabalho desenvolvido pelo/a Assistente Social no âmbito do Estado, que afirma possuir especificidades, com base em lamamoto:

Ao pensar o trabalho do (a) Assistente Social no Estado, no campo da prestação dos serviços sociais, *não existe criação capitalista de valor e mais-valia, tendo em vista que o Estado 'recolhe parte da riqueza social sob a forma de tributos e outras contribuições que formam o fundo público e redistribui parcela dessa mais-valia por meio das políticas sociais'* (lamamoto, 2005, p. 70) (AZEVEDO, 2017, p. 116, grifos nossos).

Já nas considerações finais, a autora retoma o seu objeto de pesquisa, articulando de modo direto a questão do tempo à extração da mais-valia:

O tempo é uma dimensão central no modo de produção capitalista e, quando analisado com base na Teoria do Valor-Trabalho, é remetido diretamente à extração de mais-valia, apresentando-se nas relações de trabalho como elemento político estratégico na luta da classe trabalhadora pelo seu controle e redução (AZEVEDO, 2017, p. 319-320, grifos nossos).

Em virtude dessa análise, as estratégias de enfrentamentos apresentadas pela autora estão localizadas no âmbito da resistência da categoria profissional, nas questões ligadas à intensidade do trabalho:

Resta o desafio de avançar nessa disputa, com *novas propostas* do coletivo de trabalhadores, dentre as quais a possibilidade de inserir *cláusulas no contrato de trabalho* dos assalariados que *vinculam previamente o grau de intensidade do trabalho* a ser realizado. Essa é uma questão em aberto, a ser objeto de discussão nos espaços coletivos dos diversos sujeitos políticos, como sindicatos, associações e/ou conselhos profissionais, a partir do embate de forças políticas, como forma de *resistência à exploração* da força de trabalho da classe trabalhadora, considerando que o trabalho no capitalismo alimenta as forças destrutivas da vida (AZEVEDO, 2017, p. 329, grifos nossos).

Nessa tese, a autora além da referência de *O Capital*, e outras obras de Marx, também aborda outros autores, tais como Iamamoto e Dal Rosso, ambos localizados no campo marxista, permitindo identificarmos um esforço para avançar na compreensão e entendimento das categorias: trabalho, valor, valor de uso, força de trabalho, mais-valia, trabalho em geral, trabalho concreto, trabalho abstrato, trabalho produtivo e improdutivo.

- g) Tese 5: Caminhos da Precarização: Crise do Capital, transformações no mundo do trabalho e tendências para as condições e relações de trabalho do assistente social na Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro

Essa tese parte de uma pesquisa quanti-qualitativa, através da aplicação de um questionário semi-estruturado aos profissionais assistentes sociais da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, sendo que foram respondidos 101 (cento e um) questionários. Objetiva identificar como as transformações do mundo do trabalho, em face de uma conjuntura histórica de crise do capitalismo, têm repercutido sobre as condições e relações de trabalho desses assistentes sociais.

A categoria trabalho não se constitui como objeto específico de estudo da tese, no entanto, para realizar a sua análise, tornou-se necessário abordá-la. Identificamos que a referência da categoria trabalho realizada pelo pesquisador, pautou-se em fundamentos amparados em Marx, como também recorreu aos autores Lucács e Iamamoto.

De início, o autor já apresenta o pressuposto de compreensão da categoria trabalho e aponta possuir a dimensão ontológica. Logo após, o situa no âmbito da sociedade capitalista, definindo-o como forçado e alienado, já a força de trabalho é uma mercadoria. Parte assim do:

[...] reconhecimento do trabalho como dimensão ontológica e que se engendra e desdobra outras dimensões no âmbito da função histórica-humana do ser social que, frente à *ordem capitalista*, tornou-se *trabalho forçado e alienado, reduzindo a força de trabalho à mercadoria*, como parte fundamental do processo de acumulação do capital (SOUZA, 2016, p. 23).

Ao detalhar a concepção da categoria trabalho, em outro momento, o autor aborda o seu sentido ontológico e, no decorrer de seu desenvolvimento, cita Marx, *O Capital*, Livro I, e Lukács:

[...] de acordo com Marx (2002) refere-se ao '[...] dispêndio de força humana para um determinado fim', uma vez que trata-se do processo de efetivação humana no mundo material concreto, em orgânica inter-relação entre homem e natureza. Ou seja, um processo em que o homem por meio de sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza para satisfazer seus interesses e suas necessidades imediatas. [...]

[...] o trabalho caracteriza-se pelo processo no qual é afirmada a ação humana sobre o mundo na medida em que a relação entre o homem e a natureza possibilita ao homem, ao mesmo tempo em que transforma a natureza para satisfazer suas necessidades imediatas, ele transforma a si como sujeito (SOUZA, 2016, p. 33).

Ao aprofundar a categoria trabalho em seu sentido ontológico, o autor busca os escritos de Lukács (2013 apud SOUZA, 2016, p. 35), afirmando que

[...] essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produtos de sua autoatividade". Ao abordar os elementos do trabalho, o autor faz a síntese, afirmando que por meio do trabalho "o homem cria novas relações (Lukács, 2013 apud Souza, 2016, p. 35)".

"As necessidades e possibilidades decorrentes do trabalho, como foram vistos, dão origem às novas relações que se organizam na forma de complexos sociais - como exemplos, têm-se a linguagem, a educação, a arte, a política, a religião, as ideologias e tantos outros - que apesar de terem a base ontológica no trabalho vão além deste, pois já não se trata apenas da interação homem e natureza, mas da relação entre os homens. Nesse processo desencadeado pelo trabalho, o homem humaniza-se, constrói, a partir da intrínseca relação com suas dimensões biológica e sócio-histórica, espiritual, um processo de complexificação da equação necessidades-respostas a partir de escolhas entre alternativas concretas. Nessa perspectiva, ao produzir, o homem amplia o espectro das alternativas, possibilita um maior e mais complexo domínio da natureza, constrói progressivamente mediações que contribuem, historicamente, para o afastamento das barreiras naturais, e esse processo engendra uma complexificação das forças produtivas. Engendra, ainda, novas relações sociais de produção, novos valores, e daí a humanização (SOUZA, 2016, p. 44).

Ainda relacionado à categoria trabalho, o autor em seguida desenvolve a compreensão de processo de trabalho:

O modo como o homem desenvolve o trabalho, isto é, o conjunto de procedimentos pelos quais ele atua, por intermédio do meio de produção sobre algum objeto para que, o transformando, resulte em um produto que pretensamente tenha uma utilidade, chama-se processo de trabalho (SOUZA, 2016, p. 44).

Também aponta a compreensão de objetos de trabalho e meios de trabalho:

Os objetos de trabalho, portanto, referem-se a tudo aquilo – matérias naturais brutas ou as já transformadas pela ação do trabalho – sobre o que incide o trabalho do homem.

Sobre *os meios de trabalho*, Marx (2002) afirma tratar-se de um complexo de coisas que é utilizado pelo homem como condutor de sua atividade sobre seu objeto de trabalho (SOUZA, 2016, p. 45, grifos nossos).

Abordados esses elementos, o autor apresenta a categoria valor de uso, explicando-a conforme sua leitura d’*O Capital*, Livro I:

Segundo Marx (2002), quando um produto é gerado a partir do processo de trabalho, este gera um valor de uso, porque em sua produção participaram outros valores de uso, produtos anteriores ao processo de trabalho. Deste modo, *o valor de uso que é produto de um trabalho* [...] torna-se, assim, meio de produção de outro. Os produtos destinados a servir de meio de produção não são apenas resultado, mas também condição do processo de trabalho’ (Marx, 2002, p. 215) (SOUZA, 2016, p. 46, grifos nossos).

Destacamos que até esse momento do texto o autor trata de elementos que compõem a compreensão da categoria trabalho no seu sentido genérico, concluindo com a existência do trabalho em qualquer sociedade, e que ganha novas configurações ao longo do desenvolvimento da história:

É possível, portanto, afirmar que *em qualquer sociedade o trabalho estará sempre presente*, porém, o que *vai alterar não é a base ontológica do trabalho, mas a forma* que se configura em cada sociedade ao longo da história (SOUZA, 2016, p. 47, grifos nossos).

Um destaque nesse estudo é de que o autor dedica um item da tese para tratar sobre o trabalho no modo de produção capitalista. Logo no início desse item, aponta a finalidade do trabalho na sociedade capitalista, que é reproduzir capital:

No capitalismo, ou melhor, na sociedade capitalista, o trabalho assume outra forma, cuja finalidade é a reprodução do capital antes de garantir a reprodução dos próprios homens (SOUZA, 2016, p. 47).

O autor também destaca o “trabalho coletivo” como sendo o responsável pela garantia de reprodução da sociedade:

Em sentido histórico-social, é por meio do trabalho coletivo, isto é, através das relações sociais de produção, que as sociedades produzem e reproduzem as suas condições materiais de existência, garantindo, assim, a produção e reprodução da vida social (SOUZA, 2016, p. 47, grifos nossos).

O autor utiliza-se dos escritos de lamamoto para apresentar a configuração do trabalho no modo de produção capitalista, bem como o “papel” desempenhado pelo trabalhador nesta sociedade, como sendo vendedor de sua mercadoria força de trabalho:

[...] na lógica capitalista, o trabalho passa a atender aos interesses de reprodução do capital, produzindo riqueza para ser apropriada pelo capitalista. Nas palavras de lamamoto (2008), o próprio trabalhador aparece como um mero vendedor de mercadorias: trabalhador ‘livre’ que vende a sua força de trabalho – ou uma medida determinada de seu tempo de vida – e seu trabalho assume a determinação social de trabalho assalariado (lamamoto, 2008, p. 58) (SOUZA, 2016, p. 48, grifos nossos).

Destaca que a força de trabalho no sistema capitalista é qualificada como mercadoria:

[...] a força de trabalho, no sistema capitalista, então é transformada em mercadoria, e os homens nada possuem a não ser a sua força de trabalho para ser vendida como mercadoria (SOUZA, 2016, p. 48, grifos nossos).

Para o autor, o trabalhador no sistema capitalista é transformado em mercadoria e passa a ser tratado como “coisa”:

Uma vez transformado em mercadoria, o trabalhador perde a sua humanidade e passa a ser tratado como ‘coisa’. E sendo visto como ‘coisa’ precisa estar disponível para atender aos objetivos do sistema de produção, que necessita da sua força de trabalho para permanecer existindo. E sendo mercadoria, o trabalhador, passa a ter um preço, que é tão menor quanto mais destituído de humanidade for o trabalhador (SOUZA, 2016, p. 48-49, grifos nossos).

Em seguida, o autor destaca a presença de duas classes sociais na sociedade capitalista, bem como a transformação radical da mercadoria nessa sociedade, levando-se em consideração que o trabalhador, como força de trabalho, passa a ser uma delas. Assim,

[...] têm-se basicamente duas classes: a que por meio do trabalho produz toda riqueza e outra que se apropria dessa riqueza. O trabalho, neste sentido, em suas determinações ontológicas, na sociedade capitalista, sofre uma transformação radical, pois a *mercadoria torna-se particular, já que não é um objeto possuído pelo trabalhador, mas é o próprio trabalhador*, como força de trabalho (SOUZA, 2016, p. 49, grifos nossos).

Dando continuidade, referenciando Marx, *O Capital*, Livro I, o pesquisador distingue as duas classes:

Ademais, são duas classes bem diferentes de possuidores de mercadorias que se confrontam. De um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando força de trabalho alheia e, de outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, de trabalho (Marx, 2002). Isto é, duas classes sociais contraditórias protagonistas do processo de trabalho – burguesia e proletariado – conformadas pelo objetivo primeiro deste sistema socioeconômico, que é obter lucro sobre a produção de mercadorias (SOUZA, 2016, p. 50).

Na tentativa de avançar no diálogo em relação à categoria trabalho, o autor cita Marx, *O Capital*, Livro I, relacionando-a às categorias valor de uso, valor de troca e valor. Em sua concepção, seu objetivo sob o capitalismo é a produção de mercadorias.

No sistema capitalista de produção, portanto, *o objetivo fundamental do trabalho é produzir mercadorias, isto é, um produto que tem valor de uso e incorpora um valor de troca*. De acordo com Marx (2002, p. 58), ‘a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso’. Pois este só se realiza a partir da utilização ou do consumo. Assim, ‘[...] um *valor de uso* ou um bem só possui *valor*, porque nele está corporificado, materializado *trabalho humano abstrato*’ (Marx, 2002, p. 60) (SOUZA, 2016, p. 50, grifos nossos).

Ele detalha a sua compreensão da categoria “valor”, partindo da teoria marxista, conforme a obra *O Capital*, Livro I:

Nesse sentido, o produto do trabalho são mercadorias que possuem valor e, para medir este valor, é preciso saber o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção destas mercadorias. O tempo de trabalho ‘[...] é aquele requerido para produzir-se um valor de uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais existentes e com o grau social médio de destreza e de intensidade de trabalho’ (Marx, 2002, p. 61) (SOUZA, 2016, p. 50).

A categoria valor de troca é assim caracterizada:

[...] quando se pretende trocar (ou vender) esta mercadoria, ela adquire um

valor de troca e a determinação deste valor é dada pelo tempo de trabalho necessário para a sua produção (SOUZA, 2016, p. 50).

O “valor de troca” é depois qualificado como determinante das relações sociais, estruturante e estruturado na alienação:

[...] *o fator determinante nas relações sociais é o valor de troca, aparecendo como estruturante e estruturado na alienação socioprodutiva, na autoalienação e na reificação das relações entre os homens, destituindo as expressões de cooperação que seriam as manifestações mais coletivizadas e socializadas que se encontravam na perspectiva ontológica do trabalho (SOUZA, 2016, p. 50-51, grifos nossos).*

Também detalha a produção de valor pela força de trabalho:

A força de trabalho, assim, possui *uma qualidade única: ela produz valor*, pois sendo utilizada, ela gera mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela produz um valor superior ao que custa (SOUZA, 2016, p. 51, grifos nossos).

Em seguida, busca localizar a exploração da força de trabalho com o processo de produção de mais-valia, explicando-a da seguinte forma:

Ao se apropriar do valor excedente, isto é, ao extrair do trabalhador a mais-valia, fonte do seu lucro, o capitalista não deixou de pagar o valor da força de trabalho, pois o salário representa sempre um valor inferior ao produzido na jornada de trabalho. A força de trabalho, durante a jornada de trabalho, produz mais valor que aquele necessário à sua produção/reprodução. Isto quer dizer que o capitalista, *ao se apropriar do valor gerado pela força de trabalho, a parte que excede o valor de sua produção/reprodução, a relação capital/trabalho, singularizada na relação capitalista/proletário, equivale à expropriação do excedente ao produtor direto (o trabalhador): é, pois, nessa relação de exploração que se funda o modo de produção capitalista (SOUZA, 2016, p. 51, grifos nossos).*

Ao tratar do processo de produção de mais-valia, a preocupação do autor centra-se em distinguir salário de lucro:

O *salário*, contudo, é o resultado do capital, que somente se mantém mediante ao lucro. Enquanto o lucro é pautado pelos preços das mercadorias, o salário não acompanha a mesma lógica. Se os preços das mercadorias se ampliam, os lucros de modo proporcional são aumentados, enquanto os salários se conservarão constantes ou ampliados em proporção invariavelmente menor. Portanto, *se os preços das mercadorias diminuírem, o lucro e os salários cairão de forma proporcional*. No entanto, ‘[...] o trabalhador não precisa necessariamente ganhar com o ganho do capitalista, mas necessariamente perde com ele’ (Marx, 2015, p. 246) (SOUZA, 2016, p. 53, grifos nossos).

A partir desses elementos, o autor elabora a síntese do trabalho na sociedade capitalista, articulando-o ao elemento fetiche da mercadoria:

[...] reafirma-se que *o trabalho na sociedade capitalista passa a ser uma atividade social mensurada pelo tempo de trabalho socialmente necessário e produtor de mais-valia*. Isto é, estaria relacionado à *submissão dos homens ao mercado capitalista*, forma social que *transforma a todos em ‘coisas’ (reificação)* e articula nossas vidas pelo *fetichismo da mercadoria* (SOUZA, 2016, p. 54, grifos nossos).

Ao apontar o fetiche da mercadoria, em seguida o autor demonstra a sua concepção da categoria alienação, fazendo referência à Marx, bem como à sua obra *Manuscritos Econômicos Filosóficos*:

O homem, nesse processo, se torna estranho de sua própria essência, isto é, *o homem se torna alienado de si e de seu objeto*. O que, como e com o que produz não lhe pertence. O *capitalismo* gera uma redução das necessidades do ser social, uma vez que transforma o trabalho humano em algo estranho a ele mesmo, *promovendo a alienação do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho*. Dessa forma, *a alienação seria a perda de identidade própria do ser social* (SOUZA, 2016, p. 54, grifos nossos).

Segundo a interpretação que o autor possui em relação aos escritos de Marx sobre a categoria “trabalho alienado”, ele indica a forma de enfrentamento desse processo, que consiste em acabar com a propriedade privada.

Dessa forma, para Marx, a *superação da propriedade privada* é capaz de tornar possível a *completa emancipação* de todos os sentidos e qualidades humanas. *Enquanto não ocorrer a negação* desse instrumento de dominação, característico da estrutura capitalista de produção econômica, *todas as consequências do trabalho alienado* estarão presentes (SOUZA, 2016, p. 61, grifos nossos).

É importante destacar que, ao dedicar um item de sua tese ao trabalho no modo de produção capitalista, percebemos um dispêndio de esforços ao tratar do trabalho em seu sentido ontológico, bem como das consequências do trabalho na sociedade capitalista, centrando-se então na categoria trabalho alienado.

Após tratar das categorias marxianas, o autor em outro momento irá articulá-las com o Serviço Social. De início o Serviço Social é relacionado com a categoria valor de uso, afirmando que ele “[...] possui valor de uso, pois presta serviços que atendem necessidades sociais, interferindo na vida social e material dos usuários” (SOUZA, 2016, p. 94). Também afirma que o(a) assistente social entrega o valor de

uso de sua força de trabalho ao empregador:

[...] ao vender sua força de trabalho especializada, o/a assistente social entrega ao seu empregador o valor de uso especializado de sua força de trabalho qualificada (SOUZA, 2016, p. 94).

Embora no primeiro momento o autor não tenha tratado da categoria marxiana trabalho abstrato, na relação com o Serviço Social ela é citada e vinculada ao trabalho assalariado.

O trabalho do/a assistente social, dessa forma, se configura como *trabalho abstrato*, uma vez que estes/as profissionais quando inseridos/as no mercado de trabalho *encontram-se em uma relação direta com o capital, vendendo sua força de trabalho, em troca de um salário* (SOUZA, 2016, p. 94-95, grifos nossos).

Também aponta a função do Serviço Social, no apoio à reprodução dos trabalhadores e, com isso, também na produção de mais-valia:

O exercício profissional do/a assistente social, neste caso, ao garantir a reprodução dos trabalhadores através de sua intervenção profissional, contribui com a produção da mais-valia e, conseqüentemente, com a produção e reprodução material e social (SOUZA, 2016, p. 95, grifos nossos).

Em outro momento do texto, o autor aborda o processo de venda da força de trabalho do/da assistente social, descrevendo-o a partir de lamamoto:

Ao se inserir no mercado de trabalho, o/a assistente social vende sua força de trabalho: uma mercadoria que tem um valor de uso, por responder a uma necessidade social e um valor de troca referido no salário – ‘[...] o dinheiro que ele recebe expressa a equivalência do valor de sua força de trabalho com todas as outras mercadorias necessárias à sua sobrevivência material e espiritual, que podem ser adquiridas no mercado até o limite quantitativo de seu equivalente [...]’ (lamamoto, 2008, p. 217) (SOUZA, 2016, p. 146, grifos nossos).

As categorias valor de uso e trabalho concreto são também relacionadas ao(à) trabalhador/aa do Serviço Social:

É por meio dessa relação mercantil que se estabelece a objetivação do valor de uso da força de trabalho, expresso no trabalho concreto, executado pelo/a assistente social, dotado de uma força de trabalho especializada (SOUZA, 2016, p. 146).

Um outro aspecto descrito pelo autor é o processo de assalariamento do/da assistente social:

[...] o trabalho do/a assistente social realiza-se mediatizado pelo trabalho assalariado, que tem no âmbito do Estado e nos organismos privados (empresariais ou não), as bases dos espaços sócio-ocupacionais desse/a profissional, caracterizando o seu mercado de trabalho (SOUZA, 2016, p. 146-147).

O pesquisador, ao tratar da força de trabalho vendida pelo(a) trabalhador(a) assistente social, destaca que ela é entregue para ser utilizado seu valor de uso:

[...] ao vender sua força de trabalho especializada, o/a assistente social transfere ao seu empregador o valor de uso especializado de sua força de trabalho qualificada. Assim, a condição de assalariado envolve a incorporação de critérios institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho (SOUZA, 2016, p. 147).

Em outro momento da tese, é possível identificar o esforço do autor em estabelecer um diálogo entre as categorias marxianas: força de trabalho, dinheiro, equivalente geral, salário, valor, valor de uso, trabalho humano abstrato e o Serviço Social:

[...] como em qualquer outra profissão, a questão do assalariamento do/a assistente social, implica na compra e venda da *força de trabalho* e a presença do *equivalente geral – o dinheiro* -, que expressa o *valor da troca* dessa força de trabalho, corporificado no *salário*, evidenciando estar essa atividade profissional inserida no âmbito do *valor* na sociedade capitalista. Então, nesta lógica, o/a assistente é portador/a de *valor de uso* dos serviços prestados, de sua qualidade, mas também é portador/a do *trabalho humano abstrato*, que gera *valor* (SOUZA, 2016, p. 170, grifos nossos).

A seguir, o autor também qualifica o trabalho do/da assistente social, como o de qualquer trabalhador nesta sociedade, como sendo “alienado”:

[...] ao vender a sua força de trabalho enquanto meio de subsistência, o/a assistente social, assim como qualquer trabalhador subordinado ao regime econômico capitalista, *também fica alienado* do controle sobre os meios de produção do seu trabalho, submetendo-se às normas regulatórias e hierarquias administrativas que organizam os serviços (SOUZA, 2016, p. 170, grifos nossos).

Ao prosseguir na análise do trabalho alienado, ele destaca a questão da captura da subjetividade do trabalhador:

[...] o autoritarismo presente nos espaços sócio-ocupacionais, na tentativa de apoderar-se de maneira integral da subjetividade do/a trabalhador/a, torna-se mesclado a manipulação do trabalho com o envolvimento dos/as trabalhadores/as mediante um processo ainda mais profundo de *interiorização do trabalho alienado*. Aprofundando-se, também e ainda mais, na subordinação do trabalho ao capital, *o/a trabalhador/a passa, dessa forma, a pensar e fazer pelo e para o capital* (SOUZA, 2016, p. 186, grifos nossos).

Em relação à análise da realidade e ao enfrentamento das condições de trabalho dos/das assistentes sociais, o autor aponta como fundamental a estratégia da participação política:

Acredita-se que *por meio da participação e militância o/a assistente social tenha possibilidade de assimilar as contradições que atravessam a realidade social e a elaborar com maior rigor as estratégias e ações para o enfrentamento* dessas contradições (SOUZA, 2016, p. 193, grifos nossos).

Em outro momento esclarece “onde” deve ocorrer a participação política dos(as) trabalhadores(as) assistentes sociais, ao indicar que

[...] está se falando de participação nas instâncias de representação política como os *conselhos, movimentos sociais, entidades organizativas, entre outras* (SOUZA, 2016, p. 193, grifos nossos).

Além disso, reafirma a responsabilidade da luta dos/das assistentes sociais:

Esse processo vai exigir que os/as assistentes sociais se fortaleçam, sobretudo, politicamente, frente aos desafios e exigências que se desdobram nos processos reificantes/alienantes que se expressam via precarização e intensificação do trabalho (SOUZA, 2016, p. 196, grifos nossos).

Já nas considerações finais, o autor defende o pressuposto inicial, de que o trabalho funda o ser social:

[...] *o trabalho, em sua concepção ontológica, funda o ser social*. Isto posto, a perspectiva de análise que percorreu a pesquisa *o situa como determinante nos processos sociais e históricos* que engendram a organização da sociedade, e nela, o desenvolvimento da humanidade (SOUZA, 2016, p. 197, grifos nossos).

O autor afirma também que detalhou a categoria trabalho e suas configurações em todas as fases da sociedade capitalista:

Implicou, ainda, em estabelecer os nexos entre a concepção ontológica de trabalho e as possibilidades de desenvolvimento do ser social em suas capacidades, bem como a *configuração do trabalho na sociedade capitalista – em todas as suas fases, desde a concorrencial até a monopolista/imperialista, sobretudo os processos de mudança nos modelos produtivos a partir da última fase ainda em curso* (SOUZA, 2016, p. 197, grifos nossos).

Ao analisar o projeto ético político do Serviço Social e seu processo de fortalecimento, atribui a falta de organização política como uma das “deficiências”, além de também apontar sua justificativa, que se deve ao “processo de alienação” presente nesta sociedade.

Esses dados revelam que o processo de fragmentação da classe trabalhadora atinge também e sobremaneira a organização sociopolítica dos/as assistentes sociais, entendendo-os/as como integrantes da classe trabalhadora. Esse elemento expressa uma das dificuldades no fortalecimento do *projeto ético político*, pois para a sua legitimidade é *imprescindível a articulação com movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos e outros espaços sócio-políticos* que se filiem a uma perspectiva emancipatória de sociedade. Por outro lado, *entende-se que faz parte do processo de alienação responsabilizar única e exclusivamente o trabalhador por essa fragmentação* (SOUZA, 2016, p. 200-201, grifos nossos).

Mesmo apontando que esse processo é parte constituinte desta sociedade, o autor reforça a importância dos mecanismos de enfrentamento e da construção da participação política e resistências “qualificadas” dos/das assistentes sociais.

Trata-se de construir resistências qualificadas, de um lado, retomando a articulação com movimentos sociais, sindicatos, conselhos, partidos políticos e organizações vinculadas a projetos societários críticos e emancipatórios e, de outro, qualificando a inserção profissional nos espaços sócio-ocupacionais para além do atendimento às requisições postas, qualificando, ainda, a própria leitura crítica da realidade (SOUZA, 2016, p. 202).

Verificamos a referência do autor a Marx, por intermédio de suas obras *O Capital* e *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, como também a outros autores do campo marxista, tais como Lucács e Yamamoto. Ele tratou de várias categorias marxianas no desenvolvimento de sua pesquisa: força de trabalho, trabalho em geral, valor de uso, valor, valor de troca, trabalho alienado e trabalho concreto. Em relação à categoria trabalho na sociedade capitalista, é perceptível na sua abordagem a determinação da categoria trabalho em seu sentido “genérico” e “alienado”.

h) Tese 6: Educação permanente nas políticas de saúde e assistência social no

contexto da precarização do trabalho de assistentes sociais

Esta tese tem como objetivo analisar o significado da educação permanente nos processos de trabalho dos/das assistentes sociais, no âmbito das políticas de saúde e de assistência social, nos níveis de Atenção Básica e Proteção Social Básica, problematizando como as alterações decorrentes dos processos de reestruturação do mundo do trabalho e do aparelho do Estado vêm impactando nas condições de trabalho do(a) profissional e exigindo aprimoramento continuado na perspectiva de respostas profissionais qualificadas. Trata-se de uma investigação baseada no materialismo histórico-dialético, se constituindo em pesquisa de campo com natureza qualitativa, que realizou entrevistas com assistentes sociais inseridos nas políticas de saúde e assistência social no município de São Paulo.

A categoria trabalho não é o objeto dessa tese, mas sua compreensão foi importante nas análises tecidas. Nesse sentido, para a construção da concepção da categoria trabalho, além de Marx foram citados outros autores, como Yamamoto e Barroco.

O trabalho se inicia com uma apresentação da concepção do/da assistente social como trabalhador assalariado e que possui uma força de trabalho especializada:

O profissional é um trabalhador assalariado que vende a sua força de trabalho especializada, ingressa no universo da mercantilização e participa do processo de redistribuição de valor e mais-valia (COSTA, 2016, p. 15).

Para caracterizar a profissão de Serviço Social, a autora utiliza os escritos de Yamamoto, citando categorias marxianas como força de trabalho e mais-valia:

Para Yamamoto (1999), dependendo da natureza de sua inserção, o/a assistente social pode participar da *reprodução da força de trabalho e/ou da riqueza social no espaço privado*, como do processo de *redistribuição da mais-valia via fundo público* (COSTA, 2016, p. 15, grifos nossos).

Ela também faz menção à categoria “alienação” ao tratar do trabalho no Serviço Social.

A/o assistente social como trabalhador assalariado inscrito na divisão sociotécnica do trabalho e demais trabalhadores estão sujeitos aos mesmos desafios relativos à *individualização, precarização e alienação*, inerentes ao modo de produção capitalista (COSTA, 2016, p. 16, grifos nossos).

Já que a tese tem na composição de seu objeto os elementos “trabalho e educação”, a autora apresenta a perspectiva teórica adotada, que é a “crítica”, concebendo que ambos possuem uma dimensão “transformadora”, embora no âmbito da sociedade capitalista fiquem restritos à “alienação”:

Na teoria crítica, as categorias trabalho e educação possuem uma dimensão transformadora, responsável pelo desenvolvimento e sociabilidade do ser social, apesar de elas serem, na sociedade capitalista, categorias que contribuem para a alienação, portanto, aprisionadas e esvaziadas de suas capacidades emancipatórias (COSTA, 2016, p. 28, grifos nossos).

Para detalhar a dimensão transformadora do trabalho, ela recorre a seu sentido ontológico.

A dimensão transformadora do trabalho é concebida na interação do indivíduo com a natureza e com os outros indivíduos sociais, processo que proporciona o rompimento imediato e natural de suas ações, por meio de uma prática social – práxis que modifica a natureza e responde às necessidades materiais e sociais dos homens (Barroco, 2009) (COSTA, 2016, p. 28, grifos nossos).

Em seguida, ela aborda a concepção de trabalho, ressaltando a necessidade de que ele seja “coletivo”.

Nessa compreensão, o trabalho é uma atividade exclusiva da espécie humana (Marx, 1988) e se realiza sempre de forma coletiva, tendo em vista que o ser social precisa de outros seres para construir os meios e alcançar seus objetivos (COSTA, 2016, p. 28).

Avançando em relação a seu estudo, a autora descreve a “força de trabalho como mercadoria” na sociedade capitalista, referenciando *O Capital*.

No modo de produção capitalista, a venda da força de trabalho como mercadoria determina que esse processo seja controlado pelo proprietário dos meios de produção. De acordo com Marx (1988, p. 209), à medida que a força de trabalho passe a se subordinar ao capital, a finalidade, os métodos e o produto são apartados do controle do trabalhador e definidos pelo capitalista (COSTA, 2016, p. 30).

Em sua compreensão, a consequência é [...] *o processo de alienação do trabalhador não apenas dos meios de trabalho, mas também de sua concepção e finalidade*” (COSTA, 2016, p. 30, grifos nossos). Essa condição de alienação dos(as) assistentes sociais, como trabalhadores, é retomada em outro momento.

[...] para o conjunto da classe trabalhadora, *o assalariamento pode contribuir para alienação dos assistentes sociais* que dependem das instituições para realizar o trabalho (COSTA, 2016, p. 53, grifos nossos).

A autora apresenta a sua compreensão de alienação e de como isso se manifesta no setor público e no produtivo, distinguindo-os. Em sua acepção, trabalhador e trabalho são convertidos em mercadoria. Para realizar a argumentação, a pesquisadora referencia Marx, com sua obra *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*:

As novas configurações do trabalho intensificam o processo de alienação quanto ao processo e ao produto do trabalho, na medida em que as relações transformam-se em coisas, porquanto o trabalhador e trabalho são convertidos em mercadoria. 'O trabalhador encerra sua vida no objeto, mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto' (Marx, 2008, p. 81). Embora os trabalhadores do setor público-estatal não contribuam diretamente para a produção de mais-valia, a condição de assalariamento e as mudanças processadas na gestão pública ampliam o processo de alienação dos profissionais, como ocorre com os trabalhadores do setor produtivo (COSTA, 2016, p. 53, grifos nossos).

A autora cita diferenças entre o trabalhador que está inserido em empresas privadas e/ou no Estado, concebendo que ao final essas diferenças têm desaparecido, devido às privatizações, embora o trabalho no Estado devesse ser guiado por outros parâmetros.

Nas empresas capitalistas, a competitividade e individualização entre os trabalhadores são reforçadas pelas particularidades dos processos de trabalho pautadas na produção de mais-valia, lucro e no aumento da produtividade. *No caso do Estado, a lógica do trabalho no setor público deveria ser norteada por outros parâmetros, tais como, a equidade, a universalidade, a qualidade dos serviços e a garantia de direitos.* No entanto, pode-se observar que devido ao processo de *privatização das políticas sociais*, as relações e os parâmetros para a realização dos trabalhos no setor públicos se aproximam aos do setor privado (COSTA, 2016, p. 45, grifos nossos).

No desenvolvimento do trabalho, também é apontada como estratégia de enfrentamento às precárias condições de trabalho dos/das assistentes sociais a “organização coletiva” desses trabalhadores:

[...] ainda que as condições de trabalho sejam precárias, na condição de trabalhadores qualificados, *espera-se que os assistentes sociais se organizem coletivamente*, construam propostas alternativas e tenham capacidade *para negociar e defender o projeto profissional* (COSTA, 2016, p. 53, grifos nossos).

Também é ressaltada a importância da “educação permanente”, que é vista como a ação capaz de proporcionar o enfrentamento às precárias condições de trabalho, pois entende “[...] a importância da *educação permanente para formação e qualificação dos profissionais no enfrentamento de tais desafios*” (COSTA, 2016, p. 53, grifos nossos). Nesse âmbito, a autora destaca o seu reconhecimento dos/das assistentes sociais como classe trabalhadora:

O entendimento do Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo que assume um lugar específico na divisão sociotécnica do trabalho colaborou para *que os/as assistentes sociais se reconhecessem enquanto classe trabalhadora* e reafirmassem a centralidade do trabalho para conformação do ser social (COSTA, 2016, p. 84, grifos nossos).

O desenvolvimento deste estudo teve, entre os elementos centrais, a categoria trabalho, como anunciado pelo autor. É possível identificar o esforço do autor em apreendê-la no âmbito da sociedade capitalista, bem como no Serviço Social, para isso referenciou Marx, suas obras *O Capital* e *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, como também outros autores do campo marxista lamamoto e Barroco. Tratou das categorias trabalho assalariado, trabalho em geral e alienação.

Neste item da tese procuramos realizar uma exposição de como os/as pesquisadores/as construíram o percurso da “categoria trabalho” em seus estudos. Trata-se da primeira aproximação com a produção selecionada e a identificação realizada serviu de referência para as análises a serem tecidas na Seção 5 desta tese. O caminho construído pela nossa pesquisa, até este momento, permite tecer algumas considerações que devem ser levadas em consideração.

Tratar da referenciação da categoria trabalho na perspectiva marxista, nas produções sobre condições de trabalho na última década (2010-2020), do Serviço Social brasileiro, requer levar em consideração a trajetória tanto das características de inserção da teoria marxista no Brasil, como também no Serviço Social. Esse foi nosso intuito inicial, pois entendemos que esse é um processo importante para a análise, tendo em vista que foi um percurso de avanços, desafios e limites, que possivelmente carregam resquícios para a atualidade.

É fato que grande parte da categoria profissional de assistentes sociais vem assumindo no Brasil um posicionamento teórico-metodológico com aportes da teoria marxiana, o que fica, inclusive, expresso dos debates construídos nas últimas décadas

em relação à categoria trabalho e à afirmação da sua centralidade nesta sociabilidade. Essa posição refuta as “teses do fim do trabalho”, possibilitando avanços teóricos.

Um elemento para observarmos é que, embora a teoria marxista venha sendo reafirmada pelos vários setores que compõe a categoria profissional, como também cada vez mais venha se construindo em uma base de enfrentamento ao conservadorismo, isso não significa que ela está imune, nem isolada das disputas teóricas existentes na atualidade. Nesse sentido, se fez presente a necessidade de compreendermos como o processo vem sendo construído e com quais ferramentas vem se configurando, portanto, consideramos a importância dessa análise na pesquisa, bem como a importância dos aportes teóricos marxistas para o Serviço Social no processo de desvelamento da realidade.

Esses elementos serviram de norte para orientar a nossa terceira seção, que trouxe uma primeira aproximação em relação às concepções da categoria trabalho nas pesquisas selecionadas. Aqui, cabe um alerta aos leitores, pois até o momento nenhum movimento de análise foi empreendido. Nesse processo inicial, apenas constatamos a predominância da reivindicação ao método e teoria marxistas, possivelmente fruto da trajetória teórica-metodológica que o Serviço Social brasileiro vem construindo.

No estudo inicial das produções selecionadas, identificamos a presença de pesquisas que citam e não citam Marx. Como as que não citam Marx apenas referenciam as categorias e não as desenvolvem, ou seja, não apresentam os conceitos que as subsidiam, então optamos por excluí-las da análise desta pesquisa, por impossibilitarem o estabelecimento de nosso diálogo com elas.

As pesquisas que abordam de alguma forma a sua compreensão das categorias citadas, por sua vez, consistiram no cerne de nosso estudo e apresentação neste momento, pois viabilizam aprofundarmos a pesquisa. A categoria “trabalho” nas produções dos/das assistentes sociais, sobre condições de trabalho da última década (2010-2020), foi identificada a partir de diversas concepções, relacionadas à teoria marxiana.

Observamos que predominou nos trabalhos a discussão crítica a partir das seguintes categorias: trabalho genérico, trabalho concreto e trabalho abstrato. Além delas, outras categorias também foram exploradas: mercadoria, força de trabalho, mais-valia, trabalho assalariado, trabalho coletivo, alienação, fetiche, salário e jornada de trabalho. Um elemento a destacar nessa questão é que, na abordagem em relação

ao Serviço Social, a categoria trabalho como produtivo de capital foi abordada por poucos autores, embora estivesse presente em alguns estudos.

Além disso, um outro aspecto visível foi a presença de diferentes posições sobre a categoria trabalho. Em uma primeira aproximação, foi possível identificarmos que a compreensão se relaciona à própria referência aos autores utilizados, que por sua vez, varia bastante entre as pesquisas estudadas. Também verificamos que são recorrentes as citações e interpretações que tem como base as próprias obras de Marx, principalmente, *O Capital*, Livro I, e os *Manuscritos Econômicos Filosóficos*. Outro fator que ficou evidente, é que há uma recorrência a outros autores, tanto da Sociologia, quanto do Serviço Social, sendo que todos eles reivindicam pertencerem ao campo marxista.

No que se refere ao trato das categorias marxianas, em algumas vezes, os conceitos são apresentados de modo que se abdica de uma análise mais aprofundada, como se já fossem conhecidos e, de certa forma, compreendidos. Quando são aprofundados, tendo como fundamento as obras de Marx, percebemos que em um mesmo trabalho, são referenciadas as várias obras, bem como, universos categoriais distintos.

Dessa forma, neste primeiro processo de aproximação aos dados da pesquisa, identificamos que existem diferentes interpretações e tratos dados às categorias marxianas, entre elas, à categoria trabalho, o que leva à necessidade de buscar os fundamentos para identificar a concepção marxiana, ou seja, voltar à obra original de Marx. Tendo em vista os pressupostos que orientam nossa opção metodológica, concebemos que não basta retomar qualquer obra do autor, mas sim aquela que representa a maturidade de seu processo. Este será o esforço empreendido na nossa próxima seção, a fim de dar a sustentação necessária e indispensável para, posteriormente, dialogarmos criticamente com as produções selecionadas nesta investigação e até aqui apresentadas a partir das suas próprias concepções da categoria trabalho.

4. A CATEGORIA TRABALHO NA CONCEPÇÃO MARXIANA: UM ESTUDO A PARTIR DO LIVRO I, O CAPITAL

Retomando nosso percurso de exposição desta investigação, buscamos na segunda seção situar a inserção da teoria marxista, no Brasil e no Serviço Social, levando em consideração seus limites e desafios, bem como a centralidade da categoria trabalho a partir dessa perspectiva no âmbito da profissão.

Posteriormente, na terceira seção, identificamos como vem sendo referenciada a categoria trabalho nas produções sobre condições de trabalho, da última década (2010-2020), no Serviço Social brasileiro, a partir do nosso recorte já descrito, o que revelou tanto o esforço da categoria profissional em qualificar o debate a partir de aportes teóricos fundamentados na teoria marxista, como também uma primeira aproximação em relação à presença de limites e desafios a serem enfrentados na compreensão teórica da obra marxiana.

Nesse sentido, o estudo da produção selecionada, conforme conteúdo expresso na seção anterior, nos revelou um desafio, pois verificamos que, mesmo com os acúmulos da profissão no debate do trabalho sob a perspectiva marxista, o trato dessa categoria pelo Serviço Social, na produção da última década (2010-2020), que trata sobre as condições de trabalho, com reivindicação marxista, apresentou diversas compreensões, ou ainda, em alguns momentos, ela foi citada sem explicações sobre o seu conceito.

Destaca-se que a palavra “trabalho” pode ganhar diversas atribuições e significados, como também ao longo da história foi tratada sob várias perspectivas teóricas. A questão que se coloca como preponderante é que, para construção das análises de um determinado objeto no campo científico, ele passa a adquirir conceitos no interior de dado universo categorial que, por sua vez, está vinculado à perspectiva teórica-metodológica selecionada pelo autor.

Categories and concepts are theoretical instruments that only have validity within a logically concatenated coherent theory and method. To make the transposition of certain categories and concepts of different methods, it is necessary to take certain care to avoid generating a theoretical-methodological incoherence, which would result in inconsistent interpretations of reality (BERNARDES, 2011, p. 169).

Sendo assim, sem desconsiderar a importância dos esforços empreendidos

pelos autores estudados, identificamos insuficiências e distinções nas análises apresentadas neste estudo, que nos remetem à necessidade de aprofundar como a categoria trabalho, sob a perspectiva marxiana, vem sendo utilizada. No caso deste estudo, o foco é a compreensão da categoria trabalho sob a determinação capitalista, a partir da obra *O Capital*, Livro I.

Para viabilizar um diálogo com a produção selecionada, optamos por apresentar, neste momento, a nossa compreensão sobre a categoria trabalho, a partir da leitura que realizamos da obra marxiana. Para isso, partimos da necessidade de ultrapassar a generalização anacrônica de categorias e conceitos, para situá-la em sua dinâmica própria, real e historicamente situada.

A necessidade que se colocou em nossa pesquisa foi desenvolver nossos fundamentos nesta seção, a partir de um caminho teórico-metodológico composto por categorias analíticas que sejam capazes de desvelar a determinação capitalista sobre a categoria trabalho. A nossa tarefa é, portanto, compreender e diferenciar o processo simples de trabalho, o processo de produção de valor e o processo de valorização, para assim identificar as configurações marxianas da categoria trabalho. A construção está amparada na leitura que temos da perspectiva marxiana, com base no Livro I d'*O Capital*. Também foram pesquisados autores do campo marxista que privilegiam o universo categorial constante nessa obra.

Coadunamos com Tumolo (2020, p. 15, grifos nossos), ao afirmar que:

Se um pesquisador marxista quiser apreender *o trabalho na forma social capitalista* tem que realizar o mesmo caminho, do 'concreto idealizado' para o 'concreto pensado', pela mediação de *O Capital*.

O exercício presente na exposição a seguir, em hipótese alguma tem a intenção de reduzir ou facilitar a leitura d'*O Capital*. O esforço é a construção da base teórica sobre a categoria trabalho a partir dessa obra que, por sua vez, sustentará a nossa compreensão. Destacamos que o nosso foco é em relação à categoria trabalho, portanto, é distinto do objetivo empreendido por Marx em *O'Capital*, que era desvelar o funcionamento da sociedade capitalista, conforme já salientamos.

Dessa forma, o caminho que realizamos para o entendimento da categoria trabalho com base na obra *O'Capital* não necessariamente segue a ordem de apresentação das categorias, tal como, o teórico apresentou. Destaca-se que o eixo norteador da nossa construção levou em consideração o conteúdo apresentado na

produção selecionada (apresentada na seção 3), com o objetivo de contribuir e avançar na compreensão da categoria trabalho, sob a perspectiva marxiana.

Isso se faz necessário, a fim de que, na parte final, tenhamos a base para as análises críticas das produções do Serviço Social brasileiro, sobre condições de trabalho na última década (2010-2020), em relação à referenciação da categoria trabalho sob a perspectiva marxista.

Organizamos esta seção da seguinte forma: no primeiro momento fundamentamos a importância de compreender a categoria trabalho a partir da obra *O Capital*; em seguida, buscamos apresentar os limites do tratamento da categoria trabalho, a partir dos conteúdos apresentados por Marx na obra *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, com centralidade à categoria trabalho alienado; e, para concluir essa parte do texto, retomamos as compreensões apresentadas por Marx em *O Capital*, no que se refere à categoria trabalho, abordando e desvelando o movimento que articula as categorias e conceitos: trabalho em geral, trabalho concreto, trabalho abstrato e trabalho produtivo de capital. Buscamos, assim, diferenciar o processo simples de trabalho, do processo de produção de valor e do processo de produção do mais-valor, a fim de, ao final, distinguir trabalho produtivo e improdutivo.

4.1. A IMPORTÂNCIA DA CATEGORIA TRABALHO NO LIVRO I, O CAPITAL

A compreensão e o entendimento sobre o trabalho no âmbito do marxismo não é uma tarefa fácil, nem simples, além de não haver uma unidade na abordagem teórica, mesmo considerando apenas o campo marxista, pois há divergências substantivas entre as produções. Nesta pesquisa objetivamos uma aproximação com a fonte teórica original, utilizando-nos da obra *O Capital*, de Marx, pois compreendemos ser o resultado de suas pesquisas mais aprofundadas e maduras. Conforme explica Tumolo (2011, 462):

[...] 23 anos separam os Manuscritos e a publicação do Livro I de *O Capital*. Nesse período, Marx, entre outras coisas, mergulhou profundamente em seus estudos referentes à crítica da economia política, que resultaram na produção de milhares de páginas em vários textos, e que encontraram sua forma mais sistemática e acabada em *O Capital*. É de supor, portanto, que ele tenha dado saltos de qualidade no que tange à apreensão do capital e que sua compreensão teórica em *O Capital* seja muito mais elaborada e aprofundada.

Dessa forma, as análises que tecemos neste estudo, ao tomar como referência

a obra *O Capital*, não ocorrem por acaso. Tumolo (2011) também chama a atenção para o fato de que, ao fazer a comparação em relação ao conteúdo publicado nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos* (utilizado por muitos pesquisadores marxistas) e o Livro *O Capital*, é necessário pontuar que o primeiro é considerado um rascunho do autor, enquanto que o segundo é

[...] um arsenal teórico-político mais elaborado, aprofundado e poderoso para a apreensão e a crítica do capital e, por desdobramento, do trabalho nesta forma social (TUMOLO, 2011, p. 463).

Tumolo (2019) também afirma que Marx avançou em seus estudos, aprofundando conceitos e categorias em relação ao conteúdo presente nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, com destaque ao conteúdo apresentado em *O Capital*, referente à teoria do valor e às categorias mais-valor ou mais-valia. Para ele,

[...] Marx desenvolveu e consolidou a teoria do valor, pedra angular de toda sua construção teórica, e, a partir daí, a categoria de mais-valor, ou mais-valia, ponto nevrálgico para a compreensão do capital e de todas as suas contradições. Ele não teria conseguido chegar a esse patamar se não tivesse rompido com o entendimento que tinha, nos *Manuscritos* (TUMOLO, 2019, p. 30).

Partindo dessa compreensão, é possível afirmar que em *O Capital* “[...] o autor buscou apreender o capital em sua totalidade, desvelando as leis e contradições que regem seu movimento” (TUMOLO, 2019, p. 31).

Do ponto de vista epistemológico, também reside mais uma justificativa para a importância dessa obra, já que os *Manuscritos Econômicos Filosóficos* se constituem no primeiro passo de Marx em relação à sua trajetória de estudos sobre o funcionamento da sociedade capitalista.

É possível também afirmar que, do ponto de vista político, a escolha de *O Capital* se justifica, pois

[...] o arsenal teórico construído em *O Capital* tem um poder político infinitamente maior do que aquele produzido nos *Manuscritos*, tendo em vista que uma estratégia revolucionária fundada no maciço e inabalável edifício teórico de *O Capital* teria muitíssimo mais chance de êxito do que se fosse calçada em seus primeiros esboços de estudo, cujo conceito-chave é o trabalho alienado/estranhado (TUMOLO, 2019, p. 32-33).

Oliveira (2021, p. 470) é outro autor que sustenta a importância dessa obra,

tendo em vista que:

As viragens teóricas pelas quais Marx passou em sua trajetória teórico política, marcada por superações teóricas que se respaldavam em rupturas e/ou incorporações, possibilitaram a Marx, após décadas de estudo, chegar a uma síntese precisa e rigorosa sobre a forma de ser do capital, expressa em sua obra *O capital*, que possui três volumes.

Netto (2020) destaca também que, entre os aprofundamentos realizados no Livro I, *O Capital*, em relação às obras anteriores, estão vários avanços na discussão das categorias. O primeiro refere-se à mercadoria e ao processo de produção capitalista:

[...] tomando a mercadoria como unidade sintética do valor de uso e valor de troca, privilegia a apreensão do valor enquanto tempo de trabalho incorporado na mercadoria (NETTO, 2020, p. 355).

Outro aspecto indicado por Netto (2020), é a distinção entre força de trabalho e trabalho, ou seja, a constatação é de que a força de trabalho se constitui em uma mercadoria. Para o autor, Marx afirma que o capital não é algo natural ou eterno, mas sim uma relação social historicamente determinada. Assim, conforme destacam Tumolo (2011) e Netto (2020), *O Capital*, Livro I, é o resultado dos acúmulos de pesquisas ao longo de sua trajetória, sendo possível identificar alguns processos de rupturas e superações em relação às obras anteriores.

A obra revela o intuito do autor, segundo Netto (2020, p. 397, grifos do autor):

O objetivo central a que Marx se propôs, como vimos, quando se dedicou expressamente a *O capital*, foi o de *conhecer as categorias que constituem e exprimem a articulação interna da sociedade burguesa*, forma societária embasada no modo de produção capitalista.

Tendo em vista as distintas formas possíveis de análise da categoria trabalho, o caminho teórico-metodológico aqui proposto pode provocar diversos questionamentos, o que exige de antemão que fundamentemos melhor a nossa opção adotada. Uma primeira crítica já identificada em estudos dessa natureza é a acusação da leitura *O Capital* de forma imanente e heurística. Tumolo (2011) está entre os autores que, ao seguir esse percurso teórico-metodológico a recebeu e, posteriormente, esclareceu sua opção, abrindo caminhos de subsídios para nosso estudo. Nesse sentido, o referido autor, além de expressar a relevância da trajetória

de pesquisas e publicações de Marx, destaca que, na sua concepção, é a obra *O Capital* que contém os fundamentos da lógica de funcionamento da sociedade capitalista, primordiais não apenas no âmbito teórico, mas também no político.

O empreendimento teórico realizado em *O Capital* criou, portanto, o fundamento necessário que propiciou três desdobramentos: 'análise concreta de realidades concretas', a crítica a estratégias políticas que se mostraram equivocadas, porque careciam de fundamentos, e a elaboração de propostas de estratégias revolucionárias com vistas à superação do modo capitalista de produção. Esses três fatores estão organicamente articulados entre si, uma vez que o último implica o segundo, que, por sua vez, implica o primeiro, e todos eles estão em total dependência da análise dos fundamentos do capital. Isso quer dizer que a elaboração de propostas de estratégias revolucionárias que tenham alguma chance de êxito pressupõe tanto 'análises concretas de realidades concretas' quanto a crítica a estratégias equivocadas, porque infundadas e, sobretudo, pressupõe uma apreensão das leis que regem o movimento contraditório do capital, o que exige o método dialético materialista, já que capital é contradição em processo e, por isso, é necessário captar o 'movimento do movimento em movimento' (TUMOLO, 2011, p. 453).

Na esteira desse processo, Tumolo (2011, p. 454) também complementa que:

A apreensão das leis que regem o movimento contraditório do capital é, portanto, condição *sine qua non* e, por isso, o 'ponto de partida', tanto para fazer 'análises concretas de realidades concretas', como para a elaboração de propostas de estratégias revolucionárias que tenham alguma possibilidade de êxito. Como Marx nos deixou um extraordinário legado teórico a esse respeito em *O Capital*, o estudo sistemático dessa obra é condição imprescindível para a realização de 'análises concretas de realidades concretas' contemporâneas, ou seja, para a compreensão do capitalismo atual e de suas diversas formações sócio-históricas, como é o caso da América Latina ou, especificamente, do Brasil, e, principalmente, para a elaboração de propostas de estratégias revolucionárias que tenham alguma chance de sucesso, conjuntamente com a crítica a propostas estratégicas que possam ser limitadas ou equivocadas.

A historicidade também foi outro alvo de críticas que levou Tumolo (2011) a tecer esclarecimentos. Vários autores e pesquisadores afirmam a necessidade de ultrapassar a leitura de Marx para realizar a análise da realidade atual. No caso do pesquisador supracitado, seu posicionamento reforça que o objetivo de Marx não era a compreensão da história, mas sim o funcionamento da sociedade capitalista:

[...] em *O Capital*, Marx não faz uma análise de uma determinada fase capitalista ou de uma formação sócio-histórica específica, ou seja, não estuda, por exemplo, o capitalismo inglês do século XIX. Isso significaria que sua análise carece de historicidade? Obviamente que não. Seu objeto de investigação foi o capital e não um determinado capitalismo de uma determinada época porque ele pretendia, nessa obra, dissecar e desvendar

as leis gerais que regem o movimento contraditório do capital, vale dizer, a universalidade do capital. Mesmo quando lança mão de estudos histórico-conjunturais, seu objetivo era o de compreender o movimento das particularidades e, dessa forma, apreender as leis da universalidade. É o caso, por exemplo, dos capítulos XI, XII e XIII do livro I de *O Capital*, nos quais o autor faz uma análise das diversas fases de desenvolvimento capitalista – da cooperação simples à grande indústria, passando pela manufatura –, descendo a detalhes dos diversos processos de trabalho. Não obstante, seu propósito era o de, por meio desses estudos, apreender os elementos de universalidade, quais sejam, a compreensão da mais-valia relativa e, por conseguinte, o movimento de transição da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital. Isso significa dizer que o objetivo de Marx era a apreensão do capital como universalidade. Justamente aí se expressa, de maneira contundente, a historicidade da análise marxiana em *O Capital* (TUMOLO, 2011, p. 457).

Realizadas essas ponderações acerca da utilização da obra *O Capital*, e das “possíveis” críticas pelo percurso teórico-metodológico adotado, destaca-se que em nosso estudo, além da obra *O Capital*, serão referenciadas outras produções de autores marxistas que, ao realizar as suas análises sobre o trabalho, levam em consideração a determinação capitalista.

O ponto de partida para compreensão da metodologia marxiana, e de seu constructo teórico, já está apontado nas pistas deixadas pelo autor no *Posfácio à Segunda Edição*, no Livro I d’*O Capital*. Lá, ele sinaliza que a apresentação dos resultados da pesquisa é a síntese de vários outros procedimentos e, portanto, “[...] deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação” (MARX, 2017, p. 90). Essa descrição torna-se importante para compreendermos o caminho trilhado pelo teórico ao abordar, tratar e apresentar a categoria trabalho em seu estudo sobre a sociedade capitalista, pois ele difere no desenvolvimento e na apresentação dos seus resultados de pesquisa.

Nesse sentido, torna-se necessário dar ênfase ao esforço de entendimento do caminho percorrido pelo teórico que, por vezes, é abdicado em várias pesquisas da atualidade. Especificando melhor, o que queremos afirmar é que há várias pesquisas que, ao se apropriarem da categoria trabalho, seja utilizando a fonte *O Capital* ou ainda outras consideradas do campo marxista, negam o conteúdo expresso no Capítulo 1, do Livro I, de *O Capital*, fazendo uso “direto” da abordagem constante na primeira parte do Capítulo 5, em que o autor trata a categoria em sua forma geral. Tumolo (2005, p. 255), tece considerações a esse respeito:

A utilização, no início do capítulo V, de categorias analíticas de caráter genérico, como o trabalho em geral, significou um recurso metodológico, cujo

objetivo foi o de apresentar as características e os fatores constitutivos do processo de trabalho, diferenciando-o do processo de valorização e, ao mesmo tempo, compreendendo, como unidade de ambos, o processo de produção capitalista.

Dessa forma, negar o constructo teórico e metodológico de Marx, em sua obra *O Capital*, no que se refere à categoria trabalho, dificulta, e até inviabiliza, a tarefa teórica de compreendê-la na forma social do capital. O desenvolvimento subsequente desta seção representa o esforço de justamente apresentar a categoria trabalho nessa perspectiva.

Para isso, no próximo item serão discutidos os limites para compreender a relação social do capital, partindo da categoria trabalho alienado, expressa na obra *Manuscritos Econômicos Filosóficos* de Marx, a partir de produções que se aprofundaram nessa questão. Essa exposição é importante para que, posteriormente, possamos apresentar as bases teóricas para compreensão da categoria trabalho a partir da obra *O Capital*, bem como destacar o processo simples de trabalho, o processo de produção de valor e o processo de produção de capital.

4.2. A HISTORICIDADE DA CATEGORIA TRABALHO ALIENADO NO INTERIOR DA OBRA MARXIANA

A categoria trabalho alienado possui uma expressividade no âmbito das pesquisas que tratam da categoria trabalho sob a perspectiva marxista. Concebemos neste estudo, que ela está relacionada ao arsenal categorial de Marx, em um momento específico de sua trajetória, o que requer compreender as nuances e detalhes desse processo. Não se trata de considerarmos essa categoria como certa ou errada, mas de a compreendermos no interior do caminho trilhado pelo autor, em seus aspectos e desdobramentos epistemológicos e políticos.

Segundo Tumolo (2019), a categoria “trabalho alienado” foi abordada por Marx com maior profundidade em sua obra *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, escrita em 1844 e publicada só em 1932. Esta obra, em específico, condensa os primeiros esboços teóricos de Marx sobre a crítica à economia política. Isso significa que ela é o ponto inicial de sua compreensão em determinado contexto, que apresenta uma leitura específica, relacionada aos autores e conhecimentos a que teve acesso até aquele momento, se constituindo, portanto, a partir de um determinado universo

categorial.

Considerando a biografia de Marx, de vastos e amplos estudos realizados posteriormente, é possível supor e afirmar que muitos foram os conhecimentos aprofundados e alterados até a apropriação teórica apresentada na obra *O Capital*, propiciando avanços em suas análises. Isso não significa, todavia, considerarmos que há um rompimento radical entre o “jovem” e o “velho” Marx. Bueno (2020, p. 108), com base nas obras *Manuscritos Econômicos Filosóficos* e aos *Cadernos de Paris*, corrobora com essa hipótese trazendo algumas ponderações em relação aos escritos desta fase:

[...] ao se observar o contexto em que se desenvolveu esta redação e a inteireza de seus escritos desta época: a evidência de que se tratam de notas de estudos iniciais acerca de um campo de conhecimento que até então era novidade a Marx: a Economia Política; nota-se que, ainda que ocorram expressões nestes escritos de Marx que coincidam com aquelas utilizadas em suas obras posteriores, inclusive n’O Capital, estes cadernos se inserem exclusivamente no conjunto categorial das obras daqueles autores sobre as quais ele se debruçava naquela época. Trata-se, portanto, de conceitos absolutamente distintos daqueles verificados mais tarde, já que, diferentemente destes, a elaboração conceitual que Marx fará posteriormente lhe permitirá formular a sua própria teoria. Desta forma, pode-se neste sentido seguramente afirmar que o conteúdo da teoria verificada nos Cadernos não seria de forma alguma passível de ser cotejado à teoria marxiana formulada décadas depois enquanto possíveis diferenças entre um ‘jovem Marx’ e um ‘Marx maduro’. Tal cotejamento só seria possível ser realizado por meio de uma relação entre a teoria de Marx – apresentada em sua forma mais desenvolvida n’O Capital –, e a teoria daqueles economistas políticos sobre os quais ele realizava as suas primeiras apreciações nos idos de 1844: Schulz, Buret, Smith, Ricardo, Sismondi, entre outros; coisa que, inclusive, ele próprio fez exaustivamente no decorrer de toda a sua trajetória teórica posterior.

Destaca Bueno (2020), que na trajetória de Marx, 1844 é o momento que coincide com a elaboração dos *Manuscritos Econômicos Filosóficos* e, em conjunto, ele demarca sua posição materialista, se distanciando do materialismo feuerbachiano. Desta forma, toda a sua produção realizada antes disso, possivelmente estava sob influência deste filósofo:

[...] aqui se encontra o núcleo fundamental por meio do qual Marx realizará no decorrer de décadas seus aprofundamentos nos estudos da Economia Política: o materialismo como ponto de partida de sua compreensão da sociedade capitalista; materialismo este que, progressivamente, se distancia de forma irrevogável daquele materialismo feuerbachiano no qual ele se inspirava, convertendo-se numa teoria social *sui generis*, que se apresentará em sua forma mais acabada na sua obra *O Capital* (BUENO, 2020, p. 123).

Musto (2017) também argumenta que 1844 é o momento em que Marx está iniciando os seus estudos sobre economia política. Esse processo resultou na elaboração de cadernos com suas anotações e pesquisas que, mais tarde, foram publicados através dos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, dando ênfase ao conceito de trabalho alienado.

É importante destacar a construção empreendida por Marx, em que especificamente alguns elementos teóricos devem ser levados em conta e pontuados para demarcar a importância de se distinguir a produção teórica e conceitual do teórico no decorrer do tempo. Tumolo (2019, p. 23) destaca que o conteúdo expresso nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*

[...] são a expressão de uma incursão primeira em seu itinerário teórico, apresentando potencialidades e, ao mesmo tempo, limites, que serão superados em obras posteriores, sobretudo em *O capital*.

O autor também explica que, nessa obra, Marx demarca a sua compreensão abordando “o trabalhador como mercadoria”, e que esse movimento ainda não permite ao teórico compreender o processo de exploração capitalista.

Uma apreciação mais cuidadosa dos *Manuscritos* revela que, ali, Marx tinha uma compreensão do trabalhador como mercadoria, e isso ajuda a esclarecer porque ele ainda não podia entender a exploração capitalista, e, por essa razão, lançou mão de uma explicação baseada na expropriação do trabalhador, e, portanto, no estranhamento/alienação, uma vez que, sendo mercadoria, o trabalhador seria transformado numa coisa, e estaria alienado de tudo, inclusive dele mesmo. Dessa forma, minha suposição é a de que o argumento da expropriação e do trabalho estranhado/alienado, que formam uma unidade inseparável, está diretamente relacionado com a compreensão do trabalhador como mercadoria (TUMOLO, 2019, p. 24).

Nesse sentido, nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, o teórico afirma que o trabalhador se constitui em uma mercadoria, como qualquer outra coisa, estando alienado de tudo, e que as raízes desse processo estão fincadas no processo de expropriação. Expropriação porque o trabalhador, em sua vida cotidiana, encontra-se expropriado de qualquer propriedade, meios de produção e dele mesmo. Tumolo (2019, p. 23) sintetiza a compreensão marxiana nessa época:

Considerando que a essência humana dos trabalhadores se objetiva nos produtos de seu trabalho e uma vez que tais produtos lhes são expropriados e convertidos em capital, passam a se contrapor a eles, processo que resulta no estranhamento/alienação.

O conceito-chave, presente nas análises realizadas nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, portanto, é o trabalho alienado, sendo importante destacar, conforme explica Tumolo (2019), que os argumentos e estudos realizados por Marx, até esse momento, não tinham avançado na compreensão sobre o processo de exploração presente na sociedade capitalista. O momento em que ele compreende o processo de exploração é distinto desse, pois é fruto da incorporação de outros estudos, que propiciaram desvelar que não é o trabalhador a mercadoria, mas sim, a força de trabalho. Esses argumentos, todavia, só foram aprofundados e apresentados na obra *O Capital*.

Oliveira (2021, p. 470) também reforça essa interpretação ao conceber que na obra *Manuscritos Econômicos Filosóficos*:

Marx não fazia a diferenciação entre trabalho e trabalhador como mercadoria. Por essa razão, pode ser identificado que não havia, para ele, diferenciação entre trabalho alienado e trabalhador alienado. Dessa maneira, o autor alemão compreendia que o trabalhador estava alienado dele próprio, ou seja, o trabalhador não se pertencia, mas pertencia a outro que o comprava. Aqui reside o grande problema.

Consideramos, assim, que a categoria trabalho alienado, tratada na obra *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, é resultado de uma argumentação construída em determinado momento histórico da produção de Marx, portanto, pertencente a um universo categorial determinado. Em nosso entendimento, analisar a categoria trabalho a partir dessa compreensão, como já destacado, não possibilita desvelar a determinação capitalista, pois Marx não havia incorporado ainda conteúdos que pudessem desvelar o processo de exploração. Realizar a análise por esse fundamento, portanto, pode levar a equívocos.

Existem diferenças entre conceber a força de trabalho como mercadoria ou o trabalho/trabalhador como mercadoria. Se considerarmos que a força de trabalho se constitui em uma mercadoria, a relação que estabelece entre capitalista e proprietários da força de trabalho é simétrica e de igualdade, troca-se mercadoria por mercadoria, ou seja, equivalente por equivalente. Já a compreensão de que o trabalho se constitui em mercadoria, isso significa conceber que o trabalhador é expropriado de qualquer propriedade e esse fundamento relaciona-se à relação escravista. Sob o capital a relação é simétrica, ou seja:

[...] significa dizer que o capitalista e o trabalhador estabelecem uma relação de igualdade ou, se se quiser, uma relação simétrica. Ambos são proprietários – um, dos meios de produção e o outro, da força de trabalho – e trocam equivalente por equivalente, ou seja, a força de trabalho é trocada pelo seu equivalente, que corresponde ao montante de meios de subsistência necessários para sua própria produção, quer dizer, o próprio valor da força de trabalho. Tal relação diferencia-se fundamentalmente da relação escravista de produção, esta sim uma relação totalmente assimétrica, de abissal desigualdade, uma vez que existe uma classe de proprietários de tudo e uma classe expropriada de toda e qualquer propriedade. Os proprietários dos meios de produção são proprietários, inclusive, e sobretudo, dos escravos, que foram convertidos em mercadorias e em meios de produção deles. Uma das grandes dificuldades – ou desafios – em apreender a relação de produção especificamente capitalista está justamente em compreender como ocorre o processo de exploração, e também todas as contradições do movimento do capital, a partir de uma relação de igualdade, ou seja, compreender como o processo de miserabilização humana se produz com base numa relação simétrica (TUMOLO, 2019, p. 28).

Tendo em vista esses elementos, como destaca Oliveira (2021, p. 354), a compreensão de Marx nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos* se constituiu em seu ponto de partida e não de chegada: “[...] os Manuscritos foram o ponto de partida da trajetória de estudos de Marx sobre a economia política, mas jamais seu ponto de chegada”.

Na atualidade, inúmeros teóricos considerados do campo marxista, inclusive grandes referências como Lucács e Mészáros, se apropriaram dos *Manuscritos Econômicos Filosóficos* de Marx e de seu universo categorial em suas análises. Conforme apontou Oliveira (2021, p. 353):

[...] o peso que os Manuscritos econômicos-filosóficos tiveram sobre a formação do universo categorial de Lukács e de Mészáros é inegável e foi manifestado pelos próprios autores, mesmo havendo distinções centrais entre eles.

Esse destaque, se torna importante e relevante, pois o Serviço Social brasileiro sofre diretamente influências de parte destes teóricos nas análises atuais. Silva (2017), ao apontar as tendências teóricas atuais do Serviço Social brasileiro, especificamente quanto ao marxismo, destaca não haver uma homogeneidade nesse âmbito. Além disso, na apreensão mediada pelo Serviço Social brasileiro, não há consensos.

Trata-se de formar intelectuais comprometidos com um resgate refinado das produções marxianas (na sua totalidade e no seu tempo) e de parte de sua

melhor tradição já presente no Serviço Social brasileiro: *Lenin* (2008), *Lukács* (1981; 2010; 2012; 2013), *Gramsci* (2000; 2007a; 2007b) e *Mészáros* (2002), além de uma tradição brasileira marxista de qualidade em que Caio Prado (2000; 2014), Octavio *Ianni* (1981) e Florestan *Fernandes* (1987 e 2009) são apenas exemplos (SILVA, 2017, p. 70, grifos do autor).

Em relação à apropriação da categoria “trabalho alienado” pelo Serviço Social brasileiro, um estudo realizado por Wellen, Rocha e Oliveira (2019) analisou as formas como a categoria da alienação foi utilizada em artigos de 69 (sessenta e nove) edições da Revista *Katálysis* e da Revista *Serviço Social & Sociedade*. A pesquisa demonstrou que em 59 (cinquenta e nove) artigos não aparece a indicação bibliográfica, ou seja, não constam referências ou autores que subsidiem a concepção da categoria alienação. Destacam também que:

[...] a categoria da alienação apareceu em aproximadamente um (1) em cada cinco dos textos integrantes das 69 edições das revistas analisadas (em 121 dos 627 artigos), em quase a metade dos artigos em que se constatou a sua presença (59 dos 121 artigos) observou-se a omissão de uma fundamentação teórica que suportasse a sua utilização (WELLEN; ROCHA; OLIVEIRA, 2019, p. 323).

Compreende-se, assim, que não se atribuiu uma base científica para tal categoria, o que se torna um complicador em termos teóricos e metodológicos. Além disso, destaca-se que palavras não são conceitos, pois para, de fato, se tornarem conceitos, necessitam ser analisadas em um determinado universo categorial.

Continuando as análises do estudo supracitado, sobre a adoção da categoria alienação, os pesquisadores inferiram que nas produções do Serviço Social brasileiro analisadas a alienação figura de modos distintos, imprecisos e até desmedidos.

Seus usos se remetem a diversos graus de incorporação de ideias e de referenciais críticos, desde os mais substantivos aos mais limitados. Da mesma forma, a sua utilização corrente e, até certo ponto, desmedida, pode indicar, ao autor que o incorpora, a não necessidade imediata de sua precisão teórica e metodológica. Por outro lado, a categoria da alienação é citada, também, como uma palavra que supostamente teria um sentido consensual e que, portanto, seria desnecessária a explicitação da sua fonte bibliográfica (WELLEN; ROCHA; OLIVEIRA, 2019, p. 323).

Além de apresentarem análises dos artigos que utilizam a categoria alienação sem referência, os pesquisadores também realizaram o mesmo caminho com os que utilizam referências e autores, descrevendo a configuração que se encontra presente neles.

Observando-se os 66 artigos em que foram explicitadas essas referências bibliográficas, percebe-se um amplo leque de autores citados e de obras referendadas. Ao todo compareceram, nos artigos analisados, 48 autores que foram utilizados como referências diretas aos usos da categoria da alienação. Destes autores, 40 foram citados apenas uma vez e o restante variou entre duas e 13 aparições (WELLEN; ROCHA; OLIVEIRA, 2019, p. 323).

Segundo os pesquisadores, o autor e obra mais citados foram Karl Marx, a partir dos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, de 1844. Em segundo lugar, foi a obra de Marilda Iamamoto, *Serviço Social em Tempo de Capital Fetice*. Além desses, outros também foram citados, tais como Lucáks e Mészáros.

Na síntese desse estudo, foi possível concluir que a apropriação da categoria alienação pelo Serviço Social brasileiro se dá por diversos autores, em sua maioria no campo da tradição marxista. Os autores também apontam que o seu uso está relacionado aos complexos da política e do trabalho, de várias formas, por isso advertem: “Uma categoria que é usada de demasiadas formas, corre o risco de perder a precisão da sua capacidade expositiva” (WELLEN; ROCHA; OLIVEIRA, 2019, p. 327).

Após apontarmos esse estudo, acerca da utilização do Serviço Social brasileiro, em relação à categoria “trabalho alienado”, e já sinalizados os limites de partir dessa compreensão para empreender as análises da categoria trabalho sob a determinação capitalista, reafirmamos a necessidade de buscar os aportes teóricos para compreender a categoria trabalho tendo como referência a obra *O Capital*.

Para Tumolo (2019), é na obra *O Capital* que Marx chega à compreensão de que a força de trabalho é mercadoria e que, portanto, o trabalhador não pode estar alienado a ela:

Em *O Capital*, tal conceito deixa de ter sentido. Mais que isso, precisa ser negado, já que, como vimos, para que a força de trabalho se converta em mercadoria, o trabalhador não pode estar alienado dela (TUMOLO, 2019, p. 29).

Essa distinção conceitual é essencial, conforme indica Oliveira (2021, p. 470):

Sob o ponto de vista de *O Capital*, ou seja, o da força de trabalho como mercadoria, o trabalhador pertence a si mesmo, e a força de trabalho também lhe pertence. Aliás, esta é sua única propriedade. O que ele vende ao capitalista, quando tem sorte, é o valor de uso de sua propriedade, ou seja, da força de trabalho. Nesse movimento de compra e venda, o trabalhador

aliena o valor de uso de sua força de trabalho por certo tempo, e não por todo o tempo e para sempre. Trata-se, portanto, de uma diferença central e que terá desdobramentos.

Outro ponto, que consideramos importante chamar a atenção, é o fato de que a “alienação” aparece na obra *O Capital*, mas no interior de outro universo categorial, portanto, em outro momento histórico da produção do teórico. Como nessa obra já houve a incorporação de novos estudos, lhe é atribuído um sentido distinto:

[...] é necessário enfatizar que Marx trata desse tema dentro do universo categorial construído em *O Capital*, o que é radicalmente diferente do enquadramento conceitual arquitetado nos *Manuscritos*, e, portanto, só tem sentido dentro daquele contexto. Por isso, quando o autor lança mão do conceito de alienação em *O Capital*, via de regra, está tratando da força de trabalho alienada, o que é absolutamente coerente com o construto teórico ali desenvolvido (TUMOLO, 2019, p. 29).

O universo categorial utilizado por Marx no âmbito dos *Manuscritos Econômicos Filosóficos* é diferente do utilizado em *O Capital*. Isso significa que não há, inclusive, como “misturar” os conceitos em relação às obras do autor. Tendo isso em vista, o conteúdo da obra *Manuscritos Econômicos Filosóficos* possui importância e relevância na trajetória de estudos do teórico, entretanto, concebemos que a produção expressa nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos* é insuficiente para a compreensão da determinação capitalista. Isso porque é a obra de Marx, *O Capital*, que possui maior envergadura teórica para desvelar esse processo. Por isso, Tumolo (2019, p. 33) questiona ironicamente o emprego desse universo categorial dos *Manuscritos*: “[...] para que fazer uso de uma lança se existe uma bomba atômica contra o capital?”

Oliveira (2021, p. 470), descreve o percurso de Marx, no que se refere à compreensão da mercadoria, que é determinante na relação social do capital:

Fundamentalmente, Marx transitou da compreensão de trabalhador como mercadoria – nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844 –, para a de trabalho como mercadoria – em *Trabalho assalariado e capital*, de 1849 – e, finalmente, para a de força de trabalho como mercadoria – em *O capital*. Essas alterações em sua forma de identificar a base material da produção capitalista levaram-no a se dedicar à necessidade de superação do capital.

Sendo assim, embora sejam identificados estudos que partem da categoria trabalho alienado no Serviço Social brasileiro, reafirmamos a nossa perspectiva da necessidade de buscar as bases teóricas em *O Capital* para empreender as análises

da categoria trabalho sob a determinação capitalista.

Avançando em nossa concepção, o próximo item apresenta a nossa base teórica em relação à categoria trabalho, fundamentada na compreensão que temos de *O Capital* e em autores que realizam os estudos a partir dessa obra. Esperamos assim identificar o caminho teórico-metodológico do teórico em relação à categoria trabalho, bem como desvelar o processo simples de trabalho, o processo de produção de valor e o processo de produção de capital. Após realizar esse percurso, nos serão dadas as condições para a realização de análises das produções selecionadas do Serviço Social, na parte final desta pesquisa.

4.3. A CATEGORIA TRABALHO EM O CAPITAL

Conforme discutido, é reconhecida a trajetória de inserção da teoria marxista no Brasil, nas Ciências Sociais e, especificamente, no Serviço Social. Ela permeou também o posicionamento do Serviço Social brasileiro referente à centralidade da categoria trabalho, levando em consideração, como ponto de partida, a compreensão marxista e, portanto, a presença de vários estudos que abordam a temática.

Diante disso, nas pesquisas de variadas áreas que tratam da categoria trabalho, sob a perspectiva marxista, é possível identificar distintas características: alguns fazem o uso da obra *O Capital* e outros abdicam dela; há os que fazem a opção pelo caminho da necessidade de lançar mão de autores contemporâneos; além daqueles que, mesmo utilizando a obra *O Capital*, fazem uso apenas de fragmentos dela, sem se aprofundar nas explicações.

Em específico, nas pesquisas selecionadas no Serviço Social brasileiro que tratam da categoria trabalho sob a perspectiva marxista, nas produções da última década (2010-2020), sobre condições de trabalho, conforme descrito na seção terceira, a nossa primeira aproximação permitiu identificarmos diversas compreensões sobre a categoria trabalho sob essa perspectiva, como também o uso das categorias sem explorá-las, tratando de forma consensual a sua compreensão.

Diante deste cenário, o objeto em questão levou à necessidade de buscar os fundamentos na obra *O Capital* para a construção de uma base teórica sobre a categoria trabalho, que por sua vez, servirá como referência para a interlocução crítica que empreendemos com a produção selecionada, a ser apresentada na quinta seção. Ademais, consideramos primordial que a análise tenha como referência a obra *O*

Capital, por ser ela a mais completa e madura de Marx, portanto, porque seus aportes teórico-metodológicos são capazes de desvelar a sociedade capitalista e também a categoria trabalho sob a sua determinação.

É necessário justificarmos que, tratar de todo o conjunto de categorias presente na obra *O Capital*, seria um desafio por demais complexo no âmbito desta pesquisa, extrapolando os seus limites. Nesse sentido, focamos em apresentar a categoria trabalho de forma didática, delimitando sua compreensão para desvelar e explicar o processo simples de trabalho, o processo de produção de valor e o processo de produção de capital. Um esclarecimento importante, que sentimos a necessidade de deixar registrado, é que esse caminho que adotamos não isenta o leitor de estudar a obra em sua totalidade, além de nos deixar a tarefa e responsabilidade de seguir aprofundando os estudos sobre a temática.

Ao tratar da categoria trabalho, Marx (2017) em *O Capital* a apresenta trabalhando as seguintes categorias e conceitos: trabalho em geral, trabalho concreto e trabalho abstrato, além do trabalho produtivo de capital, não necessariamente nessa ordem. No entanto, optamos em construir a base teórica seguindo essa sequência por compreendermos que Marx especifica a categoria trabalho em geral, não como tendo determinação histórica limitada, mas como sendo necessária em qualquer forma de relação social.

Um pressuposto sobre a determinação capitalista é a compreensão de que esse modo de produção não foi um acidente de percurso ou algo natural ocorrido na história. O seu surgimento foi gestado no interior das contradições do modo de produção feudal, pois foi nesse contexto que começaram a ser criadas as condições para o seu desenvolvimento.

Essa não é uma relação histórico-natural, tampouco uma relação social comum a todos os períodos históricos, mas é claramente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social (MARX, 2017, p. 244).

Nesse sentido, o modo de produção capitalista é historicamente determinado, pois condições materiais foram criadas para o seu surgimento e desenvolvimento, portanto, possui características próprias e específicas de seu funcionamento, reprodução e desenvolvimento.

Em relação à compreensão da categoria trabalho sob a determinação

capitalista, *O Capital* apresenta os elementos capazes de desvelá-la. Alertamos que o movimento realizado pelo teórico alemão para explicar essa relação social, bem como a categoria trabalho situada nela, não pode ser constituído por recortes, pois ambas estão interligadas em uma unidade organicamente articulada.

Elucidar a categoria trabalho sob a determinação capitalista, por esse motivo, requer estabelecer um percurso, ou seja, trata-se do entendimento dos conceitos e das categorias: trabalho em geral, trabalho concreto e trabalho abstrato, além do trabalho produtivo de capital. Como eles estão articulados, estabelecê-los em conjunto exige o movimento de abstração em relação às categorias, tal como Marx descreve em *O Capital* e, por fim, o entendimento sobre a unidade dessas categorias.

Por intermédio de um movimento conjunto é que vão sendo desvelados e distinguidos o processo simples de trabalho, do de produção de valor e do de produção de capital. Alertamos também que, a depender da escolha do caminho para as análises, pode haver “armadilhas”, ou seja, se abdicamos de percorrer o caminho indicado por Marx, possivelmente não possamos conseguir desvelar a determinação capitalista.

Posto o desafio de aprofundar os estudos sobre a categoria trabalho, na perspectiva marxista, os próximos itens estão organizados de forma separada, com a justificativa de tornar a apresentação mais didática sobre cada categoria e seus respectivos conceitos, bem como suas configurações. Apesar disso, lembramos que o processo não é estanque, o que requer respeitar as contradições do próprio movimento.

Este item organiza-se em quatro momentos. No primeiro, apresentamos a compreensão sobre o trabalho em geral; no segundo, discutimos o trabalho sob a determinação capitalista a partir do seu duplo caráter, de trabalho concreto e abstrato; no terceiro, abordamos a categoria trabalho produtivo de capital e, por fim, estabelecemos a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Só a partir desse percurso é que entendemos estarem dadas as condições para analisarmos a produção do Serviço Social selecionada, exercício empreendido na seção cinco.

4.3.1. Trabalho em geral

Abordamos neste item elementos concernentes à categoria trabalho em geral. É importante salientar que a escolha expositiva de Marx, em *O Capital*, para

apresentar a categoria trabalho, não é iniciada por ela. Optamos por esse caminho, porque a intenção é levar à compreensão de que analisá-la somente a partir desse fundamento é limitado e, conseqüentemente, pode resultar em equívocos.

Marx (2017) explica que o trabalho, em sua forma social geral, se caracteriza como independente de qualquer forma social e se dá por meio do processo simples, ou seja, pela mediação entre homem e natureza para a satisfação de necessidades da vida humana. Segundo o autor, é esse trabalho:

[...] antes de tudo, um processo entre homem e natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2017, p. 255).

Um ponto a destacarmos é que, ao tratar sobre o processo de trabalho, ele não faz a determinação da sociedade capitalista, ou seja, ele está realizando a abordagem independente de qualquer forma social. Isso fica evidente quando Marx (2017, p. 120) afirma que

[...] o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, de vida humana.

Identifica-se que o teórico trata dessa categoria somente no capítulo 5, no item 1, da obra *O Capital*. Portanto, esse é um primeiro alerta quanto ao risco de empreender as análises somente por essa categoria, pois esse ponto de partida pode levar a negar todo o constructo teórico construído por Marx nos capítulos anteriores, ou seja, há o perigo de dispensar categorias abordadas antes pelo autor.

Marx (2017) chama a atenção para o fato de que não é possível compreender o modo de produção capitalista e, portanto, a categoria trabalho situada nesse âmbito. É no primeiro capítulo que ele trata da mercadoria, como também aborda o duplo caráter do trabalho, o concreto e o abstrato, por conterem pressupostos para a compreensão da relação social do capital. Ele explica que:

Para a sociedade burguesa, porém, a forma-mercadoria do produto do trabalho, ou a forma valor da mercadoria, constitui a forma econômica celular. Para o leigo, a análise desse objeto parece se perder em vãs sutilezas. Trata-

se, com efeito, de sutilezas, mas do mesmo tipo daquelas que interessam à anatomia micrológica (MARX, 2017, p. 78).

O primeiro capítulo do Livro I, d'*O Capital*, intitula-se “A Mercadoria”, sendo que o autor nos adverte, já no Prefácio da Primeira Edição, que:

Todo começo é difícil, e isso vale para toda ciência. Por isso, a compreensão do primeiro capítulo, em especial da parte que contém a análise da mercadoria, apresentará a dificuldade maior (MARX, 2017, p. 78).

Para o entendimento do trabalho na sociabilidade capitalista, o próprio teórico define que não é possível partir de sua forma social genérica, do processo simples de trabalho.

Essa determinação do trabalho produtivo, tal como ela resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não é de modo algum suficiente para ser aplicada ao processo capitalista de produção (MARX, 2017, p. 258).

Quando Marx aborda o processo simples do trabalho, ou o trabalho em sua forma ontológica, enquanto mediação entre homem e natureza, destaca que ele tem exclusivamente por objetivo satisfazer necessidades humanas, independente do momento histórico ou da relação social estabelecida, portanto, é a forma social genérica, ou seja, faz parte de qualquer relação social, inclusive da capitalista.

A questão em evidência para esse estudo é que, somente os elementos da categoria trabalho em geral, não são capazes de explicar a determinação capitalista. Em conjunto com ele, outros se fazem necessários, portanto, há a necessidade de outras categorias e conceitos.

O caminho de estudos deve avançar e acompanhar Marx nessa jornada, sendo este um requisito, pois é preciso chegar aos elementos que possibilitem desvelar o trabalho situado especificamente no âmbito capitalista de sociedade. Tumolo (2019) explica o conteúdo que o teórico alemão trata em *O Capital*, em relação ao processo simples e ao trabalho em geral, revelando seus limites ao tratar dos:

[...] elementos constitutivos do processo simples de trabalho, que, embora necessários, são insuficientes para se entender o processo de produção do capital. Por essa razão, as categorias analíticas aqui utilizadas – entre elas, o trabalho, ou trabalho em geral e também o trabalho produtivo na acepção dada – carecem de força e conteúdo explicativo quando se trata de qualquer forma social determinada, inclusive a capitalista. Para ser mais preciso, tais categorias têm um caráter genérico e são insuficientes para explicar o

processo de produção capitalista (TUMOLO, 2019, p. 47).

Reiteramos, assim, a importância de compreender o movimento de construção de Marx em *O Capital*, referente às outras categorias e conceitos, o que envolve conhecer as distinções entre trabalho concreto, trabalho abstrato e produtivo de capital, para assim conseguir desvelar a determinação capitalista sobre essa categoria.

Antes de avançar na discussão, é importante indicar que, mesmo Marx realizando o alerta sobre a insuficiência dessa categoria para explicar a determinação capitalista, muitos teóricos respaldaram/respaldam seus fundamentos somente a partir dela. Em específico, essa concepção de trabalho está presente em várias áreas de estudos no Brasil, como por exemplo na Educação e no Serviço Social. Conforme Tumolo (2011, p. 468): “Sabemos que Marx, Engels e Lukács, apenas para citar os mais importantes, examinaram exaustivamente essa dimensão ontológica do trabalho”. Diante desse cenário, nas produções que serão analisadas adiante, na seção cinco desta tese, dialogamos com os desdobramentos desse processo.

Em relação ao nosso estudo, diante desse conteúdo já podemos sinalizar que, quando nos remetemos à categoria trabalho, tendo em conta as condições de trabalho que são realizadas na atualidade, em específico, dos/das assistentes sociais, somente a concepção de trabalho em geral de forma alguma oferece elementos de análises concretas da realidade concreta, já que não está determinada historicamente. Isso não significa afirmar que ela foi superada ou que não tem importância e pode ser dispensada, mas sim que ela é insuficiente para decifrar o movimento do real sob a lógica do capital.

Consideramos que, a depender da compreensão e do caminho que se parte para a realização de análises sobre a realidade, configura-se uma determinada leitura. Nesse sentido, advogamos a necessidade de seguir compreendendo as categorias e conceitos apresentados por Marx em *O Capital* sobre a categoria trabalho. O próximo item dedica-se a tratar do duplo caráter do trabalho: concreto e abstrato, para avançarmos depois para o trabalho produtivo de capital.

4.3.2. O duplo caráter do trabalho: concreto e abstrato

Como já destacado, a categoria trabalho tratada em sua forma genérica não

possibilita a realização da sua análise na relação social capitalista. Essa abordagem, na obra *O Capital* de Marx, teve o objetivo de diferenciar a relação capitalista de produção das demais, levando ainda em consideração que a apreensão do ser social é historicamente determinada na forma capital (TUMOLO, 2005).

É por isso que, no percurso de exposição de Marx sobre a categoria trabalho, já no Livro I da obra *O Capital*, ele inicia abordando o seu duplo caráter: de trabalho concreto e de trabalho abstrato. Nesse momento, ele está tratando da mercadoria, como uma necessidade básica para compreensão da relação social capitalista, bem como da categoria trabalho sob essa determinação.

A sua finalidade é fazer um primeiro exercício analítico, composto por abstrações importantes, para se chegar à compreensão da categoria trabalho na forma social capitalista. De imediato, destaca-se uma importante observação: nessa etapa da análise Marx ainda não está tratando da produção de capital, mas sim dos seus pressupostos. Para que possamos elucidar esse processo de apresentação das categorias pelo autor, o ponto de partida é sua abordagem em relação à mercadoria.

A fim de auxiliar nesse entendimento, tornam-se necessárias três observações. A primeira é que não é por acaso que Marx (2017) inicia *O Capital* abordando explicações acerca da mercadoria, mas sim, porque ela possui elementos importantes para desvelar a determinação capitalista. A segunda, refere-se à troca de mercadorias, que necessita ser entendida como um ato que não é exclusivo do modo de produção capitalista, pois em outros momentos históricos ela já ocorria. O que a diferencia na relação social capitalista é como esse processo se configura e se constitui. Por fim, a terceira observação é que, para que possamos chegar à compreensão do duplo caráter do trabalho, trabalho concreto e abstrato, é requerido o entendimento da centralidade que a mercadoria adquire no modo de produção capitalista, como também das categorias valor de uso e valor de troca.

A partir disso, as condições estão dadas para se entender o duplo caráter do trabalho: concreto e abstrato. Esse momento inicial propicia os subsídios para também se compreender depois a produção de valor, ou seja, são aqui demarcados elementos que se diferenciam do processo simples (explicado no item anterior).

O caminho de apresentação em relação ao conteúdo perpassa pela centralidade da mercadoria no modo de produção capitalista, tratando das categorias valor de uso e valor de troca, valor, trabalho concreto e trabalho abstrato para, por fim, tratar da produção de valor. Lembramos que o trabalho produtivo de capital será

tratado apenas no item a seguir.

Realizadas as ponderações preliminares, vamos para a mercadoria. Marx (2017), em *O Capital*, a identifica como um elemento central e afirma que seu papel no modo de produção capitalista está relacionado com a produção de riquezas. “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece [*ercheint*] como uma ‘enorme coleção de mercadorias’” (MARX, 2017, p. 113, grifos do autor). A partir disso, o que de fato é uma mercadoria? A mercadoria é, conforme explica Marx (2017, p. 113):

[...] antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente como meio de subsistência, isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção.

Dessa forma, elas satisfazem necessidades humanas, do estômago à fantasia, portanto, se constituem em *valores de uso*. Aqui, apresenta-se uma das primeiras categorias essenciais no entendimento da mercadoria e suas distintas nuances, o *valor de uso*.

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não flutua no ar. Condição pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem esse corpo. Por isso, o próprio corpo-mercadoria como ferro, trigo, diamante etc, é um valor de uso ou um bem. Esse seu caráter não depende do fato de a apropriação de suas qualidades úteis custar muito ou pouco trabalho aos homens. Na consideração do valor de uso será sempre pressuposto uma determinidade quantitativa, como uma dúzia de relógios, 1 braça de linho, 1 tonelada de ferro etc. [...] O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo (MARX, 2017, p. 114).

Além de ser valor de uso, na sociedade capitalista as mercadorias precisam ser analisadas a partir de mais um atributo, pois elas também se constituem em *valores de troca*. Essa é mais uma categoria importante a ser desvelada para a análise da sociedade capitalista. Conforme explica Marx (2017, p. 114):

O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço.

Na esteira desse processo, desvelando o “mundo das mercadorias”, Marx

(2017) chama a atenção para o limite dessa consideração quantitativa, pois observando apenas a relação de troca entre duas mercadorias, não fica explícito o que de fato permite a troca ou, ainda, o que as tornam equivalentes para conseguir estabelecer a troca, tendo em vista que elas são diferentes em suas qualidades individuais.

Existe, segundo o teórico, um elemento que permite igualar as duas mercadorias no mercado, possibilitando então a troca. Ele ressalta que, em sua forma aparente, no ato do processo de troca, esse elemento não fica explícito. Segundo Marx (2017), o que permite a equivalência e, portanto, a troca, é o trabalho, mas não qualquer tipo de trabalho, trata-se do *trabalho humano abstrato*, uma outra categoria fundamental para a compreensão da relação social capitalista.

A fim de compreendermos a fundo a categoria trabalho abstrato, é importante abordá-la a partir de sua distinção em relação à categoria *trabalho concreto*. Para o exercício desta distinção, retomamos o teórico alemão, que no primeiro momento explica o caráter útil/concreto do trabalho:

Vimos, pois, que no valor de uso de toda mercadoria reside uma determinada atividade produtiva adequada a um fim, ou trabalho útil. Valores de uso não podem se confrontar como mercadorias se neles não residem trabalhos úteis qualitativamente diferentes. Numa sociedade cujos produtos assumem genericamente a forma da mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias, essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados separadamente uns dos outros como negócios privados de produtores independentes, desenvolve-se como um sistema complexo, uma divisão social do trabalho (MARX, 2017, p. 120).

O trabalho concreto, conforme destacou o autor, refere-se àquele que produz valor de uso, portanto, se constitui em um trabalho específico, uma atividade definida, por exemplo: do sapateiro, do carpinteiro, dentre outros. No entanto, o trabalho que Marx (2017) trata como sendo aquele que permite a equivalência das mercadorias, conforme já destacado, é o trabalho humano abstrato. Seguindo a sua análise, para compreendermos o trabalho abstrato há um requisito: que realizemos o movimento de abstração justamente do caráter útil/concreto do trabalho.

Abstraindo da determinidade da atividade produtiva e, portanto, do caráter útil do trabalho, resta o fato de que ela é um dispêndio de força humana de trabalho. Alfaiataria e tecelagem, embora atividades produtivas qualitativamente distintas, são ambas dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos, e, nesse sentido, ambas são trabalho humano. Elas não são mais do que duas formas diferentes de se despendere

força humana de trabalho. É verdade que a própria força humana de trabalho tem de estar mais ou menos desenvolvida para poder ser despendida desse ou daquele modo. Mas o valor da mercadoria representa unicamente trabalho humano, dispêndio de trabalho humano (MARX, 2017, p. 121-122).

Quando se trata do trabalho humano abstrato, Marx (2017) não está se referindo a um trabalho específico, nem distinguindo o mais simples do mais complexo. É todo e qualquer tipo de trabalho realizado. Caso se caia na “armadilha” de construir análises sobre o trabalho abstrato, levando em consideração as características específicas do trabalho, o percurso analítico fica comprometido em seu entendimento, pois o processo simples de trabalho, em suas características singulares, em hipótese alguma refere-se à categoria trabalho humano abstrato, já que está restrito ao trabalho concreto.

No âmbito da categoria trabalho humano abstrato, outro elemento é apresentado por Marx (2017), ou seja, o aprofundamento de suas análises conduz à identificação de outra categoria. Esta, por sua vez, também se apresenta na relação de troca e, portanto, é imprescindível para a compreensão da relação social capitalista. Trata-se da categoria *valor*.

No mundo das mercadorias, todas as mercadorias possuem valor. Especificando, conforme Marx (2017, p. 22), valor “[...] representa unicamente trabalho humano, dispêndio de trabalho humano”. Ele não está tratando aí de qualquer trabalho, mas sim do trabalho humano abstrato, que é a substância do valor produzido em cada mercadoria. Nas palavras do autor:

[...] o trabalho que constitui a substância dos valores é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho humana. *A força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única força de trabalho humana, embora consista em inúmeras forças de trabalho individuais* (MARX, 2017, p. 117, grifos nossos).

Se o valor, por meio do trabalho humano abstrato, é o conteúdo que permite a equivalência entre as mercadorias, para efetivar o processo de troca, torna-se necessário quantificá-lo. Isso também se constitui em outro requisito para o entendimento desse processo, por isso Marx (2017) trata da medida da grandeza de valor, explicando que o valor é medido pelo tempo de trabalho, como hora, dia, etc. Nesse aspecto, cabe ressaltar uma outra observação, a de que o teórico alemão não está tratando do trabalho individual, mas do trabalho humano abstrato, ou seja, todo e qualquer tipo de trabalho que constitui a força de trabalho conjunta da sociedade.

Avançando nas explicações sobre a medida da grandeza de valor, que tem como substância o trabalho humano abstrato, verificamos que o seu cálculo é executado a partir do tempo necessário para a produção da mercadoria, ou seja, é a média de tempo social necessária para a produção da mercadoria.

Detalhando melhor essa questão, entendemos que não é o tempo que leva uma fábrica ou um produtor individual para a produção de uma determinada mercadoria, mas se considera o conjunto de todos os tempos de trabalho, portanto, é social, constituindo-se desta forma, em “[...] trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário” (MARX, 2017, p. 117). Isso precisa ser considerado,

[...] na medida em que possui o caráter de uma força de trabalho social média e atua como tal; portanto, na medida em que, para a produção de mercadoria, ela só precisa do tempo de trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário. Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho (MARX, 2017, p. 117).

Tendo isso em vista, é importante identificar também que o valor de uma mercadoria não é sempre constante, sofre oscilações a depender de mudanças ocasionadas na força produtiva do trabalho, que é

[...] determinada por múltiplas circunstâncias, dentre outras, pelo grau médio de destreza dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica, a organização do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais (MARX, 2017, p. 118).

Em síntese, é possível compreender que o trabalho concreto cria valor de uso e o trabalho abstrato cria valor. O valor de troca, por sua vez, é a forma como o valor aparece no mercado. Como destaca Marx (2017), os elementos estão interligados e para que de fato ocorra a troca, todo o processo tem de ser realizado, ou seja,

[...] nenhuma coisa pode ser valor sem ser objeto de uso. Se ela é inútil, também o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não cria, por isso, nenhum valor (MARX, 2017, 119).

É possível afirmar, portanto, que para que ocorra o ato da troca entre as mercadorias, elas precisam primeiramente ter uma utilidade, ou seja, terem valor de uso. A sua inutilidade invalida o trabalho, que por sua vez não cria valor.

Também identificamos que, para compreender a produção de valor, é preciso o entendimento de que sua substância é o trabalho humano abstrato. Para chegar ao seu fundamento, isso requer entender que o conteúdo do trabalho concreto e valor de uso está subsumido ao trabalho abstrato e ao valor, pois a sociedade capitalista é mercantil e não tem por objetivo a produção somente de valores de uso.

Conforme explica Tumolo (2005, p. 242), nesse primeiro exercício analítico, percebe-se o caráter dialético dessa relação social, em que

[...] o trabalho concreto (valor de uso) está subsumido pelo trabalho abstrato (valor), em razão de que o capitalismo é uma sociedade essencialmente mercantil, cujo objetivo não é a produção de valores de uso para a satisfação das necessidades humanas, do estômago à fantasia. Mais do que isto, se trata de uma relação na qual a afirmação do trabalho abstrato é a negação do trabalho concreto e vice-versa.

A exposição realizada até o momento possibilitou compreender o caminho que Marx (2017) realiza em *O Capital*, especificamente no Capítulo 1, quando trata da mercadoria, desvelando o movimento contraditório entre valor de uso e trabalho concreto, em relação ao trabalho humano abstrato e ao valor.

Resgatando o conteúdo abordado no primeiro item, entendemos em relação à categoria trabalho em geral que Marx não a nega em nenhum momento, quando trata do duplo caráter do trabalho: concreto e abstrato. Como já destacamos, ela está presente em qualquer forma social, portanto, também na capitalista. Ele também não preconiza a necessidade de descartar a categoria trabalho concreto para a compreensão da relação social capitalista, tendo em vista que ela é responsável pela produção de valor de uso, e que sem isso não há a existência da mercadoria. O que necessita ser apreendido é que, conforme explicou Tumolo (2005), o trabalho concreto está subsumido ao trabalho abstrato.

A questão que fica explícita, neste momento do estudo, é que somente a referência ou utilização das categorias trabalho em geral e trabalho concreto são insuficientes para desvelar a categoria trabalho sob a determinação capitalista. Entretanto, contraditoriamente, são elementos que fazem parte da sua determinação, indispensáveis para se chegar à sua compreensão, o que será desvelado no item seguinte.

Quanto à categoria trabalho abstrato, vimos até aqui sua importância categorial para compreendermos a relação social capitalista. Apesar disso, quando Marx (2017)

a aborda, ele ainda não está tratando da produção de capital em si, mas da mercadoria e do processo de produção de valor. Para compreensão do capital, é necessário apreender e discutir outros elementos, que serão abordados no próximo item.

Do que foi até aqui exposto, é possível afirmamos com Tumolo (2005, p. 246), que “[...] Marx parte de categorias analíticas específicas para a apreensão do capital e do seu modo de produção”. Isso quer dizer que, em seus estudos, não restringe a sua análise no âmbito do trabalho concreto para o trabalho abstrato, pois isso representa o primeiro exercício de análise, e ele ainda não permite desvelar o trabalho produtivo de capital.

Sendo assim, o caminho percorrido até aqui em relação ao nosso objeto de estudo permite afirmar que as análises sobre o trabalho na perspectiva marxista, a partir das categorias trabalho concreto e trabalho abstrato, tal como Marx as apresenta no primeiro capítulo em *O Capital*, não permitem compreender as condições de trabalho dos/das assistentes sociais na atualidade. A questão primordial a ser considerada é que o trabalho empreendido por esses/as trabalhadores/as é determinado pela relação social capitalista.

É somente após apresentarmos esses elementos, em conjunto com outros que serão apresentados até o fim desta seção, que teremos condições de problematizar como foi abordada a categoria trabalho nas produções selecionadas do Serviço Social brasileiro. Isso nos permite identificar se as análises partem somente do fundamento da categoria trabalho concreto, se utilizam a categoria trabalho abstrato, entendendo o movimento de abstração em relação à categoria trabalho concreto, e se avançam para além dessas categorias.

Apesar do caminho já percorrido, o desafio ainda se faz presente: desvelar a categoria trabalho determinada pela relação social capitalista, o que torna necessário compreender o trabalho produtivo de capital, tarefa que será empreendida no próximo item.

4.3.3. Trabalho produtivo de capital

Após abordarmos a categoria trabalho em geral e o duplo caráter do trabalho: concreto e abstrato, foi possível demarcamos a diferenciação entre o processo simples de trabalho e o de produção de valor. Pautamo-nos no pressuposto de que essas categorias são importantes e necessárias para a compreensão da relação social

capitalista. No entanto, conforme já anunciamos, quando tratadas de modo isolado ou ainda sob uma análise restrita somente a elas, torna-se insuficiente o entendimento da determinação capitalista. Nesse sentido, o nosso processo de aprofundamento precisa avançar com base na obra *O Capital*.

Uma observação importante, em nossa acepção, é que não vale de nada ao/à pesquisador/a que se propõe a realizar tal empreitada, somente lançar mão de citações esparsas dessa obra. Torna-se necessário desvelar o caminho teórico-metodológico realizado por Marx, para compreender as determinações desse modo de produção. Essa observação não se constitui em uma verdade absoluta, mas até aqui, de acordo com o processo que estamos realizando, as conclusões têm apontado para essa perspectiva.

Com esse entendimento, neste item nos dedicamos a tratar da categoria trabalho produtivo de capital, em conjunto com o processo de produção de mais-valor, ou de valorização. É preciso ainda justificar que, até chegar a essa explicação, Marx, em *O Capital*, desvelou diversas categorias e conceitos, alguns abordados neste estudo, outros não, pois essa obra tem por finalidade tratar sobre a sociedade capitalista e não apenas sobre a categoria trabalho, o que extrapola os limites desta pesquisa.

Outra observação é importante, pois para este trabalho foi necessário realizar um recorte em relação ao conteúdo da obra *O Capital*. É preciso reiterar a nossa intenção nessa seção, ou seja, de construir uma base teórica sobre a categoria trabalho na perspectiva marxiana, a partir dessa obra. Para isso, identificamos a abordagem que Marx realiza dessa categoria em *O Capital*. Isso não significa que os outros conteúdos e categorias apresentadas são irrelevantes, ao contrário, temos o desafio de continuar os estudos e aprofundamentos.

Para que possamos compreender o momento em que Marx (2017), n' *O Capital*, trata da categoria trabalho produtivo de capital, é preciso resgatar o movimento de análise realizado. Ele trata na seção I sobre a mercadoria e o dinheiro, explicando no capítulo 1 a mercadoria, no capítulo 2 o processo de troca, e no capítulo 3, fechando a seção I, realiza a abordagem sobre o dinheiro e a circulação de mercadorias. O capítulo 4, a transformação do dinheiro em capital, compõe a seção II, intitulada *Transformação do dinheiro em capital*. Já a seção III aborda a produção de mais-valor absoluto, composta pelos capítulos 5 a 9. Em específico, é na seção III, no capítulo 5, que ele aborda o processo de trabalho e o processo de valorização ou produção de

mais-valor.

Sem desconsiderar os demais conteúdos presentes nos capítulos 1 a 3, neste item a centralidade está nos capítulos 4 e 5, momento em que o teórico apresenta a força de trabalho como mercadoria, indicando também, que ela é a única capaz de produzir mais-valor. Essa discussão é, portanto, fundamental para a compreensão da categoria trabalho produtivo, conforme será desvelado a seguir.

Ainda realizando observações quanto à exposição que Marx constrói, ele propõe um caminho a ser percorrido, com categorias específicas e genéricas, que levam ao entendimento e apreensão do capital e de seu modo de produção. Conforme explica Tumolo (2003, p. 4):

O método de exposição percorrido até o capítulo quatro foi o de partir da riqueza, penetrar no estudo da mercadoria e do dinheiro como meio circulante e chegar, ainda que embrionariamente, no dinheiro como capital, ou seja, o itinerário que vai da riqueza ao capital e, portanto, do valor de uso — passando pelo valor de troca — ao valor, e, deste, à mais-valia — mesmo que apenas anunciada sem ter sido, ainda, explicada —, ou, se se quiser, o caminho vai do trabalho concreto ao trabalho abstrato. Marx busca dar concreticidade à sua análise, quer dizer, todas as categorias utilizadas são categorias que buscam apreender o fenômeno do capital e, por essa razão, elas só têm validade explicativa numa forma social determinada, a capitalista.

No processo construído por Marx, quando chegamos ao capítulo 5 de *O Capital*, conforme destaca Tumolo (2003), percebemos que ele organiza uma viragem teórica-metodológica. Esperamos que o teórico apresente diretamente a explicação do trabalho produtivo de capital, mas não é isso que acontece, pois ele faz uma digressão e explica a categoria trabalho em geral, justamente para demarcar o processo de produção capitalista.

Na primeira parte do capítulo cinco, ao contrário, o autor tece um percurso oposto. Ele começa discorrendo sobre a utilização da força de trabalho que, para cumprir sua finalidade para o capitalista — produzir valor e, por conseguinte, mais-valor — deve produzir, antes de tudo, valores de uso. Tendo em vista que a produção de valores de uso não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista 'o processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada' (Idem: 149). O caminho percorrido, expresso logo no início do capítulo, é o que vai do capital à riqueza, ou da força de trabalho, que pressupõe a produção do valor, ao valor de uso, qual seja, do trabalho abstrato ao trabalho concreto e, deste, ao trabalho em geral, considerado como elemento mediador da relação metabólica entre o ser humano e a natureza, independentemente de qualquer forma social determinada. Diferentemente do que ocorrera anteriormente, aqui Marx parte de categorias analíticas específicas para a apreensão do capital e do seu modo de produção para chegar em categorias analíticas de caráter genérico que

tratam de uma forma social genérica e, por conseguinte, de um ser social também genérico. É dentro desta compreensão que ele explicita a noção de trabalho em geral (TUMOLO, 2003, p. 4).

A intenção do teórico, conforme destaca Tumolo (2003), é demarcar que, para a produção de capital necessariamente se efetivar, o primeiro passo é produzir valor de uso. Ele destaca, assim, o movimento necessário à análise: partir de categorias genéricas para chegar às que possibilitam compreender a determinação capitalista. Realizadas as ponderações sobre o percurso realizado por Marx (2017) em *O Capital*, dos Capítulos 1 ao 5, iniciamos nesse momento as explicações sobre a categoria trabalho produtivo de capital.

Ao tratar das características da relação social capitalista, que não foi algo dado de forma natural, pois condições específicas foram criadas para a sua concretude, Marx (2017) desvela o elemento que caracteriza a época capitalista. Para ele esse elemento é a “mercadoria força de trabalho”, o que está presente em uma nota de rodapé na obra *O Capital*:

O que caracteriza a época capitalista é, portanto, que a força de trabalho assume para o próprio trabalhador a forma de uma mercadoria que lhe pertence, razão pela qual seu trabalho assume a forma do trabalho assalariado (MARX, 2017, p. 245).

Nesse sentido, essa questão é fundamental, pois até o momento Marx (2017) não havia especificado o elemento que caracteriza o modo de produção capitalista, ou seja, a força de trabalho como mercadoria. Através disso, é possível também constatar a superação do conteúdo presente na obra *Manuscritos Econômicos Filosóficos* e, ainda, a quantidade de novos elementos presentes, significando o avanço em relação à sua análise anterior, conforme já tratamos no item 4.2 desse estudo.

Dessa forma, na sociedade capitalista, a força de trabalho ganha *status* de mercadoria, sendo o trabalhador quem possui a força de trabalho a ser vendida. Marx descreve no Capítulo 4, no Livro I, *O Capital*, como é o processo de compra e venda da mercadoria força de trabalho. Ele é determinado por uma relação em que dois sujeitos se confrontam no mercado, sendo que um é o possuidor de dinheiro e o outro é o vendedor de sua mercadoria, a força de trabalho. O possuidor do dinheiro busca no mercado o “trabalhador livre”:

[...] e livre em dois sentidos: de ser uma pessoa livre, que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de, por outro lado, ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, estando livre e solto e carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho (MARX, 2017, p. 244).

O teórico alemão afirma que a condição de “trabalhador livre” foi necessária para a transformação da força de trabalho em mercadoria e, conseqüentemente, para o surgimento do capital.

O capital só surge quando o possuidor de meios de produção e de meios de subsistência encontra no mercado o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho, essa condição histórica compreende toda uma história mundial. O capital anuncia, portanto, desde seu primeiro surgimento, uma nova época no processo social de produção (MARX, 2017, p. 245).

Após delimitar como foi possível se estabelecer a relação de compra e venda da força de trabalho, Marx descreve como é calculado o valor da mercadoria força de trabalho.

O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, conseqüentemente, também para reprodução – desse artigo específico (MARX, 2017, p. 245).

Quanto ao tempo necessário à produção e reprodução dessa mercadoria, ele é assim determinado:

[...] o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor. Porém, a força de trabalho [*verwirlicht*] só se atualiza por meio de sua exteriorização, só se aciona por meio do trabalho. Por meio de seu acionamento, o trabalho, gasta-se determinada quantidade de músculos, nervos, cérebro etc. humanos que tem de ser resposta [...]. A quantidade dos meios de subsistência tem, portanto, de ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida. As próprias necessidades naturais, como alimentação, vestimenta, aquecimento, habitação etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país (MARX, 2017, p. 245-246).

Aprofundando o entendimento da relação estabelecida para a compra e venda da força de trabalho, Marx (2017), ao final do capítulo 4 da obra *O Capital*, deixa explícito que não há como realizarmos um julgamento de “ordem moral”, ou ainda supormos que existe injustiça na esfera da troca da mercadoria força de trabalho.

A esfera da circulação ou da troca de mercadorias, em cujos limites se move a compra e a venda da força de trabalho, é, de fato, um verdadeiro Éden dos direitos inatos do homem. Ela é o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham. Liberdade, pois os compradores e vendedores de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho, são movidos apenas por seu livre-arbítrio. Eles contratam como pessoas livres, dotadas dos mesmos direitos. O contrato é o resultado, em que suas vontades recebem uma expressão legal comum a ambas as partes. Igualdade, pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade, pois cada um dispõe apenas do que é seu. Bentham, pois cada um olha para si mesmo (MARX, 2017, p. 250-251).

É importante salientar nesse momento que, ao final do Capítulo 4, em *O Capital*, Marx (2017) fez um apontamento fundamental, anunciando que, para compreender a sociedade do capital e do trabalho assalariado, é preciso “abandonar” a esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias. O que vai ficando evidente é que a produção capitalista não tem como objetivo produzir valor de uso, nem apenas valor, ou só mercadorias, pois, para se efetivar, a sua necessidade é a produção de mais-valor.

Esse é o objetivo que a caracteriza, então, a partir disso, identificamos na análise um salto, através da presença de novos elementos. O desafio posto neste momento é compreender como a mercadoria força de trabalho produz capital. Destaca Marx (2017, p. 250), que o momento para desvelar a produção de capital é quando “O processo de consumo da força de trabalho é simultaneamente o processo de produção de mercadoria e mais-valor”. Isso requer compreender outra esfera, agora, a produção capitalista.

Até o momento, constatamos que as análises sobre o movimento da troca de mercadorias se constituíam na esfera de circulação simples, ou seja, na relação de troca entre duas mercadorias que possuem valor e se trocam como equivalentes. No entanto, a produção de capital requer a produção de mais-valor, o que exige mergulharmos no processo de produção.

Para prosseguir e chegar a essa explicação, no capítulo 4 de *O Capital*, Marx (2017) apresenta inicialmente a fórmula geral do capital e, em seguida, as suas contradições, especificando que não é o aumento do preço das mercadorias, através da circulação, que propicia a produção de mais-valor, pois aí se trocam apenas valores equivalentes. Aceitar essa explicação seria contrariar tudo que foi discutido até esse momento pelo autor. Tumolo (2016, p. 50) destaca a importância desse momento e suas contradições:

Sob o título de *Contradições da fórmula geral*, Marx elenca um conjunto de argumentos para demonstrar que a valorização do valor, ou seja, o capital não pode ter origem na esfera da circulação, tendo em vista que o intercâmbio de mercadorias não produz valor e, por conseguinte, mais-valia. Por outro lado, contraditoriamente, é impossível que o dinheiro se transforme em capital fora da esfera da circulação.

É ao final do item 1 do Capítulo 5 d’*O Capital* que Marx (2017) explica esse movimento contraditório. Isso porque o processo de produção capitalista inicia-se na circulação, momento em que o capitalista vai ao mercado e compra as mercadorias necessárias para esse processo: os meios e objetos de trabalho, que constituem os meios de produção, bem como a força de trabalho. Depois desse ato é que se inicia o processo de produção.

Voltemos, agora, a nosso capitalista *in spe* [aspirante]. Quando o deixamos, ele havia acabado de comprar no mercado todos os fatores necessários ao processo de trabalho, tantos seus fatores objetivos, os meios de produção, quanto seu fator pessoal, ou a força de trabalho. Com o olhar arguto de um experto, ele selecionou a força de trabalho e os meios de produção adequados a seu negócio, seja ele a fiação, seja a fabricação de botas etc. Nosso capitalista põe-se, então, a consumir a mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, isto é, faz com que o portador de força de trabalho, o trabalhador, consuma os meios de produção mediante seu trabalho (MARX, 2017, p. 262).

O autor também chama a atenção para o fato de que o capitalista, ao ir no mercado, compra de forma justa a mercadoria força de trabalho, portanto, segundo as leis do mercado, por isso o seu consumo pertence a ele. Em síntese, ele comprou de forma justa e pode utilizá-la como quiser.

O capitalista paga por exemplo, o valor da força de trabalho por um dia. Portanto, sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria – por exemplo, um cavalo – que ele aluga por um dia, pertence-lhe por esse dia. Ao comprador da mercadoria pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho, ao ceder seu trabalho, cede, na verdade, apenas o valor de uso por ele vendido (MARX, 2017, p. 262).

A partir disso, no momento que o trabalhador vende o valor de uso de sua força de trabalho ao capitalista, seu consumo passa a lhe pertencer, como reforça Marx (2017, p. 262):

A partir do momento em que ele entra na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, seu uso, o trabalho, pertence ao capitalista.

Destacamos também, a explicação tecida pelo teórico alemão em relação ao produto resultante do processo de produção, que passa a pertencer ao capitalista, já que resulta do consumo das mercadorias compradas por ele: meios de produção e força de trabalho.

Mediante a compra da força de trabalho, o capitalista incorpora o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos que constituem o produto e lhe pertencem igualmente. De seu ponto de vista, o processo de trabalho não é mais do que o consumo da mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, que, no entanto, ele só pode consumir desde que acrescente os meios de produção. O processo de trabalho se realiza entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem (MARX, 2017, p. 262).

Como já abordamos, é preciso considerar o objetivo do capitalista nesse processo, pois ele tem claras intencionalidades, não só relacionadas ao valor de uso, mas também ao valor de troca. No entanto, a sua satisfação não se efetiva apenas na troca, é necessário que, na produção, o valor da mercadoria resultante seja maior do que o valor que foi empregado no início de sua produção, com a compra de meios de produção e força de trabalho. Em síntese, ele precisa obter mais valor do que aquele que investiu inicialmente, ou seja, ao final ele deve obter o mais-valor, ou a mais-valia.

Primeiramente, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, isto é, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Em segundo lugar, quer produzir uma mercadoria cujo o valor dessa mercadoria seja maior do que a soma do valor das mercadorias requeridas para sua produção, os meios de produção e a força de trabalho, para cuja compra ele adiantou seu dinheiro no mercado (MARX, 2017, p. 263).

A questão central é: como a obtenção de mais-valor se efetiva ao final? Destaca-se que outros elementos importantes vão se delineando e percebemos que, para se tornar capitalista, não basta apenas ter o dinheiro e ir ao mercado comprar meios de produção e força de trabalho. O capitalista precisa utilizar as mercadorias adquiridas na circulação de modo adequado, pois é isso que vai determinar a relação tipicamente capitalista a ser estabelecida na esfera da produção.

A passagem da esfera da circulação, em que há uma relação de igualdade, à esfera da produção, em que ocorre a exploração da força de trabalho, é ironicamente descrita pelo autor:

O antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como capitalista, e o

possuidor de força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar de importância, confiante e ávido por negócios; e o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da ... esfolada (MARX, 2017, p. 251).

Somos impelidos assim a mergulhar na esfera da produção, porque: “O consumo da força de trabalho, assim como o consumo de qualquer outra mercadoria, tem lugar fora do mercado, ou da esfera da circulação” (MARX, 2017, p. 250).

Ao tratar da produção de capital, um primeiro exercício empreendido por ele, no item 2 “O Processo de valorização”, Capítulo 5 d’*O Capital*, é desvelar que a produção não está localizada no processo da compra das mercadorias força de trabalho e meios de produção. De forma hipotética, utilizamos um exemplo simples. O capitalista vai ao mercado e compra 6 horas de força de trabalho e 6 horas de meios de produção, dessa forma, se o consumo dessas mercadorias se der em 6 horas de produção, esse processo vai resultar em 12 horas, ou seja, 6 horas+6 horas =12 horas. Percebe-se que esse ato não resultou em produção de mais-valor, pois o valor investido inicialmente permaneceu igual. Marx (2017) ilustra esse processo através da fórmula D-M-D (Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro).

Ele descreve esse processo de produção de valor, que se distingue da produção de mais-valor, por meio da frustração que isso geraria para o capitalista, já que não obteve a produção de capital.

Nosso capitalista fica perplexo. O valor do produto é igual o valor do capital adiantado. O valor adiantado não se valorizou, não gerou mais-valor e, portanto, não se transformou em capital (MARX, 2017, p. 267).

Avançando nas explicações tecidas por ele, e com base na teoria do valor já analisada, fica evidente que os meios de produção não criam mais-valor, pois eles apenas contêm trabalho objetivado, trabalho morto. Já está comprovado, também, que o processo de valorização não se dá no ato da compra da mercadoria força de trabalho, mas que ela é a única mercadoria capaz de produzir valor, por isso o segredo da valorização é desvelado em seu consumo.

Para detalhar esse processo, mantemos o exemplo já utilizado. O capitalista vai ao mercado e compra 6 horas de meios de produção e mais 6 horas de força de trabalho, mantendo o movimento anteriormente descrito. Nesta altura da explicação já está claro que o segredo da valorização não está na compra, mas no consumo da força de trabalho. Para ocorrer a produção de mais-valor o fato é que o trabalhador

encontra na oficina os meios de produção necessários não para um processo de trabalho de 6 horas, mas de 12 horas. Sendo assim, o capitalista paga ao trabalhador por 6 horas, no entanto, dadas as condições para o seu consumo, ele não extrai 6 horas, mas 12 horas.

Nas condições descritas, o justo valor pago ao trabalhador no mercado por sua força de trabalho é de 6 horas, mas no consumo dessa mercadoria, ele não produziu apenas por 6 horas, mas sim por 12 horas. O resultado final, portanto, não é de 12 horas, mas de 18 horas, sendo que as 6 horas excedentes foram obtidas do consumo da força de trabalho, se constituindo em mais-valor, portanto, em capital.

O segredo da produção de capital é, finalmente, revelado por Marx (2017). Esse processo é detalhado em sua lógica interna de funcionamento, a partir da venda da força de trabalho, estendendo-se a seu consumo efetivo:

[...] o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Ele não pode obter um sem abrir mão do outro. O valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, pertence tão pouco a seu vendedor quanto o valor de uso do óleo pertence ao comerciante que o vendeu. O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia de força de trabalho; a ele pertence, portanto, o valor de uso dessa força de trabalho durante um dia, isto é, o trabalho de uma jornada. *A circunstância na qual a manutenção diária da força de trabalho custa apenas meia jornada de trabalho, embora a força de trabalho possa atuar por uma jornada inteira, e, conseqüentemente, o valor que ela cria durante uma jornada seja o dobro de seu próprio valor diário –tal circunstância é, certamente, uma grande vantagem para o comprador, mas de modo algum uma injustiça para com o vendedor* (MARX, 2017, p. 270, grifos nossos).

É preciso ressaltar ainda que a produção de mais-valor requer, portanto, a articulação orgânica entre a força de trabalho e os meios de produção, pois:

[...] a produção do capital só se realiza na medida em que o capitalista consome o valor de uso da força de trabalho, o que só ocorre sob a condição de a força de trabalho consumir o valor de uso dos meios de produção, quer dizer, quando se estabelece a articulação orgânica entre a força de trabalho e os meios de produção (TUMOLO, 2019, p. 45).

É possível afirmarmos, portanto, que a produção de mais-valor ocorre durante a jornada de trabalho e esta, por sua vez, se desdobra em duas partes: tempo de trabalho necessário (valor que o trabalhador recebe pelo seu salário) e tempo de trabalho excedente (valor excedente, apropriado pelo capitalista), que resulta na taxa de mais-valia. Marx elucida assim como ocorre a transformação do dinheiro investido pelo capitalista, ao comprar a força de trabalho no mercado, em capital. Esse

processo, o teórico ilustra por meio da fórmula D-M-D' (Dinheiro – Mercadoria - Dinheiro + lucro).

Revela-se, por conseguinte, como a força de trabalho no âmbito da produção de capital se configura como uma mercadoria especial, já que é a única que cria mais-valor.

Ela não só reproduz o equivalente de seu próprio valor, como produz um excedente, um mais-valor, que pode variar, sendo maior ou menor de acordo com as circunstâncias (MARX, 2017, p. 286).

No processo de produção, o que ocorre é que o consumo da força de trabalho em um processo prolongado além do próprio valor que ela contém, cria o mais-valor para o capitalista e, assim, o dinheiro adiantado por ele na circulação se converteu em capital, desvendando-se o segredo da produção capitalista.

Ao transformar o dinheiro em mercadorias, que servem de matérias para a criação de novos produtos ou como fatores do processo de trabalho, ao incorporar força viva de trabalho à sua objetividade morta, o capitalista transforma o valor – o trabalho passado, objetivado, morto – em capital, em valor que se autovaloriza, um monstro vivo que se põe a 'trabalhar' como se seu corpo estivesse possuído de amor (MARX, 2017, p. 271).

Após se efetivar o processo de produção das mercadorias, o capitalista volta ao mercado para vendê-las por seu justo valor e, agora, consegue lucrar a partir do que investiu inicialmente, pois extraiu do processo de produção o mais-valor, que aparece em forma de mais dinheiro do que aquele que investiu inicialmente (D').

Um elemento a salientar é que Marx (2017) chama a atenção para a necessidade de que esse dinheiro novamente se converta em capital, pois ele não pode ser utilizado apenas como meio circulante, nem para satisfazer o consumo, obtendo-se valores de uso; ele também não pode simplesmente ser acumulado, pois isso configura o entesouramento e, nas duas situações, retira-se o dinheiro da esfera da circulação e não há a continuidade de produção de mais-valor, necessária para a produção de capital.

Para o processo de produção de capital permanecer, o capitalista precisa reinvestir o mais-valor retirado na produção, novamente em forma de dinheiro (D'), para gerar o D'', e assim sucessivamente, pois o objetivo do capitalista é produzir mais-valor e, conseqüentemente, o lucro incessante.

Especificando melhor, após efetivar a venda da mercadoria e obter o lucro, o

capitalista deve iniciar o processo novamente, retornando na esfera da circulação, comprando as mercadorias meios de produção e força de trabalho, para realizar novamente o processo de produção, tendo em vista que, conforme explicado, o mais-valor é gerado pelo consumo da mercadoria força de trabalho. Esse movimento deve se dar sucessivamente, de modo insaciável, pois essa é a natureza do capital.

Nesse sentido, capital é movimento, não pode haver um ponto final, é constante a necessidade de valorização do valor. Por isso, ao finalizar um processo de produção de mais-valor, deve-se iniciar outro, de modo incessante, o que caracteriza a relação social do capital. O caminho percorrido por Marx nos revela, portanto, as distinções entre o processo de circulação de mercadorias e o processo de produção de mais-valor.

A forma direta de circulação de mercadorias, $M — D — M$, transmuta-se na fórmula geral do capital, $D — M — D'$. A primeira forma, a da circulação simples, tem como objetivo a troca de mercadorias, intermediada pelo dinheiro, que se transformam para seus oponentes em valores de uso e, dessa maneira, satisfazem suas respectivas necessidades, saindo da esfera da circulação. Na segunda forma, ao contrário, parte-se de um montante em dinheiro, compra-se e vende-se mercadoria, com a finalidade de, ao final do processo, obter-se mais dinheiro, ou mais valor (mais-valia), com relação àquele inicial, mantendo-se e reforçando-se, assim, a esfera da circulação. *De fato, “ $D — M — D'$ é a fórmula geral do capital, como aparece diretamente na esfera da circulação”* {Marx, 1983, p. 131; grifos meus}. *Não se trata, todavia, do lucro isolado, mas do incessante e insaciável movimento de ganho, de valorização do valor* (TUMOLO, 2005, p. 243, grifos nossos).

Em seu constructo teórico, Marx (2017) constatou que, a compra da força de trabalho, consumida a partir de uma jornada de trabalho, visa à extração da mais-valia, mediada pela sua exploração, sendo dessa forma parte constituinte do modo de produção capitalista; para se reproduzir, o capital necessita desse processo. A força de trabalho é, portanto, a mercadoria especial capaz de produzir mais-valor ou mais-valia e, assim, capital.

Além disso, é possível identificar que Marx (2017), ao tratar do trabalho na sociedade capitalista, configura-o de modo particular, conforme o conteúdo expresso em *O Capital*. Tumolo (2019) apresenta uma síntese importante do caminho realizado pelo teórico para desvelar o trabalho como produtivo de capital, com a qual coadunamos, de acordo com a nossa trajetória de estudos construída até o momento. É possível afirmar que:

[...] o trabalho concreto (valor de uso) está subsumido pelo trabalho abstrato

(valor) que, por sua vez, está subsumido pelo trabalho produtivo (mais-valia). Assim, se confirma, nesta sociedade, o papel central da classe trabalhadora não só na criação de valores de troca e de valor, mas fundamentalmente, como produtora de mais-valia e de capital (TUMOLO, 2019, p. 38).

Percebe-se também, que o conteúdo tratado no Capítulo 1 d'*O Capital*, conforme apresentamos no item anterior (trabalho concreto, valor de uso, trabalho abstrato e valor), se faz necessário para compreender a mercadoria força de trabalho e o processo de produção de capital. Portanto, novamente ressaltamos que, ao abdicar do caminho realizado pelo teórico, corre-se o risco de não desvelar a determinação capitalista.

Conforme explica Tumolo (2016, p. 36):

A produção de mais-valia e de capital é a razão última deste modo de produção e por isso o trabalho produtivo determina tanto o trabalho abstrato como o trabalho concreto. Trabalho produtivo é, portanto, a categoria analítica fundamental.

Além disso, para o autor supracitado, é somente percorrendo os conteúdos presentes nos Capítulos 1 a 5 d'*O Capital* de Marx que é possível distinguir o processo simples de trabalho do processo de produção de valor, até se chegar à compreensão do processo de produção de capital.

Somente no final do capítulo V é que se pode perceber com mais clareza a razão pela qual Marx só lograria explicar o processo de trabalho, na sua especificidade, diferenciando-o do processo de formação de valor e do processo de valorização, se fizesse aquela digressão na evolução da exposição de seus argumentos, ou melhor, aquela inversão metodológica presente na primeira parte do capítulo V. Por este motivo é que lança mão de categorias genéricas, inclusive as de trabalho em geral e trabalho produtivo em geral. Depois de ressaltar as especificidades e distinções entre os três processos, o autor busca estabelecer conexões entre eles, compreendendo o processo de produção de mercadorias como unidade entre processo de trabalho e processo de formação de valor e, diferentemente, o processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias, como unidade do processo de trabalho e do processo de valorização. Este último, cujo escopo é a produção de capital, distingue-se do anterior, que tem como finalidade a produção apenas de mercadorias. Ambos se diferenciam do processo simples de trabalho, uma vez que este objetiva a produção somente de valor de uso, de riqueza e, por isso, não pressupõe nenhum dos outros dois processos. O processo de produção de mercadorias implica o processo de trabalho, mas não o processo de produção capitalista, e este, por sua vez, pressupõe os outros dois processos (TUMOLO, 2005, p. 250).

A partir do caminho empreendido até aqui e da base teórica construída, temos condições de realizar as análises sobre a categoria trabalho nas produções

selecionadas do Serviço Social brasileiro sobre condições de trabalho da última década (2010-2020). Torna-se possível, inclusive, identificar e problematizar se, na produção selecionada, os pesquisadores conseguiram avançar em suas análises com base nessas categorias marxianas.

Antes de iniciar o diálogo com essas produções, todavia, além do conteúdo já apresentado em relação à categoria trabalho a partir da obra *O Capital* de Marx, um outro elemento se tornou importante abordar, tendo em vista sua presença nos mais diversos estudos da categoria trabalho sob a perspectiva marxista. Trata-se da distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, que abordamos no próximo item. É somente após a elucidação dessa questão que temos condições para, na seção cinco, apresentar as nossas análises críticas da produção do Serviço Social selecionada.

4.3.4. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo

A questão sobre a distinção entre “trabalho produtivo” e “improdutivo” é uma problemática identificada e tratada em vários estudos que partem da categoria trabalho sob a perspectiva marxista. Nas produções selecionadas para as nossas análises essa questão surgiu, já que os/as assistentes sociais são trabalhadores/as e tanto se inserem em instituições capitalistas, como também nas que estão vinculadas ao âmbito do Estado.

Como estamos construindo uma base teórica para tratar da categoria trabalho, sob a perspectiva marxista, a partir da obra *O Capital*, de Marx, entendemos ser fundamental apresentar o nosso ponto de partida acerca de tal questão.

Tumolo e Fontana (2008) afirmam que, para compreender o conceito de trabalho produtivo, é preciso entender o percurso que Marx realiza em *O Capital*, até chegar à síntese sobre aquele que produz mais-valia e, conseqüentemente, capital. Os autores chamam a atenção para o fato de que:

O conceito de trabalho produtivo, portanto, não se refere aos aspectos concernentes ao trabalho concreto – trabalho do metalúrgico, do camponês, do palhaço, do professor, do homem, da mulher, trabalho manual ou intelectual, etc. –, ou às características do valor de uso que foi produzido – se tem ou não uma ‘forma corpórea’, se é automóvel, arroz, entretenimento, ensino, etc. –, se serve para satisfazer esta ou aquela necessidade – do estômago ou da fantasia. Também não diz respeito aos setores de atividade econômica: primário, secundário ou terciário, como é o caso do setor de serviços. Esses elementos, pertencentes ao processo de trabalho, não

permitem, em absoluto, a compreensão de trabalho produtivo, uma vez que este é, necessariamente, trabalho referente ao processo de produção de capital. Isso significa dizer que o trabalho produtivo está presente em toda e qualquer relação de produção capitalista, não importando se se trata de uma empresa agrícola, fabril ou uma empresa escolar, se a mercadoria produzida é soja, robô ou ensino (TUMOLO; FONTANA, 2008, p. 166-167).

Os autores supracitados, também chamam a atenção em seu estudo para o fato de que, nem todos os trabalhadores inseridos nesta sociedade são produtivos de capital. Eles esclarecem que “[...] nem todo trabalhador assalariado é produtor de capital, apesar de todo trabalhador produtivo ser assalariado” (TUMOLO; FONTANA, 2008, p. 167). Compreender essa afirmação requer aprofundar nossas análises.

Com base nas explicações já apresentadas em relação à produção do mais-valor, recuperamos Marx (2017, p. 270), por apresentar de forma contundente a distinção entre o valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho: “O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são duas grandezas distintas”.

O primeiro exercício analítico para essa compreensão é a distinção entre os processos de formação de valor e o processo simples de trabalho:

[...] compararmos o processo de formação de valor com o processo de trabalho, veremos que este último consiste no trabalho útil, que produz valores de uso. O movimento é, aqui, considerado qualitativamente, em sua especificidade, segundo sua finalidade e conteúdo. Mas o mesmo processo de trabalho se apresenta, no processo de formação de valor, apenas sob seu aspecto quantitativo. Aqui, o que importa é apenas o tempo que o trabalho necessita para a sua operação, ou o período durante o qual a força de trabalho é despendida de modo útil. [...] o trabalho só importa por sua medida temporal (MARX, 2017, p. 271- 272).

O movimento apresentado pelo teórico em relação ao processo de trabalho e ao processo de formação de valor necessita ser conhecido, pois ambos são diferentes. Percebemos que o processo de trabalho se refere ao trabalho útil, concreto, que produz valor de uso. Quando se remete ao processo de formação de valor, o conteúdo do trabalho concreto deve ser abstraído, para chegar ao conteúdo da categoria trabalho abstrato (trabalho indiferenciado), que tem como sua medida o tempo médio socialmente necessário.

Ao tratar da força de trabalho, do valor e da valorização em relação ao processo de trabalho, o teórico destaca que não se trata da mesma relação. A formação de valor se distingue da valorização no âmbito do processo de trabalho, já que a primeira

não tem por finalidade produzir mais-valia a partir o tempo excedente, enquanto que a segunda visa justamente esse objetivo. Esse fundamento também possibilita a compreensão de que, um mesmo trabalho concreto, desenvolvido em diferentes esferas, pode produzir ou não mais-valia, pois o que os distingue não é a sua atividade fim, ou o conteúdo material produzido, mas sim a relação que se estabelece.

Nesse sentido, o fundamento está localizado na distinção entre o processo de formação de valor, que não é necessariamente o de valorização, apesar de ambos serem constituídos por um mesmo processo de trabalho. Nesse caso, as grandezas é que se distinguem, de acordo com a relação de produção que se estabelece.

Como uma forma possível de exemplificar, recuperamos Tumolo e Fontana (2008), ao caracterizarem a condição dos docentes, que estão entre aqueles que são assalariados, ou seja, vendem a sua força de trabalho. Essa condição, todavia, é insuficiente para analisar sua determinação sob o capital. Isso porque há os que são trabalhadores do Estado capitalista e os que vendem a força de trabalho para empresas capitalistas, ou seja que geram mais-valia.

Apesar de desempenharem o mesmo trabalho concreto, quer dizer, de executarem o mesmo processo de trabalho, os trabalhadores docentes apontados anteriormente participam de relações sociais de produção diferentes (TUMOLO; FONTANA, 2008, p. 167).

Não é o processo de trabalho – trabalho concreto – que diferencia os trabalhadores, pois este é o mesmo. Ou seja, tanto os professores das empresas capitalistas quanto os que estão inseridos no Estado realizam o mesmo trabalho concreto, ou seja, dar aulas. Os elementos que os distinguem são as relações de produção nas quais estão inseridos, que são diferentes.

Os trabalhadores que vendem a sua força de trabalho ao Estado capitalista não geram mais-valia, portanto, não produzem capital. Já o docente que vende a sua força de trabalho às empresas capitalistas, explicam Tumolo e Fontana (2008, p. 172)

[...] encontra sua identidade, como classe, com os 'outros' trabalhadores proletários, e não com seus companheiros trabalhadores docentes vinculados a outras relações de produção que não a capitalista.

Nesse sentido, a identidade, ou seja, o desenvolvimento do processo de trabalho, ou ainda, o trabalho concreto dos professores assalariados, é igual, pois produzem o ensino como valor de uso. Entretanto, o que os distingue é a relação de

produção em que estão inseridos, se produzem ou não mais-valia e, portanto, capital.

Partimos desse entendimento para tratar especificamente sobre os/as trabalhadores/as assistentes sociais, já que estão inseridos no modo produção capitalista, vendem a sua força de trabalho em troca de salário, tanto para instituições privadas, como também para as que estão inseridas no âmbito do Estado.

Concebemos que não é o trabalho concreto realizado por esses/as profissionais que definem o fato de serem ou não produtivos, mas sim a relação social estabelecida, se ela gera ou não mais-valia, ou se produz ou não capital. Delineada a nossa compreensão apreendida da obra *O Capital*, temos condições agora de estabelecer o diálogo crítico com a produção selecionada nesta pesquisa.

Antes disso, realizando a síntese do caminho empreendido nesse estudo até aqui, destacamos a inserção da teoria marxista no Brasil e no Serviço Social, levando em consideração os limites e desafios presentes. Abordamos também a centralidade da categoria trabalho sob a perspectiva marxista presente no Serviço Social brasileiro. Apresentamos, então, as pesquisas selecionadas, com as quais serão empreendidas nossas análises, identificando como os/as autores/as apresentam a categoria trabalho, respeitando os seus movimentos analíticos. Isso tornou possível identificar que não há uma unidade de compreensão e que as categorias são muitas vezes citadas sem a abordagem de seus conceitos e de suas articulações internas, como se houvesse um consenso em relação à sua compreensão.

Nesta seção, nos dedicamos então a tratar do percurso realizado por Marx sobre a categoria trabalho, justificando no primeiro momento a necessidade do uso da obra *O Capital*, por conta do próprio processo de investigação do teórico e por constituir-se em obra mais completa e madura. Além disso, destacamos que não adianta somente lançar mão dessa obra, mas que é indispensável fundamentalmente apropriar-se do seu universo categorial, para não correremos o risco de não desvelar a determinação capitalista sobre a categoria trabalho.

Empreendemos assim o desafio de construir uma base teórica em relação à categoria trabalho presente na obra *O Capital*. Para isso realizamos o esforço de apreender o caminho construído por Marx, distinguindo o processo simples do processo de produção de valor, que por sua vez se diferencia do processo de produção de mais-valor. Chegamos assim às considerações de que o trabalho em geral ocorre em qualquer relação social, pois é uma necessidade humana, portanto, também ocorre na capitalista.

Entretanto, o trabalho concreto está subsumido ao trabalho abstrato, que por sua vez, está subsumido ao trabalho produtivo de capital. Marx (2017) explica que, para chegar ao processo de produção de mais-valor, necessariamente precisa ter produção de valor. Nesse percurso, o teórico destaca a necessidade de realizar o movimento de abstração do conteúdo do trabalho concreto para o entendimento da categoria trabalho abstrato que, por sua vez, é o conteúdo do valor, para só então apreendermos a categoria trabalho produtivo de capital, que resulta na produção de mais-valor. Dessa forma,

[...] se compararmos o processo de formação de valor com o processo de valorização, veremos que este último não é mais do que um processo de formação de valor que se estende para além de certo ponto. Se não ultrapassa o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, ele é simplesmente um processo de formação de valor. Se ultrapassa esse ponto, ele se torna processo de valorização (MARX, 2017, p. 271).

Após essas ponderações, abordamos também a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo de capital, sendo que o que os determina é a relação social estabelecida, de produção ou não de mais-valia, portanto, de capital.

Dessa forma, munidos desse arsenal, na próxima seção apresentamos as análises críticas sobre a apropriação ou a referenciação da categoria trabalho sob a perspectiva marxista, nas produções sobre condições de trabalho da última década (2010-2020) no Serviço Social brasileiro.

5. ANÁLISE CRÍTICA DO USO DA CATEGORIA MARXIANA TRABALHO NAS PRODUÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO (2010-2020)

A continuidade do desenvolvimento da pesquisa articula-se ao caminho já traçado, no qual apresentamos na segunda seção considerações da relação entre o Serviço Social e sua vinculação com a teoria marxista, além de abordarmos a categoria trabalho na produção científica do Serviço Social brasileiro, ressaltando os desafios postos à teoria marxista na atualidade. Na terceira seção, destacamos a produção selecionada da última década (2010-2020), sobre condições de trabalho do Serviço Social brasileiro, abordando as primeiras aproximações em relação ao uso e referência da categoria marxiana trabalho, para realizar uma análise crítica posterior. Para isso, na seção quatro construímos nossa compreensão acerca dos fundamentos em relação à categoria trabalho, a partir da obra *O Capital* de Marx (2017), que servirá de aporte para as análises que serão agora empreendidas e apresentadas nesta seção.

A construção dos fundamentos apresentados na seção 4 desta tese tornou possível e viável estabelecermos um diálogo crítico com as produções selecionadas, apresentadas na seção 3. O desafio nesta seção, portanto, é analisarmos e problematizarmos, de forma crítica, o uso da categoria trabalho sob a perspectiva marxista nas produções da última década (2010-2020) do Serviço Social brasileiro, que tratam sobre suas condições de trabalho.

O intuito é contribuir para o avanço da compreensão dessas categorias, pois a teoria tem desdobramentos práticos, no âmbito da ação política. Por isso justificamos a importância da discussão, a fim de auxiliar na tarefa teórica e social de municiar os assistentes sociais de elementos conceituais necessários para uma adequada compreensão da realidade social. Acredita-se que esse movimento teórico é imprescindível para fortalecer as lutas e enfrentamentos desses profissionais e de toda a classe trabalhadora.

Esta seção está organizada em três momentos. O primeiro, se constitui em apresentar o diálogo com os pesquisadores da produção selecionada sobre condições de trabalho da última década (2010-2020), apresentadas na seção 3 desta tese, caracterizando e problematizando o uso geral da categoria trabalho nessas produções.

Após esse prévio exercício analítico, analisando todas as produções selecionadas, selecionamos dentre elas 03 (três) trabalhos para dialogar com mais profundidade: Gois (2020), Camargo (2019) e Azevedo (2017). Isso porque verificamos que elas trataram da categoria trabalho com maior profundidade e, no primeiro contato, “aparentemente” se aproximaram em sua abordagem do caminho que Marx construiu em *O Capital*.

Na continuidade, no segundo momento desta seção, apresentamos uma análise crítica dessas 03 (três) produções, com a finalidade de sistematizar o processo de apropriação dos conceitos da categoria trabalho pelos/as pesquisadores/as. O esforço é para identificar se o caminho trilhado permitiu desvelar a determinação capitalista sobre essa categoria. Por fim, no último momento, sintetizamos as tendências identificadas acerca do uso da categoria trabalho sob a perspectiva marxista na produção da última década (2010-2020) do Serviço Social brasileiro sobre suas condições de trabalho.

5.1. DIALOGANDO COM OS/AS PESQUISADORES/AS SOBRE O USO DA CATEGORIA TRABALHO

Este item apresenta o diálogo estabelecido com os/as pesquisadores/as do Serviço Social brasileiro que trataram da categoria trabalho sob a perspectiva marxiana em suas produções sobre condições de trabalho na última década (2010-2020). Para que possamos compreender o conteúdo apresentado, na seção 3 desta tese, após realizada a seleção da produção a ser analisada, apresentamos como os pesquisadores trataram da categoria marxiana. Ficou para esse momento, portanto, o desafio de realizar um exercício analítico sobre esse conteúdo, tendo como fundamento a base teórica construída na seção 4.

Em específico, as pesquisas empreendidas que resultaram na construção e apresentação dos conteúdos expressos na seção 4 desta tese nos permitem afirmar que Marx, em suas obras, construiu universos categoriais distintos. A nossa opção foi centralizar a construção da nossa base teórica fundamentada em *O Capital*, tendo em vista que, como já elucidado, trata-se da obra de maior envergadura escrita pelo teórico. As nossas análises sobre a categoria trabalho partem, assim, desse universo categorial.

Como já apontado, na sistematização das pesquisas apresentadas na seção 3

desta tese, uma primeira aproximação demonstrou que a maioria dos trabalhos realizados na última década (2010-2020) pelo Serviço Social brasileiro, que trataram das condições de trabalho, pautados na perspectiva marxista, citam Marx em suas fontes originais e autores/as do campo marxista. Sobre a categoria trabalho, foi citada e apresentada das mais variadas formas, apontando que não há uma unidade em sua compreensão por parte dos/das assistentes sociais, mesmo estando todas situadas na perspectiva, marxista.

Na produção selecionada (apresentada na seção 3), diversas categorias presentes no âmbito marxista foram citadas, em alguns momentos aprofundados os conceitos, em outros não. Destacamos: trabalho em geral, trabalho concreto e trabalho abstrato, trabalho alienado, trabalho produtivo/improdutivo, entre outras.

Um primeiro elemento a salientar, é que ficou representado, de certa forma, na última década (2010-2020), o esforço dos/das pesquisadores/as assistentes sociais em tratar a categoria trabalho remetendo-se aos fundamentos marxistas. De forma “aparente”, essa constatação até pode indicar um aprofundamento da categoria profissional em relação à teoria marxista, no que se refere à temática “trabalho”. Entretanto, consideramos essa constatação insuficiente para tal afirmação.

Em nossa compreensão é preciso avançar nas análises e nos seus entendimentos. Dessa forma, foram questões norteadoras para empreender nosso diálogo crítico presente nesta seção: Como a categoria marxiana trabalho vem sendo utilizada na produção selecionada? Como ocorre a sua apropriação? Por quais obras ou autores? São tratadas de forma isolada? Leva-se em consideração o caminho teórico-metodológico que Marx constrói sobre a categoria trabalho em *O Capital*?

Realizando um resgate, conforme fundamentos apresentados na seção 4. Marx trata da categoria trabalho, na obra *O Capital*, a partir de um percurso teórico-metodológico, composto por movimento de abstração entre as categorias: trabalho em geral, trabalho concreto e trabalho abstrato, até compreender o trabalho produtivo de capital. Não só isso, distingue o processo simples de trabalho do processo de produção de valor, que, por sua vez, se diferencia ainda do processo de produção de mais-valor.

A partir do caminho de pesquisa que percorremos até aqui, advogamos que, somente partindo dessa análise, através do seu conjunto de elementos, pode ser possível compreender a categoria trabalho sob a determinação capitalista. Cabe uma observação importante nesse momento, para esclarecer o fato de que esperamos que

essa pesquisa não se encerre e nem esgote o tema, mas que provoque o surgimento de novos diálogos críticos sobre a temática.

Destacamos, também, um alerta aos pesquisadores das produções que selecionamos para a realização das análises. O nosso esforço é de que os resultados apresentados por essa pesquisa não sejam tratados de forma individual e pessoal, pois nosso foco são as ideias desenvolvidas e veiculadas nas pesquisas selecionadas.

Entendemos ser imprescindível, e necessário, levar em consideração o processo de construção em relação à teoria marxista no Brasil. É fato que as apropriações não estão isoladas do processo sócio-histórico de construção. Conforme problematizados, na seção 2 desta tese, destacamos que os próprios acontecimentos presentes na história brasileira, especificamente durante o período ditatorial de 1964-1985, colocaram limites e consequências para a apreensão da teoria marxiana, que são vivenciadas ainda na atualidade.

Para que se possa estabelecer um diálogo crítico com os pesquisadores, no próximo item serão apresentadas as várias formas de uso da categoria trabalho.

5.1.1. O uso da categoria trabalho pelo Serviço Social brasileiro nas produções da última década (2010-2020) sobre suas condições de trabalho

Conforme já destacamos, para desvelar as condições de trabalho dos/das assistentes sociais é preciso levar em consideração a determinação capitalista e, portanto, a categoria trabalho sob ela. Não há como ultrapassar a aparência dos fenômenos que incidem sobre as condições de trabalho na atualidade, sem desvelar a relação de produção capitalista, pois ela determina o trabalho e suas condições nessa sociedade.

Sobre o uso da categoria trabalho na produção selecionada do Serviço Social brasileiro (2010-2020), conforme já mencionado, não há uma unidade em relação a sua compreensão. Ademais, ele também ocorre das mais variadas formas, por distintos caminhos e referências, podendo ser ilustrado através da síntese realizada no Quadro 4.

Quadro 4 - O uso da categoria trabalho nas produções selecionadas

	Título	Autores (as)	Categorias abordadas	Autores referenciados	Obras de Marx referenciadas
ARTIGOS	A profissão de Serviço Social e as condições de trabalho dos assistentes sociais na região de Guarapuava	PRATES, 2012	Trabalho em geral Trabalho produtivo Trabalho como mercadoria Trabalho assalariado	MARX	<i>O Capital</i>
	As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais	FAERMANN; MELLO, 2012	Trabalho concreto Trabalho abstrato Trabalho em geral Trabalho assalariado Trabalho alienado	MARX, ANTUNES, SILVA	Cita Marx, mas não referencia a obra
TESES	Processamento e proletarização do trabalho do assistente social no acirramento da crise capitalista: estudo das condições e relações de trabalho na cidade de Teófilo Otoni, Minas Gerais	CAMARGO, 2019	Trabalho em geral Trabalho abstrato Trabalho concreto Trabalho improdutivo	MARX, IAMAMOTO	<i>O Capital</i>
	Trabalho precarizado, política social e Serviço Social: elementos para a análise das condições de trabalho dos assistentes sociais na Assistência Estudantil da IFAL	GOIS, 2020	Trabalho em sua forma genérica Trabalho concreto Trabalho abstrato Trabalho assalariado Trabalho produtivo e improdutivo	ANTUNES, MARX	<i>O Capital</i>
	As condições de trabalho dos assistentes sociais na política de assistência social na administração pública municipal da sub-região oeste da Região Metropolitana de São Paulo	ALVES, 2018	Trabalho em geral, Trabalho concreto, Trabalho assalariado, alienado, fetichizado Trabalho e gênero	ANTUNES, MARX, NOGUEIRA, NETTO	<i>Manuscritos Econômicos Filosóficos</i>
	O trabalho das Assistentes Sociais do Fórum das Varas Especiais da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: tempo de trabalho, intensificação e precarização	AZEVEDO, 2017	Trabalho em geral Trabalho concreto Trabalho abstrato Trabalho produtivo Trabalho assalariado	MARX, IAMAMOTO, NETTO E BRAZ, HARVEY, DAL ROSSO, ALMEIDA E ALENCAR	<i>O Capital</i>
	Caminhos da Precarização: Crise do Capital, transformações e tendências para as condições e relações de trabalho do assistente social na Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro	SOUZA, 2016	Trabalho em geral Trabalho na sociedade capitalista Trabalho alienado Trabalho concreto	MARX, LUKÁCS, IAMAMOTO	<i>O Capital, Manuscritos Econômicos Filosóficos</i>
	Educação permanente nas práticas de saúde e assistência social no contexto da precarização do trabalho de assistentes sociais	COSTA, 2016	Trabalho assalariado Trabalho em geral Alienação	MARX, BARROCO	<i>O Capital, Manuscritos Econômicos Filosóficos</i>

Fonte: Elaborada pela autora a partir da pesquisa realizada.

O Quadro 4 apresenta uma síntese sobre o uso dos pesquisadores em relação à categoria trabalho, para tratar sobre as condições de trabalho dos/das assistentes sociais. Dos 08 (oito) trabalhos analisados, 03 (três) trataram da categoria trabalho alienado: Faermann e Mello (2012); Alves (2018) e Souza (2016). Costa (2016), por sua vez, tratou da categoria alienação.

Uma característica identificada nessas pesquisas é que elas não fazem uso somente da categoria trabalho alienado, referenciam outras também, como trabalho em geral e trabalho concreto. Especificamente, Faermann e Mello (2012), acrescentam na sua discussão a categoria trabalho abstrato. Em nenhuma dessas pesquisas é tratada ou citada a categoria trabalho produtivo.

Faermann e Mello (2012), embora tratem da categoria trabalho alienado, não citam a obra de Marx que dá centralidade a essa categoria, os *Manuscritos Econômicos Filosóficos*. Não foi possível identificarmos como os autores constroem sua argumentação, já que não citam nenhum autor. Já Alves (2018) e Souza (2016) tratam dessa categoria referenciando a obra *Manuscritos Econômicos Filosóficos*. Nas argumentações construídas por Costa (2016), a categoria alienação também ganha centralidade.

Como já apresentado na seção 4 desta tese, preconizamos que a categoria trabalho alienado em *O Capital*, Livro I, é superada por Marx. Ela foi trabalhada com centralidade na obra *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, em um universo categorial distinto de *O Capital*, inclusive, essas obras são elaboradas pelo teórico em momentos históricos distintos, portanto, com compreensões diferenciadas. N' *O Capital* o caminho por ele percorrido já estava mais avançado e, conseqüentemente, foi possível apresentar uma síntese de novos conhecimentos. Além disso, tal como apresentamos na seção 4, em os *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, Marx parte da compreensão de que o trabalho é uma mercadoria, considerando o processo de expropriação.

Já nos fundamentos apresentados em *O Capital*, Marx (2017) aprofunda os seus estudos chegando à compreensão de que a força de trabalho se constitui em principal mercadoria no modo de produção capitalista, desvelando o processo de exploração, através de suas explicações do processo de produção de mais-valor ou valorização. Além disso, o exercício analítico empreendido nessa obra em relação à

categoria trabalho, perpassa pelo movimento de compreensão e abstração das categorias: trabalho em geral, trabalho concreto e trabalho abstrato, até chegar à concepção de trabalho produtivo de capital. Reiteramos que, em nosso entendimento, é esse o caminho que permite a compreensão da categoria trabalho sob a determinação capitalista, pois permite distinguir o processo simples de trabalho dos processos de produção de valor e de mais-valor.

Sendo assim, cabe-nos refletir sobre o uso da categoria trabalho na perspectiva marxista, pelos pesquisadores apresentados, que referenciam a categoria “trabalho alienado”. Atribuímos duas possíveis causas a essa opção teórica: primeiro, pode ser que tenha tido relevância apenas para qualificar a produção como marxista. Entretanto, chamamos a atenção para o fato de que, somente citar categorias marxistas das mais variadas formas e obras, é insuficiente para desvelar a determinação capitalista, objetivo a que se propôs o teórico. Nesse sentido, reiteramos que, conforme o nosso estudo tem demonstrado, elas precisam compor um movimento de análise, tal como Marx (2017) apresenta em *O Capital*.

Segundo, consideramos também ser uma possível causa dessa característica presente nas produções sobre condições de trabalho no Serviço Social brasileiro, a própria construção sócio-histórica de interlocução da teoria marxista no Brasil, que impôs limites de acesso, estudos e compreensão das obras de Marx, inclusive, *O Capital*. Esse processo resultou em variadas consequências nas mais diversas áreas, inclusive no Serviço Social. Em específico nas produções selecionadas, destacamos os limites de compreensão tanto do caminho teórico-metodológico, como também em relação ao entendimento dos conceitos. Dessa forma, possivelmente esse processo contribuiu/contribui para a ausência de unidade em relação à compreensão das categorias marxianas e, no caso, a categoria trabalho.

Levando em consideração essas justificativas, damos sequência aos nossos estudos. Sobre construir as análises a partir do uso da categoria “trabalho alienado”, é preciso considerar que, quando se objetiva investigar sobre as condições de trabalho na atualidade, em nossa compreensão, optar por esse fundamento é equivocado.

Sendo as condições de trabalho determinadas pelo modo de produção capitalista, conhecê-las impõe a necessidade de compreendê-lo, ou seja, desvelar as leis gerais de funcionamento do capital.

Nesse sentido, o conteúdo que Marx produziu ao longo de sua trajetória nos possibilita afirmar que a categoria trabalho alienado, tratada pelo teórico na obra

Manuscrítos Econômicos Filosóficos, foi superada por categorias mais rigorosas e precisas n' *O Capital*, sendo assim equivocadamente recorreremos a ela para o desvelamento das condições de trabalho na forma social do capital.

Como já destacado, as análises tecidas por Marx sobre essa sociedade têm seu resultado mais acabado e sistematizado em *O Capital*, pois embora as outras obras tenham sido importantes em seu percurso, pois são parte do seu processo de estudos, concebemos que elas foram sendo superadas. Abrir mão do constructo empreendido pelo teórico em *O Capital* é correr o risco de construir caminhos de análises da realidade que não chegam ao entendimento da determinação capitalista, influenciando diretamente na construção de estratégias e táticas de seu enfrentamento.

Avançando nas características do uso da categoria trabalho, nas produções sobre condições de trabalho da última década (2010-2020), pelo Serviço Social brasileiro, o Quadro 4 também demonstra um elemento bastante significativo: a presença da abordagem da categoria trabalho em geral na totalidade dos trabalhos.

Na esteira de construção das análises sobre as características do uso da categoria trabalho em geral, em nenhuma das pesquisas que a abordam ela é tratada de forma isolada, pois os pesquisadores procuraram articulá-la com outras categorias, das mais variadas formas. Chamamos a atenção, por exemplo, para Faermann e Mello (2012), que perpassam pelas categorias: trabalho em geral, trabalho alinhado, trabalho concreto e trabalho abstrato, não avançando para a categoria trabalho produtivo de capital. Ao tratar das categorias marxianas trabalho concreto e abstrato, referenciam Marx, e discutem o Serviço Social, afirmando que se trata de um trabalho concreto, ao apresentarem suas características particulares. Também atribuem a esse trabalho um caráter abstrato, justificando que se trata de um trabalho mediado no âmbito da troca e consumo de mercadorias. Em nossa compreensão, Faermann e Mello (2012) cometem um equívoco, pois, tal como já tratamos, Marx (2017) especifica que para compreender a categoria trabalho abstrato e a troca de mercadorias, torna-se imprescindível o entendimento da categoria valor.

Já Alves (2018) faz uso em conjunto da categoria trabalho em geral com as categorias trabalho alienado, trabalho concreto, trabalho assalariado e trabalho fetichizado, referenciando Marx, especificamente, a obra *Manuscrítos Econômicos Filosóficos*, e autores do campo marxista, como Antunes, Nogueira e Netto.

Sobre a produção de Alves (2018), também incluiu no debate da categoria

trabalho a questão de gênero, diferenciando o trabalho realizado por homens e mulheres, destacando o seu processo desigual. Sobre essa temática, muitos são os estudos da atualidade que a abordam. Entretanto, segundo o referencial que construímos na seção 4, essas características dizem respeito ao conteúdo particular do trabalho, portanto, ao trabalho concreto e, para avançar na compreensão da determinação capitalista, uma condição requerida é justamente abstrair esses conteúdos, para chegarmos então à categoria trabalho abstrato, caracterizada pelo trabalho indiferenciado. Ou seja, é esse fundamento que o teórico trata para o entendimento da produção de valor e, conseqüentemente, também de mais-valor. Destacamos que os elementos particulares, dentre eles a distinção do trabalho entre homens e mulheres, não influenciam no valor da força de trabalho, pois o valor leva em consideração, segundo Marx (2017), a média social de trabalho humano indiferenciado, o trabalho abstrato.

Souza (2016), por sua vez, referencia Marx, em específico as obras *O Capital* e *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, além de autores do campo marxista, como Lukács e Yamamoto. Também trata da categoria trabalho em geral em conjunto com a compreensão de trabalho na sociedade capitalista, trabalho alienado e trabalho concreto.

Conforme já destacado, o uso da categoria marxiana trabalho em geral se faz presente nas produções selecionadas, mas não isento de problemas. Evidenciamos que nas 03 (três) produções: Faermann e Mello (2012), Souza (2016) e Alves (2018), em conjunto com o uso da categoria trabalho em geral, na construção de seus argumentos, referenciam também a categoria trabalho alienado. Conforme já apresentado, essa categoria faz parte de um universo categorial específico de Marx, ou seja, a sua centralidade está na obra *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, e esta possui limites.

Sendo assim, o que se revela é que os autores apresentam uma característica no trato do constructo de Marx, que é a de “misturar” os conteúdos de suas obras, e, conforme já destacamos, as obras representam variados momentos de compreensão e, conseqüentemente, universos categoriais distintos. Faermann e Mello (2012), por exemplo, tratam das categorias trabalho concreto e abstrato, apontando um avanço no trato das categorias marxianas, embora apresentem limites de compreensão. Além disso, também referenciam a categoria trabalho alienado em conjunto com elas, representando essa “mistura”, já que, conforme destacamos a categoria “trabalho

alienado” pertence a um universo categorial do teórico distinto a obra *O Capital*. No que se refere ao tratamento das categorias trabalho concreto e abstrato, mesmo referenciando Marx, percebemos um equívoco na compreensão da categoria trabalho abstrato, tal como já apresentamos anteriormente. Além disso, não tratam em seu estudo da categoria trabalho produtivo de capital, o que impede de desvelar a determinação capitalista sobre o trabalho.

Já em relação às outras pesquisas que tratam da categoria trabalho em geral, as características são diversas. Prates (2012), por exemplo, referencia *O Capital* e trata essa categoria em conjunto com o trabalho produtivo, apresentando a compreensão de que o trabalho se exterioriza como mercadoria. Especificamente em relação à sua referência de trabalho como mercadoria, demonstra uma tendência em sua análise de se amparar na compreensão que Marx realiza na obra *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, em que essa concepção se fazia presente, embora não faça referência a essa obra, o que demonstra um equívoco em sua leitura.

Conforme demonstramos na seção 4, a compreensão de Marx na obra *Manuscritos Econômicos Filosóficos* é do trabalhador como mercadoria, e não da força de trabalho, o que fica superado n’*O Capital*. Esse entendimento implica nos resultados das análises de realidade, bem como na construção de estratégias de enfrentamento. Nesse sentido, Tumolo (2019, p. 32) adverte sobre a importância da referência à obra *O Capital* em detrimento dos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, já que Marx avança de uma obra para outra, não só nos seus conhecimentos, como também na própria análise de realidade.

Não obstante, a principal razão da escolha de *O Capital* em relação aos *Manuscritos* é de ordem eminentemente política. Por que Marx dedicou grande parte de sua vida político-intelectual, com custos altíssimos, inclusive pessoais, para a apreensão da base material do sistema capitalista partindo dos *Manuscritos* até chegar a seu cume em *O Capital*? Seguramente não foi por capricho intelectual ou por necessidades e pressões acadêmicas, mas, sim, porque isso é a condição sine qua non para a elaboração de uma estratégia política da revolução, e ele tinha plena consciência disso. A superação do sistema do capital é apenas uma possibilidade histórica e não uma condição determinística. Vários fatores devem concorrer para transformar essa possibilidade em realidade, por intermédio de um processo revolucionário: as chamadas condições objetivas e subjetivas, incluídas aí a situação, posição e organização da classe revolucionária, a correlação de forças no âmbito da luta de classes, a elaboração e implementação de uma estratégia revolucionária e, entre outros, o papel da teoria revolucionária. Sobre este aspecto, sabemos que, embora seja condição insuficiente, o conhecimento da realidade é diretamente proporcional à possibilidade de sucesso do empreendimento revolucionário, ou seja, quanto melhor e mais profundamente conhecemos a realidade, maiores serão suas chances e vice-

versa (TUMOLO, 2019, p. 32).

Prates (2012), por sua vez, trata da categoria trabalho produtivo como uma compreensão já elucidada, sem explicar o que entende por essa categoria. O que, em nossa concepção, se torna complicado, já que para compreender os conceitos e as categorias marxianas requer-se um estudo aprofundado da obra de Marx, bem como das categorias e conceitos por ele construídos.

Costa (2016) referencia Marx, com suas obras *O Capital* e *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, além de citar Barroco, autora relevante para o Serviço Social brasileiro e que se situa no campo marxista. Costa (2016) aborda, em conjunto com a categoria trabalho em geral, a categoria trabalho assalariado. Ela também insere o debate sobre a “alienação”, centrando a sua abordagem em relação à categoria trabalho a partir desses elementos. Além disso, aborda a força de trabalho como mercadoria e, ao relacioná-la com o Serviço Social, a qualifica como sendo uma força de trabalho especializada e seus trabalhadores como trabalhadores assalariados.

Ao invés de construir o entendimento da determinação capitalista sobre o trabalho do/da assistente social, Costa (2016) fez a opção de tratar das particularidades do trabalho do/a assistente social, ou seja, restringiu-se em específico ao trabalho concreto. À medida que apenas qualifica o trabalho desempenhado por esse profissional como sendo força de trabalho especializada e trabalho assalariado, a sua análise restringe-se ao trabalho concreto.

Com isso, foi possível perceber que Costa (2016) abdica, em seu constructo teórico sobre a categoria trabalho, de elementos fundamentais para a compreensão do trabalho sob a determinação capitalista, tais como a categoria trabalho abstrato e valor. Conforme a exposição de Marx, em *O Capital* (2017), a compreensão dessas categorias permite o entendimento de como ocorre a produção de valor, elemento imprescindível para compreender a produção de mais-valor e de capital.

Isso porque, quando é levada em consideração a categoria trabalho abstrato, conforme explicado por Marx, em *O Capital*, chega-se ao entendimento de que, para avançar na compreensão da determinação capitalista, é indispensável primeiro abstrair o conteúdo do trabalho concreto e avançar para a compreensão de trabalho abstrato. Nesse sentido, como apresentou Marx (2017), é o trabalho abstrato que determina o conteúdo do valor, ou seja, a categoria trabalho abstrato é condição para revelar o processo de produção de valor e, conseqüentemente, é fundamental para

se chegar à compreensão da produção de mais-valor.

Uma outra característica nas produções selecionadas, em relação ao uso da categoria trabalho em geral, é sua relação conjunta com as categorias trabalho concreto, trabalho abstrato, trabalho produtivo e improdutivo, movimento que identificamos ser realizado pelas pesquisas de Gois (2020), Camargo (2019) e Azevedo (2017). A primeira, cita Marx, *O Capital*, e Antunes; a segunda, cita Marx, a obra *O Capital*, e Iamamoto; já a terceira, também cita esses dois autores, bem como outros do campo marxista, dentre eles Netto e Braz, Harvey, Dal Rosso, Almeida e Alencar. Em nossa compreensão, essas três produções requerem uma análise mais aprofundada de como foram construídas, sobretudo o caminho trilhado sobre a categoria trabalho. Essas autoras fazem uso da obra *O Capital* e, “aparentemente”, há um esforço em analisá-la a partir da determinação capitalista, pois, abordaram o percurso que Marx apresenta em *O Capital* sobre a categoria trabalho.

Dessa forma, foi possível identificar o esforço em tratar a categoria trabalho na perspectiva marxista pelos/as pesquisadores/as que pesquisaram sobre condições de trabalho dos/das assistentes sociais da última década (2010-2020). Entretanto, com base no referencial que construímos, e apresentamos na seção 4 desta tese, quando realizado o cotejamento verificamos que eles não estão isentos de problemas de compreensão, tanto no uso das categorias, tratadas de forma aleatória na maioria das vezes, sem levar em consideração o caminho teórico-metodológico já construído por Marx, como também na interpretação dos próprios conceitos. Sendo assim, como já destacamos, consideramos possível afirmar que limites estão postos nesse processo.

Sobre o uso da categoria trabalho, foi possível chegar à conclusão que não há uma unidade nele, mesmo todas as produções partindo da mesma perspectiva, a marxista. Torna-se assim necessária a continuidade do processo de investigação neste estudo.

Salientamos que, nas produções analisadas, os limites identificados em relação à apropriação da categoria trabalho podem ser atribuídos também aos autores de referência nos estudos, o que requer um necessário e importante estudo, mas que é inviável nesta tese, pois foge aos propósitos da nossa investigação.

Dando sequência às nossas análises, constatamos que a utilização da categoria trabalho se dá das mais variadas formas na produção sobre condições de trabalho da última década (2010-2020) pelo Serviço Social brasileiro, embora até referenciem as obras de Marx. Como já destacamos, isso não acontece sem

problemas, pois identificamos que há produções que não levam em consideração o próprio universo categorial construído por Marx em suas obras.

Em específico nas produções que tratamos neste item, em relação à forma como utilizam a categoria trabalho, há uma mistura entre a referência das obras do teórico no *Manuscritos Econômicos Filosóficos* e n' *O Capital*. Também identificamos a negação, ou ainda, o desconhecimento do caminho percorrido por Marx em relação à compreensão da categoria trabalho.

Diante desse cenário, é preciso destacar as conclusões a que chegam os próprios pesquisadores e as propostas de enfrentamento em relação às condições de trabalho na atualidade. Após empreenderem suas análises, tal como apresentamos e problematizamos nesta seção, destacamos que a maioria das pesquisas apresentou como estratégias de enfrentamento das precárias condições de trabalho, a organização política, a regulamentação de leis, ambas localizadas no campo restrito da política. Embora sejam lutas relevantes, por si só nada alteram a questão estrutural desse modo de produção se não estiverem vinculadas a lutas mais amplas, pela superação da forma social do capital.

Conforme abordado na seção 3, Prates (2012) aponta que a melhora nas condições de trabalho se dá através da garantia jurídicas. Faermann e Mello (2016), por sua vez, apontam que a alienação provoca imobilismo, e não deixam explícitas possíveis estratégias de enfrentamento. Alves (2018) destaca como uma questão de ordem subjetiva o despertar para a luta. Já Souza (2016) aponta a participação política qualificada dos/das assistentes sociais em espaços como sindicatos, movimentos sociais, conselhos, entre outros, como também destaca a necessidade da realização de leitura crítica da realidade, mas não expressa por quais caminhos ela deve ser empreendida. Costa (2016), por sua vez, reitera a organização coletiva desses trabalhadores tendo como objetivo a defesa do projeto profissional por meio de propostas de educação permanente.

Consideramos que, ao tratar das condições de trabalho a partir das características que problematizamos em relação ao uso da categoria trabalho, isso assegurou apenas uma compreensão parcial dos fenômenos, não se chegando ao entendimento da determinação capitalista sobre a categoria trabalho. A concepção que esse estudo aponta é que, para enfrentar precárias condições de trabalho dos/das assistentes sociais e, não só, pois a exploração ocorre para todos os trabalhadores que vendem a sua força de trabalho, é necessário fundamentalmente a superação

dessa relação social, pois ela é que determina essa condição. É claro que a luta política se faz presente, mas é insuficiente se não for amparada nessa luta estratégica mais radical.

Favaro (2017) chama atenção para o fato de que os clássicos marxistas não tinham como apontar o caminho a ser percorrido por nós na atualidade, para a superação da ordem vigente, tendo em vista tratarem-se de momentos históricos distintos. No entanto, eles alertaram que a análise da realidade capitalista, em sua forma histórica concreta, é elemento indispensável para a construção de estratégias e táticas mais efetivas de enfrentamento.

A escolha das estratégias e das táticas mais adequadas não é universal, não nos foi legada pelos clássicos do marxismo, porque isso seria simplesmente impossível. Elas só podem ser formuladas a partir de uma determinada prática social, considerando suas inúmeras mediações concretas, pois são respostas concretas a determinadas realidades concretas. O que podemos e devemos extrair desses clássicos é a universalidade do que está presente no elemento conjuntural, são as leis mais gerais que regem as relações sociais atuais e que mantem-se em sua essência sem alterações substanciais. É o caso, a nosso ver, do estudo da relação do capital e de suas estruturas fundamentais, bem como da apreensão do caráter do Estado capitalista, que é de classe e não pode ser modificado por fatores subjetivos e morais, como os ligados à 'vontade política', por exemplo, já que é expressão de uma relação social material. Nesse sentido mantém-se a necessidade de sua destruição, pois é só assim que se alteram os fundamentos dessa sociedade, assentados na propriedade privada (FAVARO, 2017, p. 645).

Realizadas essas ponderações iniciais necessárias, o próximo item visa aprofundar os nossos estudos, por intermédio de diálogo crítico mais detalhado com as obras de Gois (2020), Camargo (2019) e Azevedo um (2017), já que identificamos que essas produções, aparentemente, avançaram em relação às demais, demonstrando maior esforço de aproximação do constructo teórico elaborado por Marx (2017) em *O Capital*.

5.2. ANÁLISE CRÍTICA DO USO DA CATEGORIA TRABALHO SOB A PERSPECTIVA MARXIANA

Esse item objetiva aprofundar a análise de 03 (três) pesquisas sobre a construção empreendida da categoria trabalho: "Trabalho precarizado, política social e Serviço Social: elementos para a análise das condições de trabalho dos assistentes sociais na assistência estudantil do Instituto Federal de Alagoas (IFAL)" (GOIS, 2020);

“Processamento e proletarização do trabalho do assistente social no acirramento da crise capitalista: estudo das condições e relações de trabalho na cidade de Teófilo Otoni, Minas Gerais” (CAMARGO, 2019) e “O trabalho das Assistentes Sociais do Fórum das Varas Especiais da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: tempo de trabalho, intensificação e precarização” (AZEVEDO, 2017).

As análises empreendidas no item anterior sobre o uso da categoria trabalho na produção sobre condições de trabalho na última década (2010-2020) do Serviço Social brasileiro, tendo como fundamentação a base teórica construída na seção 4 desta tese, demonstrou um empenho por parte dos pesquisadores em buscar os aportes teóricos marxistas em suas construções, embora, a nosso ver, isso, não tenha sido suficiente, já que alguns problemas foram identificados, colocando em xeque as suas validades explicativas.

As pesquisas de Gois (2020), Camargo (2019) e Azevedo (2017), que analisamos na sequência, foram as que identificamos referenciarem a obra *O Capital*, e, por isso, mais se aproximaram do caminho construído por Marx nessa obra em relação à categoria trabalho, embora com equívocos.

Apresentamos assim, no próximo item, um exercício analítico que se constituiu a partir de um cotejamento entre o tratamento que Gois (2020), Camargo (2019) e Azevedo (2017) apresentaram em suas produções a respeito da categoria trabalho, com a base teórica que construímos e apresentamos na seção 4.

São questões norteadoras: Quais as convergências e divergências em relação à compreensão da categoria trabalho? O caminho construído possibilitou desvelar a determinação capitalista sobre a categoria trabalho? Quais as estratégias de enfrentamento das precárias condições de trabalho apresentadas pelas pesquisadoras?

Antes de iniciar esse processo, é preciso ressaltar que o estabelecimento de um diálogo com esses estudos não é um processo simples, ao contrário, é extremamente complexo. A nossa intenção é contribuir para avançar nas pesquisas, e em hipótese alguma desconsiderar o caminho realizado até aqui, pois, através dele é que houve a possibilidade de continuar desvelando os aspectos que envolvem a temática abordada.

5.2.1. Análise da produção de Gois (2020)

Gois (2020) tem como objetivo de sua tese investigar as condições de trabalho dos assistentes sociais, articuladas à precarização do trabalho e das políticas sociais no Brasil. Ela identifica as expressões da precarização no exercício profissional na assistência estudantil do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Construiu o seu estudo fundamentado na perspectiva marxista, a partir de uma pesquisa documental, bibliográfica e de campo, com natureza qualitativa.

Gois (2020) apresenta como fundamento da precarização do trabalho na sociedade capitalista, o trabalho assalariado. Identificamos no seu trabalho, o seu empenho de desvelar esse processo, bem como sustentar esse argumento. Em nossa opinião, apesar da importância da discussão, ela requer ressalvas importantes.

Na construção de seu estudo, embora priorize a categoria trabalho assalariado para desvelar a precarização, a autora em estudo também aborda categorias e conceitos relativos ao trabalho, tanto em sua forma genérica, como também nos âmbitos do trabalho concreto, trabalho abstrato e trabalho produtivo e improdutivo, estabelecendo relações com o Serviço Social.

Sobre a análise das condições de trabalho dos assistentes sociais, a centralidade da categoria “trabalho assalariado” foi fundamental para desvelar esse processo:

A abordagem e análise do nosso objeto de pesquisa requer uma discussão dos fundamentos ontológicos do trabalho assalariado, uma vez que o assalariamento é a forma hegemônica das relações sociais de trabalho no capitalismo (GOIS, 2020, p. 56).

Ao tratar da característica do trabalho do assistente social, ela destaca e justifica a importância de explicar os “fundamentos iniciais”, e afirma a necessidade de partir da análise dos fundamentos da categoria trabalho assalariado, pois só assim é possível o desvelamento do processo de precarização.

A temática que norteia esse momento inicial da exposição é relevante para entendermos o debate contemporâneo sobre o Serviço Social e as condições de trabalho de seus agentes profissionais, pois o assistente social encontra-se condicionado eminentemente a uma relação de assalariamento, o que significa vender sua força de trabalho em troca de um salário. Desta forma, *compreendemos esses fundamentos iniciais como imprescindíveis, ao trazerem os elementos teóricos que possibilitam o exame da condição de trabalhador assalariado do assistente social e permitem elucidar o debate dos fundamentos ontológicos da precarização do trabalho no capitalismo na contemporaneidade* (GOIS, 2020, p. 56-57, grifos nossos).

Em nossa compreensão, foi identificado o esforço de Gois (2020) em buscar os fundamentos para desvelar a precarização do trabalho na sociedade capitalista, inclusive fazendo referência a Marx, especificamente na obra *O Capital*. Nesse ponto, coadunamos com a autora, entretanto, ao fazer referências aos fundamentos, a sua opção foi trilhar a análise a partir da categoria trabalho assalariado.

Contra-pondo-se a esse argumento apresentado por Gois (2020), a nossa compreensão é que, para chegarmos ao entendimento do fundamento da precarização do trabalho na sociedade capitalista, isso requer fundamentalmente desvelar como se dá a relação social nessa sociedade. Certamente, o trabalho assalariado é uma característica dessa relação, mas, por si só, não é o elemento central, pois não consegue explicar a precarização, outros elementos se fazem necessários.

Conforme os fundamentos apresentados na seção 4 desta tese, Marx (2017), em *O Capital*, trata do processo de assalariamento, mas, para compreender o processo de exploração presente nesta sociedade, ele também desvenda essa relação social partindo da mercadoria, a fim de situar o processo simples de trabalho, o processo de produção de valor e depois o processo de produção de mais-valor, momento em que desvenda a produção de capital.

Não só isso, Marx (2017) alerta também para o fato de que o capitalismo se constitui em uma relação social em movimento, que é insaciável, e que seu objetivo é produzir mais-valor, ou seja, obter cada vez mais lucro. Lembramos que no momento em que explica a transformação do dinheiro em capital, no Capítulo 4 *d'O Capital*, ele afirma que, para o dinheiro se transformar em capital, precisa estar em movimento, ou seja, não deve parar, estacionar.

Marx (2017) explica que o ponto de partida para se tornar capitalista é o dinheiro, mas o processo de produção de capital não se reduz a ele. Ao longo do capítulo 4 de *O Capital*, ele vai desvelando como esse processo se desenvolve, e destaca:

[...] *o possuidor de dinheiro se torna capitalista*. Sua pessoa, ou melhor seu bolso, é ponto de partida e de retorno do dinheiro. O conteúdo objetivo daquela circulação – a valorização do valor – é a sua finalidade subjetiva, e é somente enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo de suas operações que ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. Assim, o valor de uso jamais pode ser considerado como finalidade imediata do capitalista. Tampouco pode sê-lo lucro isolado, *mas apenas o incessante movimento do lucro*. Esse

impulso absoluto de enriquecimento, essa caça apaixonada ao valor é comum ao capitalista e ao entesourador, mas, enquanto o entesourador é apenas o capitalista insano, o capitalista é entesourador racional. O aumento incessante do valor, objetivo que o entesourador procura atingir conservando seu dinheiro fora da circulação, é atingido pelo *capitalista, que, mais inteligente, lança sempre o dinheiro de novo em circulação* (MARX, 2017, 229, grifos nossos).

Dessa forma, para que o dinheiro se transforme em capital é necessário iniciar pela esfera da circulação, através da compra dos meios de produção e força de trabalho. Adentrar a esfera da produção, por meio do consumo do valor de uso das mercadorias adquiridas e, por fim, retornar para a esfera da circulação para vender as mercadorias produzidas, é um movimento inerente à produção de capital. Assim obtêm-se o lucro em forma de mais dinheiro investido inicialmente.

Destaca-se que esse processo não pode parar, deve ser novamente iniciado com o dinheiro acrescido o lucro, voltando à circulação – produção – circulação, sucessivamente. É necessário estar em movimento para assegurar a produção de capital. Só que, para isso, não há como ferir ou burlar a lei do valor, pois precisa comprar e vender mercadorias por seu justo valor. A valorização, portanto,

[...] tem de ser explicada com base nas leis imanentes da troca de mercadorias, de modo que a troca de equivalentes seja o ponto de partida. Nosso possuidor de dinheiro, que ainda é apenas um capitalista em estudo larval, tem de comprar as mercadorias pelo seu valor, vendê-las pelo seu valor e, no entanto, no final do processo retirar da circulação mais valor que ele nela lançara inicialmente. Sua metamorfose de larva em borboleta [*schmetterlingsentfaltung*] tem de ser dar na esfera da circulação. Essas são as condições do problema (MARX, 2017, p. 241, grifos do autor).

Percebe-se que esse processo, que aparentemente parece simples, é deveras complexo. Por isso, Marx (2017) foi demonstrando ao longo dos Capítulos 4 e 5 *d'O Capital* que o objetivo do capitalista é a criação de mais-valor, e esse fundamento não se pode perder de vista, tal como abordamos na seção 4 desta tese. Conforme já salientamos ele desvela que a produção de mais-valor não se localiza no processo de compra da força de trabalho, ou seja, na esfera da circulação. Para compreender como ocorre a valorização, um requisito indispensável é mergulhar na esfera da produção, necessariamente no consumo do valor de uso dessa mercadoria.

Resgatando o exemplo hipotético que apresentamos na seção 4, o capitalista foi ao mercado, comprou 6 horas de força de trabalho + 6 horas de meios de produção, e esse processo, para produzir capital, deve resultar a ele em um valor superior a 12

horas. O segredo, tal como já abordado, não está compra da mercadoria força de trabalho, no trabalho assalariado em si, mas no seu uso específico no interior de uma relação capitalista, que superficialmente, apenas tendo esse elemento como base, não é possível desvelar.

Tal como detalhamos na seção 4 desta tese, para resultar na produção de capital requer-se fundamentalmente a articulação orgânica entre meios de produção e força de trabalho, de modo a criar as condições necessárias para possibilitar que, ao invés de extrair 6 horas de consumo da força de trabalho, seu justo valor pago pelo capitalista, 12 horas de seu consumo são asseguradas. Ou seja, ao final do processo, o capitalista obteve o dobro de tempo de trabalho em relação ao que investiu em força de trabalho, 12 horas e não apenas 6 horas.

Nesse sentido, 6 horas excedentes (não-pagas) que o trabalhador produz em uma jornada paga pelo capitalista, cujo justo valor é de 6 horas, constitui-se em mais-valor e, portanto, em capital. Portanto, paga-se um valor inferior à força de trabalho em relação ao que ela realmente produz em uma determinada jornada de trabalho.

É justamente no momento em que se produz mais-valor que ocorre o processo de exploração. Marx (2017), ao desvelar esse processo, chama a atenção para o processo de exploração, indicando que ele não está localizado na compra e venda da força de trabalho, ou seja, na esfera da circulação, pois, esse ato resulta na troca justa de mercadorias equivalentes. O processo de produção de mais-valor e, conseqüentemente, de exploração, localiza-se na esfera da produção, momento em que se consome o valor de uso da mercadoria força de trabalho, ao se pagar um valor inferior àquele que o trabalhador produz.

Sendo assim, segundo o teórico alemão, não há como desvendar o processo de exploração da força de trabalho presente nesta relação social, sem compreender como ocorre o processo de produção de mais-valor. Não é o assalariamento que determina a causa da exploração, pois esse se constitui no resultado da compra e venda justa da força de trabalho. O fundamento localiza-se no processo de produção de mais-valor, especificamente com o consumo do valor de uso da força de trabalho.

Retornando aos estudos de Gois (2020), conforme já destacamos, embora tenha como principal fundamento o trabalho assalariado para explicar o processo de precarização, percebe-se a sua insuficiência, pois o processo de exploração não se localiza na esfera da circulação, ou seja, pela compra e venda da mercadoria força de trabalho.

Gois (2020) não fica restrita a esse elemento em sua produção, pois também trata da categoria trabalho na sua forma genérica, além de trazer elementos sobre o trabalho concreto, trabalho abstrato e trabalho produtivo. Ela identifica a concepção do trabalho em sua forma genérica:

Inicialmente, partimos do pressuposto marxiano de que em qualquer forma de organização social haverá no seu interior o trabalho como uma forma específica, organizada e historicamente determinada. Em geral, o trabalho sempre se concretizará como condição eterna do gênero humano de satisfação de suas necessidades básicas através da transformação da natureza. Portanto, sendo o trabalho um ato específico da atividade humana, o indivíduo realiza o confronto com a natureza de modo que *ele próprio, através dessa ação, possa mediar, regular e controlar esse ato, dominando o processo de trabalho em sua totalidade* (Marx, 1985) (GOIS, 2020, p. 19, grifos nossos).

A pesquisadora aborda o fundamento da categoria trabalho genérico, mas no decorrer da construção da sua fundamentação avança suas explicações para a categoria “concreto”: “[...] trabalho útil (concreto que se manifesta no valor de uso)” (GOIS, 2020, p. 58), aproximando-se da compreensão de Marx (2017), apresentada em *O Capital*. O percurso de análise construído por Gois (2020) não se encerra na abordagem da categoria trabalho concreto.

Entretanto, ao tratar desse ato presente em qualquer forma social, ela afirma que o indivíduo domina e controla o processo de trabalho em sua totalidade. Como vimos, o trabalho concreto está presente no trabalho sob a forma do capital, embora esteja subsumido ao trabalho abstrato e ao trabalho produtivo de capital. Nesse sentido, há equívocos nessa afirmação, exigindo maior rigor nessa discussão.

O tratamento da categoria trabalho abstrato também foi realizada por Gois (2020), a partir de várias perspectivas, o que em nossa compreensão merece ressalvas. Identificamos que no primeiro momento foi retratada a partir de Antunes, como sendo o centro da crise do capital:

[...] tem-se uma crise; mas trata-se da *crise do trabalho abstrato*, que é *marcado ontologicamente pela precarização e pela alienação*. Isso em vista, o trabalho abstrato converte a vida dos homens em algo penoso e degradante que destrói a humanidade e precariza a vida humana. Essa é a *contradição do trabalho no capitalismo*: ‘o sentido que estrutura o capital (*o trabalho abstrato*) é *desestruturante para a humanidade*’, enquanto do lado contrário, ‘o trabalho que tem sentido estruturante para humanidade (o trabalho concreto que cria bens socialmente úteis), torna-se potencialmente desestruturante para o capital’ (Antunes, 2018, p. 27) (GOIS, 2020, p. 23, grifos nossos).

Esse extrato em que Gois (2020) realiza a abordagem sobre a categoria trabalho abstrato, em nossa compreensão apresenta vários equívocos, ao compararmos com as explicações tecidas por Marx (2017) em *O Capital*, com base nos fundamentos que construímos na seção 4 desta tese.

Sobre a afirmação de Gois (2020), tendo como referência Antunes, no que se refere à atribuição dada ao trabalho abstrato, como responsável pelo processo degradante, divergimos. Não é possível, neste estudo, problematizar as raízes de sua concepção, seriam necessárias outras pesquisas, que possibilitassem aprofundar a compreensão do autor referenciado por Gois (2020), extrapolando nossos limites.

Em nossa aceção, o processo de exploração neste modo de produção não está relacionado diretamente ao trabalho abstrato, embora entender essa categoria seja fundamental para compreender como ocorre o processo de valorização, pois sem ela é impossível. Entretanto, é preciso considerar que Marx (2017) aborda a categoria trabalho abstrato quando está detalhando a produção de mercadoria e o processo de produção de valor, discussões presentes no Capítulo 1 d'*O Capital*.

Ao estabelecer a relação entre trabalho abstrato e alienação, consideramos que a autora articula dois universos categoriais distintos da obra marxiana, *Os Manuscritos* e *O Capital*, incorrendo novamente em equívocos, por motivos semelhantes aos que levaram à sua incorreta definição de trabalho concreto. A partir da leitura da autora, poderia ficar subentendido que no processo de trabalho em geral há o domínio pelo trabalhador, e no trabalho abstrato ele perde esse domínio do processo de trabalho, gerando a alienação e a exploração capitalista. Não é essa nossa compreensão, pois sob o capital, o trabalho concreto está subsumido ao trabalho abstrato.

O processo de exploração, por sua vez, só é desvelado mais à frente pelo autor alemão, necessitando inclusive da abordagem de outros elementos, conforme já demonstramos na seção 4 desta tese, especificamente no final dos Capítulos 4 e 5 d'*O Capital* (MARX, 2017). Concebemos assim que o entendimento do conteúdo da categoria trabalho abstrato é fundamental para desvendar o processo de exploração presente nesta relação social, mas limitar a compreensão da exploração a essa categoria torna-se insuficiente, pois não se desvela a produção de mais-valor, consequentemente, de capital, portanto, a determinação capitalista sobre o trabalho.

Também salientamos que Marx (2017), ao trazer as explicações sobre a categoria trabalho abstrato, em *O Capital*, especificamente no Capítulo 1, em nenhum momento a coloca como sendo responsável pela degradação da humanidade, mas

sim como um elemento para a determinação do valor. O seu objetivo, nesse momento, era compreender como ocorre a produção de valor, mas, não ainda, do mais-valor. Reiteramos, que considerar o trabalho abstrato como o fundamento da degradação humana não permite compreender, de fato, como se organiza a sociedade capitalista e o processo de exploração.

Em outro momento, convergimos com Gois (2020) sobre a compreensão da categoria trabalho abstrato como produtora de valor:

[...], o trabalho no modo de produção capitalista adquire um caráter diferenciado por não produzir somente valor de uso, mas constituindo-se em um *trabalho abstrato*, ou seja, *trabalho que produz valor* (GOIS, 2020, p. 57, grifos nossos).

Embora Gois (2020) apresente nesse momento o conceito convergente com o nosso entendimento, chamamos a atenção para nossa leitura, de que o seu equívoco não está nesse processo, mas no fato dela articular a categoria trabalho abstrato com outros elementos e categorias. Isso a leva, ao longo de seu estudo, a apresentar várias incompreensões.

Na sequência, a autora define o trabalho abstrato como portador de valor de uso e valor:

[...] o *trabalho abstrato* é aquele trabalho *portador de valor de uso e de valor*, produzindo e generalizando as mercadorias, sendo trabalho que *produz essencialmente o valor através do sobretrabalho*. Conseqüentemente, as mercadorias são produtos do trabalho humano abstrato, dispêndio da força de trabalho, e a grandeza do valor contida nelas é medida pelo quantum de trabalho, neste caso, pela substância constituidora de valor (GOIS, 2020, p. 57, grifos nossos).

Nessa citação, percebe-se um esforço de Gois (2020) em fundamentar as suas explicações, no entanto, em momento algum, Marx (2017), em *O Capital*, afirma que o valor é produzido pelo sobretrabalho. Segundo o teórico, a substância formadora do valor é o trabalho social médio, ou seja, o trabalho humano abstrato, e a medida de sua grandeza é o tempo de trabalho. Em outro momento, novamente Gois (2020) reafirma a relação entre a categoria trabalho abstrato e a produção de valor, relacionando-a com o sobretrabalho:

De modo geral, o *trabalho abstrato* é aquele trabalho portador de valor de uso e de valor, produzindo e generalizando as mercadorias, sendo trabalho que *produz essencialmente o valor através do sobretrabalho*. Conseqüentemente,

as mercadorias são produtos do trabalho humano abstrato, dispêndio da força de trabalho, e a grandeza do valor contida nelas é medida pelo quantum de trabalho, neste caso, pela substância constituidora de valor (GOIS, 2020, p. 59).

Na esteira de suas explicações sobre a categoria trabalho abstrato, convergindo com o nosso entendimento no momento em que cita Marx, Gois (2020), remete-se à Marx, Livro I d’*O Capital*. Explica o movimento necessário para se chegar à compreensão da categoria trabalho abstrato, bem como o entendimento da categoria valor, destacando o processo de abstração em relação ao conteúdo da categoria trabalho útil. Entretanto, ela apresenta ao final o processo de valorização como processo de trabalho capitalista, limitando-se ao uso das categorias valor de uso e valor de troca, resultando, a nosso ver, em uma confusão conceitual.

Marx explica que ao se deixar de lado o valor de uso das mercadorias e todas as suas características materiais, abstrai-se o caráter útil do trabalho. Por esse motivo, podemos caracterizar o trabalho abstrato como aquele em que no produto do processo de trabalho se abstraem as qualidades sociais distintas dos diversos trabalhos. O *trabalho abstrato é aquele que apresenta o conteúdo comum entre as mais variadas mercadorias: o valor*. O que há em comum entre essas mercadorias é que na sua produção houve dispêndio de força de trabalho humana e na relação de troca dessas mercadorias o valor de troca apareceu ‘como algo totalmente independente de seu valor de uso’. Quando abstraímos o valor de uso dos produtos do trabalho ‘o que há de comum, que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, é, portanto, seu valor’ (Marx, 1985a, p. 47). O processo de trabalho capitalista é, em essência, processo de valorização. Sendo a mercadoria portadora de valor de uso e valor de troca, o trabalho na sociedade capitalista também adquire dupla dimensão: trabalho útil (concreto que se manifesta no valor de uso) e trabalho abstrato (que se manifesta no valor de troca) (GOIS, 2020, p. 58, grifos nossos).

Ela trata a seguir da compreensão sobre a precarização do trabalho, advogando em sua construção a necessidade de entendimento dos seus fundamentos ontológicos, atribuindo suas explicações às categorias apresentadas por Marx, Livro I, Capítulo 1, d’*O Capital*:

Na compreensão dos *fundamentos ontológicos da precarização do trabalho no capitalismo* é imprescindível elucidarmos o *caráter abstrato que o trabalho assume* na lógica do capital. Assim, ao analisar a dupla dimensão do trabalho na sociedade capitalista, Marx (1985a) constata que o trabalho se apresenta como trabalho concreto (útil que produz valor de uso) e *trabalho abstrato* (que tem valor de troca), que produz mercadorias e *tem a capacidade de produção da mais-valia*. Logo, o trabalho concreto e o trabalho abstrato existem no capitalismo de forma simultânea, produzindo valores de uso e valor. Segundo Marx (1985a, p. 47), as mercadorias como valores de uso são de diferentes quantidades e, como valores de troca, são de qualidades diferentes, não contendo ‘nenhum átomo de valor de uso’. Para o autor, ‘se abstraímos o

valor de uso' do corpo da mercadoria só resta a esta a propriedade de ser produto do trabalho, que já foi transformado em nossas mãos' (GOIS, 2020, p. 58, grifos nossos).

Ao fazer esse movimento, em nossa compreensão, ela retoma as explicações sobre o movimento necessário de abstração da categoria trabalho concreto, produtor de valor de uso, para se chegar ao conteúdo da categoria trabalho abstrato. Esses fundamentos são essenciais para compreender o funcionamento da sociedade do capital, no entanto, Marx (2017), quando trata desses aspectos em *O Capital*, está explicando sobre a mercadoria, não desvelando ainda o processo de produção de capital, ou seja, ainda não há elementos suficientes para se tratar da “produção de mais-valia, como a autora faz nesse momento.

Como se constata, para compreender os fundamentos da precarização do trabalho no capitalismo requer-se o aprofundamento de outros elementos. Tumolo, Oliveira e Bueno (2021, p. 121) advertem que há equívocos ao se reduzir a compreensão da sociedade do capital apenas como produtora de mercadorias, restringindo-a ao concreto aparente:

[...] compreender a sociedade do capital somente como uma sociedade produtora de mercadorias é incorrer no equívoco de restringir a análise ao plano do concreto aparente, impossibilitando, por meio dessa interpretação reducionista, a compreensão da forma mais desenvolvida dessa sociedade, que é o próprio capital. A forma de ser do capital é significativamente mais complexa. A própria mercadoria está presente na forma de ser do capital apenas, e tão somente, como elemento substancial à produção de capital, pois só se produz mercadorias, determinadamente, porque com ela se produz capital.

Gois (2020) apresenta um grave equívoco ao referenciar trabalho abstrato como produtor mais-valia, o que demonstra uma confusão por parte da pesquisadora na compreensão das categorias trabalho abstrato e trabalho produtivo de capital. Segundo Marx (2017), a categoria trabalho abstrato é definida como conteúdo da produção de valor. Já a categoria trabalho produtivo é determinada pela produção de mais-valia na relação estabelecida.

Já nas análises finais, Gois (2020) retoma os elementos sobre a categoria trabalho abstrato, atribuindo a ela centralidade para o entendimento do trabalho precário, afirmando que esse produz a redução do proletariado estável, ampliando o trabalho intelectual e sendo o responsável pelo desemprego estrutural.

A centralidade do trabalho abstrato produz a redução do proletariado estável, a ampliação do trabalho intelectual nos processos produtivos, a exacerbação das formas de trabalho precário, a desverticalização produtiva e a expansão do desemprego estrutural (GOIS, 2020, p. 69, grifos nossos).

Conforme os fundamentos construídos na seção 4 desta tese, como também as nossas análises empreendidas sobre o uso pela pesquisadora da categoria trabalho abstrato em momentos anteriores, fica novamente explícita a confusão de compreensão entre as categorias trabalho abstrato e trabalho produtivo. Salientamos que, é somente quando Marx (2017) desvela como ocorre o processo de produção de mais-valor, que podemos compreender o processo de exploração, presente no consumo da mercadoria força de trabalho. Sendo assim, o processo de exploração não está relacionado à categoria trabalho abstrato, já que essa é o conteúdo da produção de valor, mas sim, ao processo de produção de mais-valor, ao trabalho produtivo de capital.

A análise sobre a categoria trabalho abstrato também é referida por Gois (2020) como a responsável de mascarar o fetiche da mercadoria: “[...] O *trabalho abstrato* oculta os princípios sociais do trabalho e *mascara o caráter fetichizado da mercadoria produzida*” (GOIS, 2020, p. 145, grifos nossos).

Conforme, fundamentos abordados por Marx, em *O Capital* (2017), Capítulo 1, no item 4, o teórico irá tratar sobre o fetiche da mercadoria, divergindo com a compreensão de Gois (2020). Marx (2017, p. 158) destaca que o fetiche da mercadoria está no valor, já que “[...] só se realiza na troca, isto é, num processo social”. A categoria trabalho abstrato é fundamental para compreensão do fetiche da mercadoria, pois quando o autor trata dessa questão é no sentido de afirmar que as trocas de mercadorias são um processo social e nada têm a ver com o conteúdo particular dessas mercadorias.

Gois (2020) expressa esforços em compreender as categorias marxianas para se chegar à compreensão sobre a precarização do trabalho, mas ao longo de seu estudo a pesquisadora destaca a categoria trabalho abstrato como um fundamento importante para desvelar esse processo. Em nossa concepção, que não há uma unidade em sua compreensão, foram sendo atribuídas “compreensões” sobre essa categoria, nas quais identificamos convergências e divergências, conforme destacado. Nesse sentido, a construção de Gois (2020) não apresenta uma unidade sobre o conceito atribuído à categoria trabalho abstrato, promovendo lacunas em suas

análises.

Em outro momento do estudo de Gois (2020, p. 59, grifos nossos), a força de trabalho como mercadoria também foi abordada:

Na lógica que preside o desenvolvimento capitalista, *a mercadoria força de trabalho pertence ao capitalista* e é consumida numa determinada jornada de trabalho, em que o seu valor de uso não pertence ao trabalhador, mas sim a quem a comprou. É através do consumo da mercadoria força de trabalho que seu valor de uso se efetiva e desemboca na produção de outras mercadorias.

Em nossa compreensão, a abordagem de Gois (2020) em relação à mercadoria força de trabalho ser pertencente ao capitalista apresenta um equívoco, já que essa mercadoria, tal como detalhamos na seção 4 desta tese, é pertencente ao trabalhador. Somente após a sua venda ao capitalista é que o seu valor de uso passa a pertencer ao capitalista, nos limites de tempo acordados contratualmente. Por sua vez, é com essa mercadoria especial, especificamente no processo de seu consumo, que se produz o mais-valor e, portanto, o capital.

Gois (2020) também estabelece a relação e diferenciação entre trabalho concreto e trabalho abstrato, relacionando este último com o processo de valorização.

Todo esse processo está imbricado na *duplicidade do trabalho* no capitalismo, como *trabalho concreto e trabalho abstrato*. Enquanto *trabalho concreto*, a força de trabalho é consumida por meio de sua utilização como *trabalho vivo, transformando meios de produção em valores de uso*. Já enquanto *trabalho abstrato*, o seu consumo *corresponde ao processo de valorização do capital*. Neste, a força de trabalho será utilizada como mercadoria para ser fonte de um valor a mais do que ela tem (GOIS, 2020, p. 59, grifos nossos).

Gois (2020) recai em equívocos conceituais ao afirmar que o consumo do trabalho abstrato promove por si o processo de valorização. Primeiro, quando Marx (2017) explica sobre a categoria trabalho abstrato, está tratando da produção de valor, ainda no Capítulo 1 de *O Capital*.

A valorização começa a ser elucidada por Marx (2017) somente a partir do capítulo 4 d'*O Capital*, quando identifica a força de trabalho como a mercadoria “especial” capaz de produzir mais-valor. Já no Capítulo 5, tal como apresentamos, ele revela o segredo de como ocorre a valorização, por meio do consumo da força de trabalho, sendo assim, desvela o trabalho produtivo de capital, sendo aquele que produz mais-valor e, portanto, capital.

Nesse sentido, a valorização não se dá pelo trabalho abstrato, pois essa

categoria é insuficiente, já que é compreensível somente no momento em que entendemos como ocorre o processo de produção de mais-valor, desvelando assim o processo de valorização. Reiteramos que o processo de valorização está relacionado à categoria trabalho produtivo de capital e não à categoria trabalho abstrato. Apesar disso, cabe salientar que, no percurso teórico-metodológico que Marx (2017) realiza em *O Capital* sobre a categoria trabalho, sem o entendimento da categoria trabalho abstrato como produtor de valor, não é possível chegar à compreensão da categoria trabalho produtivo e do processo de valorização.

Desta forma, conforme o percurso realizado por Marx, para chegarmos à explicação da categoria trabalho produtivo, isso requer levar em consideração o movimento de abstração em que a categoria trabalho concreto está subsumido ao abstrato e este, por sua vez, subsumido ao trabalho produtivo de capital. Isso porque não se quer só produzir valor de uso, mas sim valor, e não só valor, mas mais-valor.

Mesmo atribuindo à categoria trabalho abstrato a responsabilidade pelo processo de valorização, em outro momento Gois (2020, p. 72) faz referência à categoria trabalho produtivo, primeiro referenciando Marx, Capítulo VI, Inédito, *d'O Capital*:

[...] trabalho produtivo, por conseguinte, é aquele que para o operário reproduz somente o valor previamente determinado da sua capacidade de trabalho, ao passo que em sua condição de atividade geradora de valor valoriza o capital e enquanto capital opõe ao operário os valores por ela mesma criados (MARX, 2010, p. 114).

Seu entendimento sobre a categoria trabalho produtivo, como produtor de mais-valia, pode ser visualizado em outra passagem de sua pesquisa:

[...] o trabalho produtivo é aquele que produz um excedente para o capitalista, sob a forma de lucros, e ainda é fonte de remuneração do trabalhador. Não é a materialidade do produto que vai ser definidora da produtividade do trabalho, mas sim o fato de esse trabalho gerar a mais-valia, agregar valor, independente do conteúdo material produzido (GOIS, 2020, p. 72).

Na sequência, a partir de Antunes, ela também trata da categoria trabalho improdutivo:

[...] o *trabalho improdutivo* é 'quando cria bens úteis, valores de uso, e não está voltado diretamente para a produção de valores de troca, ainda que seja necessário para que esta se realize. São aqueles *trabalhos consumidos como valor de uso, e não como valor de troca*'. É por essa razão 'que o *capital*

suprime todo trabalho improdutivo desnecessário, operando inclusive a fusão entre atividades produtivas e improdutivas, que passam a ser frequentemente realizadas pelos mesmos trabalhadores e trabalhadoras' (Antunes, 2018, p. 46). O trabalho produtivo e o trabalho improdutivo, como expressões do trabalho assalariado, atendem a funções sociais distintas, embora sejam indispensáveis para o sistema do capital, ocupando um lugar específico dentro da divisão do trabalho capitalista (GOIS, 2020, p. 73, grifos nossos).

A categoria trabalho improdutivo, segundo Marx (2017), está relacionada à força de trabalho que não produz mais-valia, e depender da relação que se estabelece, como já abordamos na seção 4 desta tese. Consideramos que essa compreensão diverge com o argumento apresentado por Gois (2020), pois o trabalho produtivo ou improdutivo não se caracteriza pela produção de valor de uso e valor de troca, mas sim pela produção ou não de mais-valia.

Além disso, Marx (2017) também especifica que não é o produto resultante do trabalho que o qualifica como produtivo ou improdutivo, e que o caráter produtivo ou improdutivo do trabalho não é determinado pela característica de trabalho assalariado. Reiterando, o fundamento está na relação de produção que se estabelece.

Gois (2020), ao fazer referência ao trabalho do assistente social situado no âmbito dos serviços e o seu processo de precarização, retorna como fundamento de explicação para o processo de precarização a categoria trabalho abstrato. Destaca ainda, que o trabalho nos serviços está subsumido na categoria marxiana trabalho abstrato. Nesse sentido, compreendê-lo permite o desvelamento da precarização:

O trabalho nos serviços está subsumido ao trabalho abstrato e seu exame permitirá desvendar um dos nexos da teia que compõe os elementos do assalariamento dos assistentes sociais e da precarização do seu exercício profissional (GOIS, 2020, p. 172, grifos nossos).

Dessa forma, a autora aponta ser fundamental para desvelar a precarização do trabalho do/da assistente social o “trabalho nos serviços”, mesmo reconhecendo que está subsumido à categoria trabalho abstrato. A nossa compreensão é de que a característica de “trabalho nos serviços” diz respeito ao trabalho concreto, como já elucidado, o que é deveras limitado, não permitindo compreender a determinação capitalista sobre esse trabalho.

Tal como apresentamos na seção 4 desta tese, o caminho construído por Marx (2017) sobre a determinação capitalista na categoria trabalho e, portanto, o desvelamento do processo de exploração e precarização do trabalho, requer fundamentalmente compreender e distinguir processo de trabalho, produção de valor

e, por fim de produção de mais-valor. Isso perpassa pelo entendimento e articulação das categorias trabalho concreto, abstrato e, por fim, trabalho produtivo de capital.

Gois (2020), a partir do momento em que identifica a característica do trabalho do assistente social situado no âmbito dos serviços, vai construindo a sua argumentação a partir desse elemento. Nesse sentido, em continuidade, além da característica apontada, também o localiza na esfera do trabalho assalariado improdutivo, pois não produz mais-valia.

Os assistentes sociais atuam na execução de políticas e serviços sociais por meio de procedimentos diferenciados, onde a profissão 'não desempenha funções produtivas, mas se insere nas atividades que se tornaram acólitas dos processos especificamente monopólicos, da acumulação e da valorização do capital' (Netto, 2011a, p. 76). Decorre daí a justificativa de que o *assistente social* no âmbito do desempenho de tais funções é um *assalariado improdutivo*, uma vez que *não produz diretamente mais-valia*, mas auxilia no processo de reprodução das relações sociais capitalistas (GOIS, 2020, p. 173, grifos nossos).

Os estudos tecidos na seção 4 desta tese, a partir da obra *O Capital*, de Marx (2017), permitiram compreender que as características do trabalho desenvolvido por assistentes sociais estão relacionadas ao trabalho concreto. Em nossa compreensão, tal como aponta Marx (2017), esse fundamento isolado não permite compreender a determinação capitalista sobre ele, tampouco permite compreender o processo de precarização, Tumolo, Oliveira e Bueno (2021, p. 123), advertem:

Na sociedade do capital, a principal determinação não está no trabalho concreto, que se altera constantemente, mas, na relação de igualação decorrente do trabalho humano abstrato, substância do valor.

De fato, a não produção de mais-valia não anula a condição de assalariado e não está vinculada aos serviços, mas sim à relação que se estabelece, se produtora ou não de capital. Gois (2020) advoga que o assistente social é improdutivo e vende a sua força de trabalho, e, portanto, é explorado:

[...] ser um trabalhador improdutivo não anula a condição de assalariado do profissional, inserido no *trabalho precário*, que depende da venda da sua força de trabalho para se reproduzir e é explorado pela classe dominante. Ou seja, é por meio da mercantilização da força de trabalho do assistente social que ela se torna mercadoria disponível no circuito das relações mercantis constituintes do capitalismo (GOIS, 2020, p. 173).

Como já demonstramos, o fundamento do processo de exploração, tal como

Marx (2017) trata, não está localizado na compra e venda da mercadoria força de trabalho. Isso se constitui em uma relação justa, em que são trocados equivalentes por equivalentes, portanto, como afirma o teórico, não há violação nas leis da troca de mercadorias. Não há como, segundo os fundamentos apresentados pelo teórico, justificar a exploração no processo de troca de mercadorias.

Para justificar o processo de precarização, Gois (2020) também aborda o valor da força de trabalho do/da assistente social, destacando ser determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua reprodução, e, em sua compreensão, isso reforça a característica de trabalho assalariado presente nas relações mercantis, atribuindo mais uma característica a essa relação, a alienação.

Além da condição de trabalhador assalariado do assistente social impor um limite para a atuação profissional, considere que há a mercantilização da força de trabalho do assistente social, que adentra no circuito das relações mercantis capitalistas e subordina-se às alienações características do trabalho assalariado. O valor da força de trabalho do assistente social é determinado, assim como o dos demais trabalhadores, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua reprodução (GOIS, 2020, p. 296, grifos nossos).

Percebe-se que a autora trata das características do trabalho do assistente social, especialmente a condição assalariada. Conforme já destacamos, em nossa compreensão, a “condição assalariada” está relacionada ao processo de compra e venda de mercadorias, ou seja, à esfera da circulação, não revelando o processo de produção de capital e de exploração. A pesquisadora também cita as alienações resultantes da condição assalariada, no entanto, não explica os fundamentos e conceitos relacionados a essa categoria, o que nos impede de aprofundarmos as análises.

Gois (2020) sustenta em seu estudo a centralidade da categoria trabalho assalariado, destacando ser o principal fundamento da precarização do trabalho.

O fenômeno da precarização do trabalho possui raízes fincadas no trabalho assalariado e se expressa por distintas formas que se articulam à particularidade de cada governo e de cada país, bem como às ações do Estado, pois ele cria condições jurídicas para possibilitar a intensificação da exploração do trabalho. Do mesmo modo, é necessário reconhecer que há uma impossibilidade ontológica de superação da precarização do trabalho no capitalismo, pois a raiz dela encontra-se no trabalho assalariado. Nenhum trabalhador escapa de algum aspecto de precarização do trabalho (GOIS, 2020, p. 70).

Reafirmando esse argumento, nas considerações finais a autora reitera que as “bases ontológicas do trabalho assalariado” são o fundamento para a compreensão da precarização das condições de trabalho dos/das assistentes sociais. Ela explica que seu estudo:

[...] teve como ponto de partida o deciframento das bases ontológicas do trabalho assalariado e dos determinantes sócio históricos da sua precarização no capitalismo, sendo este o fio condutor que nos ajudou a revelar a singularidade das formas de precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais do IFAL (GOIS, 2020, p. 296).

Consideramos que Gois (2020) não atribui ao processo de produção de mais-valia a causa relevante para fundamentar e entender a exploração presente nessa sociedade, já que o foco é no processo de assalariamento.

Nossas aproximações teóricas, apoiadas na tradição marxista, nos deram o subsídio para demonstrarmos que *todo trabalho assalariado no capitalismo é precário em decorrência* da relação de compra e venda da força de trabalho, ou seja, *da generalização da mercadoria força de trabalho*. A determinação ontológica da precarização do trabalho não se explica apenas por seus desdobramentos e expressões, mas sim pela *sua gênese: a exploração da força de trabalho através do assalariamento* (GOIS, 2020, p. 296, grifos nossos).

Ela reitera novamente que a causa do processo de precarização está na esfera da circulação, na compra e venda de mercadoria. Só que essa relação é justa, conforme já abordamos, pois, de acordo com Marx (2017) em *O Capital*, o portador da força de trabalho dispõe de sua mercadoria no mercado, enquanto o possuidor de dinheiro tem o interesse em comprar a mercadoria força de trabalho, o que se dá sem desrespeitar a lei do valor:

[...] a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado na medida em que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para vendê-la como mercadoria, seu possuidor tem de poder dispor dela, portanto, ser o livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e estabelecem uma relação mútua como iguais possuidores de mercadorias, com a única diferença de que um é comprador e o outro, vendedor, sendo ambos, portanto, pessoas juridicamente iguais (MARX, 2017, p. 242).

Diante dessas características, as estratégias de enfrentamento apresentadas por Gois (2020, p. 306) ao contexto de precarização do trabalho destacam a exigência

de

[...] lutas radicais no sentido de subverter a ordem imposta, que assola diariamente a classe trabalhadora em seu conjunto geral, repercutindo, obviamente, para as condições de trabalho dos assistentes sociais.

Logo em seguida, ela destaca como fundamental para superar a precarização das condições de trabalho a destruição trabalho assalariado:

Para alterar essa conjuntura adversa o caminho é a luta e a resistência dos profissionais de forma coletiva em busca da conquista pelos seus direitos e num plano maior pela emancipação do trabalho e a destruição do trabalho assalariado (GOIS, 2020, p. 306).

Gois (2020) demonstra um esforço em articular no seu estudo a categoria trabalho aos fundamentos apresentados por Marx (2017) em *O Capital*. Além disso, se aproxima em alguns momentos de seu estudo ao caminho percorrido pelo teórico em relação à categoria trabalho, mas com diversas inconsistências e equívocos.

Em nosso entendimento, limites são identificados. Por sua vez, são visíveis os impactos na leitura de realidade, bem como na construção de estratégias e táticas. Embora elas recaiam na busca por direitos, na emancipação do trabalho e na destruição do trabalho assalariado, a autora sinaliza avanços em relação aos demais trabalhos analisados, ao propor a superação radical da ordem. Seria importante, todavia, elucidar as características e o funcionamento da relação social capitalista, ou seja, a base estruturante dessa sociedade, deixando claro que as lutas políticas estão associadas à essa superação radical do capital.

É indispensável ressaltar os limites que as lutas por direitos possuem nesta forma social, se não se ampararem na revolução. Tumolo (2011) adverte do risco que se corre ao empreender tipos de lutas que promovem apenas reformas superficiais do capitalismo, que não deixam de ser necessárias. Entretanto, o objetivo final devem ser as reformas profundas e estruturais para alteração da realidade:

[...] não é a conquista mesma das reformas que se constitui como tática, pois poderia criar na massa do proletariado a ilusão de que o capitalismo vai se reformando (tese reformista), mas, sim, a luta por reformas profundas, estruturais – impossíveis de se realizar no capitalismo –, que possibilita a criação de condições para a elevação do nível de consciência das massas, ou seja, o ponto de partida da percepção da necessidade da revolução (elementos para a construção das condições subjetivas) (TUMOLO, 2011, p. 32).

Nesse sentido, a superação das precárias condições de trabalho, ou especificamente do processo de degradação humana, estão relacionados a um posicionamento radical, ou seja, à eliminação desta forma de sociabilidade.

5.2.2. Análise da produção de Camargo (2019)

O tratamento de Camargo (2019), em relação à categoria trabalho, demonstra um esforço em realizar a sua caracterização a partir da abordagem marxiana. Para fundamentar sua análise utilizou-se de Marx, referenciando as obras: *A Ideologia Alemã*, *Miséria da Filosofia*, *O 18 Brumário* e *Cartas a Kugelmann*, *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, e *O Capital*, Livros I e III. Também citou autores brasileiros, considerados no campo marxista, tais como Lamamoto e Antunes.

Em relação ao caminho de construção que Camargo (2019) trilhou sobre a categoria trabalho, ressaltamos uma síntese apresentada no final de seu texto.

Esse caminho *exigiu* não apenas o estudo dos *fundamentos do trabalho* em Marx, em seus *sentidos ontológico e histórico*, bem como considerar as polêmicas existentes no debate sobre o *assalariamento dos trabalhadores improdutivos dos serviços*, além de considerar se o Serviço Social pode ou não ser considerado trabalho (CAMARGO, 2019, p. 320, grifos nossos).

A partir disso, identificamos um ponto de convergência ao que foi proposto por Marx para compreensão dessa categoria no Livro I, *O Capital*, tal como a exposição que realizamos na seção 4 desta tese, pois ela afirma ser insuficiente compreender o trabalho do/da assistente social em sua abordagem de trabalho em geral.

Camargo (2019) ressalta então a necessidade de aprofundamento de outros elementos, destacando o “assalariamento dos trabalhadores improdutivos dos serviços”, que serão problematizados no decorrer da análise.

A pesquisadora também apresenta ao final de seu trabalho um cuidado especial em relação à categoria trabalho em geral, destacando ser o pressuposto que norteou o seu estudo: “[...] para construir o objeto, foi fundamental atribuir centralidade ao trabalho enquanto atividade criadora e transformadora do homem” (CAMARGO, 2019, p. 319).

Foi possível identificar também que ela, ao longo de seu processo de pesquisa e exposição, não restringe a sua compreensão sobre a categoria trabalho na

perspectiva marxiana ao trato isolado da categoria trabalho em geral. Desta forma, demonstra a necessidade de avançar e aprofundar a categoria trabalho sob essa perspectiva.

Em específico, em uma nota de rodapé, n. 32, na página 55, Camargo (2019) cita Marx, *O Capital*, tratando desta forma o duplo caráter do trabalho. No primeiro momento explica as categorias trabalho concreto e trabalho abstrato.

Assim, para que duas mercadorias diferentes possam ser trocadas é necessário, além da crescente divisão social do trabalho sobre o domínio da propriedade privada dos meios de produção, e que o trabalho concreto (objetos úteis e necessárias a vida humana) seja reduzido à condição de trabalho em geral, trabalho abstrato. De acordo com Marx, trata-se de uma 'abstração que põe de lado a desigualdade existente entre eles e os reduz ao seu caráter comum de dispêndio de força humana de trabalho, de trabalho humano abstrato' (Marx, 2012, p. 327). Para o nosso autor, a mercadoria que serve de equivalente é sempre a encarnação do trabalho humano abstrato, é sempre fruto do trabalho concreto, útil, que na sociedade capitalista torna-se expressão de trabalho humano abstrato (Marx, 2004, p. 80) (CAMARGO, 2019, p. 55).

De acordo com os fundamentos que apresentamos na seção 4, percebe-se convergência na concepção apresentada. Apesar disso, quando Camargo (2019) faz a abordagem em relação a essas categorias, uma questão chama a atenção, especificamente a forma como construiu sua análise, pois tratou de um conteúdo tão complexo e significativo apenas em uma nota de rodapé.

É preciso ressaltar que Marx (2017), no início de *O Capital*, alerta para as dificuldades que o Capítulo 1, "A mercadoria", reserva. Realizadas essas ponderações, a questão que colocamos em evidência é a relação que Camargo (2019) tece entre essas categorias e o trabalho do assistente social. Como cita essas categorias, ela leva esses fundamentos em consideração? Esse processo é desvelado mais a frente, quando ela trata dessa relação.

Após conceituar as categorias trabalho concreto e trabalho abstrato em nota de rodapé, Camargo (2019) continua explicando a sua compreensão de como ocorre o movimento de abstração entre as categorias.

Esse duplo caráter social do trabalho, como lembra Marx (2004), – concreto (valor de uso) e *abstrato* (valor de troca) –, é para o nosso autor a cisão entre o produto do trabalho e o valor das coisas, o segredo do ocultamento. Ocorre nesse processo o desaparecimento do caráter útil do trabalho, suas particularidades e qualidades para a forma de trabalho em geral que passa a ser concebido de forma abstrata, mediante a sua homogeneidade de 'tempo de trabalho socialmente necessário', despida das determinações concretas

que tecem a vida em sociedade (CAMARGO, 2019, p. 55, grifos nossos).

Analisando a sua compreensão sobre o duplo caráter do trabalho, identificamos uma divergência, uma vez que, conforme já destacamos na seção 4, o trabalho abstrato, como explica Marx (2017) em *O Capital*, é substância do valor, e não propriamente do valor de troca, tal como é referenciado pela pesquisadora.

Marx (2017, p. 124, grifos nossos) afirma que:

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de *trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias*.

Tumolo, Oliveira e Bueno (2021, p. 123), explicam essa diferenciação:

O valor-de-troca, portanto, é a forma de manifestação de outra categoria que dela se distingue: o valor. É, exclusivamente, a forma de expressão do valor, não contendo em si mesmo outro conteúdo que não seja a qualidade de representar algo. Ele é estritamente determinado, na sociedade do capital, pelo conteúdo do valor. Por conseguinte, considerando que o valor-de-uso é apenas o veículo material do valor-de-troca, e, dado que o valor-de-troca é somente a forma de expressão do valor, um e outro encontram-se, nessa forma social, subordinados ao valor. Não é, pois, o valor-de-troca que possibilita uma relação de igualação entre as mercadorias, mas o valor. E por quê? Porque são abstraídos tanto o caráter útil da mercadoria produzida, como também o caráter útil do trabalho que a produziu – haja vista que a relação de troca necessariamente ocorre entre valores-de-uso distintos.

Camargo (2019), em suas explicações sobre o movimento das categorias trabalho concreto e abstrato, apenas indica que o trabalho passa a ter uma “forma abstrata”, sem determinações concretas. Destaca-se que, quando Marx (2017) indica a realização de abstração entre as duas categorias, ele está se referindo ao conteúdo referente ao trabalho concreto, ou seja, a necessidade de abstração das especificidades do trabalho particular para se chegar à compreensão da categoria trabalho abstrato.

Em outro momento do texto, ao tratar das categorias trabalho concreto e trabalho abstrato, Camargo (2019) se fundamenta no autor e, afirma que:

[...] para Marx, o trabalho abstrato é uma condição específica do modo de produção capitalista e o trabalho concreto, a forma comum a todos os modos de produção social (CAMARGO, 2019, p. 139).

Como se constata, nesse momento a pesquisadora aponta a categoria trabalho

abstrato como sendo específica do modo de produção capitalista. Referenciando a base teórica construída na seção 4 desta tese, quando Marx, em *O Capital* (2017), trata da categoria trabalho abstrato, **ela** a apresenta como sendo um pressuposto para a compreensão da categoria trabalho determinado pela sociedade capitalista. Destacamos que nesse momento da explicação do teórico, o seu esforço é desvelar o processo de compra e venda de mercadorias, ou seja, de produção de valor, conteúdo presente no Capítulo 1 em *O Capital*.

Ressalta-se que ele ainda não está abordando como ocorre o processo de produção de mais-valor, ou seja, de capital. É somente a partir do Capítulo 4, do Livro I, que ele começa a tratar da produção de capital. Em nosso entendimento, não há como afirmar que a categoria trabalho abstrato é específica do modo de produção capitalista, pois outros elementos se fazem necessários, tal como Marx tratou em *O Capital*.

Em outro momento, a autora também define a compreensão de trabalho concreto e abstrato como sendo uma mesma unidade, relacionando-os com o Serviço Social.

O Serviço Social como expressão do trabalho social é a expressão de que o *trabalho concreto tem sempre uma dimensão abstrata*. Não se trata, assim, de dois tipos diferentes de trabalho, um concreto e outro abstrato. Trata-se da expressão de um mesmo processo, partícula da alíquota do trabalho total socialmente produzido (CAMARGO, 2019, p. 162, grifos nossos).

A partir da fundamentação construída na seção 4, identificamos equívocos nessa afirmação em relação às duas categorias: trabalho concreto e abstrato, pois não são unidades de uma mesma categoria, mas sim categorias distintas, que contraditoriamente se complementam em conjunto com outros elementos para se chegar à compreensão de trabalho produtivo de capital.

Nesse sentido, para ser trabalho abstrato e produzir valor, necessariamente precisa produzir valor de uso, ou seja, ter uma utilidade, fruto da atividade específica empreendida no trabalho concreto. Por outro lado, o inverso não é verdadeiro, pois é possível a produção de valores de uso sem a finalidade de produção de valor para a troca, ou seja, o trabalho concreto prescinde do trabalho abstrato. Contraditoriamente, para chegarmos à compreensão da categoria trabalho abstrato, o teórico descreve a necessidade de abstrair o conteúdo do trabalho concreto, como já explicitamos anteriormente.

Dando sequência às análises sobre o caminho construído por Camargo (2019) quando aborda o trabalho do/da assistente social, no primeiro momento ela parte da compreensão de Lamamoto (2008; 2021), qualificando o trabalho do assistente social como sendo um trabalho concreto, que ocorre por meio do assalariamento:

[...] sendo a forma com que se efetiva e se expressa o trabalho concreto, útil, realizado pelo assistente social, determinado pelo reino social do valor de troca por meio do assalariamento (CAMARGO, 2019, p. 21).

Conforme estudos demonstrados na seção 4 desta tese, no momento em que Marx (2017) trata da categoria trabalho concreto em *O Capital*, é possível identificar uma convergência na compreensão apresentada por Camargo (2019), tendo como referência Lamamoto, já que o teórico explica como sendo trabalho concreto o trabalho individual, específico, criador de valor de uso. Esse só pode ser, todavia, o ponto de partida da análise.

Na esteira de construção das categorias trabalho concreto e abstrato e na relação com o Serviço Social, Camargo (2019) tece uma crítica às produções do Serviço Social, ressaltando a necessidade de aprofundamento nas análises sobre o trabalho do assistente social para além do trabalho concreto, destacando que isso é possível através de novas mediações, especificamente levando em consideração, segundo ela, a característica do estatuto assalariado.

A hipótese é que *nos prendemos*, na grande parte das vezes, *na dimensão do trabalho concreto* exercida pelo/a assistente social e *perdemos de vista* as novas mediações introduzidas pelo *estatuto assalariado* e que incidem nos resultados desse trabalho especializado, como a precarização, a intensificação, a jornada, o salário, o controle do trabalho, embora a dimensão concreta seja o ponto de partida importante (CAMARGO, 2019, p. 248, grifos nossos).

Percebe-se que, embora a pesquisadora determine o trabalho do/da assistente social como trabalho concreto, e destaque ser ele insuficiente para compreender como se estabelece a relação de trabalho na sociedade capitalista, a sua opção de análise não foi a de relacioná-lo com as categorias trabalho abstrato e trabalho produtivo de capital, mas sim trazer elementos sobre o “estatuto assalariado” e suas características específicas, como a jornada, o controle do trabalho, dentre outras.

Camargo (2019), ao fazer essa opção, retoma o seu ponto de partida da compreensão, ou seja, a sua análise parte do trabalho do assistente social como

trabalho concreto. Mesmo demonstrando uma preocupação em avançar na fundamentação de sua pesquisa, no momento de realizar escolhas, mantém sua compreensão no âmbito dessa categoria inicial, já que o seu foco se restringe em problematizar as particularidades desse trabalho.

A nossa compreensão diverge em relação a essa opção realizada por Camargo (2019), pois o entendimento pautado nos fundamentos que construímos é o de que, o que determina as características das condições de trabalho do/da assistente social nessa sociedade não é o “estatuto assalariado”, mas sim a relação social estabelecida: se esse trabalho produz ou não mais-valia, ou seja, capital. Esse item será problematizado no decorrer desta análise.

Outro aspecto apresentado por Camargo (2019), é a qualificação da força de trabalho como mercadoria, a partir da perspectiva marxiana:

Faz-se necessário considerar que a troca se efetiva no circuito do valor, em que a mercadoria força de trabalho é a unidade contraditória de valor de uso e valor por meio da constituição de uma fração do trabalho social médio, determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção (CAMARGO, 2019, p. 166).

Além de definir a força de trabalho como mercadoria, Camargo (2019) também relaciona em sua explicação as categorias valor de uso, valor e trabalho social médio. Para tratar do trabalho de assistente social lança mão de categorias marxianas e de entendimento complexo. As categorias valor de uso e trabalho social médio foram tratadas por Camargo (2019) em seu estudo, conforme já apresentado.

Não identificamos na produção de Camargo (2019) sua concepção sobre a categoria valor. Tal como apresentamos na seção 4, a categoria valor é fundamental para compreender o processo que Marx (2017) constrói em *O Capital* sobre a categoria trabalho e a determinação capitalista. A categoria valor, conforme explica o teórico, tem como substância o trabalho humano abstrato. Nesse sentido, abdicar da compreensão dessa categoria é correr o risco de não compreender o conteúdo que o teórico apresenta sobre a categoria trabalho abstrato e, portanto, comprometer o entendimento futuro da categoria trabalho produtivo de capital.

Marx (2017) chama atenção sobre a categoria valor em *O Capital*, já que é o que possibilita compreender a mercadoria, tanto em sua forma natural como na forma de valor:

As mercadorias vêm ao mundo na forma de valores de uso ou corpos-mercadorias, como ferro, linho, trigo etc. Essa é a sua forma natural originária. Porém elas só são mercadorias porque são algo duplo: objetos úteis e, ao mesmo tempo suportes de valor. Por isso, elas só aparecem como mercadorias ou só possuem a forma de mercadorias na medida em que possuem esta dupla forma: a forma natural e a forma de valor (MARX, 2017, p. 124).

Camargo (2019), em outro momento, trata da força de trabalho do assistente social como mercadoria, pois ele:

[...] não dispõe dos meios necessários à sua reprodução, a não ser da sua força de trabalho enquanto mercadoria, que pode ou não ser consumida no mercado sob as regras do capital como relação social (CAMARGO, 2019, p. 320).

Ela qualifica o trabalho do/da assistente social como força de trabalho a ser vendida na sociedade capitalista, requerendo o entendimento de funcionamento da sociedade capitalista, bem como a determinação que se estabelece.

Em sua produção sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais, na sua abordagem em relação à categoria trabalho, também realiza a caracterização de trabalho improdutivo. Em sua concepção,

[...] o *trabalho improdutivo* é aquele que *cria os valores de uso*, cuja finalidade *não é o valor de troca*. Ou seja, são consumidos como valor de uso e não como valor de troca (CAMARGO, 2019, p. 142, grifos nossos).

Tendo em vista os fundamentos apresentados na seção 4 desta tese, sobre a categoria trabalho improdutivo, em nossa compreensão, alguns elementos merecem atenção na abordagem de Camargo (2017). O primeiro é que a configuração de trabalho improdutivo sob o capital tem a ver com a relação social que se estabelece, ou seja, se produz ou não mais-valor, não é a produção resultante do processo de trabalho que determina a análise. Fontana (2005, p. 77), segundo a teoria marxista, chama a atenção para o fato de que:

[...] o trabalhador não-produtivo que, mesmo inserido na sociedade capitalista, estabelece uma relação de produção que não possibilita produzir mais-valia, e, conseqüentemente, valorizar o capital. O trabalhador não-produtivo produz do ponto de vista do processo de trabalho, ou seja, produz 'coisas úteis' à sociedade, mas não está submetido a uma relação contratual que o possa caracterizar como produtor de mais-valia.

O fundamento para compreender a configuração de trabalho produtivo ou

improdutivo, portanto, não está relacionado somente à criação de valores de uso, pois tanto o trabalho produtivo, quanto o improdutivo, devem produzir valores de uso. O que de fato os diferencia é a relação contratual estabelecida, se na produção ela cria ou não mais-valia.

Na sequência, Camargo (2019) referencia *O Capital* de Marx (2017) para definir trabalho produtivo, agora como resultado da produção de mais-valia: “[...] é produtivo de capital aquele trabalho (e só trabalhador produtivo) aquele *possuidor da capacidade de trabalho que diretamente produza mais-valia*” (CAMARGO, 2019, p.142, grifos nossos).

Na esteira da construção de seus fundamentos ela novamente destaca a sua posição em relação à categoria trabalho produtivo, subsidiada na teoria marxiana, reafirmando o critério de que o que o torna produtivo é a produção de mais-valia, e não a condição assalariada: “[...] para que um trabalho seja produtivo não basta ser assalariado, é necessário produzir diretamente mais-valia” (CAMARGO, 2017, p. 142). Especificando, a pesquisadora também ressalta que: “É a forma social o elemento determinante para aferir se o trabalhador é produtivo ou improdutivo ante ao capital” (CAMARGO, 2019, p. 142).

Em outro momento, ela afirma que a categoria trabalho produtivo refere-se ao trabalho produtor de mais-valia, e não ao estatuto de assalariamento. Esses entendimentos sobre a categoria trabalho produtivo convergem com a nossa compreensão, amparada nos fundamentos de Marx (2017).

Camargo (2019) também entra em um outro debate sobre o trabalho do assistente social, qualificando-o como sendo uma atividade no campo dos serviços, independentemente do fato de ser produtivo ou improdutivo:

[...] é importante destacar que não existe um setor de serviços que funcione apartado do sistema capitalista de produção. Portanto, o trabalho em serviços, seja produtivo ou improdutivo, deve ser considerado nessa totalidade, no caso do Serviço Social (CAMARGO, 2019, p.143).

A inserção do trabalho do/da assistente social no âmbito dos serviços é ressaltada pela autora. Sua afirmação de que ele não está apartado no âmbito do sistema capitalista é coerente, pois o que caracteriza ser produtivo ou improdutivo é a relação social estabelecida, indo sua análise ao encontro com a nossa compreensão, conforme já destacado.

Conforme os nossos entendimentos, pautados nos fundamentos marxianos apresentados na seção 4, quando Camargo (2019) relaciona o Serviço Social ao setor de serviços, essa é uma característica importante e relevante. Entretanto, partindo sua análise desse elemento, ela fica restrita a uma particularidade do trabalho do/da assistente social, portanto, ao trabalho concreto. Alertamos que esse caminho de análise não trata de características do trabalho determinado pelo modo de produção capitalista. Isso porque, conforme destacamos, o caminho que Marx (2017) apresenta em *O Capital* para chegar à compreensão da categoria trabalho produtivo, exige abstrair previamente o conteúdo da categoria trabalho concreto, portanto, as particularidades específicas do trabalho, sendo do assistente social ou de qualquer trabalhador.

Esse exercício analítico de abstração, tal como descrevemos na seção 4, chega à compreensão da categoria trabalho abstrato, que conforme explica Marx (2017) em *O Capital*, é todo e qualquer tipo de trabalho, desde o mais simples ao mais complexo. Sua finalidade é a produção de valor. Salientamos que, para a compreensão da determinação capitalista sobre a categoria trabalho, Marx (2017) avança em seus estudos desvelando como ocorre a produção de mais-valor, permitindo chegarmos ao entendimento da categoria trabalho produtivo.

Em outro momento do seu estudo, Camargo (2017) afirma que é preciso articular o trabalho dos/das assistentes sociais no campo de serviços com as determinações e mediações em curso da produção social capitalista. Em suas palavras:

[...] é necessário ir além da prestação de serviços que realiza o Assistente Social articulando-o às determinações e às mediações em curso da produção social capitalista em suas tendências atuais no mundo do trabalho (CAMARGO, 2019, p. 156).

Ressalta a importância de realizar mediações, mas não identificamos fundamentos para tal análise, deixando-a vaga e de interpretação subjetiva.

Seguindo no estudo, ela também destaca a categoria trabalho adjetivando-a de trabalho “social médio” e associando-a com “trabalho combinado ou cooperativo”, referenciando lamamoto.

O trabalho social médio se constitui por meio do caráter cooperativo do trabalho em que o produto, ou seu resultado, como mercadoria, se processa

como *resultado* não de um único trabalhador, mas *de um trabalho combinado ou cooperativo, ampliando a própria noção de trabalho produtivo*. Uma vez que ‘a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, mas essencialmente de mais-valia, na qual o trabalhador não produz para si, mas para o capital’ (Iamamoto, 2008a, p, 73) (CAMARGO, 2019, p. 155, grifos nossos).

Como se constata, a compreensão de Camargo (2019) sobre a categoria trabalho social médio articula-se com a de trabalho cooperativo. Destaca-se que o trabalho cooperativo é uma forma de organização do trabalho e não caracteriza o trabalho abstrato, além de não explicar também o trabalho produtivo.

Aqui, fica demonstrado, inclusive, que não é possível identificar as raízes das divergências, se estão nas análises tecidas por Camargo (2019), como também nos aportes referenciados por ela, no caso, Iamamoto. O que sugere a necessidade, em outro momento, de aprofundar estudos sobre como essa pesquisadora trata a categoria trabalho.

De qualquer forma, voltando à análise que Camargo (2019) realiza sobre trabalho social médio, e relacionando com o que Marx (2017) apresenta, ele não estabelece relação direta entre essa concepção e a categoria trabalho cooperativo ou combinado. Nas palavras do autor:

[...] o trabalho que constitui a substância de valores é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho humana. A força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única força de trabalho humana, embora consista em inumeráveis forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho humana que a outra, na medida em que possui o caráter de uma força de trabalho social média e atua como tal; portanto, na medida em que, para a produção de uma mercadoria, ela só precisa do tempo de trabalho em média necessário ou tempo de trabalho de trabalho socialmente necessário (MARX, 2017, p. 117).

Caminhando os seus estudos para as considerações finais, a autora define o Serviço Social como trabalho, amparada na perspectiva desenvolvida por Iamamoto, e destaca a importância de ter buscado os fundamentos do trabalho em Marx.

Destacou-se como relevante considerar esses aspectos na análise, encarando a concepção de Serviço Social enquanto *trabalho*, desenvolvida por Iamamoto (1998; 2008a), em dupla *dimensão, concreta e abstrata*. O que não é e não foi tarefa fácil, considerando que existe a tendência de analisarmos apenas o que faz o/a profissional, ocasionando em grande parte das vezes ‘um desvio’ na análise, ‘anestesiando’ a determinação do estatuto assalariado e suas implicações no processamento da ação profissional (CAMARGO, 2019, p. 320).

Percebe-se a preocupação da pesquisadora em avançar na análise do trabalho do/da Assistente Social, relacionando-o com a dupla dimensão do trabalho: concreto e abstrato. Entretanto, em sua construção, ela volta e reitera ser determinante para a realização de análises do trabalho do/da assistente social, o seu estatuto assalariado, concebendo que é esse elemento que o determina. Para ela, é preciso:

[...] olhar para o trabalho em seu caráter social e sua expressão no valor mercantil, como trabalho humano em geral ou trabalho abstrato socialmente igualado. Foi nesse horizonte que problematizamos o processamento da ação profissional como atividade assalariada e os espaços ocupacionais em sua expansão e metamorfoses (CAMARGO, 2019, p. 319).

É notório o esforço de Camargo (2019) para tratar da categoria trabalho na perspectiva marxiana, e o nosso diálogo apresentou pontos de convergências e divergências em relação ao seu entendimento, tendo como base os fundamentos apresentados na seção 4 desta tese.

Também ressaltamos a preocupação da pesquisadora em abordar o trabalho do assistente social a partir do duplo caráter do trabalho: concreto e abstrato. No entanto, em nossa compreensão, esse processo não resultou em avanços nas análises, já que as problematizações apresentadas trataram de características particulares referente ao trabalho do assistente social. Dessa forma, acabou voltando-se ao trabalho concreto, especificamente em sua condição assalariada.

Sobre as inserções realizadas sobre trabalho produtivo e improdutivo, estabelecidas por Camargo (2019) em seu estudo, identificamos alguns equívocos. Em nosso entendimento, foram estabelecidas relações problemáticas entre os fundamentos presentes em *O Capital*, pois as categorias foram citadas, mas na maioria das vezes, tratadas de forma desconexa em suas análises.

Camargo (2019) se preocupou em tratar das categorias trabalho em geral, concreto, abstrato e produtivo, seja citando-as em alguns momentos, seja aprofundando os conceitos e sua concepção em outros, demonstrando aparentemente uma aproximação ao que Marx (2017) aborda em *O Capital*. Entretanto, quando analisamos sua compreensão mais a fundo, a nossa percepção é de que foram estabelecidas relações indevidas, e, conseqüentemente, ela acabou abrindo mão de elementos fundamentais que o próprio teórico apresenta.

Nesse sentido, reiteramos que, desconsiderar o movimento que Marx (2017)

construiu e apresenta em *O Capital* sobre a determinação capitalista na categoria trabalho, não possibilita desvelar as condições de trabalho do/da assistente social na sociedade capitalista.

No diálogo crítico aqui estabelecido, percebemos que o tratamento da categoria trabalho realizado por Camargo (2019) apresenta limites. É preciso destacar que o seu estudo não foi especificamente sobre a categoria trabalho, mas os fundamentos construídos em relação a essa categoria determinam a leitura de realidade empreendida.

Camargo (2019), nas considerações finais, apresenta as estratégias de enfrentamento das precárias condições de trabalho, bem como os desafios presentes. Nesse processo ela evidencia o desânimo vivenciado pelos/as trabalhadores/as assistentes sociais e a importância da construção de lutas pelo conjunto da classe trabalhadora.

Um aspecto evidenciado é que os processos intensos de precarização também conduzem a um desânimo do profissional, na medida em que ele/a se confronta com o seu cotidiano de trabalho – *o que obviamente não está no plano imediato e individual, mas precisa ser construído no coletivo das lutas sociais de resistência no conjunto da classe trabalhadora* (CAMARGO, 2019, p. 324, grifos nossos).

Embora apresente a necessidade da construção de lutas coletivas da classe trabalhadora, logo em seguida descreve algumas ações de resistência e de mobilização que identificou em sua pesquisa de campo. Descreveu, entre as estratégias possíveis, o investimento na formação desses/as trabalhadores/as.

Observou-se que resistências são criadas, na realidade, na tentativa de colocar o exercício profissional no horizonte do projeto ético-político, mas ainda carece de um investimento na formação em Serviço Social. Formação que é limitada em alguma medida pela própria distância de outros centros formadores, na direção de formação crítica, embora se registre algumas experiências pioneiras na cidade por parte da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), que, no entanto, ainda são tímidas. Por outro lado, em termos da organização política e sindical, registra-se a baixa adesão dos profissionais ao Núcleo de Assistentes sociais (NAS/TO-MG), por exemplo; 74% dos entrevistados declararam não participar das atividades promovidas. O que pode ser atribuído a diversos fatores, desde a falta de motivação até a incompatibilidade com a agenda de trabalho. O que revela, portanto, que a questão da formação é um dos mecanismos que merecem forte investimento, como uma das possibilidades de qualificar o debate e tecer resistência (CAMARGO, 2019, p. 324).

Sendo assim, a autora apresenta a importância da luta coletiva no primeiro momento, mas, no segundo, dá a entender que esse processo pode ser organizado e efetivado a partir de investimentos na formação. Em nossa compreensão, à medida que ela aponta essa estratégia como enfrentamento, de fato, os seus estudos não conseguiram desvelar a determinação capitalista sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais. A impressão sobre a apresentação de sua estratégia é a de que, investindo na formação apenas, conseguiremos superar os problemas levantados, desconsiderando lutas mais profundas.

Levando em consideração a base teórica que construímos, divergimos da proposta apresentada por Camargo (2017), já que entendemos que, para de fato enfrentarmos as condições precárias de trabalho, se torna necessário superar essa relação social, pois ela é que determina essas condições.

Nesse sentido, reiteramos a importância de desvelar o trabalho do/da assistente social no âmbito da sociedade capitalista, mas através de análises da realidade concreta para, de fato, possibilitar a construção de estratégias de lutas reais e mais eficazes.

Atribuir o enfrentamento das precárias condições de trabalho dos/das assistentes sociais a ações voltadas à formação, entendendo ser esse o pressuposto de mobilização, é restringir-se a uma estratégia idealista. Fazer a opção por esse caminho é desconsiderar as condições materiais e objetivas determinadas por essa sociedade, que independe de vontade individual ou de determinada categoria profissional. Cabe destacar que essas estratégias cumprem um papel importante, especificamente, em nossa compreensão, a de denunciar os limites no enfrentamento de exploração na forma social do capital.

Mediante essas considerações, torna-se imprescindível a necessidade de novas pesquisas que abordam análises em relação aos fundamentos que subsidiam os estudos da realidade concreta, ou seja, que de fato desvelem a determinação da relação social capitalista.

5.2.3. Análise da produção de Azevedo (2017)

Esta pesquisa é fundamentada por Azevedo (2017) a partir da dialética marxista e nela identificamos um esforço em dialogar com várias categorias marxianas e, inclusive, conceituá-las a partir de fonte primária, dos escritos do Livro I, *O Capital*.

Outras obras de Marx também foram citadas: *A questão judaica*, *Contribuição à crítica da economia política*, *Crítica da Filosofia de Hegel*, *Crítica do Programa de Gotha*, *Manuscritos econômicos-filosóficos*, além de outros textos escolhidos. Ao mesmo tempo, outros autores situados no campo marxista também foram referenciados, tais como Antunes, Harvey, Dal Rosso e lamamoto.

Torna-se necessário destacar a nossa percepção sobre a organização do estudo em relação à abordagem da categoria trabalho, já que Azevedo (2017) a apresenta em distintos momentos e de forma diferenciada.

Na introdução, Azevedo (2017) define o trabalhador/a assistente social como parte do trabalhador coletivo, bem como caracteriza a sua ação desenvolvida, como de cunho intelectual.

lamamoto (2005), na direção de analisar *a atividade do sujeito Assistente Social como trabalho*, considera o conceito para além de sua materialidade, incorporando a dimensão intelectual. Compreende a profissão respondendo às necessidades construídas socialmente, a partir das quais o (a) Assistente Social se insere em processos de trabalho, sendo *considerado, portanto, como parte do trabalhador coletivo* (AZEVEDO, 2017, p. 19, grifos nossos).

Azevedo (2017) dá ênfase à dimensão intelectual como característica importante ao trabalho do/a assistente social, possivelmente, como uma justificativa para situar a sua “não materialidade⁸” no que se refere ao processo de trabalho. Em nossa compreensão, de fato ela se constitui em uma característica do trabalho desenvolvido pelo assistente social, mas se o objetivo é compreender a determinação capitalista sobre o trabalho, segundo Marx (2017), essa característica não é fundante para a análise, já que se refere a um elemento do seu trabalho específico, concreto.

Para avançar, torna-se necessário abstrair essas características e então chegar à compreensão da categoria trabalho abstrato. O teórico, ao fazer referência ao conteúdo desta última categoria, que se relaciona ao processo de produção de valor, especifica que não importa o “tipo” de trabalho, se manual, intelectual, simples ou complexo. Todas essas características são consideradas trabalho, o que irá diferenciá-las não é a atividade praticada, mas sim o seu valor. Este, por sua vez, é calculado, segundo Marx (2017), pela quantidade de tempo médio socialmente necessário em seu desenvolvimento.

⁸ As discussões sobre a materialidade ou não materialidade do trabalho, abrem um campo polêmico de discussões e são objeto de debate de vários autores situados no campo marxista. Não nos cabe explorar esse tema, devido aos limites deste trabalho.

Alertamos para o fato de que, mesmo desvelando essas características, ainda não é possível compreender a determinação capitalista, pois a produção de capital está relacionada à produção de mais-valor, que por sua vez requer entender como ocorre o processo de produção de valor. Nesse exercício analítico, portanto, tal como apresentamos, torna-se necessário abstrair as características específicas do trabalho, ou seja, o trabalho concreto.

Preconizamos que, partir a análise do trabalho do assistente social por meio de suas características específicas, tal como a dimensão intelectual, materialidade, imaterialidade, entre outras, não permite compreender os fundamentos da determinação capitalista.

Na sequência da discussão, a autora descreve a concepção de trabalhador coletivo, incorporando trabalhadores produtivos e improdutivos, conforme lamamoto (2005):

Para análise das formas que o trabalho assume na contemporaneidade, lamamoto (2005), com base em Marx, reafirma sua concepção de *trabalhador coletivo, comportando os trabalhadores produtivos e improdutivos, considerando o processo cooperado, combinado e coletivo, independente da materialidade do produto* (AZEVEDO, 2017, p. 19, grifos nossos).

Observa-se que na introdução, Azevedo (2017) já aponta a categoria trabalhador coletivo e pontua a característica “imaterialidade” do trabalho desenvolvido pelo assistente social. Além disso, ao tratar do conceito da categoria trabalhador coletivo, apresenta outras duas categorias: produtivo e improdutivo. Em nossa concepção as categorias apresentadas pela pesquisadora merecem um tratamento cuidadoso em seus fundamentos, já que o seu entendimento é complexo. Não há como tratá-los de forma simples ou, ainda, como se já estivessem elucidados.

Azevedo (2017) irá abordar esses elementos no processo de construção de seu trabalho, e o nosso objetivo é estabelecer um diálogo com sua produção, analisando-a a partir de nosso referencial teórico construído e apresentado na seção 4 desta tese, sobre a categoria trabalho.

A autora vai justificar a centralidade da categoria “tempo” em suas análises, ainda na introdução, partindo da compreensão de que é determinante no processo de controle do trabalho. A pesquisadora também atribui e defende a categoria tempo como elemento fundamental da Teoria do Valor, especificamente por sua participação no processo de extração de mais-valia e reprodução do capital.

A escolha pela categoria 'tempo' justifica-se por ser considerada elemento fundamental da Teoria do Valor-Trabalho e porque o controle sobre o tempo do trabalho por parte do capitalista implica diretamente no processo de extração de mais-valia e de reprodução ampliada do capital (AZEVEDO, 2017, p. 18).

Ao tratar do Serviço Social, ela delimita o seu posicionamento, partindo da “[...] apreensão da atividade exercida por assistentes sociais como trabalho, a partir de lamamoto (2005, 2007)” (AZEVEDO, 2017, p. 18-19).

Voltando às nossas observações, para o processo de construção do trabalho e para a apresentação de Azevedo (2017), a nossa atenção se volta ao seu capítulo 2, intitulado como “O trabalho no modo de produção capitalista”, especificamente no item 2.1, “A lógica do trabalho no capitalismo – referências analíticas”, já que é o momento em que a pesquisadora apresenta conceitos referentes à categoria trabalho, tendo como referência principal Marx. Nesse momento, segundo nossa concepção, Azevedo (2017) busca os fundamentos nos aportes teóricos construídos pelo teórico alemão, para tratar das categorias propriamente ditas, sem fazer a relação com o trabalho do/a assistente social.

Já no item 2.3, intitulado como “O trabalho e o (a) trabalhador (a): dimensões profissionais”, Azevedo (2017) estabelece relações entre a categoria trabalho na perspectiva marxiana e o Serviço Social. Para esse processo suas referências são Dal Rosso e lamamoto, como já destacado, teóricos do campo marxista.

Nesse sentido, percebe-se o esforço de Azevedo (2017) em apresentar a construção de uma base teórica sobre a categoria trabalho na perspectiva marxiana, bem como a relação com o Serviço Social. Embora esse processo tenha sido evidenciado, isso não significa que a pesquisadora tenha estabelecido uma relação entre os conteúdos, ou seja, ela apresenta fundamentos no primeiro momento, a partir da obra primária de Marx, em específico *O Capital*, entretanto, quando constrói os fundamentos do Serviço Social, na maioria das vezes abdica dessa fonte e trata as categorias a partir das compreensões de lamamoto e Dal Rosso.

Esse processo fica evidente quando Azevedo (2017) externaliza um posicionamento sobre a teoria marxista, referenciando Dal Rosso, afirmando que os fundamentos construídos e apresentados por Marx se referem ao seu tempo histórico, justificando que o modo de produção capitalista tinha uma lógica de funcionamento diferente da que se configura na atualidade. Portanto, segundo a sua opinião, são

insuficientes para a realização da análise da realidade atual do capitalismo, principalmente no que tange às características do trabalho, especificamente a determinação produtiva e improdutiva.

Partindo da discussão do item 2.1 deste capítulo, sinaliza-se que o contexto atual difere daquele inferido por Marx, na Inglaterra, que tentou, por meio o estudo de diversas atividades profissionais, resolver a questão teórica da produtividade e improdutividade (Dal Rosso, 2014). O que vai exigir na atualidade o estudo e a compreensão dos processos e relações de trabalho que estão inseridas as atividades profissionais, devido o imbricamento entre produtivo e improdutivo para a valorização do capital por meio da geração de mais-valia (AZEVEDO, 2017, p. 111, grifos nossos).

Em nossa acepção, tal como destacamos neste estudo, as contribuições das análises de Marx apresentadas em *O Capital* não tiveram como objetivo tratar de um momento histórico determinado do capitalismo, mas o seu objetivo central foi de desvelar as leis universais de funcionamento dessa lógica societal. Esse processo fica explícito, como já destacamos no Prefácio da Primeira Edição de *O Capital* (2017), no momento em o teórico afirma que o objetivo desta obra é investigar o modo de produção capitalista. Portanto, os fundamentos apresentados pelo teórico não se referem a uma determinada época histórica do modo de produção capitalista, mas tratam das leis universais de seu funcionamento. Conforme ele confirma,

[...] a finalidade última desta obra é desvelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna, ela não pode saltar suas fases naturais de desenvolvimento, nem suprimi-las por decreto (MARX, 2017, p. 79).

Voltando à construção teórica que Azevedo (2017) empreende, cabe um destaque importante quando trata da relação da categoria trabalho com o Serviço Social, pois esse é um ponto importante de sua análise e, em nossa compreensão, relevante para as expectativas levantadas aos leitores em relação ao caminho que traça nas suas análises. Ela destaca um pressuposto para entender o Serviço Social como trabalho:

Para compreender a atividade realizada por assistentes sociais como trabalho, torna-se necessário considerar as relações que moldam a sociabilidade capitalista em diversas épocas históricas (AZEVEDO, 2017, p. 105).

Ao fazer essa afirmação, em nosso entendimento, ela pressupõe que, para

conseguir compreender o trabalho dos assistentes sociais, requer desvelar a categoria trabalho e, principalmente os fundamentos que possibilitem o entendimento da própria sociedade capitalista. Desta forma, a trajetória construída por nosso estudo sobre a categoria trabalho e a abordagem que Azevedo (2017) faz, apontam para os seguintes questionamentos: “À medida que Azevedo (2017) constrói o seu estudo, qual é o tratamento atribuído a categoria trabalho na perspectiva marxista? Como estabelece a relação com o Serviço Social?”

Dando início ao diálogo, em relação ao tratamento dado à categoria trabalho por Azevedo (2017), no item 2.1 de sua tese, retomamos o momento em que ela trata das referências analíticas do trabalho no capitalismo. Ela conceitua a categoria trabalho na perspectiva ontológica, referenciando Marx, *O Capital*, Livro I:

[...] processo de que participam o homem e a natureza, processo que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio com a natureza [...] põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos – a fim de apropriar-se dos recursos da natureza imprimindo-lhes forma útil à vida humana (AZEVEDO, 2017, p. 65-66).

Para a autora, respaldando-se na referência de Marx (2001), o trabalho busca responder às necessidades sociais, do estômago à fantasia. Avançando nos estudos de Azevedo (2017), percebe-se a necessidade buscar aprofundamentos e, nesse sentido, ela cita categorias, ainda no item 2.1 de sua tese, quando trata das referências analíticas do trabalho no capitalismo, destacando-se: força de trabalho, meios de produção, dimensão concreta do trabalho, valor de uso e trabalho concreto.

Mesmo apontando a importância de aprofundar os estudos, abordando essas categorias, nesse momento da sua construção ainda não são definidos elementos caracterizadores do modo de produção capitalista.

Primeiro, no próprio processo de trabalho já surgem dois elementos constitutivos das forças produtivas: a força de trabalho e os objetos/meios de produção (Marx, 2001). O uso da força de trabalho põe em ação a capacidade de dispêndio das forças naturais do corpo do homem que, ao dispor dos meios de produção (instrumentos e recursos) concretiza o próprio trabalho. Segundo, a forma útil à vida humana corresponde à dimensão concreta do trabalho, a produção de valores de uso que respondem às necessidades humanas, configurando-se a dimensão qualitativa do trabalho, ou seja, o trabalho concreto. Terceiro, a própria interação do homem com a natureza para a transformação das matérias naturais em produtos que respondam às suas necessidades, e adequada a um fim corresponde o próprio trabalho (Marx, 2001) (AZEVEDO, 2017, p. 66).

Identificamos que Azevedo (2017) explora a categoria trabalho em geral, ou seja, o trabalho respondendo às necessidades humanas, mas não restringe as suas análises a essa categoria. Seguindo a sua construção, apresentada no item 2.1 de sua tese, momento em que aborda as referências analíticas do trabalho no capitalismo, Azevedo (2017) faz a opção de abordar a explicação sobre a produção de mercadorias, primeiro destacando que esse processo ocorre com o modo de produção capitalista, dando a entender que em outros períodos históricos não havia produção de mercadorias. Além disso, expressa que a mercadoria condensa valor de uso e valor de troca.

Na divisão social do trabalho a partir da apropriação privada dos meios de produção, chega-se à produção de mercadorias. Antes em qualquer que seja a forma social das sociedades, produziam-se bens, valores de uso. No modo de produção capitalista, produz-se mercadoria, que é unidade que condensa valor de uso e valor de troca (AZEVEDO, 2017, p. 69).

Pressupõe-se que a análise de Azevedo (2017) está amparada no aporte teórico de Marx, *O Capital*, Livro I, pois, conforme abordamos na seção 4, é por esse caminho que o teórico inicia as suas análises sobre a sociedade capitalista. Entretanto, aqui destacamos que, para Marx (2017), o diferencial da sociedade capitalista não é a produção de mercadorias, mas sim de capital. Compreender o processo de produção de mercadorias, porém, é um pressuposto fundamental para o entendimento da sociedade capitalista.

Coadunamos, assim, com o entendimento de Tumolo, Oliveira e Bueno (2021, p. 121), ao conceberem que

Marx apresenta a forma elementar com que se manifesta esse modo de produção: a mercadoria; e, a partir desta forma elementar, desenvolve todo um conjunto categorial que encontra a sua culminância no processo global de produção de capital e em suas crises.

Alertamos para o fato de que a compreensão do processo de produção de mercadorias é um importante elemento, no entanto, o seu surgimento não ocorre a partir da era capitalista, pois em outros momentos históricos é registrada a presença de mercadorias. O que ocorre na sociedade capitalista é que ela ganha aí um novo *status*, passa a ter centralidade no âmbito das relações sociais, portanto, torna-se necessário o seu desvelamento para se chegar à compreensão dessa sociedade.

Realizadas as ponderações sobre a produção de mercadorias, Azevedo (2017) também afirma que a mercadoria se constitui em valor de uso e valor de troca. Marx (2017, p. 114), ao fazer essa abordagem, destaca que na sociedade que irá analisar, no caso, a capitalista, os valores de uso “[...] constituem ao mesmo tempo, os suportes materiais do valor de troca”. No entanto, destaca-se que Marx (2017, p. 116) em continuidade dos seus estudos também desvenda que, a rigor, isso está errado, pois a mercadoria é unidade entre valor de uso e valor:

Na própria relação de troca das mercadorias, seu valor de troca apareceu-nos como algo completamente independente de seus valores de uso. Se abstrairmos agora do valor de uso dos produtos do trabalho, obteremos seu valor tal como ele foi definido anteriormente. O elemento comum, que se apresenta na relação de troca ou no valor de troca – das mercadorias, é, portanto, seu valor.

Azevedo (2017) trata da mercadoria em dois momentos. No primeiro, referenciando *O Capital*, conforme consta no Capítulo 2, item 2.1 de sua tese, que intitulou: “A lógica do trabalho no capitalismo – referências analíticas”. Mas, ao final desse capítulo, no item 2.3, quando trata da categoria trabalho e a relação com o Serviço Social, lança mão de Dal Rosso e esse, por sua vez, cita Marx, para abordar a categoria mercadoria:

[...] Marx (1975 apud Dal Rosso, 2014) afirma que desde a enunciação originária da teoria, a mercadoria jamais foi compreendida como bem material, físico, apenas, mas também produzidas para saciar necessidades materiais ou para atender a desejos da fantasia, do espírito encontrados em todos os momentos da história humana (AZEVEDO, 2017, p. 112).

Em nossa percepção, sobre a compreensão da categoria mercadoria, Dal Rosso sustenta a princípio, em sua concepção, o entendimento apresentado por Marx (2017), em *O Capital*.

Dando continuidade ao diálogo, no conteúdo que Azevedo (2017) trata no Capítulo 2, item 2.1, quando trata das referências analíticas do trabalho no capitalismo, aborda a sua concepção da categoria valor de uso. Esta concepção apresenta convergência com os fundamentos que apresentamos na seção 4 desta tese. Azevedo (2017) afirma, conforme Marx (2017), que o valor de uso é o conteúdo da riqueza em qualquer forma social, como também o veículo do valor de troca:

[...] a utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso. [o valor natural de

qualquer coisa consiste em sua capacidade de prover as necessidades ou de servir às comodidades da vida humana]. Mas essa utilidade não é algo aéreo. Determinado pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria, só existe através delas. A própria mercadoria como ferro, trigo, diamante etc, não é por isso um valor de uso, um bem. Esse caráter da mercadoria não depende da quantidade de trabalho empregado para obter suas qualidades úteis. Ao se considerarem valores-de-uso, sempre se pressupõem quantidades definidas, como uma dúzia de relógios, um metro de linho, uma tonelada de ferro, etc. Os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela. Na forma da sociedade que vamos estudar [capitalista], os valores-de-uso são ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor-de-troca (AZEVEDO, 2017, p. 69).

Em outro momento do item 2.1, no conteúdo apresentado sobre as referências analíticas do trabalho no capitalismo, Azevedo (2017) também explica como se configuram as categorias trabalho concreto e trabalho abstrato. No primeiro momento busca a explicação de Padilha (2000), como também de Marx (2001):

Cada trabalho concreto que produz valor de uso por essa característica pode se distinguir de outros trabalhos concretos, mas os trabalhos abstratos se igualam criando valores de troca e reafirmando a importância, agora, da sua quantidade (Padilha, 2000). Assim afirma Marx (2001, p. 46) que, na sociedade capitalista, os valores de uso constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do valor de troca (AZEVEDO, 2017, p. 71, grifos nossos).

A abordagem em relação ao conteúdo da categoria trabalho concreto converge com a nossa perspectiva, tal como apresentamos na base teórica na seção 4 desta tese. Merece destaque na explicação da autora, quando se refere à categoria trabalho abstrato, o fato de que primeiro ela a aborda como “trabalhos abstratos”, pois em nosso entendimento, Marx (2017, p. 116) em *O Capital*, quando trata dessa categoria, refere-se a “trabalho abstrato”. Da forma em que é realizada a abordagem por Azevedo (2017), sugere que existem várias formas de trabalho abstrato, mas o teórico é incisivo nesse aspecto:

Com o caráter dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a *trabalho humano abstrato* (MARX, 2017, p. 116, grifos nossos).

Uma outra questão é em relação ao trabalho abstrato, pois, segundo os fundamentos de Marx (2017), o trabalho humano abstrato tem como resultado o valor. Nesse sentido, explicam Tumolo, Oliveira e Bueno (2021, p. 123): “O resultado do

trabalho concreto, como vimos, é um valor-de-uso; o resultado do trabalho humano abstrato, diversamente, tem como resultado o valor”.

Em outro momento da tese, no item 2.3, “O trabalho e o (a) trabalhador (a): dimensões profissionais”, quando trata dos fundamentos da categoria trabalho na perspectiva marxiana, estabelecendo relação com o Serviço Social, Azevedo (2017) apresenta a definição de “trabalho concreto”, agora com base em lamamoto.

lamamoto (2005, p. 66), a partir dos estudos da tradição marxista, aborda o trabalho sob dois ângulos indissociáveis. O trabalho concreto: [as] características materiais particulares que o tornam um trabalho útil e moldam as formas particulares assumidas pelos componentes presentes em qualquer processo de trabalho: os meios ou instrumentos, a matéria-prima e a própria atividade. Acentua assim os aspectos qualitativos desse trabalho, o seu valor de uso (AZEVEDO, 2017, p. 114).

Mesmo que Azevedo (2017), tenha realizado a opção de apresentar a concepção de lamamoto sobre a categoria trabalho concreto, quando a relaciona com o Serviço Social, não identificamos, nesse ponto, divergências com a nossa compreensão, tendo como aporte teórico a obra *O Capital*, de Marx (2017).

Em seguida, na continuação dessa descrição, possivelmente há a intenção de apresentar a categoria trabalho abstrato, a partir de Marx, mas ela não a identifica nesse momento da explicação.

Ao mesmo tempo, esses elementos podem ser abordados a partir da quantidade de trabalho socialmente necessário que se materializa independente da forma útil que assumem, destacando os valores que se expressam na troca de mercadorias equivalentes, medidos pelo tempo (Marx, 2001) (AZEVEDO, 2017, p. 114).

O autor aborda o conteúdo da categoria trabalho abstrato em dois momentos de sua tese. No primeiro, quando trata das referências analíticas do trabalho no capitalismo e faz o uso dos fundamentos da fonte original *O Capital*, especificamente no item 2.1 de sua tese. Azevedo (2017) a destaca então como sendo o “valor de troca”, como também especifica que a sua medida é o tempo de trabalho socialmente necessário.

O trabalho abstrato (valor de troca) é medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de dada mercadoria, que é o que configura a lei do valor (AZEVEDO, 2017, p. 71).

O outro momento de abordagem da categoria trabalho abstrato por Azevedo (2017) localiza-se no item 2.3 de sua tese, ao estabelecer a relação com o Serviço Social, referenciando Yamamoto (2011, p. 62):

[...] o segundo ângulo do trabalho está na natureza que serve à satisfação das necessidades humanas e se torna social sob a forma de trabalho abstrato, uma partícula da massa homogênea e impessoal (AZEVEDO, 2017, p. 115).

Em nossa compreensão, conforme especificado na base teórica apresentada nos fundamentos na seção 4 desta tese, a compreensão de Azevedo (2017) a partir de Yamamoto sobre a categoria trabalho abstrato, merece considerações. Reiteramos que Marx (2017), em *O Capital*, identifica que o conteúdo produzido pelo trabalho humano abstrato é valor, uma importante categoria em conjunto com outros elementos que possibilitam desvelar o processo de produção de capital. Ao se abdicar dela, corre-se o risco de não se compreender a fundo essa determinação.

Na primeira abordagem de Azevedo (2017), sobre a categoria trabalho abstrato, no item 2.1 de sua tese, em nossa compreensão existe um equívoco, pois a pesquisadora trata do tempo de trabalho socialmente necessário como o conteúdo do trabalho abstrato. Marx (2017), em *O Capital*, demarca que o conteúdo do trabalho humano abstrato é o “trabalho humano indiferenciado”, e que esse, por sua vez, é a “substância do valor”. Já a “grandeza do valor”, por sua vez, é que é a quantidade de trabalho humano abstrato, medida pelo tempo socialmente necessário (horas, minutos...). Como se verifica, a categoria valor é de fundamental importância para compreender esse processo, por isso o autor afirma que o:

[...] valor de uso ou um bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. *Mas como medir grandeza de seu valor? Por meio da quantidade de ‘substância formadora de valor’, isto é, da quantidade de trabalho nele contida. A quantidade de trabalho possui, por sua vez, seu padrão de medida em frações determinadas de tempo como hora, dia etc* (MARX, 2017, p. 116, grifos nossos).

Salientamos que Azevedo (2017) não abdica de abordar a categoria valor na totalidade de seu estudo, entretanto, isso é realizado em outro momento do item 2.1, ou seja, fica descolado da abordagem da categoria trabalho abstrato. Essa é a sua explicação:

Sabemos que o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado e seu valor-de-uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Isto se aplica também ao produto que vai para as mãos do capitalista, como resultado do processo de trabalho. De início, temos, portanto, de quantificar o trabalho materializado nesse produto (Marx, 2001, p. 220) (AZEVEDO, 2017, p. 71, grifos nossos).

Nessa abordagem, Azevedo (2017) destaca que o valor é determinado pela quantidade de trabalho. Marx (2017), conforme já descrevemos na seção 4, desta tese, destaca não ser qualquer tipo de trabalho, mas trabalho abstrato “[...] trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho humana” (MARX, 2017, p. 117).

Já em relação ao tratamento de Azevedo (2017), sobre a relação entre valor de uso e tempo de trabalho socialmente necessário, em nossa compreensão, essa afirmação torna-se incorreta. Quando Marx (2017), em *O Capital*, faz referência à categoria trabalho socialmente necessário, conforme abordamos, ele está tratando da grandeza do valor, está especificamente estabelecendo relação com a categoria valor, e não com a categoria valor de uso. Destacamos que na abordagem em relação à categoria valor de uso, a definição expressa pelo teórico alemão é a de que ele está relacionado com as especificidades de trabalhos individuais, particulares, e, nesse caso, conseqüentemente, o tempo de trabalho é diferenciado, pois depende das condições objetivas de cada processo trabalho.

Em outro momento, ainda no item 2.1, em que apresenta as referências analíticas do trabalho no capitalismo, Azevedo (2017) até trata da categoria valor, mas apenas na sua relação com o preço. Ela os distingue, referenciando Netto e Braz:

[...] o dinheiro é o equivalente universal para concretizar esse aspecto, servindo de mercadoria especial na qual todas as outras expressam seu valor. O valor de uma mercadoria, expresso em dinheiro, é o seu preço (Netto e Braz, 2007, p. 89) (AZEVEDO, 2017, p. 71, grifos nossos).

Não é apresentada nesse momento, pela autora, a relação entre as categorias trabalho humano abstrato e a produção de valor.

Em seu estudo, no item 2.1, ao apresentar as referências analíticas, a autora em análise também aborda sua leitura sobre a exploração da força de trabalho. Ela especifica a relação assalariada como sendo característica da compra e venda da força de trabalho, em uma sociedade dividida em classes sociais.

Aqui, localiza-se a especificidade deste modo de produção: a relação assalariada de compra e venda da força de trabalho, configurando a

exploração do ser social (capitalista) sobre o ser social (trabalhador [a]). E essa relação entre detentores e não detentores dos meios de produção conforma as classes sociais nesse modo de produção, apresentando-se como burguesia/capitalista e classe trabalhadora (AZEVEDO, 2017, p. 70, grifos nossos).

Tal como apresentamos na seção 4, em *O Capital*, Marx (2017) chega à compreensão da força de trabalho como mercadoria a ser vendida, processo que culmina na exploração, ou seja, constituinte no modo de produção capitalista. No entanto, esse processo merece explicações mais detalhadas.

Como já abordado, a produção de capital não ocorre no processo de compra e venda de mercadorias. Em relação à mercadoria força de trabalho, Marx (2017) destaca que a relação entre compradores da força de trabalho e vendedores da força de trabalho é justa. No capítulo 3, item 3, momento em que trata da compra e venda de força de trabalho, explica que condições foram criadas para esse processo, demonstrando, inclusive, que no mundo das mercadorias, a força de trabalho é trocada pelo seu equivalente, ou seja, ela é trocada por seu justo valor.

Já no Capítulo 5, item 2, denominado “O processo de valorização”, Marx (2017) avança em suas explicações e desvela que o processo de exploração está localizado na esfera da produção, no momento em que se consome o valor de uso da mercadoria força de trabalho, conforme tratamos na seção 4 desta tese.

Na explicação sobre a produção de “mais-valia”, Marx (2017) deixa explícito que a força de trabalho é a única mercadoria capaz de produzir, por meio de sua jornada de trabalho, um excedente. Esse por sua vez, se constituiu em mais-valia e possibilita a produção de capital. Todo esse processo, conforme demonstramos, não viola nenhuma das partes. Tumolo (2019, p. 40) destaca que:

[...] a transformação do dinheiro em capital não pode provir, em hipótese alguma, da circulação simples de mercadorias, qualquer que seja sua forma, mas exclusivamente do intercâmbio de uma mercadoria única e específica, qual seja, a força de trabalho, já que a utilização de seu próprio valor de uso tem a característica peculiar e exclusiva de ser fonte de valor. Não é por outra razão que, na sequência, discorre sobre o valor da força de trabalho, que corresponde a um determinado quantum de trabalho abstrato socialmente necessário para produzir a massa de meios de subsistência necessária para a produção e reprodução normais da vida do trabalhador e de sua família, e encerra o capítulo apresentando a cena na qual os personagens do drama, capitalista e proletário, são constrangidos a estabelecer o contrato de compra e venda da força de trabalho, renunciando, de maneira inteligentemente irônica, que é por intermédio desta relação contratual, na qual são cumpridos todos os preceitos liberais e todas as leis do intercâmbio de mercadorias, que o trabalhador ‘leva sua pele para o curtume para ser esfolado’.

Azevedo (2017), no conteúdo 2.1 de sua tese, ainda abordando as referências analíticas do trabalho no capitalismo, também trata da relação da mercadoria força de trabalho com a produção de mais-valia.

A força de trabalho se diferencia das outras mercadorias por criar valor e mais valor do que o necessário para sua reprodução, ou seja, gera um valor superior ao que custa. Esse valor excedente apropriado pelo capitalista é a mais-valia, razão de ser do modo de produção capitalista, adquirida pela compra da mercadoria força de trabalho pelo seu valor de troca e se apropriando de todo o seu valor (AZEVEDO, 2017, p. 73-74, grifos nossos).

Como indicamos, o capitalista consome valor de uso da força de trabalho e assim se produz valor e mais-valor. Azevedo (2017) também destaca a mercadoria força de trabalho e sua importância no processo de produção de mais-valia e de capital:

[...] força de trabalho, que é a mercadoria a garantir a continuidade do processo produtivo e, por conseguinte, de exploração de mais-valia que valoriza o capital (AZEVEDO, 2017, p. 75).

Coadunamos com esse conteúdo, pois, conforme apresentado em nossa base teórica, a força de trabalho é uma mercadoria especial, já que ela é capaz de produzir um excedente, o mais-valor e, portanto, o capital.

Dando sequência à abordagem sobre categoria trabalho, no item 2.1 de sua tese, ainda apresentando as referências analíticas do trabalho no capitalismo, Azevedo (2017) descreve a concepção de trabalho produtivo, tanto o que gera mais-valia, como também o que gera valor de uso:

[...] é produtivo o trabalhador que executa um trabalho produtivo e é produtivo o trabalho que gera diretamente mais-valia, isto é, que valoriza o capital (Marx, 2004b, p. 109). E acrescenta "[...] é produtivo todo o trabalho que produz, em geral, ou que desemboca num produto, ou num valor de uso, em resumo, num resultado' (Marx, 2004b, p. 109). E para além disso Marx (2004) sugere compreender o trabalho produtivo a partir de dois pontos de vista. O primeiro é o processo de trabalho e o segundo, o processo capitalista de produção. Em relação ao primeiro, é *produtivo aquele trabalho que se realiza num produto*, mais concretamente *numa mercadoria*, que pode ser material ou imaterial. Em relação ao segundo, é produtivo aquele trabalho que valoriza diretamente o capital, que produz mais-valia (AZEVEDO, 2017, p. 77, grifos nossos).

Com base nos fundamentos que tratamos na seção 4, desta tese, em nossa compreensão, ao tratar sobre o trabalho produtivo, Azevedo (2017) apresenta um

equivoco. No primeiro momento, em que remete o trabalho produtivo como sendo o produtor de mais-valia, converge com a concepção de Marx (2017), como definido em *O Capital*, portanto, com a nossa.

Já no segundo momento, em que Azevedo (2017) explica a concepção de trabalho produtivo como o trabalho executado que deve resultar em um produto, em nosso entendimento ela não aprofunda a diferenciação que é necessária, apenas remetendo a concepção de trabalho produtivo ao processo de trabalho. Marx (2017, p. 258) trata desses elementos no Capítulo 5, item 1, denominado “O processo de trabalho”, em *O Capital*.

No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. Ele fiou, e o produto é um fio.

Nessa compreensão, Marx (2017) afirma que o trabalho resulta em um produto. Entretanto, ele destaca nessa explicação, especificamente em uma nota de rodapé, que essa determinação de trabalho produtivo não é suficiente para explicar o processo de produção capitalista, o que faz toda a diferença na análise. Com essa explicação, o teórico deixa explícita a necessidade de prosseguirmos em seus estudos para, de fato, compreendermos a determinação capitalista.

Desta forma, Marx (2017) não encerra a sua explicação no resultado do processo simples de trabalho, ele prossegue na discussão e adentra na concepção de trabalho produtivo referindo-se à especificidade da relação social estabelecida, ou seja, ao processo de valorização, e ele o conceitua como produtor de mais-valia, portanto, é esse significado dado ao trabalho produtivo de capital. O teórico alemão explica que:

O processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias (MARX, 2017, p. 273).

Para se chegar à compreensão de trabalho produtivo, isso requer levar em

consideração o caminho que Marx (2017) realiza em *O Capital* sobre a categoria trabalho, perpassando pelas categorias trabalho em geral, trabalho concreto, trabalho abstrato e, por fim, trabalho produtivo de capital. Esse processo teórico requer, como apresentamos, compreender tanto essas categorias, como também o movimento de abstração entre elas. Esse movimento ainda permite distinguir o processo simples de trabalho, dos processos de produção de valor e de produção de mais-valor.

Ainda tratando das referências analíticas do trabalho no capitalismo apresentadas por Azevedo (2017), no item 2.1 de sua tese, ela aponta que Marx, no Capítulo VI Inédito *d'O Capital*, chega a duas conclusões no que se refere ao trabalho produtivo e improdutivo, abordando mais um elemento, o “trabalho coletivo”:

A primeira é que a *ideia de trabalho produtivo e improdutivo aponta para a noção de trabalhador coletivo*, que não é o trabalhador singular, mas, cada vez mais, uma capacidade de trabalho socialmente combinada que se converte no *agente real do processo de trabalho em seu conjunto* (Marx, 2004b) e que também valoriza conjuntamente o capital.

A segunda é que o trabalhador possuidor de sua mercadoria força de trabalho defronta-se com o capital sob a forma de assalariamento, ou seja, ‘a sua capacidade de trabalho e o seu trabalho incorporam-se diretamente como fatores vivos no processo de produção do capital’ (Marx, 2004, p. 111), representando o capital de forma a aumentá-lo (AZEVEDO, 2017, p. 77, **grifos nossos**).

Em nossa percepção, existem confusões na relação entre as categorias. Primeiro, porque trabalho produtivo e improdutivo se distinguem, conforme descreve Marx (2017), pela produção ou não de mais-valia, portanto, não valorizam conjuntamente o capital.

Quando Marx (2017) faz referência à necessidade de abstrair o conteúdo do trabalho concreto, ou seja, as especificidades do trabalho, é o movimento que o teórico está apontando como indispensável para se chegar à compreensão da categoria trabalho abstrato. Nesse sentido, a forma como Azevedo (2017) apresenta sugere ao leitor que ela substituiu a categoria trabalho abstrato por “trabalho coletivo”.

No entanto, em outro momento do item 2.1 de sua tese, quando trata das referências analíticas do trabalho no capitalismo, Azevedo (2017) faz outra abordagem sobre a compreensão do trabalho produtivo ou improdutivo, afirmando que se deve observar a forma social das relações de trabalho que o trabalhador se insere. Nessa abordagem ela referencia Marx, Capítulo VI Inédito *d'O Capital*:

Nessa lógica, é preciso observar a forma social das relações de trabalho em

que o trabalhador se insere para compreender sua produtividade ou improdutividade. Marx (2004b, p. 111) aponta que 'todo o trabalhador produtivo é um assalariado, mas nem todo assalariado é um trabalhador produtivo', servindo ambas as relações sociais ao modo de produção capitalista (AZEVEDO, 2017, p. 77, grifos nossos).

Em outro momento, referenciando *O Capital*, Azevedo (2017) aborda a condição de assalariamento dos trabalhadores, mas ressalta que essa determinação não caracteriza o fato dele ser produtivo ou improdutivo. No desenvolvimento de seu estudo, mais a frente, apresenta sua compreensão, apontando que essa configuração leva em consideração o estabelecimento de relações sociais a partir da compra e venda da força de trabalho, configurando-se em produtiva e improdutivo:

Marx (2004) reconhece a possibilidade de que atividades humanas distintas daquelas de transformação da natureza se submetem a lógica do capital. *Sua conversão em trabalho assalariado, valorizando o capital, depende variavelmente, da forma que esta atividade se insere no processo de relações sociais de compra e venda da força de trabalho, aproximando-se da esfera produtiva ou improdutivo* (AZEVEDO, 2017, p. 112).

Compreendemos que Azevedo (2017) da forma tal como apresenta a relação entre trabalho assalariado e a sua qualificação em produtivo ou improdutivo, apresenta um equívoco. Conforme já destacamos, a relação de compra e venda da mercadoria força de trabalho não fundamenta a explicação de trabalho improdutivo ou produtivo, o que define o trabalho ser ou não produtivo, tal como Marx (2017) explica, é a produção de mais-valia.

É no item 2.3 de sua tese que Azevedo (2017) estabelece a relação entre a categoria trabalho e Serviço Social. Percebe-se nesse movimento conteúdos de fundamentos relacionados à categoria trabalho em geral, tal como Marx (2017) trata em *O Capital*. No entanto, a sua abordagem parte de Yamamoto.

Compreender o trabalho do(a) Assistente Social como integrado a processos de trabalho permite relacioná-lo com a prática da sociedade, tendo em vista que *pelo trabalho o homem se afirma como criador e vive as autotransformações advindas daquele*. Esse ato de criar, que é o trabalho em si, possui 'uma dimensão ética, como atividade direcionada a fins, que tem a ver com valores, como o dever ser, envolvendo uma dimensão de conhecimento e ético-moral' (Yamamoto, 2005, p. 61) (AZEVEDO, 2017, p. 105, grifos nossos).

Azevedo (2017) faz essa relação tentando justificar o trabalho como a ação com capacidade de criação. Na esteira desse processo, também no item 2.3, de sua tese,

a autora apresenta a crítica realizada por Lessa e Costa à compreensão de Serviço Social como trabalho, tendo como base os escritos de Almeida e Alencar:

Esses autores consideram que a ampliação do conceito de trabalho para abarcar os espaços produtivos e improdutivo, não estaria sendo fiel ao sentido primário desta categoria (apontado por Marx), diluindo a diferença entre o trabalho e as demais práticas sociais. Assim, defendem que o Serviço Social, por não atuar diretamente sobre a natureza e, portanto, não produzindo um valor-de-uso material, não seria trabalho, mas pertenceria ao 'complexo da ideologia' dada a natureza de sua função na divisão social e técnica do trabalho (Almeida; Alencar, 2011, p. 135) (AZEVEDO, 2017, p. 108).

Embora Azevedo (2017) cite essas críticas em sua tese, foi possível identificar a sua filiação em relação à concepção de trabalho do assistente social apresentada por Iamamoto. Conforme já tratamos nesse estudo, a nossa leitura empreendida na obra *O Capital* de Marx (2017) demonstra que o que torna o trabalho produtivo ou improdutivo não é de forma alguma o resultado do processo de trabalho simples, ou seja, no que esse trabalho deve resultar, se em um produto material ou não. Não coadunamos com a compreensão que Lessa e Costa⁹ defendem sobre o trabalho do assistente social, entretanto, esse debate não é objeto desta tese, e aprofundá-lo extrapola os limites deste estudo.

Salientamos que, para se chegar à compreensão de trabalho produtivo, conforme Marx (2017) apresenta, isso requer abstrair o conteúdo do trabalho concreto (tanto a atividade em si, quanto a produção do valor de uso), avançando assim para a compreensão de trabalho abstrato. Ou seja, não é tratar de qualquer tipo de trabalho, mas de trabalho indiferenciado (independente do fato de que seja intelectual ou manual, simples ou complexo). Esse processo se constitui na produção de valor, já que o trabalho abstrato é o conteúdo do valor.

Também no processo de produção de mais-valor deve-se levar em consideração esses fundamentos, mas que são subsumidos no movimento de compreensão. Dessa forma, o que determina se o trabalho é produtivo ou não de capital, é a relação social de produção estabelecida, se produz ou não mais-valor ou capital, e não a verificação do resultado final da atividade empreendida, se resulta em um produto material ou não. Em nossa compreensão, não é esse, portanto, o foco da análise do teórico alemão.

⁹ Em nossa opinião, em outro momento seria importante dar continuidade às pesquisas tendo como foco a abordagem da categoria trabalho por esses autores, nas suas referidas obras.

Após situar esse debate, Azevedo (2017), no item 2.3 de sua tese, reafirma a sua compreensão tendo como referência a perspectiva de Yamamoto, situando que não há como restringir a compreensão do trabalho na relação homem e natureza, pois outros elementos são necessários para desvelar o trabalho no modo de produção capitalista. Ela busca assim fundamentar como trabalho o realizado na esfera dos serviços:

[...] não como atividade que se esgota na relação entre homem e natureza, mas de forma ampliada, que responde ao contexto histórico, assumindo novas formas balizadas pelas particularidades do modo de produção capitalista. E, a partir disso, *reconheço a esfera dos serviços, na qual se encontra o Serviço Social, como constitutiva desse processo* (AZEVEDO, 2017, p. 110, grifos nossos).

A autora especifica a necessidade de aprofundar os fundamentos do trabalho do assistente social para além do seu sentido ontológico, ou seja, da relação homem-natureza, e reconhece que existem elementos para serem levados em consideração para a análise do trabalho no capitalismo. Em nosso entendimento, porém, a opção de Azevedo (2017) não foi de desvelar a determinação capitalista no trabalho do/da assistente social, mas sim de localizá-lo, em sua análise, pela sua vinculação com a esfera dos serviços, mantendo-se no âmbito restrito de sua caracterização enquanto trabalho concreto.

Dando sequência em seus argumentos, ela apresenta a sua compreensão de “serviços”, na tentativa de justificar a materialidade do trabalho do assistente social e a geração de mais-valia:

[...] é a *geração de mais-valia* que se coloca como critério definidor do *valor* do trabalho e não na materialidade ou imaterialidade do conteúdo, conforme já abordamos. Marx (2004, p. 118) aponta que ‘serviço não é em geral mais do que uma expressão para o valor de uso particular do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa, mas como atividade’ (AZEVEDO, 2017, p. 112).

Azevedo (2017), ao fazer as explicações, incorre em equívocos na articulação das categorias. Primeiro porque não dá para afirmar que a geração de mais-valia é o critério definidor do valor do trabalho. A categoria valor foi abordada por Marx (2017, p.122) no Capítulo 1, quando trata da mercadoria, especificando que “[...] o valor da mercadoria representa unicamente trabalho humano”. Nesse momento, o teórico já está tratando do processo de produção de valor e do trabalho abstrato.

Somente no Capítulo 5 *d'O Capital*, especificamente no item que aborda o processo de valorização, Marx (2017) vai desvelar o processo de produção capitalista, afirmando ser a unidade entre “[...] processos de trabalho e de valorização” (MARX, 2017, p. 273). De fato, não é a materialidade ou imaterialidade do conteúdo que configura o trabalho, no entanto, também não é a geração de mais-valia que define o valor do trabalho.

Na sequência, Azevedo (2017) afirma que a configuração de “serviço” está relacionada a uma característica particular do trabalho, portanto, fica restrita ao trabalho concreto. Dessa forma, vai se evidenciando que, embora Azevedo (2017) demonstre a preocupação em apresentar a determinação capitalista sobre o trabalho do assistente social, conforme já especificado, à medida que avança em suas análises, elas permanecem restritas às particularidades do trabalho, já que faz a opção em analisá-lo a partir da sua característica de “serviço”. Nesse sentido, mesmo reconhecendo que empreender análises no campo do trabalho concreto não é o pressuposto para desvelar a determinação capitalista, ao desenvolver a sua análise ela permanece circunscrita a esse campo.

Em outro momento, no item 2.3 de sua tese, quando aborda o trabalho do/da assistente social, Azevedo (2017) acrescenta a concepção de Dal Rosso, referenciando-o para discutir sobre o conteúdo do trabalho do assistente social ser ou não material. Ela o descreve como:

[...] trabalho que não é material, que envolve desgaste físico, relacional, psíquico e emocional, principalmente no caso de assistentes sociais que atuam diretamente com as expressões da ‘questão social’ na vida concreta dos indivíduos sociais.

No trabalho imaterial:

O trabalhador faz uso de outras faculdades além da energia física. Faz uso de sua inteligência, de sua capacidade de concepção, de criação, de análise, de lógica. Emprega os componentes de afetividade ao relacionar-se com as pessoas [...]. Utiliza as experiências adquiridas anteriormente no trabalho, sejam em termos relacionais e grupais, sejam em termos de habilidades individuais [...]. Toda definição de trabalho passa por um certo componente de reflexão intelectual ou envolvimento do trabalhador que não seja apenas exercício de força física [...]. O trabalho ocupa a pessoa como um todo.

Nos serviços imateriais, assim como já ocorre de forma mais comum no trabalho material, o trabalhador é cada vez mais cobrado por resultados e por maior envolvimento, aparecendo a intensificação.

Assim, Dal Rosso (2008) coloca os serviços sociais no setor que faz mais apelo à inteligência, à afetividade, à capacidade de representação cultural e à capacidade de relacionar-se (AZEVEDO, 2017, p. 101).

Mais à frente do estudo, Azevedo (2017) especifica a “materialidade da

mercadoria” do trabalho do/da assistente social, qualificando, referenciando lamomoto, como não sendo material, mas que possui uma utilidade:

Assim, reafirmamos que ao abordar a materialização do trabalho sob a forma de mercadoria, refere-se apenas a um modo de existência figurada, puramente social, que nada tem a ver com sua forma corpórea {lamamoto, 2011}. O que corresponde à realidade do Serviço Social, sendo serviço útil como atividade e não como coisa material (AZEVEDO, 2017, p. 112).

Percebemos que a sua preocupação está em rebater a tese de que o processo de trabalho do Serviço Social não resulta em uma materialidade, para firmá-lo como trabalho. Em nossa compreensão, quando se refere a esse processo, ela está tratando apenas do trabalho concreto desenvolvido pelo Serviço Social, ou seja, sua análise restringe-se somente ao valor de uso que ele produz.

Essa abordagem de Azevedo (2017), em relação ao trabalho do/da assistente social, não permite assim avançar em suas análises para desvelar os determinantes da relação social de produção estabelecida nesta sociedade. Marx (2017), à medida que vai realizando o seu constructo sobre a categoria trabalho sob a determinação capitalista, aponta ser necessário abstrair o conteúdo do trabalho concreto (as particularidades do trabalho), pois esse tem por finalidade produzir valor de uso. Só então é possível chegar à compreensão da categoria trabalho abstrato e ele, por sua vez, tem a finalidade de produzir valor. É apenas levando em consideração esse processo que se torna possível o entendimento de como se produz mais-valor, ou seja, capital. Do contrário, as análises ficam restritas às particularidades do trabalho do/da assistente social, ou seja, à esfera do trabalho concreto.

Na esteira da construção de argumentos sobre a materialidade do trabalho, Azevedo (2017) referencia Dal Rosso, que questiona a dimensão do tempo de trabalho por meio do tempo médio socialmente necessário. Nesse momento, especifica que o trabalho imaterial não pode ser analisado a partir da teoria do valor, apontando a necessidade de superar, ou ainda, alargar a compreensão, para contemplar outras dimensões qualitativas.

A teoria do valor trabalho considera a dimensão tempo de trabalho por meio do tempo médio socialmente necessário.

Dal Rosso (2008) problematiza essa questão acreditando que *o trabalho imaterial escapa desse esquema*, e identifica dois caminhos que podem ser tomados a partir desse impasse:

O primeiro consiste em supor que *a teoria do valor está sendo superada pela divisão social do trabalho* tendo que se desenvolver outras categorias para

analisar a luta de classes e a própria sociedade do trabalho. Outro consiste em *alargar as tradicionais noções da teoria do valor no sentido de incorporar a produção de valor também em diversas atividades imateriais* (Dal Rosso, 2008, p. 34-35).

O segundo caminho se coloca como um desafio, pois trata de *incorporar as dimensões qualitativas* como inteligência, afetividade e sociabilidade no trabalho à *concepção de tempo médio socialmente necessário* (Dal Rosso, 2008) (AZEVEDO, 2017, p. 102, grifos nossos).

Antes de discutir essa posição, identificamos que Azevedo (2017) referencia Dal Rosso para articular tal posição com os escritos de Antunes, explicando a distinção entre o tempo médio social para criação de mais-valia e o tempo médio da produtividade do Estado.

Ricardo Antunes exemplifica com a produção descentralizada, que a mais-valia hoje só pode ser um tempo médio [...] *uma coisa é o tempo médio para criação da mais-valia e outra é o tempo médio da produtividade do Estado* [que é improdutivo] na era neoliberal. É uma similitude, não um decalque. Continua apontando que, em alguns espaços você não tem o trabalho produtivo, mas você tem o *modus operandi* do privado adentrando o público. Há uma lógica do trabalho produtivo invadindo o improdutivo.

O assalariamento em atividades governamentais ou serviços públicos não visa o lucro, mas não fica imune ao processo de intensificação. Para esse conjunto de atividades sustenta-se a *hipótese de que o processo de intensificação do trabalho é concebido, desenvolvido e testado em algum nicho do mundo capitalista empresarial* moderno, espalhando-se por força do aguilhão da competição entre empresas pelo interior das atividades governamentais e pelos setores capitalistas tradicionais com graus diversos de rapidez (Dal Rosso, 2008, p. 195-196) (AZEVEDO, 2017, p. 102, grifos nossos).

A partir dessas considerações, Azevedo (2017) destaca a sua concepção de análise, concordando com Ana Claudia Moreira Cardoso (2013), ao afirmar que: “[...] torna-se necessário partir do trabalhador, pois é ele quem realiza o trabalho e a quem portanto, recaem as exigências” (AZEVEDO, 2017, p. 102).

Tendo como referência a base teórica apresentada na seção 4 desta tese, entendemos que vários equívocos se fazem presentes no movimento categorial apresentado por Azevedo (2017) nesse momento. A primeira consideração é que Marx (2017), em *O Capital*, quando trata do tempo socialmente necessário, estabelece relação com a categoria trabalho humano abstrato que, por sua vez, como já abordamos, trata-se do trabalho humano indiferenciado, ou seja, não importa como o trabalho é realizado, se é material ou intelectual, complexo ou menos complexo, já que não é esse elemento que o determina. O que permite a troca é o valor contido nas mercadorias, que por sua vez as tornam equivalentes.

Além disso, sobre o tempo socialmente necessário, Marx (2017) o trata como a grandeza de valor, sendo que o conteúdo do valor é o trabalho humano abstrato. Nesse sentido, quando o teórico se refere ao tempo, ele não está tratando do tempo de um trabalho específico, pois ele o referencia no interior da discussão sobre a categoria trabalho abstrato, que é a média social de todos os trabalhos. Dessa forma, ao fazer a opção de abdicar desses elementos, mais uma vez, em nosso entendimento não se permite avançar nas análises do trabalho sob a determinação capitalista.

Em relação ao momento em que Azevedo (2017) se apoia em Dal Rosso, afirmando que há distinção entre o tempo de trabalho para produção de mais-valia e o tempo de produtividade no Estado, em nossa compreensão não há sentido. Vale lembrar que o trabalho produtivo se dá na relação tipicamente capitalista, com a produção de mais-valor. Já o trabalho no Estado é improdutivo, no sentido de que esse não é seu objetivo.

Considerando os referenciais apresentados por Marx (2017) em *O Capital*, o elemento central para a análise do trabalho sob a determinação capitalista é a relação social estabelecida no processo de compra e venda do trabalho. O tempo socialmente necessário é um elemento importante para essa compreensão, mas, tratado de forma desconexa do conjunto das categorias, perde o sentido.

Por fim, quando Azevedo (2017) afirma a necessidade de partir do trabalho individual para a análise sobre o trabalho do/da assistente social, em nosso entendimento, ele pode até ser o ponto de partida, mas alertamos que é totalmente insuficiente para entender de que forma a relação social capitalista o determina. Negar o caminho construído por Marx em *O Capital* sobre a categoria trabalho, reiteramos, é correr o risco de não desvelar esse processo.

A partir do apresentado na produção em estudo, com os ensaios referenciados a partir da compreensão de Dal Rosso, além de equívocos de compreensão das categorias e dos movimentos realizados por Marx (2017) em *O Capital*, concebemos que a análise de Azevedo (2017) fica limitada nas particularidades do trabalho do/da assistente social, portanto, no trabalho concreto, que não auxiliam no processo de análise construído. Como estamos problematizando o uso das referências de Dal Rosso por Azevedo (2017), alertamos para a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre as produções de Dal Rosso em relação à categoria trabalho, o que foge aos limites desta pesquisa.

Azevedo (2017), no item 2.3 de sua tese, momento em que trata da categoria

trabalho e do Serviço Social, descreve como o Serviço Social participa do processo de reprodução do capital, a partir da compreensão de Lamamoto:

[...] o (a) Assistente Social não produz diretamente riqueza com o seu trabalho, mas como parte do trabalhador coletivo e combinado, conforme já abordado, participa da divisão social e técnica do trabalho, que, no conjunto do trabalho cooperativo, cria as condições necessárias para a reprodução ampliada do capital (AZEVEDO, 2017, p. 114-115).

Pelo fato de Azevedo (2017) centrar as suas análises no conteúdo particular do trabalho do assistente social, permanece restrita ao trabalho concreto, gerando em nossa percepção graves restrições nas suas análises.

Vamos às explicações, pois em nosso entendimento, quando Marx (2017) faz referência à produção de capital nessa sociedade, ele não está tratando de um tipo de trabalho, X ou Y, já que o fundamento que leva à compreensão do trabalho que produz capital, é aquele que produz mais-valia.

Nesse sentido, mesmo entre os trabalhadores assistentes sociais, podem ter os que produzem ou não mais-valia, ou seja, os que produzem ou não capital. O que se identifica é que pouco importa o resultado de seu trabalho, o que se deve levar em consideração para desvelar a determinação capitalista sobre o trabalho do/da assistente social é a relação social estabelecida no processo de compra e venda da força de trabalho.

Sobre o processo de compra e venda da força de trabalho do assistente social, Azevedo (2017), no item 2.3, a descreve como mercadoria:

O trabalho do Assistente Social tem um efeito no processo de reprodução da força de trabalho. Essa é a única mercadoria que cria valor superior ao que ela custou para ser consumida. Assim, o Assistente Social atua sobre a força de trabalho por meio das políticas públicas e/ou serviços sociais alcançando os aspectos da sobrevivência social e material da classe trabalhadora (AZEVEDO, 2017, p. 115, grifos nossos).

Embora ela destaque no início de seu estudo a importância de desvelar as determinações do modo de produção capitalista sobre o trabalho do assistente social, Azevedo (2017) trata do trabalho do assistente social, em nossa percepção, por intermédio de uma construção teórica que demonstra mais preocupação em apresentar o processo de trabalho do/da assistente social, portanto, o foco se encontra em analisar as particularidades do seu trabalho.

Na ponderação supracitada, ela não analisa como o trabalho do assistente

social se insere na relação social que se estabelece com o processo de compra e venda da força de trabalho. Ela aborda o resultado, ou seja, o que esse trabalho provoca, ficando isso evidente quando afirma que o/a assistente social “atua sobre a força de trabalho por meio de políticas públicas ou serviços sociais”.

Em outro momento, novamente é apresentada por Azevedo (2017) a característica do processo de trabalho, ou seja, como o trabalho é desenvolvido pelo Assistente Social no âmbito do Estado, quando afirma possuir especificidades:

Ao pensar o trabalho do (a) Assistente Social no Estado, no campo da prestação dos serviços sociais, *não existe criação capitalista de valor e mais-valia, tendo em vista que o Estado ‘recolhe parte da riqueza social sob a forma de tributos e outras contribuições que formam o fundo público e redistribui parcela dessa mais-valia por meio das políticas sociais’* (Iamamoto, 2005, p. 70) (AZEVEDO, 2017, p. 116, grifos nossos).

De fato, a síntese que Azevedo (2017) realiza sobre o trabalho desenvolvido pelo/a assistente social no âmbito do Estado não criar mais-valia, converge com a nossa compreensão tecida na seção 4 desta tese, momento que referenciamos as explicações de Fontana e Tumolo (2008, p. 167): “[...] nem todo trabalhador assalariado é produtor de capital, apesar de todo trabalhador produtivo ser assalariado”.

Dessa forma, o entendimento sobre esse processo é desvelado quando se percebe que o trabalhador pode ser assalariado e realizar o mesmo tipo de atividade em locais distintos, seja em uma instituição estatal ou em uma empresa capitalista, e que isso em nada muda as atividades realizadas e o seu estatuto assalariado. A distinção entre esses dois trabalhadores, na nossa compreensão, está na relação social que se estabelece. O trabalhador inserido em uma empresa capitalista gera mais-valia e, portanto, capital. Sobre o conceito de trabalhador produtivo, especificam Tumolo e Fontana:

O conceito de trabalho produtivo, portanto, não se refere aos aspectos concernentes ao trabalho concreto – trabalho do metalúrgico, do camponês, do palhaço, do professor, do homem, da mulher, trabalho manual ou intelectual, etc. –, ou às características do valor de uso que foi produzido – se tem ou não uma ‘forma corpórea’, se é automóvel, arroz, entretenimento, ensino, etc. –, se serve para satisfazer esta ou aquela necessidade – do estômago ou da fantasia. Também não diz respeito aos setores de atividade econômica: primário, secundário ou terciário, como é o caso do setor de serviços. Esses elementos, pertencentes ao processo de trabalho, não permitem, em absoluto, a compreensão de trabalho produtivo, uma vez que este é, necessariamente, trabalho referente ao processo de produção de

capital. Isso significa dizer que o trabalho produtivo está presente em toda e qualquer relação de produção capitalista, não importando se se trata de uma empresa agrícola, fabril ou uma empresa escolar, se a mercadoria produzida é soja, robô ou ensino (TUMOLO; FONTANA, 2008, p. 166-167).

Nas considerações finais, Azevedo (2017) retoma o seu objeto de pesquisa, articulando as categorias marxianas. Apresenta então categorias presentes em *O Capital*, de Marx (2017), sendo que a centralidade da análise de Azevedo (2017) se volta à categoria tempo, como dimensão central do modo de produção capitalista, defendendo a relação direta entre tempo e extração de mais-valia. Dito isso, Azevedo (2017) dá a entender que a necessidade da construção de estratégias de lutas em relação às condições de trabalho, devem ter como centralidade o enfrentamento ao controle ou a redução do tempo de trabalho.

O tempo é uma dimensão central no modo de produção capitalista e, quando analisado com base na Teoria do Valor-Trabalho, é remetido diretamente à extração de mais-valia, apresentando-se nas relações de trabalho como elemento político estratégico na luta da classe trabalhadora pelo seu controle e redução (AZEVEDO, 2017, p. 319-320).

Ao focar a estratégia de enfrentamento das precárias condições de trabalho sobre o “tempo”, Azevedo (2017) destaca que se deve partir dela para a resistência da categoria profissional, ficando a luta, principalmente, no campo político.

Resta o desafio de avançar nessa disputa, com novas propostas do coletivo de trabalhadores, dentre as quais a possibilidade de inserir cláusulas no contrato de trabalho dos assalariados que vinculam previamente o grau de intensidade do trabalho a ser realizado. Essa é uma questão em aberto, a ser objeto de discussão nos espaços coletivos dos diversos sujeitos políticos, como sindicatos, associações e/ou conselhos profissionais, a partir do embate de forças políticas, como forma de resistência à exploração da força de trabalho da classe trabalhadora, considerando que o trabalho no capitalismo alimenta as forças destrutivas da vida (AZEVEDO, 2017, p. 329).

É preciso destacarmos que o capitalismo se constitui em uma relação social determinada e incontrolável. Para que se possa enfrentar os processos de exploração, só há uma forma, superar esta sociabilidade. As estratégias apontadas por Azevedo (2017) têm como foco a eliminação do controle do tempo de trabalho, ou ainda, seu ajustamento, “humanizando-o”, melhorando-o. Esse processo faz retomar a crítica de Marx a John Weston, tal como descreve Favaro (2017, p. 527-528). Tratava-se de um diálogo crítico do autor com

[...] John Weston, integrante da Primeira Internacional, que também atribuía à vontade dos capitalistas o aumento ou a diminuição dos salários. Marx (apud Lazarini, 2010, p. 459) afirmou a necessidade de 'ir além dos domínios da vontade', pois 'o que temos a fazer não é divagar acerca da sua vontade, mas investigar o seu poder, os limites desse poder e o carácter desses limites'. A raiz explicativa dessa vontade só poderia ser encontrada nas condições objetivas das relações sociais de produção capitalistas.

Favaro (2017), a partir dos escritos de Marx, explica que a defesa de lutas restritas não altera os rumos do capital, mas apenas freiam o seu movimento, pois estão relacionadas aos seus efeitos. Caracterizam-se em lutas por reformas, que têm a sua importância, no entanto, se constituem em táticas e, por isso, devem estar inseridas em um projeto estratégico mais amplo. O objetivo dessas lutas é denunciar os limites do capital,

[...] pois assim se constrói a consciência da necessidade da revolução, provando a impossibilidade da realização de reformas estruturais no capitalismo (FAVARO, 2017, p. 599).

Desta forma, prossegue Favaro (2017, p. 599), demonstra-se “[...] sua impossibilidade”, o que serve “[...] para criar e desenvolver a consciência e a organização da classe, adquirindo um carácter pedagógico” (FAVARO, 2017, p. 599).

Através do diálogo estabelecido com Azevedo (2017), foi possível identificar o seu esforço em abordar as categorias marxianas trabalho, valor, valor de uso, força de trabalho, mais-valia, trabalho concreto, trabalho abstrato, trabalho produtivo e improdutivo, através da fonte primária de Marx, *O Capital*. Esse processo, tal como analisamos, apresenta limites de compreensão, tanto em relação às categorias como ao movimento realizado por Marx (2017) em *O Capital*.

Um outro elemento que merece atenção e destaque no constructo apresentado por Azevedo (2017) é que, no momento que analisa o trabalho do assistente social, no item 2.3, são mínimas as relações que estabelece com o conteúdo apresentado no item 2.1 de sua tese, em que trata das referências do trabalho no capitalismo. Nesse sentido, no exercício analítico que empreende sobre o trabalho do assistente social, Azevedo (2017) abdica dos fundamentos presentes em *O Capital* de Marx, estabelecendo a vinculação de suas análises com intérpretes, especialmente a partir de Dal Rosso e Iamamoto.

Dessa forma, embora tenha abordado a categoria trabalho e, aparentemente, tenha se aproximado do movimento categorial construído por Marx (2017) em *O*

Capital, isso não significou que tenha chegado à compreensão do trabalho do assistente social determinado pelo modo de produção capitalista. Em nossa concepção, além de limites na apreensão das categorias, não identificamos o trato da categoria trabalho, tal como Marx apresenta, ou ainda levando em consideração o processo que o teórico empreende em relação a essa categoria. Na maioria das vezes as categorias foram tratadas de forma isolada, limitada ao trabalho concreto, sem estabelecer o movimento necessário para se chegar à análise da determinação do trabalho no modo de produção capitalista, levando a análises e estratégias de enfrentamento restritas e, por conseguinte, equivocadas.

Nesse sentido, apontamos a necessidade de mais pesquisas que possam desvelar por quais caminhos estão passando os fundamentos da teoria marxista, pois esses, em específico no Serviço Social brasileiro, são evidenciados como base para análise de realidade, bem como subsidiam a construção de propostas e táticas de enfrentamento para os trabalhadores/as. Nesse sentido, a depender da análise, processos acabam sendo construídos de forma equivocada.

5.3. TENDÊNCIAS EM CURSO NA APROPRIAÇÃO DA CATEGORIA TRABALHO NAS PRODUÇÕES SOBRE CONDIÇÕES DE TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

O estudo demonstrou que a apropriação da categoria trabalho por parte de pesquisadores/as assistentes sociais da última década (2010-2020), cujo recorte estabeleceu-se nas produções que trataram sobre suas condições de trabalho, demonstrou esforços em buscar os fundamentos marxistas. Esse processo, todavia, não foi isento de equívocos, o que, conforme destacamos na seção 2 desta tese, também se relaciona com os impasses históricos e sociais brasileiros que influenciaram na apropriação da teoria marxista no país, nas diversas áreas, e, em específico, no Serviço Social. Em nossa concepção, torna-se fundamental identificar esses equívocos para que possamos avançar na compreensão da realidade, bem como na construção de estratégias mais efetivas.

Nesse sentido, com o objetivo de ressaltar a importância dos estudos construídos até esse momento e das análises empreendidas por esta pesquisa, apresentamos as tendências identificadas em relação à apropriação da categoria marxiana trabalho. Elas resultaram da análise das produções selecionadas, conforme

apresentadas na seção 3, bem como do cotejamento com o conteúdo de nossos fundamentos, exposto na seção 4 desta tese.

Antes de apresentar as tendências, ponderações se fazem necessárias. Ressaltamos que, a depender da opção escolhida e, conseqüentemente, do caminho construído em relação à leitura ou análise da realidade, revela-se um determinado posicionamento político e ideológico, inferindo diretamente no processo de enfrentamento da ordem do capital. Conforme explica Favaro (2017), um dos elementos indispensáveis no processo de luta e organização da classe trabalhadora, é o debate.

A superação da ordem do capital exige o estabelecimento de um projeto de ação política que esteja coerente com as necessidades colocadas na materialidade, tarefa extremamente complexa e árdua, pois abre infinitas possibilidades, a depender da leitura da realidade que é feita e dos posicionamentos políticos e ideológicos adotados. Neste sentido, o debate se faz indispensável, só ele permite qualificar as discussões, promovendo o avanço teórico necessário para que a classe trabalhadora dê conta de sua tarefa histórica. Além disso, a historicidade das formulações estratégicas e táticas não pode ser ignorada, sob o risco de paralisar a luta ou mantê-la em limites estreitos e insuficientes para os objetivos pretendidos (FAVARO, 2017, p. 635-636).

Tratar das condições de trabalho do/da assistente social, por conseguinte, requer um esforço para desvelar como se configura o trabalho na sociedade capitalista. Sem dúvida, como já abordado nesse estudo, Marx foi o teórico que, em seu tempo, esforçou-se para realizar esse trabalho, apresentando importantes contribuições, não só nos aspectos econômicos, mas políticos e sociais. Na acepção de Bueno (2020, p. 196),

[...] acredita-se que a teoria marxiana desenvolvida n'O Capital certamente vai muito além dos limites da esfera econômica. Ainda assim, reitera-se a necessidade de um tratamento com a mais extrema rigorosidade à referida questão, enfatizando que, tal como visto acima, ela não é de forma alguma secundária àqueles que se alçam ao estudo da obra marxiana.

O estudo que realizamos a partir da teoria marxiana, tendo como fundamento *O Capital*, Livro I (MARX, 2017), permitiu construir a nossa base teórica, exposta na seção 4, desta tese. Relacionando o constructo teórico apresentado com a temática condições de trabalho, revelou-se que este é um tema a ser aprofundado, ainda mais em se tratando de um conteúdo composto por categorias e conceitos de complexo entendimento. Esse processo, também nos apontou que não há como isolar a

temática sobre as condições de trabalho dos/das assistentes sociais brasileiros, pois é preciso considerar a situação que se encontra a classe trabalhadora, que vende a sua força de trabalho para garantir a sobrevivência e, principalmente, compreender como esse processo tem ocorrido na atualidade, a partir das determinações fundantes da relação social do capital.

Segundo Marx (2017), conforme as leis que regem essa sociedade, o “valor” da força de trabalho do/da assistente social nesta sociedade não é analisado de forma particular, já que ele também se constitui como trabalho humano abstrato. A atividade desenvolvida é específica, ou seja, tem seu valor de uso, estando representada por um trabalho concreto. Para compreender a determinação capitalista, todavia, requer-se abstrair esse conteúdo específico do trabalho concreto, e o que resta é apenas o trabalho geral. Para calcular o valor, por sua vez, deve-se levar em consideração o tempo médio social necessário para sua produção.

A partir do exposto, é preciso considerar as condições de trabalho do conjunto dos trabalhadores e entender que a configuração delas, por sua vez, independe da vontade de sujeitos específicos, pois está determinada pela relação social estabelecida, no caso, a capitalista, na qual a vida social como um todo se encontra subsumida.

Realizadas essas ponderações, destacamos que a contribuição desse estudo não é apresentar estratégias políticas para melhorar as condições de trabalho dos/das assistentes sociais. O primeiro desafio é a compreensão de que os/as assistentes sociais são trabalhadores/as, portanto, vendem a sua força de trabalho e se inserem em uma relação de exploração historicamente determinada, a capitalista. Sendo assim, para análises das condições de trabalho do/da assistente social, o entendimento de como funciona esta sociedade torna-se um pressuposto fundamental.

O Serviço Social brasileiro, como já destacado neste estudo, vem trilhando um caminho de pesquisas e análises tanto no campo marxista, como também na abordagem em relação à categoria trabalho sob essa perspectiva e, necessariamente, é importante desvelar como está se dando esse processo. Conforme destacamos, a leitura e análise da realidade pode resultar na construção de um determinado projeto político, bem como de suas estratégias.

Tendo em vista a produção analisada sobre as condições de trabalho dos/das assistentes sociais da última década (2010-2020), a apropriação da categoria trabalho

na perspectiva marxista, apresentou tendências em curso. A análise demonstrou que a maioria dos trabalhos que tratam da temática utilizam-se de fontes marxistas, seja em fonte primária, como também em intérpretes. Um outro elemento identificado é que, mesmo explicitando o materialismo histórico-dialético como fundamento do estudo, isso não significa que Marx, em suas fontes originais, seja citado, embora nesta tese tenhamos identificado nos trabalhos selecionados para análise, que a maioria o cita em suas fontes primárias.

O estudo também revelou que as pesquisas que citam Marx conseguem alcançar um nível maior de aprofundamento em relação às categorias e conceitos elencados. Dessa forma, verificamos a necessidade de aproximação de nosso estudo às análises desses trabalhos, pois avançam no uso dos conceitos, bem como na própria apresentação de categorias.

Outra tendência identificada é que, embora haja o estabelecimento de categorias marxistas, sobretudo a categoria trabalho, esse processo não é isento de limites, principalmente quando se realiza o cotejamento com o universo categorial construído por Marx em *O Capital*. Isso significa que as categorias são remetidas aos objetos de pesquisa específicos, mas sem necessariamente levar em consideração as articulações exigidas por esse referencial. Além disso, ao tratar da categoria trabalho, buscam-se referências também em estudos anteriores à obra *O Capital* e se estabelecem diálogos com o conteúdo presente nessas obras.

Outra tendência identificada é em relação à apropriação da categoria trabalho sob a perspectiva marxiana, pois a pesquisa demonstrou que na maioria dos trabalhos não é apresentado o caminho de análise construído por Marx em *O Capital*, Livro I, sobre essa categoria. Nesse sentido, há trabalhos que trataram da categoria trabalho alienado em conjunto com outras categorias, além dos que deram centralidade à categoria trabalho concreto, estabelecendo a relação com a categoria trabalho produtivo. Há também os que trataram somente das categorias trabalho concreto e abstrato, das mais variadas formas. O fato é que elas não desvelaram o processo teórico-metodológico proposto pelo teórico.

Sendo assim, pontuamos limites em relação ao processo de abordagem da categoria trabalho, quando comparado ao movimento que Marx realiza em *O Capital*. Nesses trabalhos, consideramos ser impossível estabelecer diálogos mais profundos para análises. Consideramos duas possíveis causas: ou abdicam desse processo, ou, ainda, o desconhecem.

A nossa opção foi estabelecer a análise crítica e detalhada com os estudos que reivindicam o materialismo histórico dialético e que expressam em seus estudos uma proximidade ao caminho apresentado por Marx em *O Capital*, sobre a categoria trabalho. A partir disso, chegamos a 03 (três) produções analisadas: Gois (2020), Camargo (2019) e Azevedo (2017).

Ao estabelecer o diálogo com os 03 (três) trabalhos, percebemos um esforço das pesquisadoras em aprofundar as categorias marxianas. Entretanto, ao fazer o cotejamento com a obra *O Capital*, Livro I (MARX, 2017), verificamos que isso não ficou isento de limites. Segundo a leitura que empreendemos e apresentamos na seção 4, identificamos convergências e divergências. Além disso, foi possível perceber que citar as categorias não significa estabelecer relação de análises, já que apresentaram uma desarticulação em seu desenvolvimento geral.

Outra tendência é que, ao tratar do trabalho do/da assistente social, embora as pesquisadoras (GOIS, 2020; CAMARGO, 2019; AZEVEDO, 2017) apresentem ao longo do trabalho categorias como trabalho abstrato e trabalho produtivo, isso não significou que conseguissem estabelecer relação de análise com o trabalho desse profissional. Isso porque, ao transpor as categorias para essa relação, em geral as análises ficaram restritas à particularidade do trabalho do/da assistente social, ou seja, ao trabalho concreto, havendo um destaque para a característica de assalariamento.

O resultado dessa análise é a tendência identificada em relação às propostas de enfrentamento desse contexto, que ocorrem prioritariamente no âmbito político, não levando em consideração que o enfrentamento é coletivo, pois abarca a classe como um todo, não bastando as vontades individuais.

A procura de respostas adequadas para os desafios históricos postos pela dinâmica do modo de produção regido pela lógica do capital é uma necessidade para o proletariado, historicamente alçado à condição de classe explorada e por isso o maior protagonista de uma possível revolução social. É sem dúvida uma tarefa árdua, em tempos inegavelmente difíceis como os atuais, que não depende apenas da vontade de sujeitos históricos, mas de uma série de ações que abarcam dimensões objetivas e subjetivas do ser social, medidas dialeticamente na prática social (FAVARO, 2017, p. 635).

As tendências em curso revelam que, embora o Serviço Social brasileiro já tenha trilhado um caminho no âmbito do desenvolvimento de pesquisas sobre a categoria marxiana trabalho, especificamente desde os anos 1990, ainda permanecem limites de entendimento nas produções que tratam das condições de

trabalho.

Esperamos que esse trabalho possa contribuir para o diálogo, bem como para avançarmos coletivamente na análise da realidade concreta e suas determinações. Só assim podemos construir um projeto de luta que, de fato, realize os enfrentamentos necessários às condições de trabalho dos assistentes sociais, mas acima de tudo, às condições de exploração da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório o esforço do Serviço Social brasileiro em construir um projeto profissional de enfrentamento à ordem vigente, tendo como base os aportes da teoria marxista. Isso é resultado de uma construção relacionada à postura teórica e política adotada ao longo dos anos, especialmente a partir da década de 1960, momento em que o projeto conservador da profissão, até então hegemônico, foi colocado em xeque.

Mais do que destacar a existência de um projeto de enfrentamento à ordem vigente presente na profissão, o esforço desse estudo é a contribuição para o processo de elucidação de como vem ele sendo construído. Entendemos que as análises e debates são fundamentais, tanto para identificar e possibilitar os avanços, quanto para denunciar os retrocessos. Coadunamos com Favaro (2017) em seu apontamento sobre a tarefa de superar a ordem do capital e a necessidade de análises e debates, inclusive para promover o avanço teórico:

[...] o debate se faz indispensável, só ele permite qualificar as discussões, promovendo o avanço teórico necessário para que a classe trabalhadora dê conta de sua tarefa histórica. Além disso, a historicidade das formulações estratégicas e táticas não pode ser ignorada, sob o risco de paralisar a luta ou mantê-la em limites estreitos e insuficientes para os objetivos pretendidos (FAVARO, 2017, p. 635-636).

Realizadas as primeiras considerações, apresentamos os resultados das nossas investigações sobre a categoria trabalho no âmbito das produções do Serviço Social brasileiro da última década (2010-2020) sobre suas condições de trabalho. Foram analisadas as produções da última década (2010-2020) que, sem dúvida, proporcionaram importantes contribuições para a profissão na atualidade. É preciso destacar que foi um exercício analítico complexo, que exigiu um estudo aprofundado e que certamente não se encerra com essa pesquisa.

Destacando os resultados obtidos nesta pesquisa, a segunda seção tratou de resgatar elementos importantes sobre a relação do Serviço Social brasileiro com a teoria marxista, destacando inclusive que esse processo não significou uma unanimidade na profissão. Na atualidade, ressaltamos que são identificadas disputas teóricas e políticas no interior da profissão. Mesmo com as tais disputas, ressaltamos, tal como Silva (2019, p. 119, grifos do autor), a importância do debate marxista ao Serviço Social brasileiro:

O debate marxista no serviço social não é apenas necessário: *é essencial*. Ele não apenas oferece as melhores condições para uma apropriação crítica do objetivamente posto, nas condições efetivamente dadas, sem idealismo e dogmatismos. Também se impõe como tradição teórico-prática imprescindível, embora não única, o que exige o debate com tradições teóricas diversas, suas teses centrais, sua crítica, portanto sem espaço para qualquer espécie de relativismo e de ecletismo. Por outro lado, sua afirmação, também no âmbito do serviço social, exige o reconhecimento do duro cenário em curso e da inevitável redução das potencialidades profissionais neste tempo histórico, marcado pela absoluta ofensiva do capital sobre o trabalho. Isso condena Marx e sua diversa tradição ao ostracismo, inclusive aquela atuante no âmbito do Serviço Social? Absolutamente não. Ao contrário, reafirma sua atualidade.

Outro elemento identificado, ainda na relação do Serviço Social brasileiro com a teoria marxista, são os limites no curso de sua trajetória de construção. Destaca-se, inclusive, os vinculados à construção sócio-histórica e política do país, no bojo das décadas de 1950 e 1960. Nesse período, ao mesmo tempo em que essa teoria ganha evidência em diversos setores, o país vivencia também um dos seus piores cenários de cerceamento de liberdade e expressão política. Todos esses acontecimentos não só limitaram, mas dificultaram substancialmente a apropriação da teoria marxista no contexto brasileiro.

Ainda na esteira da construção da seção 2 desta tese, outro aspecto central abordado foi a construção do Serviço Social brasileiro em relação à categoria trabalho. Identificamos as posições das teses do fim do trabalho, mas ficou evidente a construção da profissão com a sustentação da matriz marxista. É importante destacar que somente esse elemento não é suficiente para estabelecer uma unanimidade em sua compreensão.

Prosseguindo com nosso objeto de pesquisa, que analisa a apropriação da categoria trabalho nas produções do Serviço Social brasileiro da última década (2010-2020), a partir dos estudos que trataram sobre suas condições de trabalho, constatamos uma produção considerável, com características variadas.

Identificamos os esforços dos assistentes sociais brasileiros em tratar das condições de trabalho a partir de aportes da teoria marxista. Entretanto, esse processo não se deu sem limites. Dentre os aspectos levantados na aproximação à produção selecionada, verificamos a existência de trabalhos que partiram do método marxista, que referenciaram Marx, como também os que não referenciaram. Esse critério foi importante na análise das produções, pois possibilitou selecionar os trabalhos

possíveis de se estabelecerem diálogos mais profícuos.

Com essa identificação, percebemos que alguns/mas pesquisadores/as que referenciaram o autor trataram os conceitos e as categorias marxistas de forma simples, outros de forma mais complexa, permitindo estabelecer diálogos. Já nas produções que não referenciaram Marx, as categorias até foram citadas, mas sem abordar os conceitos e explicações sobre essas, inviabilizando, portanto, o nosso diálogo. Demonstrou-se que, embora as produções indicassem o método marxista, isso não significou a apropriação do universo categorial construído pelo teórico.

Após realizar esse recorte em relação às produções selecionadas, no último momento da seção 3 apresentamos o movimento construído pelos/as pesquisadores/as que referenciaram Marx em relação à categoria trabalho, ficando explícito que, embora todos partissem da perspectiva marxista, esse elemento não foi suficiente para criar uma unanimidade em relação à sua compreensão. Identificamos assim a necessidade de aprofundar os estudos, principalmente quanto ao modo como a categoria trabalho na perspectiva marxista vem sendo apropriada pelos/as pesquisadores/as do Serviço Social brasileiro que tratam sobre suas condições de trabalho.

Nesse sentido, foi necessário construir os fundamentos que nortearam o diálogo com as produções selecionadas. Desde o início do trabalho, advogamos a importância da contribuição da teoria marxiana para a análise concreta da realidade. Dessa forma, os fundamentos foram construídos a partir dela, não referenciando qualquer obra de Marx, mas elencamos como fundamental o universo categorial construído em *O Capital*, por representar a obra de maior envergadura do teórico. Também nos amparamos em outras contribuições teóricas, com destaque aos pensadores que partiram da mesma perspectiva.

Sobre a categoria trabalho no referencial marxiano, em específico no constructo teórico exposto por Marx em *O Capital*, a análise merece destaques. O primeiro é que o teórico nessa obra não teve como finalidade trabalhar especificamente essa categoria, mas, conforme já explicitamos, a grande motivação de sua trajetória foi desvendar o funcionamento da sociedade capitalista. Em se tratando das condições de trabalho dos assistentes sociais na atualidade, indicamos que o trabalho destes profissionais é determinado pelo modo de produção capitalista, portanto, para desvelar esse processo, é imprescindível fundamentalmente entender as características de funcionamento dessa sociedade, ou mais especificamente, as suas

leis gerais.

Nesse sentido, compreender como o trabalho é determinado pelo modo de produção capitalista tornou-se uma necessidade para, de fato, desvelar em que condições ele se configura na atualidade. Identificamos que, ao abrir mão desse movimento, corre-se o risco de apenas chegar aos fenômenos, e, não nas causas do processo, movimento esse que nós mesmos já empreendemos em pesquisas anteriores.

Assim, o nosso constructo advoga que, para compreendermos o trabalho sob a determinação capitalista, é necessário buscar como Marx (2017), em *O Capital*, desvela esse processo. Ele constrói um caminho abordando tanto os conceitos como o movimento necessário de abstração entre as categorias trabalho em geral, trabalho concreto, trabalho abstrato e trabalho produtivo de capital, não necessariamente nessa ordem. Na esteira desse movimento, também revela as diferenças entre os processos simples de trabalho, processo de produção de valor e processo de produção de mais-valor. Alertamos que, ao abrir mão desse referencial, tanto do caminho quanto da compreensão dos conceitos das categorias tratadas pelo autor, corre-se o risco de não se chegar ao desvelamento da determinação capitalista.

O percurso da nossa pesquisa, que não se dá apenas no âmbito desta tese, mas especificamente, ganha um fôlego nesse momento, permitiu trilhar um caminho de aprofundamento nos fundamentos, trazendo o questionamento de como o Serviço Social, especificamente nas produções sobre condições de trabalho da última década (2010-2020), trata a categoria trabalho sob a perspectiva marxista. É certo que esse trabalho tem uma significativa importância pessoal, mas também revelou a necessidade de o Serviço Social brasileiro aprofundar e adensar os estudos sobre os fundamentos da profissão.

A pesquisa demonstrou que, na última década (2010-2020), a apropriação da teoria marxista pelo Serviço Social brasileiro, sobretudo em relação à categoria trabalho, não ficou imune de problemas. Na nossa concepção, é necessário identificar e problematizar esses limites, pois só assim se possibilitam avanços teóricos e, conseqüentemente, isso pode se refletir no aperfeiçoamento do processo de construção de estratégias e táticas para o enfrentamento ao capital. Tumolo (2011, p. 36), destaca que, para de fato operar mudanças nessa sociedade, o conhecimento sobre essa é imprescindível:

[...] Para transformar essa sociedade, o proletariado tem de conhecê-la cientificamente, isto é, conhecer suas partes ou elementos mais íntimos e suas conexões dentro do movimento histórico.

A análise das produções selecionadas demonstrou que, em sua maioria, os trabalhos fazem uso de categorias e conceitos marxistas. No entanto, ao referenciá-los, não houve uma unidade no que se refere à compreensão da categoria trabalho pelo Serviço Social brasileiro.

Uma das questões identificadas é que, embora as pesquisas referenciem Marx, nem sempre é dada a atenção necessária ao “universo categorial” elaborado pelo teórico. Isso significa que categorias e conceitos são citados a partir da utilização de várias obras, com uma sobreposição, sem o devido cuidado quanto ao caminho teórico-metodológico construído por ele. Como já chamamos a atenção, esse processo é necessário, já que Marx, de uma obra para outra, expõe novos elementos, além de sínteses e avanços em sua pesquisa.

Nesse sentido, conforme apresentado na pesquisa, há produções que utilizam como fundamento a categoria trabalho alienado, cujo conteúdo, conforme descrevemos na seção 4, estava presente na obra *Manuscritos Econômicos Filosóficos*. Há produções que, além de fazer uso dessa categoria, fazem referência à obra *O Capital* e suas categorias, como uma espécie de continuidade. Conforme ressaltamos e compreendemos, não é esse o caminho que Marx realiza em sua produção, ele não trata as categorias de forma aleatória, mas dentro de um constructo teórico, e que no caso objetiva especificamente compreender como funciona a sociedade capitalista.

Outra característica identificada nas produções selecionadas é que elas trataram da categoria trabalho a partir de categorias e conceitos presentes em *O Capital*, entretanto, mesmo partindo dos fundamentos da obra de maior envergadura do teórico, acabam por abdicar do caminho que ele construiu, impossibilitando, o nosso ver, desvelar a determinação capitalista sobre essa categoria. Em várias pesquisas, ao relacionar o trabalho do Serviço Social, as análises resultaram apenas na identificação de elementos do trabalho concreto ou do processo de trabalho, não avançando em relação à produção de valor e de mais-valor.

As pesquisas de Gois (2020), Camargo (2019) e Azevedo (2017) se aproximaram na abordagem da categoria trabalho, ao caminho exposto por Marx (2017) em *O Capital*. Identificamos o esforço em apreender os fundamentos,

entretanto, no momento de realizar a análise do trabalho do/da assistente social, bem como de desvelar o processo de precarização, as posições voltaram-se às características específicas do trabalho, portanto, ao processo de trabalho. As discussões ficaram limitadas ao trabalho assalariado, estatuto assalariado, dimensão intelectual, materialidade do trabalho. São elementos importantes, mas insuficientes para desvelar a determinação capitalista sobre o trabalho. Portanto, em nossa concepção, os/as pesquisadores/as identificaram fenômenos variados, mas não revelaram as suas causas.

Nesse sentido, a nossa tese concebe que, embora as produções da última década (2010-2020) do Serviço Social brasileiro que trataram sobre condições de trabalho apresentassem um esforço para se apropriar dos aportes teóricos marxistas e compreender a categoria trabalho, desvelando o processo de precarização do trabalho, elas demonstraram limites e, conseqüentemente, equívocos no processo de construção de estratégias de enfrentamento. Dessa forma, apontamos a necessidade de aprofundamento de estudos e realização de novas pesquisas sobre os fundamentos, pois, em nossa compreensão, elas são essenciais para a realização das análises concretas da realidade.

A apropriação da categoria trabalho sob a perspectiva marxista nas produções da última década (2010-2020) sobre condições de trabalho no Serviço Social brasileiro apresentou um cenário diversificado. Houve pesquisas que levaram em consideração a categoria trabalho alienado como fundamento, e outras que ficaram restritas à compreensão das categorias trabalho em geral e trabalho concreto, ou seja, que trataram especificamente do processo de trabalho.

Também houve aquelas que tentaram avançar na compreensão da categoria trabalho abstrato, mas com determinadas dificuldades, inclusive abdicando de categorias fundamentais no entendimento do processo de produção de valor. Em relação à categoria trabalho produtivo de capital e ao processo de produção de mais-valor, também foi identificada a sua presença em algumas pesquisas, mas com equívocos de compreensão. Ressaltamos, por fim, a “mistura” de categorias, partindo de universos categoriais distintos, que muitas vezes se ampararam em outros autores do campo marxista, em diversos trabalhos.

Diante desse cenário, esta tese aponta para uma interpretação distinta em relação ao que já foi construído pelo Serviço Social brasileiro sobre a categoria trabalho na perspectiva marxista, conforme identificamos e apresentamos.

Advogamos que, para desvelar a realidade de forma concreta, não apenas a aparência dos fenômenos, mas sua essência, torna-se necessário lançar mão de fundamentos capazes de revelar as contradições reais e concretas presentes nessa sociedade. Abdicar nas análises de realidade, do caminho que Marx (2017) realiza em *O Capital*, é correr o risco de não compreender a determinação capitalista. Preconizamos que é necessário não apenas identificar os fenômenos, mas analisá-los, o que requer buscar a compreensão das leis gerais de funcionamento desta sociedade.

A questão da não compreensão sobre a determinação capitalista pode levar a caminhos equivocados em relação à luta a ser empreendida. Nesse trabalho identificamos que as produções, em sua maioria, caíram em armadilhas, apontando que o enfrentamento das precárias condições de trabalho se dá no âmbito estrito do enfrentamento político, através de “reformas”, negando as questões estruturais e fundantes desta sociedade.

Conforme destaca Favaro (2017), as lutas que possuem como característica fundamental as reformas são importantes, desde que cumpram o objetivo de realizar denúncias de sua impossibilidade de transformações estruturais.

Lutar por reformas no âmbito do capitalismo [...], só pode ser uma tática proletária eficiente se tiver como objetivo a denúncia dos limites do capital para se reformar, pois assim se constrói a consciência da necessidade da revolução, provando a impossibilidade da realização de reformas estruturais no capitalismo (FAVARO, 2017, p. 644).

Em nossa compreensão, entendendo o capitalismo a partir do seu fundamento como relação social incontrolável e insaciável, a única forma de enfrentamento é superando-o. Coadunando com Favaro (2017, p. 644), defendemos que “[...] o capitalismo não pode eliminar suas contradições internas”.

Esse estudo teve como prioridade reafirmar a importância da teoria marxiana na análise da realidade concreta. Como essa teoria possui um caráter revolucionário, torna-se necessário destacar a compreensão de Tumolo (2011, p. 40), com a qual concordamos, pois, segundo o autor, para promover a revolução necessariamente precisamos também de um conhecimento teórico sistematizado, uma teoria revolucionária, pois ela possibilita construir estratégias, embora isso não seja suficiente para provocar a mudança nesta sociabilidade. Para o autor,

[...] embora reafirme a posição segundo a qual a teoria revolucionária – na sua dupla função de produção e transmissão do conhecimento teórico – seja condição “sine qua non” para o processo de construção da revolução, isso não assegura a implementação e muito menos o êxito da estratégia revolucionária, tendo em vista que estes estão determinados pelas condições históricas nas quais se dá a luta de classes. Todavia, mais uma vez é necessário ressaltar que, apesar da veracidade dessa assertiva, não há revolução sem teoria revolucionária (TUMOLO, 2011, p. 40).

Mesmo com as dificuldades eminentes, abrir mão da construção de uma estratégia revolucionária não é caminho. Isso porque:

[...] sua necessidade impõe-se pela própria realidade. Considerando que o desenvolvimento do capitalismo, pelas suas contradições inerentes, caminha no sentido de cada vez mais obstaculizar a satisfação das necessidades humanas da maioria da população global, a construção da ruptura revolucionária impõe-se na mesma medida. Dessa forma, navegando contra todos os ventos e modismos, a elaboração e implementação de uma estratégia revolucionária, que pressupõe o desenvolvimento da teoria revolucionária e, dentro dela, o papel decisivo que cabe à formação dos trabalhadores, nunca foram tão atuais como no capitalismo contemporâneo (TUMOLO, 2011, p. 40-41).

Findamos esta pesquisa na expectativa de que ela possa promover diálogos críticos e incitar pesquisas futuras em relação à apropriação e usos da categoria trabalho, além de provocar indagações sobre o processo de construção de estratégias que a profissão vem adotando em relação ao seu projeto de enfrentamento à ordem vigente. Reiteramos por fim nossa aceção, de que abrir mão de compreender as leis gerais que regem essa sociedade, bem como seus fundamentos, é correr riscos de cairmos em graves equívocos teóricos e políticos.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, Vanice Aparecida. **As condições de trabalho dos(as) assistentes sociais na política de assistência social na administração pública municipal da sub-região oeste da Região Metropolitana de São Paulo**. 210 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Novembro de 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 28 out. 2020.

AZEVEDO, Fernanda Caldas de. **O trabalho das Assistentes Sociais do Fórum das Varas Especiais da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: tempo de trabalho, intensificação e precarização**. 351 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES - BDBTD. **Busca teses e dissertações que tratam das condições de trabalho 2010- 2020**. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?sort=relevance&join=AND&lookfor0%5B%5D=Condi%C3%A7%C3%B5es+de+Trabalho+dos+assistentes+sociais+&type0%5B%5D=AllFields&bool0%5B%5D=AND&illustration=-1&daterange%5B%5D=publishDate&publishDatefrom=2010&publishDateto=2020>. Acesso em: 03 mar. 2020.

BERNARDES, Antonio. Quanto às categorias e aos conceitos. **Revista Formação online**, v. 2, n. 18, p. 39-62, jul./dez., 2011. Acesso em 06 jun. 2022. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/602/1225>.

BRAZ, Marcelo. José Paulo Netto. **Ensaio de um marxista em repouso**. São Paulo: Cortez, 2017.

BUENO, Juliane Zacharias. **A teoria do fetichismo em Karl Marx e as suas interpretações entre os estudiosos da educação brasileira**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2020.

CAMARGO, Maria Angelina Baía de Carvalho de Almeida. **Processamento e proletarianização do trabalho do assistente social no acirramento da crise capitalista: estudo das condições e das relações de trabalho na cidade de Teófilo Otoni, Minas Gerais**. 354 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

CANTALICE, Luciana. et al. Desafios, tendências e perspectivas: A produção de conhecimento em serviço social. In: LEWGOY, A. M. B.; MACIEL, A. L. S. (Orgs.). **Pós-graduação e produção de conhecimento em Serviço Social: conjuntura, tendências e desafios**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. **As inflexões do pós-moderno na produção do conhecimento em serviço social**. 251 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **Busca de artigos que tratam das condições de trabalho 2010-2020**. Disponível em: http://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pmetabusca&mn=88&smn=88&type=m&metalib=aHR0cHM6Ly9ybnAtcHJpbW8uaG9zdGVkLmV4bGlicmlzZ3JvdXAuY29tL3ByaW1vX2xpYnJhcnkvbGlid2ViL2FjdGlubi9zZWYyZGUzZG8/dmlkPUNBU E V T X 1 Y x & Itemid=124. Acesso em 20 mar. 2020.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil**. Campinas: Papel Social, 2013.

CARDOSO, F. G. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social: tendências quanto à concepção e organização de conteúdos na implementação das diretrizes curriculares**. Temporalis, Brasília, n. 10, 2007.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa; et al. **Proposta básica para o projeto de formação profissional - novos subsídios para o debate**. In: Caderno ABESS. n.7, Cortez: São Paulo, 1997.

CÉSAR, Mônica de Jesus; CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. **Revisitando um clássico da interlocução do Serviço Social com a tradição marxista: Entrevista com Marilda Villela Iamamoto sobre os 33 anos do livro Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. Em Pauta, Rio de Janeiro _ 1o Semestre de 2015 - n. 35, v. 13, p. 225-247.

CHEUICHE, Pedro. **Em ataque histórico, Cnpq não dará bolsas de iniciação científica para Ciências Humanas**. Esquerda Diário. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Em-ataque-historico-Cnpq-nao-dara-bolsas-de-iniciacao-cientifica-para-Ciencias-Humanas>. Acesso em: 02 DEZ 2020.

COSTA, Marcia de Assis. **Educação permanente nas políticas de saúde e assistência social no contexto da precarização do trabalho de assistentes sociais**. 160 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

COSTA, Gilmaisa. **Trabalho e serviço social: debate sobre a concepção de serviço social como processo de trabalho com base na Ontologia de Georg Lukács**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

FAERMANN, Lindamar Alves; MELLO, Cássia Camila Val de. **As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 15, n. 1, p. 96 - 113, jan./jul.2016.

FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. **Pedagogia histórico-crítica e sua estratégia política: fundamentos e limites**. Maceió: Coletivos Veredas, 2017.

FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. **O projeto político-estratégico da pedagogia histórico-crítica: uma análise das origens, do desenvolvimento, dos dilemas e da relação entre a escola pública e a luta socialista**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2014.

FONTANA, Klalter Bez. **Trabalho docente e capitalismo: um estudo sobre a natureza do trabalho docente nas pesquisas em educação na década de 1990**. 149f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FOSTER, John Bellamy; WOOD, Ellen Meiksins. **Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (1999 [1997]).

GOIS, Juliana Carla da Silva. **O serviço social e o debate sobre a categoria trabalho: mediações para análise do assistente social como trabalhador assalariado**. 150 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

GOIS, Juliana Carla da Silva. **Trabalho precarizado, política social e Serviço Social: elementos para a análise das condições de trabalho dos assistentes sociais na assistência estudantil do Instituto Federal de Alagoas (IFAL)**. 330f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

HOBBSAWM, Eric. **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Ensino e Pesquisa do Serviço Social: desafios na construção de um projeto de formação profissional**. Caderno ABESS, n. 6, Produção Científica e Formação Profissional. São Paulo: Cortez, 1993. p.101-116.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/iamamoto->

[201804131241048556780.pdf](#). Acesso em 13 jul.2020.

LARA, Ricardo. **Notas lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia**. R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 91-100, jan./jun. 2013.

LARA, Ricardo. A pesquisa no Serviço Social e a Tradição Materialista- Dialética. In: LEWGOY, Alzira [et al]. **Sociabilidade burguesa e serviço social**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013.

LARA, Ricardo; et al. **Notas do GTP Trabalho, “Questão Social” e Serviço Social**. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 30, p. 53-67, jul./dez. 2015.

LAZARINI, Ademir Quintilio. **A relação entre capital e educação escolar na obra de Dermeval Saviani: apontamentos críticos**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação, Florianópolis, 2010.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LESSA, Sérgio. **Serviço Social e Trabalho: porque o Serviço Social não é trabalho**. 2 ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007.

LUKÁCS, György. Marx e o problema da decadência ideológica in: COUTINHO, C. N. (org). **Marxismo e Teoria da Literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MACEDO DA COSTA, Gilmaisa; AFRÂNIO LESSA FILHO, Sergio. **Trabalho e serviço social: debate sobre a concepção de serviço social como processo de trabalho com base na Ontologia de Georg Lukács**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

MARANHÃO, César. Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo. In: MOTA, Ana Elizabete. AMARAL, Angela (org.). **Cenários, contradições e pelejas do serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I; tradução Rubens Enderle**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>. Acesso em: 21 set.

2020.

MENDES, Jussara Maria Rosa; ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de. **As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120,p. 640-661, dez.2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. **O conservadorismo renovado da agenda pós-moderna**. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 34, n. 122, pág. 337-357, agosto de 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 fev. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742004000200004>.

MOTA, Ana Elizabete. **Trabalho e Serviço Social: considerações sobre o conteúdo dos componentes curriculares**. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano VII, n. 14, p. 56-86, jul./dez. 2007.

MUSTO, Marcello. **A vida de marx no tempo dos grundrisse: notas biográficas entre 1857 e 1858**. Revista de Políticas Públicas. v. 20, n. 2 (2016). Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/6360>. Acesso em 20 jul. 2021.

NETTO, José Paulo. **O Serviço Social e a tradição marxista**. Serviço Social & Sociedade, Cortez, ano 10, n. 30, p. 89-102, maio/ago. 1989.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 50, 1996.

NETTO, José Paulo. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois**. Revista Serviço Social & Sociedade, n.º 84. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. Disponível em: <https://www.poteresocial.com.br/wp-content/uploads/2017/08/6.1-Introdu%C3%A7%C3%A3o-ao-m%C3%A9todo-na-teoria-social-%E2%80%93-Jos%C3%A9-Paulo-Netto.pdf>. Acesso em: 16 out. 2020.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, José Paulo. Crise do Socialismo, **Teoria Marxiana e Alternativa Comunista**. Revista Serviço Social e Sociedade, n.º 37, São Paulo, Cortez. 1991.

NETTO, José Paulo. A Controvérsia Paradigmática nas Ciências Sociais. In: Cadernos

ABESS V. **A produção do conhecimento e o Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1992

NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. **Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. **Karl Marx: uma biografia**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. **Adeus ao trabalho? Vinte anos depois ... Entrevista com Ricardo Antunes**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 773-799, dez. 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000400773&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 set. 2020.

OLIVEIRA, André Ricardo. **Para além ou para quem do capital?: apontamentos críticos acerca do universo categorial de István Mészáros**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2021.

PRATES, Angela Maria Moura Costa. **A profissão de Serviço Social e as condições de trabalho dos assistentes sociais na região de Guarapuava – PR**. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 14, n.2, p. 188-213, jan./jun. 2012.

RAICHELIS, Raquel. **Polêmicas teóricas na análise marxiana do trabalho no Serviço Social**. Em pauta, Rio de Janeiro, n. 41, v. 16, p. 154–170, 1. sem. 2018.

RIBEIRO, Daniela Borges. **As pesquisas científicas do Serviço Social: o papel do CNPq**. R. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 184-195, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v20n2/1414-4980-rk-20-02-00184.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ROCHA, Juliana Tisseu; MARONEZE, Luciane Francielli Zorzetti. **Os assistentes sociais e a luta por melhores condições de trabalho: apontamentos sobre a jornada semanal de 30 horas**. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 18, n. 2, p. 93 - 110, jan./jun. 2016.

SILVA, Maria Izabel da. **A apropriação das obras de Ricardo Antunes pelo Serviço Social: a categoria trabalho em debate**. 2014. 176 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/123345>. Acesso em: 10 mar.2020.

SILVA, Solange dos Santos; SOUZA, Deise Regina da Silva. **O trabalho da/o assistente social: contribuições da revista Serviço social e sociedade no período de 1996 a 2018**. Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/735/717>. Acesso

em: 21 set. 2020.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social e tendências teóricas atuais**. R. Katál., Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 65-74, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v20n1/1414-4980-rk-20-01-00067.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Crise do capital, neoconservadorismo e Serviço Social no Brasil: apontamentos para o debate**. Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 35, v. 13, p. 99-125, 1. sem. 2015.

SILVA, José Fernando Siqueira da. O debate crítico do Serviço Social na América Latina: gênese e desenvolvimento no Brasil. In: SOUZA, Edivânia Â. de; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. **Trabalho, questão social e serviço social: a autofagia do capital**. São Paulo: Cortez, 2019.

SILVA, Julia Bustamante; ZELESCO, Gabriel. **Balanco anual do orçamento do conhecimento – 2021**. Disponível em: file:///C:/Users/Cintia/Downloads/balanco-anual-orcamento-do-conhecimento-2021_compactado.pdf. Acesso em 19 set. 2022.

SIMIONATTO, Ivete. **As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teóricopolítica**. Disponível em: <http://www.poteresocial.com.br/wp-content/uploads/2017/08/1.4-Express%C3%B5es-ideoculturais-da-crise-capitalista-na-atualidade-e-sua-influ%C3%Aancia-te%C3%B3rica-pr%C3%A1tica-%E2%80%93-Ivete-Simionatto.pdf>. Acesso em: 21 set. 2020.

SOUZA, M. **Caminhos da precarização: crise do capital, transformações no mundo do trabalho e tendências para as condições e relações de trabalho do assistente social da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2016.

TONET, Ivo. **A crise das Ciências Sociais**. Disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/a_crise_das_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.

TONET, Ivo. **Teoria social crítica: do que se trata?** Disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Teoria_social_critica.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.

TRINDADE, Hiago. **Serviço social e trabalho: Percursos trilhados e desafios à investigação**. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 20, n. 40, p. 250-267, jul./dez. 2020.

TUMOLO, P. S. **O significado do trabalho no capitalismo e o trabalho como princípio educativo: ensaio de análise crítica**. Revista Trabalho Necessário, ano 1, n. 1, 2003. <https://doi.org/10.22409/tn.1i1.p2919>

TUMOLO, Paulo Sérgio. **O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível?** Educ. Soc., Campinas, v. 26, n. 90,

p. 239-265, jan./abr. 2005.

TUMOLO, Paulo S; FONTANA, Klalter B. **Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990**. Educ. Soc., Campinas, v. 29, n. 102, p. 159-180, jan./abr. 2008.

TUMOLO, P. S. Educação e marxismo: a educação da perspectiva da classe trabalhadora. In: Angela Cristina Belém Mascarenhas; Silvia Rosa Silva Zanolla. (Org.). **Sociedade, subjetividade e educação: perspectiva marxista e frankfurtiana**. 1ed.Campinas: Alínea, 2011, v. 1, p. 25-42.

TUMOLO, Paulo Sérgio. **O método de Marx e o método de ensino da pedagogia histórico-crítica: um diálogo crítico**. Perspectiva, Florianópolis, v. 38, n. 4p. 01- 25, out./dez. 2020.

TUMOLO, P. S. **Trabalho, educação e perspectiva histórica da classe trabalhadora: continuando o debate**. Revista Brasileira de Educação. v. 16, p. 443-482, 2011.

TUMOLO, P. S. **Capital, Trabalho e Educação**. Florianópolis: Editora Em Debate/UFSC, 2016.

TUMOLO, P. S. Trabalho alienado e capital em Marx: contribuições para um debate. In: TUMOLO, P. S. (org.). **Trabalho, capital e formação da classe trabalhadora**. Florianópolis: Editora Em Debate/UFSC, 2019.

TUMOLO, P.S. O trabalho na forma social do capital: contradições e controvérsias. In: TUMOLO, P. S. (org.). **Trabalho, capital e formação da classe trabalhadora**. Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2019.

WELLEN, Henrique; OLIVEIRA, Julliane Trindade; ROCHA, Miliane Pinheiro. **Sob o casaco de Marx? A categoria da alienação no Serviço Social**. R. Katál., Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 320-329, maio/ago. 2019

WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (Org.). **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. Disponível em: <http://www.poderesocial.com.br/wp-content/uploads/2017/08/2.2-Fundamentos-hist%C3%B3ricos-e-te%C3%B3rico-metodol%C3%B3gicos-do-Servi%C3%A7o-Social-%E2%80%93-Maria-Carmelit.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

APÊNDICE A

Produções científicas da última década (2010-2020) que trataram sobre condições de trabalho dos/das assistentes sociais.

ALBUQUERQUE, Valéria de Oliveira. **Serviço Social e trabalho docente: precarização e intensificação do trabalho nas Instituições Privadas de Ensino Superior em São Paulo**. 184 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

ALMEIDA, Rosely Anacleto de Jesus Morais de. **O enfrentamento do trabalho precarizado na agenda sindical de assistentes sociais**. 203 f. Dissertação (Pós-Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

ALVES, Vanice Aparecida. **As condições de trabalho dos(as) assistentes sociais na política de assistência social na administração pública municipal da sub-região oeste da Região Metropolitana de São Paulo**. 210 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

AZEVEDO, Fernanda Caldas de. **O trabalho das Assistentes Sociais do Fórum das Varas Especiais da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: tempo de trabalho, intensificação e precarização**. 351 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

BEZERRA, Laura Carolina Pinheiro Rodrigues. **Precarização e serviço social: as condições de trabalho dos assistentes sociais nas unidades de acolhimento institucional**. 126 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2018) - Universidade Estadual do Ceará, 2018. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=83163>> Acesso em: 3 de agosto de 2022

BOSCHETTI, Ivanete. **Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas**. Serviço Social & Sociedade [online]. 2011, n. 107 [Acessado 3 Agosto 2022], pp. 557-584. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000300010>>. Epub 13 Set 2011. ISSN 2317-6318. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000300010>.

CAMARA, Patricia Cristiane Soares. **As condições de trabalho na área de saúde e o processo de adoecimento da(o) assistente social**. 150 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

CAMARGO, Maria Angelina Baía de Carvalho de Almeida. **Processamento e proletarianização do trabalho do assistente social no acirramento da crise capitalista: estudo das condições e das relações de trabalho na cidade de**

Teófilo Otoni, Minas Gerais. 354 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

CAMPOS, Sayonara de Azevedo Gomes. **A precarização da força de trabalho no serviço público de saúde: as condições e relações de trabalho dos Assistentes Sociais do NASF.** 168f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.

COSTA, Marcia de Assis. **Educação permanente nas políticas de saúde e assistência social no contexto da precarização do trabalho de assistentes sociais.** 160 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

CUNHA, Thanúzia Hensel da. **Condições de trabalho dos/as assistentes sociais no SUAS: um estudo nos CRAS de Mossoró/RN.** 85f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015

DANTAS, Kallyne Lígia Dantas e. **Precarização do trabalho dos assistentes sociais dos Centros de Referência da Assistência Social de Campina Grande.** 131 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

FAERMANN, L. A.; DE MELLO, C. C. V. **As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 15, n. 1, p. 96-113, 30 maio 2016.

FERNANDES, Lígia da Nóbrega. **As condições de trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na realidade brasileira.** 307f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. UNESP, Franca, 2018.

GOIS, Juliana Carla da Silva. **Trabalho precarizado, política social e Serviço Social: elementos para a análise das condições de trabalho dos assistentes sociais na assistência estudantil do Instituto Federal de Alagoas (IFAL).** 330f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

HORA, Senir Santos da. **O Serviço Social e as condições de trabalho no Suas: tensões e desafios à materialização do projeto profissional.** Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 36, v. 13, p. 155-177, 2. sem. 2015.

LIMA, Micarla de Moura. **O/A assistente social enquanto trabalhador/a assalariado/a: uma análise sobre as condições objetivas de trabalho das agentes fiscais dos CRESS da Região Nordeste.** 185f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

LIMA, Michele Luiz. **O assistente social e a condição de trabalhador assalariado no setor público estatal: traços do perfil do mercado de trabalho em Minas Gerais**. 176f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

LIMA, Glaucineith Cavalcante de Albuquerque. **Os desafios da atuação do profissional de serviço social: precarização do trabalho nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) Campina Grande/PB**. 115 f. Dissertação (Mestrado em serviço social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

LOURENÇO, Carolina de Miranda Evangelista. **As condições de trabalho das assistentes sociais na proteção social básica em Paranaguá, Paraná**. 168 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2019.

MEDEIROS, Sheila da Silva Oliveira de. **Serviço social e condições de trabalho: perspectivas e desafios para a política de assistência social no município de Natal/RN**. 168f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

MENESES, Érika Silva. **Processo de trabalho em saúde: uma análise das condições de trabalho dos assistentes sociais no âmbito hospitalar**. 166 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

MOURA, Jackeline da Silva. **A precarização do trabalho do assistente social no SUAS: condições de trabalho e saúde do profissional**. 121f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

NEVES, Victória Sabatine de Paiva. **Serviço social na área da educação: condições e relações de trabalho dos assistentes sociais no município de Juiz de Fora/MG**. 173f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

NOGUEIRA, Ranieri Nery. **As mediações do debate da precarização do trabalho na pesquisa bibliográfica do Serviço Social de 2010 a 2015**. 106f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

OLIVEIRA, Ana Luiza Avelar de. **As condições de trabalho do assistente social na política de assistência social a partir dos anos 2000**. 175f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

PRATES, Angela Maria Moura Costa. **A profissão de Serviço Social e as condições de trabalho dos assistentes sociais na região de Guarapuava – PR**. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 14, n. 2, p. 188-213, jan./jun. 2012.

PEREIRA, Rosemery Medeiros. **A expansão do mercado de trabalho do assistente social x precarização no exercício profissional no SUAS em Natal/RN: uma**

análise das condições e relações de trabalho. 150f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

ROCHA, Juliana Tisseu; MARONEZE, Luciane Franciele Zorzetti. **Os assistentes sociais e a luta por melhores condições de trabalho: apontamentos sobre a jornada semanal de 30 horas.** Serv. Soc. Rev., Londrina, v.18, n. 2, p. 93-110, jan./jun. 2016.

SANTOS, F. B. P. dos. **O assistente social e as relações trabalho-saúde: um estudo exploratório em unidade municipal de emergência do Rio de Janeiro/RJ.** Revista Vértices, v. 15, n. 2, p. 133-159, 30 set. 2013.

SANTOS, Maria Teresa dos; MANFROI, Vânia Maria. **Condições de trabalho dos assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional.** Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 36, v. 13, p. 178-196, 2. sem. 2015.

SANTOS, Maria Teresa dos; MANFROI, Vânia Maria. **Expansão e precarização: o mercado de trabalho dos assistentes sociais em Santa Catarina.** Em Pauta, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2012- n. 30, v. 12, p. 233 – 252.

SILVA, Kleylenda Linhares da; RAMOS, Sâmya Rodrigues. **Desafios da classe trabalhadora: Serviço Social na luta por condições de trabalho.** Em Pauta, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2015- n. 36, v. 13, p. 197 – 223.

SILVA, Kleylenda Linhares da. **Condições de trabalho e terceiro setor: implicações contemporâneas para o serviço social.** 182f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

SILVA, Suellen Cardoso da. **Condições de trabalho do assistente social nos Centros de Referência de Assistência Social dos municípios de Castanhal e Vigia: uma aproximação crítica.** 125f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SILVA, Juliana Kelly Dantas da. **O trabalho do assistente social na saúde: a particularidade das atribuições e competências profissionais frente ao processo de precarização do trabalho.** 98p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande - PB.

SOUZA, M. **Caminhos da precarização: crise do capital, transformações no mundo do trabalho e tendências para as condições e relações de trabalho do assistente social da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.** Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2016.

VICENTE, Rely Amaral R. **As condições objetivas de trabalho dos(as) assistentes sociais inseridos na política de educação na região litorânea do Paraná.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da UEL. Londrina, 2017.

APÊNDICE B

Lista de produções científicas selecionadas para análises por menorizada.

ALVES, Vanice Aparecida. **As condições de trabalho dos(as) assistentes sociais na política de assistência social na administração pública municipal da sub-região oeste da Região Metropolitana de São Paulo**. 210 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

AZEVEDO, Fernanda Caldas de. **O trabalho das Assistentes Sociais do Fórum das Varas Especiais da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: tempo de trabalho, intensificação e precarização**. 351 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

CAMARGO, Maria Angelina Baía de Carvalho de Almeida. **Processamento e proletarianização do trabalho do assistente social no acirramento da crise capitalista: estudo das condições e das relações de trabalho na cidade de Teófilo Otoni, Minas Gerais**. 354 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

COSTA, Marcia de Assis. **Educação permanente nas políticas de saúde e assistência social no contexto da precarização do trabalho de assistentes sociais**. 160 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

FAERMANN, L. A.; DE MELLO, C. C. V. **As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 15, n. 1, p. 96-113, 30 maio 2016.

GOIS, Juliana Carla da Silva. **Trabalho precarizado, política social e Serviço Social: elementos para a análise das condições de trabalho dos assistentes sociais na assistência estudantil do Instituto Federal de Alagoas (IFAL)**. 330f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

PRATES, Angela Maria Moura Costa. **A profissão de Serviço Social e as condições de trabalho dos assistentes sociais na região de Guarapuava – PR**. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 14, n. 2, p. 188-213, jan./jun. 2012.

SOUZA, M. **Caminhos da precarização: crise do capital, transformações no mundo do trabalho e tendências para as condições e relações de trabalho do assistente social da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2016.